



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro

Pedro Henrique Corrêa

Inclusão social no capitalismo

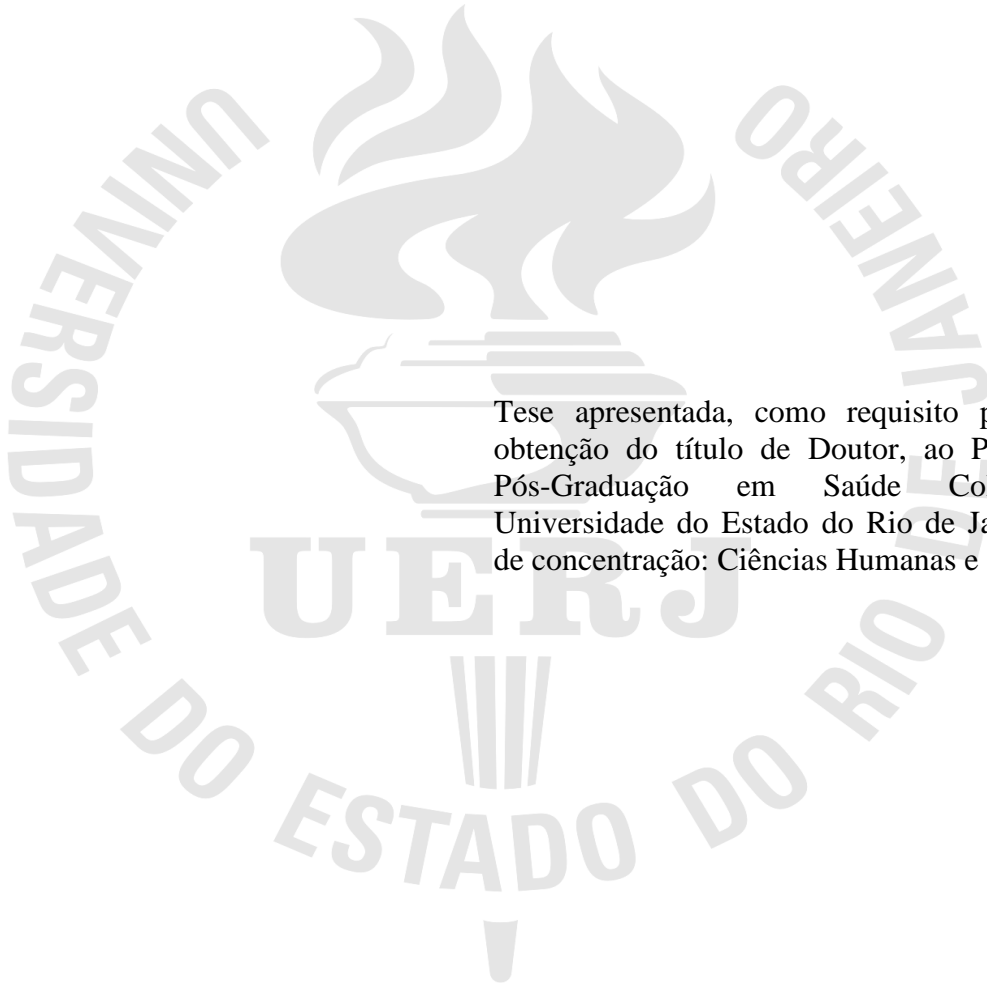
**: uma análise de economia política sobre a pertença individual ao modo de
produção capitalista e sua relação com a deficiência**

Rio de Janeiro

2022

Pedro Henrique Corrêa

Inclusão social no capitalismo
: uma análise de economia política sobre a pertença individual ao modo de produção
capitalista e sua relação com a deficiência



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Rossano Cabral Lima

Coorientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Almeida Rodrigues

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CB/C

C824 Corrêa, Pedro Henrique

Inclusão social no capitalismo: uma análise de economia política sobre a pertença individual ao modo de produção capitalista e sua relação com a deficiência / Pedro Henrique Corrêa. – 2022.
185 f.

Orientador: Prof. Dr. Rossano Cabral Lima

Coorientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Almeida Rodrigues

Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro.

1. Inclusão social – Teses. 2. Capitalismo – Teses. 3. Pessoas com deficiência – Teses. 4. Economia – Teses. 5. Recursos humanos – Teses. I. Lima, Rossano Cabral. II. Rodrigues, Paulo Henrique Almeida. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro. IV. Título.

CDU 304

Bibliotecária: Marianna Lopes Bezerra – CRB 7 6386

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Pedro Henrique Corrêa

Inclusão social no capitalismo
: uma análise de economia política sobre a pertença individual ao modo de produção
capitalista e sua relação com a deficiência

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Aprovada em 20 de maio de 2022.

Coorientador: Prof. Dr. Paulo Henrique de Almeida Rodrigues
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro – UERJ

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rossano Cabral Lima
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro – UERJ

Prof. Dr. André Luiz de Oliveira Mendonça
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro – UERJ

Profa. Dra. Claudia Carneiro Da Cunha
Instituto de Psicologia – UERJ

Prof. Dr. Áquilas Nogueira Mendes
Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Helena Moura Fietz
Rice University

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

Ao meu pai Luiz e a minha vó Tereza. À minha mãe, que cuidou de ambos enquanto pôde.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador pela extraordinária dedicação à pesquisa dos seus orientandos. Por sorte fui um deles nesse percurso de 6 anos do mestrado ao doutorado.

Agradeço ao meu coorientador, que com seus apontamentos me fez, na metade do doutorado, reescrever boa parte da tese. Certamente agora tenho uma pesquisa muito mais consistente.

Agradeço à equipe do Instituto de Medicina Social da UERJ.

Agradeço a todos os discentes que estiveram próximos a mim e de alguma maneira me deram suporte, mesmo que de maneiras simples através de boas conversas e pela convivência em espaços da universidade.

Esse modo de produção [modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida] não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção.

Karl Marx

RESUMO

CORRÊA, Pedro Henrique. *Inclusão social no capitalismo: uma análise de economia política sobre a pertença individual ao modo de produção capitalista e sua relação com a deficiência*. 2022. 185 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

O que significa “inclusão social”? Nas últimas décadas essa ideia se tornou capaz de conferir uma áurea de sensibilidade aos mais díspares interesses políticos, como se ela, aplicada, trouxesse consigo a panaceia para todas as mazelas sociais. Para explicar a generalização do que chamamos de “noção de inclusão social”, começamos investigando a origem do nosso modo de produção e em seguida entramos no que Marx chama de falsa representação/consciência; ou simplesmente “ideologia”. Se a falsa representação encobre o funcionamento do social e se a “inclusão social” pode ser uma falsa representação, que social é esse e por que ele precisa ser encoberto? Mostramos como o sistema capitalista depende de uma massa de indivíduos despossuídos (de capital e de meios de produção). Estes, por sua vez, precisam ser adaptados continuamente para fornecerem um tipo de mercadoria essencial ao capital: a força de trabalho. No entanto, os despossuídos enfrentam dois desafios. Primeiro, a um certo nível, o desenvolvimento da técnica leva os setores mais produtivos a requisitarem cada vez menos trabalhadores. Depois, a força de trabalho precisa respeitar um grau social médio de habilidade e intensidade. Somente contratando força de trabalho com grau social próximo ao médio os membros da classe capitalista conseguem extrair o lucro médio do capital. Sabendo que o desenvolvimento técnico torna mais complexa a preparação do fornecedor da força de trabalho, e dele mais se exige, concluímos que a deficiência representa não um conjunto de limitações individuais. Ela representa a situação do grupo mais prejudicado pelo mecanismo de depuração resultante do desenvolvimento das forças produtivas do capital, que só será eliminado pela revolução social. Para sobreviverem, então, resta à maioria dos deficientes no capitalismo buscar proteção estatal ou apoiar-se na caridade privada.

Palavras-chave: Inclusão Social. Capitalismo. Deficiência. Ideologia.

ABSTRACT

CORRÊA, Pedro Henrique. *Social inclusion in capitalism: an political economy analysis on individual membership to the capitalist mode of production and its relationship with disability*. 2022. 185f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

What does “social inclusion” mean? In recent decades, this idea has become capable of giving an aura of sensitivity to the most disparate political interests, as if it, applied, brought with it the panacea for all social ills. To explain the generalization of what we call the “notion of social inclusion”, we start by investigating the origin of our mode of production and then we enter what Marx calls false representation/consciousness; or simply “ideology”. If false representation covers up the functioning of the social and if “social inclusion” can be a false representation, what social is this and why does it need to be covered up? We show how the capitalist system depends on a mass of dispossessed individuals (capital and means of production). These, in turn, need to be continually adapted to provide a type of commodity essential to capital: labor power. However, the dispossessed face two challenges. First, at a certain level, the development of technique leads the most productive sectors to require fewer and fewer workers. Second, the workforce must respect an average social degree of skill and intensity. Only by hiring a labor force with a social level close to the average can the members of the capitalist class be able to extract the average profit from capital. Knowing that technical development makes the preparation of the workforce supplier more complex, and more is demanded of him, we conclude that the deficiency represents not a set of individual limitations. It represents the situation of the group most affected by the purification mechanism resulting from the development of the productive forces of capital, which will only be eliminated by the social revolution. In order to survive, then, it remains for the majority of the disabled under capitalism to seek state protection or rely on private charity.

Keywords: Social Inclusion. Capitalism. Deficiency. Ideology.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	O QUE É O “SOCIAL”	21
1.1	Como chegamos até aqui	21
1.1.1	<u>O mundo antes do capitalismo</u>	23
1.1.2	<u>Crise no modo de produção feudal</u>	25
1.1.3	<u>O surgimento de novas relações sociais</u>	27
1.1.4	<u>O caminho tortuoso da transição ao capitalismo</u>	31
1.1.5	<u>Parteiras do capitalismo: miséria e violência</u>	32
1.2	A centralidade do trabalho	35
1.2.1	<u>Mercadoria, capital e capitalismo</u>	36
1.2.2	<u>Investir para lucrar, trabalhar para viver</u>	40
1.2.3	<u>Exploração do trabalho assalariado pelo capital</u>	43
1.3	Adaptabilidade humana	48
1.3.1	<u>Corpo apto ao trabalho produtivo, ou corpo unilateral</u>	58
1.3.2	<u>Corpo inapto ao trabalho produtivo</u>	67
1.4	Impasses para a força de trabalho no capitalismo	72
1.4.1	<u>Mais máquinas, menos trabalhadores</u>	72
1.4.2	<u>Crises e monopolização</u>	76
1.4.3	<u>A rapinagem financeira</u>	82
2	A GESTÃO SOCIAL DOS DESPOSSUÍDOS	90
2.1	Preparação e utilização da força de trabalho para o trabalho produtivo	90
2.2	O Estado na manutenção da ordem reprodutiva	93
2.3	A importância do trabalho improdutivo para o trabalho produtivo ..	98
2.4	Sustentando a dominação política pela minoria proprietária para a proteção ao lucro extra	104
3	A INCLUSÃO SOCIAL	110

3.1	Origem e expansão de uma “noção”	110
3.2	Os serviços públicos e a assistência social	112
3.3	A inclusão social como ideologia	120
4	DEFICIÊNCIA	128
4.1	Deficiência e movimentos sociais	129
4.2	As teorias pós-modernas	144
4.3	Deficiência e emancipação	157
	CONCLUSÕES	173
	REFERÊNCIAS	177

INTRODUÇÃO

Nosso estudo é uma análise sobre a ideia de que há indivíduos “incluídos socialmente” e outros “excluídos socialmente”, sob o ponto de vista da economia política marxista. Ora, o que significa participar da sociedade capitalista? A deficiência nessa discussão tem um lugar peculiar, pois ela é a expressão permanente daquilo que, no modo de produção atual, põe-se à sua margem. Em suma, construiremos uma análise apoiada na crítica da ideia de “inclusão social” no capitalismo e da relação do capitalismo com a deficiência.

Considero que a área da Saúde Coletiva não só acolheu esta pesquisa, mas também a fez brotar ao ter aberto espaço para um tema que se coloca como fronteira entre ciências da saúde, ciências sociais e ciências econômicas. A Saúde Coletiva nasceu na década de 1970 como um campo interdisciplinar (e que se conformou posteriormente como transdisciplinar) oriundo de um forte movimento teórico, social e profissional. Ela foi muito além Saúde Pública, ou seja, da tematização sobre “doenças coletivas” (LUZ, 2011, p. 26).

A principal motivação para a realização desta pesquisa foi a inquietação pela ausência de uma explicação coerente sobre como se operaria essa tal “inclusão social”, tão comentada e reivindicada. A ideia pouco clara é repetida no jornalismo, nas pesquisas científicas, nos movimentos políticos, na legislação e nos debates em redes sociais. Sempre quem fala de inclusão parece estar “do lado certo da história”, como se ela carregasse consigo um efeito legitimador para qualquer argumento. Vejam! As intenções são boas, queremos a “inclusão” das pessoas. Em nome dela, liberais falam em desenvolvimento econômico enquanto defendem a privatização dos serviços públicos, keynesianos propõem expandir a rede de funcionários e empresas do Estado, conservadores religiosos defendem centros de tratamento ligados às igrejas, multimilionários estabelecem atividades filantrópicas, ou mesmo moradores de favelas pedem saneamento básico, oportunidades de emprego e o fim da violência policial. Nas últimas décadas a ideia de inclusão social se tornou uma panaceia.

Alertamos ao leitor pouco familiarizado com economia política que ele não está diante de uma tese sobre inclusão social no mercado de trabalho, por mais que aqui muito falemos sobre mercado e trabalho. O que o leitor irá encontrar será uma tese sobre como o mercado da força de trabalho, para o qual são “empurrados” a ingressarem nele os indivíduos despossuídos de capital, configura-se como a base para a participação social para a maioria. Essa base existe

independentemente destes indivíduos e os submete sob forças que são alheias a suas predisposições naturais ou interesses pessoais. Existe um certo “destino” reservado a nós – e aqui não estamos falando de metafísica – antes mesmo do nascimento. Em outras palavras, exploraremos em que medida as relações sociais de produção capitalistas dependem de um tipo de trabalho humano que esteja a serviço da reprodução ampliada do capital, e das consequências para quem não se adapta a esse tipo em cada período histórico. Buscaremos, no primeiro capítulo da pesquisa, chamado “O Que é o Social?”, explorar a formação desse modo de produção, tentando compreender seu núcleo constitutivo desde sua geminação em modos de produção anteriores.

Sem necessariamente terem consciência disso, e com o objetivo de atender às demandas da acumulação de capital, os despossuídos enfrentam uma “gestão”, mais ou menos racional e com forte participação do Estado, voltada a manter a geração do mais-valor e a sua apropriação privada. Para nós, a imperiosa tarefa desta pesquisa foi descrever a configuração desse processo, o que faremos no segundo capítulo “A Gestão Social dos Despossuídos”, preparando, ao final e no último capítulo, “Deficiência”, a discussão sobre como se originam e participam dele os “deficientes”.

Pode parecer estranho para alguns leitores que o tema principal só seja abordado após a metade da pesquisa. Mas temos uma intenção ao fazer dessa maneira. Reconhecemos que a antropologia/sociologia médica e da saúde forneceram, sim, antes de nós, diversas perspectivas críticas sobre a formação social, sobre o papel dos indivíduos no modo de produção, sobre a deficiência etc., alguns apoiando-se igualmente em Marx e Engels. Nesse aspecto, todo o esforço despendido nos primeiros capítulos poderia parecer mais do mesmo, um ignorar o percurso já feito por outros. O que queremos com tão longa preparação para o tema principal é ter a liberdade de desdobrar elementos conceituais específicos que consideramos indispensáveis para posteriormente pensar a pertença individual dos indivíduos no modo de produção. E sentimos mais segurança em abordar esses elementos conceituais de maneira direta, indo direto aos clássicos.

No terceiro capítulo, “Inclusão Social”, ao invés de propor um novo significado para o que chamamos de uma “noção”, o que nos jogaria em um redemoinho de definições e em um grande esforço de revisão bibliográfica, preferimos outro caminho: mostrar a maneira pela qual o fornecimento da força de trabalho por despossuídos e a impossibilidade de absorção completa da

sua massa pelos meios de produção, precisa ser “gerida” para manter a saúde da reprodução do capital com forte participação do Estado. Enfim, concluímos que a “inclusão social” se tornou uma espécie de “guarda-chuva” de significados (ZIONI, 2006, p. 26), como uma manifestação do que Marx (2007) chamou de “ideologia”, e situamos o contexto político do nascimento e do desenvolvimento das ideias de inclusão e de exclusão até chegarmos na atual noção multifacetada.

No último capítulo, “Deficiência”, a tese irá se envolver diretamente no debate sobre as origens da deficiência na sociedade capitalista a partir do acúmulo que fizemos anteriormente pelo materialismo histórico. Nisto reside um fator de ineditismo em termos de pesquisa. Até então, autores ligados à extinta UPIAS (*Union of the Physically Impaired Against Segregation*) e ao “modelo social da deficiência” (*social model of disability*), sob influência do marxismo ou a ele simpáticos, marcaram profundamente a visão sobre o que é “deficiência”, mas nenhum deles se empenhou em formular uma leitura do modo de produção e da gênese da deficiência pelas lentes exclusivas do materialismo histórico. Quando muito, estes e outros autores utilizaram-se de bibliografia marxista para gerar uma interpretação eclética, com a apresentação de ideias de autores contraditórios como se compartilhassem da mesma base conceitual-metodológica. Como complemento aos nossos argumentos, dialogaremos de maneira rápida com algumas críticas feitas ao marxismo por autores adeptos do que chamamos de “teorias pós-modernas”.

Ao longo da pesquisa foi se desenhando o retrato de uma sociedade que vive sob o equilíbrio instável fruto das contradições geradas pelo modo de produção capitalista e sua natureza de crises e saltos. As revoluções técnicas (máquina a vapor, linha de montagem, robótica, internet das coisas etc.) criam uma massa de indivíduos supranumerários – muitos dos quais classificáveis como “deficientes” não diretamente por uma característica biotípica visivelmente fora da norma –, que são toleráveis ao capital na medida que se mantêm ordeiros ou subsistem com auxílio mínimo dos cofres públicos, preservando a maior parte dos recursos públicos para “auxílios” muito mais robustos, dados à classe capitalista e suas empresas por diversas fontes: isenções fiscais, empréstimos, dívida pública, obras de infraestrutura etc.

Quando os despossuídos de capital se revoltam diante da sua situação, encontram, sob o “manto sagrado” da cidadania e da democracia em geral, um poderoso porrete que desce sobre suas cabeças para que lembrem seu lugar de mero produtores em potencial de mais-valor ou de incômodo permanente para a classe dominante. Quando mais organizados do que os detentores

do capital, os despossuídos obtêm certas medidas de alívio temporário para a penúria que os impulsionou à luta, geralmente no formato de direitos sociais e serviços públicos, dos mais básicos e imediatos até os universais. No processo de desenvolvimento capitalista, o Estado-nação se estabeleceu como um instrumento para manter a ordem social diante do crescente antagonismo de interesses das classes sociais fundamentais: a trabalhadora e a capitalista. O objetivo de qualquer Estado é sempre preservar o poder político e econômico de uma classe, exatamente para que ela se mantenha dominante sobre outras.

Resta-nos dizer que a pesquisa não se restringe ao campo dos intelectuais interessados no marxismo. Para os que já têm alguma intimidade com a teoria de Marx, muito do que foi aqui exposto soará repetitivo, principalmente nos dois primeiros capítulos. Mas sem essa exploração inicial seria impossível construir as conclusões que configuram a pesquisa. Por isso consideramos imprudente afastar o leitor de algumas teses básicas do marxismo sobre o funcionamento do modo de produção como a história da sua origem, a luta de classes, o papel da força de trabalho, a produção e a circulação do capital. Até onde temos conhecimento, elas nunca foram reunidas desta maneira com a finalidade de analisar a ideia de “inclusão social” e sua relação com a deficiência.

Trazemos a hipótese de que a ideia de “inclusão social”, facilmente encontrada no senso comum, no jornalismo, em artigos científicos e documentos de organismos políticos nacionais e internacionais que diagnosticam e propõem soluções para as piores consequências de nossa sociedade, vai no sentido do “individualismo metodológico” (OSORIO, 2004, p. 163): almeja-se modificar a totalidade social a partir da modificação cumulativa de suas partes. Nosso objetivo, além de ser entender as origens e a função do que qualificamos como “noção de inclusão social”, será explicar sob qual sociedade ideias desse tipo podem florescer, assim como estabelecer um diálogo com intelectuais que se preocupam em formular sobre aqueles que, para nós, representam o exemplo por excelência da falência da “inclusão social” como um horizonte político de melhorias graduais do sistema: os deficientes. Apesar das maneiras mais diretamente brutais de tratamento físico e psicológico terem ficado no passado, esses ainda vivem, junto aos proletários, as consequências de serem, em sua maioria, despossuídos de capital.

Para encontrar documentos com definições sobre “inclusão social” utilizamos, como fonte bibliográfica, bancos de dados nacionais como BVS, SciELO, Periódicos Capes, BDTD, e internacionais como *Google Scholar*, *Directory of Open Access Journals*, *PubMed*. Para

desenvolver sobre o processo de formação de ideias no capitalismo, trouxemos o conceito de falsa consciência/representação (MARX; ENGELS, 2007), abordando assim como operam os mecanismos ideológicos de encobrimento do funcionamento social (PEREIRA, 2016, p. 296).

Para Thomas Kuhn (2012), a maior parte das descobertas e inovações científicas surgem como respostas a fracassos anteriores, sendo que os próprios agentes das descobertas costumam insistir em negar esses fracassos; definindo assim o preconceito e a resistência à novidade como característica do desenvolvimento científico (KUHN, 2012, p. 25).

Quanto ao marxismo, apesar de sua influência a nível de massas ter sido minada ao longo do século XX, primeiro pela derrota de diversas revoluções proletárias na Europa e mais tarde pelo colapso político das repúblicas soviéticas, consideramos ser ele mais atual do que nunca para formular cientificamente sobre a realidade. A visão predominante sobre grandes acontecimentos históricos costuma ser a dos vencedores, logo, dos opositores do marxismo das variadas matizes. Nesse contexto de derrota do proletariado internacional, os ignorantes, aqueles que não leram uma linha sequer dos textos clássicos do marxismo, ganharam grande moral no início do século XXI para afirmar: eu avisei, Marx estava errado. A ideia de uma queda inevitável de qualquer “utopia comunista”, de uma ultrapassagem histórica necessária da época das revoluções socialistas, ganhou a força de uma profecia a partir da capacidade dos intelectuais em encontrar trechos na obra de Marx e seus discípulos, descola-los do seu todo, e apresenta-los como a prova de que as conclusões marxistas são antiquadas e, pasmem, reacionárias para os movimentos sociais.

Dentre diversas acusações ao marxismo, uma das mais comuns no meio acadêmico vem de autores que consideram o marxismo “economicista” ou “determinista econômico”, como se ele definisse o social como um reflexo mecânico do econômico. A base de afirmações como essas, na maioria das vezes, está em uma concepção limitadíssima do “econômico” nas ciências humanas e sociais e, reafirmamos, na ignorância. Nesse sentido, delimitar o que seria o método marxista de investigação é mais do que uma formalidade acadêmica, é também limpar o caminho para que fragmentos destacados da obra de Marx, ou até intelectuais com comentários mal-intencionados, não desanimem o leitor. O mais desafiador na descrição de uma “metodologia marxista” é que Marx nunca descreveu um método próprio de pesquisa científica na forma de um manual ou algo do tipo. Essa não era sua preocupação, e sim preparar as novas gerações de militantes operários para compreender o sistema que estava colocado historicamente.

A economia vulgar, a qual o marxismo costuma ser atribuído quando é chamado de economicista, simplificador, entre outras coisas, tenta explicar o social pelas relações externas às relações verdadeiramente econômicas. Para a economia vulgar, entender o social é obter dados numéricos, construir gráficos e elaborar conceitos apoiados em relações entre preço e lucro, custo do trabalho e valores produzidos, salário e inflação, investimentos e nível de emprego etc. O economista vulgar constrói um “culto das aparências” (MARX, 2013, l. 743/1493). Nossa pesquisa procura se distanciar dessa perspectiva.

Igualmente, nos distanciamos das teses do individualismo metodológico e da economia neoclássica, que colocam a “escolha racional” como motor do processo histórico e conclui que são os múltiplos fatores isolados que convergem para formar a conclusão dos processos sociais (OSORIO, 2004, p. 13). Na história mais recente, ao apropriar-se da teoria keynesiana¹, os axiomas neoclássicos reduziram os problemas sociais a questões técnico-gerenciais do uso do orçamento do Estado (ALVES; MENDES; CARNUT, 2019, p. 1). Por mais que políticos de esquerda, defensores de “causas sociais”, interessados nos mais pobres, falem constantemente da necessidade de uma administração justa e redistributiva dos recursos públicos e riqueza privada, tendências políticas que se organizam em torno de questões técnico-gerenciais do aparelho estatal não podem dizer, à rigor, que se apoiam em uma linha sequer da obra teórica ou prática de Marx e Engels.

A economia política em Marx trata essencialmente de relações sociais (OSORIO, 2004, p. 13). E não há nenhum problema na utilização de dados, gráficos e fazer contas complexas para entendê-las. Mas, em suma, a economia política conclui que a sorte social do indivíduo está amarrada à sorte social de todos os outros (OSORIO, 2004, p. 12), e que essa sorte tem como fundamento a reprodução da vida material, condicionante de toda a vida social (MARX, 2008, p. 47). Tendo isso em mente, realizaremos abstrações para analisar os caminhos pelos quais os indivíduos constroem sua pertença à sociedade capitalista a partir do seu lugar na reprodução da vida material.

(...). Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, (...). Cheguei também à conclusão de que a

¹ “Em *The Means to Prosperity* [publicado em 1933...] Keynes, pela primeira vez, integrou publicamente o multiplicador em sua proposta de que os governos deveriam gastar para elevar a demanda global na economia.” (WAPSHOTT, 2016, p. 163)

anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política (MARX, 2008, p. 45)

Para esse fim, tomaremos distância da realidade para analisar elementos menores da mesma, como, a adaptação do corpo para o fornecimento de força de trabalho², a participação da ideologia no encobrimento das contradições do modo de produção, a relação entre acumulação de capital e pauperização crescente, o papel da assistência social e da repressão na manutenção da ordem, a existência da luta de classes, a influência da aptidão para o trabalho produtivo na gênese da deficiência, a relação com os movimentos políticos de deficientes etc.

A tomada de distância da realidade será feita sem, no entanto, formular qualquer ficção sobre a realidade. Alguns aspectos do mundo serão isolados para fins de investigação intensiva, com o objetivo central de darmos conta de uma totalidade complexa (OSORIO, 2004, p. 20). Realizaremos um movimento de aproximações sucessivas do nosso objeto de pesquisa, onde os próprios problemas da investigação serão colocados de novas maneiras conforme forem encontrando suas soluções, o que requisitará também novos desenvolvimentos para questões anteriores. Nosso objeto de pesquisa é o sistema de integração do indivíduo ao social realizado pela necessidade do metabolismo social de explorar a mercadoria força de trabalho para produzir valores-capital.

Tendo como ponto de partida a história da formação do modo de produção capitalista, iremos colocar os elementos que consideramos fundamentais para compreender a natureza dos três mais recentes modos de produção da vida material: escravismo (trabalho escravo), feudalismo (trabalho camponês), e capitalismo (trabalho assalariado). Esperamos encontrar a anatomia da sociedade burguesa ao encontrar o movimento ao qual os indivíduos são lançados na sua busca pela sobrevivência.

No capitalismo, a maioria dos “sobreviventes” é despossuída de meios de produção de capital. Portanto, compreender a condição de despossuído é, para nós, a principal tarefa para dar conta do tema. Ou, dizendo de outra maneira, através de uma análise de economia política vamos buscar compreender como os indivíduos são preparados pela sociedade para vender seu tempo e habilidade na forma de uma mercadoria essencial para o capital produtivo, a força de trabalho,

² “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo [Inbegriff] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [Leiblichkeit], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo.” (MARX, 2013, l. 313/1493)

em um formato interessante à classe de capitalistas, assim como as consequências práticas para os inaptos a vendê-la.

Ao longo da pesquisa procuramos quais são as características necessárias para que o capital considere alguém “digno” para ter acesso, pelo salário, a uma parte das riquezas materiais produzidas socialmente, isto é, acessar meios de subsistência³. Também buscaremos compreender por que um número expressivo de pessoas se distancia destas características, necessitando, assim, para sobreviver, da beneficência privada ou do apoio estatal. Introduzindo como as pressões ambientais adaptativas (MORAN, 2010) são exercidas sobre os indivíduos despossuídos, investigaremos se há uma “gestão” que os envolve para que ocupem certos lugares relacionados à operação do modo de produção capitalista, e qual o nível de racionalidade/planejamento da mesma.

A bibliografia básica de economia política foi constituída pelos três tomos de “O Capital” (2013, 2014, 2017), de Karl Marx, traduzidos diretamente do alemão para o português pela Boitempo Editorial. Também utilizaremos, da mesma editora e do mesmo autor, as obras “Manuscritos econômico-filosóficos” (2004), “Ideologia Alemã” (2007), “Para a crítica da economia política” (2008), “Grundrisse” (2011) e, da editora Expressão Popular, “Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro” (2010). Consultamos Friedrich Engels, em “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” (2019), “Anti-Dühring” (2015) e “Dialética da Natureza” (2000).

Ao fim, tratar como os “deficientes” se localizam no modo de produção é, para nós, abordar uma das maiores feridas morais dos nossos tempos: como um modo de produção que desenvolveu forças produtivas a tal nível é incapaz de garantir um modo de vida digno para aqueles que mais claramente não se adequam às eficiências exigidas para integrarem o processo produtivo? De uma coisa temos certeza, e é que nem aos próprios produtores, classificados como deficientes ou não, está garantida qualquer dignidade. Quanto aos deficientes, uma situação muito mais dramática está aberta por uma maior “incapacidade” para integrar as forças produtivas do capital como força de trabalho apta a gerar mais-valor em quantidades próximas à media social.

Concluiremos a pesquisa abordando de maneira panorâmica a história dos movimentos sociais de deficientes e estabeleceremos um diálogo com as teorias políticas mais utilizadas pelos

³ Do latim *subsistere*, *subsistir* significa permanecer parado ou debaixo de algo (DICIONÁRIOS EDITORA, 2001).

movimentos e seus intelectuais – que chamamos de “teorias pós-modernas”. Usaremos um recurso comum em toda a obra de Marx: a polêmica. Através dela, com autores críticos ao marxismo, traremos os acúmulos da nossa pesquisa e faremos alguns apontamentos sobre como superar as contradições sociais que levam uma parte crescente da sociedade a ser posta para fora dela, assim como os desafios para o que Marx chama de “emancipação humana”.

1. O QUE É O “SOCIAL”

Ao final do século XIX já se colocava o que é conhecida, até hoje, como “a questão social” (FERREIRA, 2008, p. 556). Ela foi assim nomeada após o reconhecimento dos prejuízos permanentes oriundos da sociedade industrial, que já se conformava como produtora de quantidades nunca antes vistas de riqueza em um polo e de pobreza em outro. O pauperismo está no seu centro.

A expressão “questão social” não é semanticamente unívoca (NETTO, 2017, p. 138). Robert Castel (2000) a classifica como o que se relaciona às disputas que ocorrem desde o início do processo de industrialização e que são geradoras de fraturas sociais: os milhares que não conseguiram se “encaixar” no desenvolvimento econômico, vivendo permanentemente desempregados e em condições piores que a de um operário fabril médio, tornaram-se uma ameaça à ordem, seja pelo emprego da violência revolucionária ou como parte da sua “gangrena” do social (CASTEL, 2000, p. 239).

Neste primeiro capítulo iremos fazer uma apropriação *suis generis* do termo “social”, remetendo-o a um significado mais amplo; na direção de uma definição geral sobre como a sociedade é organizada para determinadas finalidades históricas e como ela derivou de contradições intrínsecas aos modos de produção anteriores. Será apenas nos capítulos 2 e 3 que iremos desenvolver sobre as medidas que o Estado e a classe dominante tomam para evitar um rompimento das massas laboriosas com a ordem reprodutiva para controlar o que Castel (2000) chamou de “fraturas” na mesma.

1.1. Como chegamos até aqui

O assunto que começaremos a abordar (a crise do feudalismo e o advento do modo de produção capitalista) comporta visões contraditórias na bibliografia historiográfica disponível. Aqui escolheremos uma visão, e sem qualquer compromisso com uma análise exaustiva das fontes bibliográficas existentes ou em reconhecer pontos mais consistentes no embate teórico. Nossa intenção aqui é mais restrita. Queremos trazer elementos para a compreensão da mudança de papéis dos indivíduos na sociedade a partir do entendimento da transição entre modos de produção.

Para alguns historiadores e materiais didáticos, o fim do trabalho escravo e da servidão dos camponeses aos senhores são consequências “naturais” do crescimento do livre mercado, tendo trazido diversos benefícios para a humanidade. Essa visão linear se baseia em pressupostos ilusórios presentes em nossa cultura (WOOD, 2001, p. 17) e é uma manifestação da ideologia da classe dominante (KONDER, 2009).

Veremos também como o fim da escravidão e do feudalismo, assim como o surgimento do capitalismo, não significaram passos diretos em direção a uma sociedade voltada ao bem-estar. Nem mesmo significou o advento de um sistema baseado em uma natureza humana empreendedora, como se capitalismo sempre tivesse existido como um embrião na natureza humana, que dentro de cada um de nós estava apenas esperando uma chance para surgir e estabelecer sua dominação.

Falaremos também sobre como a história da consolidação do modo de produção capitalista foi a história do uso da força, do saque, do assassinato, da morte por fome, frio e fogo, e de uma série imposições de cima para baixo – em benefício dos que anteriormente já estavam em cima. A “inclusão” das massas nesse sistema compôs um misto de dores, desigualdade, miséria, mas também de avanços tecnológicos, aumento na produtividade do trabalho e possibilidades nunca antes imaginadas para garantir o que chamamos de “bem-estar”. O que vemos hoje como sistemas sociais protetivos, no entanto, como o fornecimento de serviços públicos e assistência pelo Estado e regulações trabalhistas que dão aos assalariados algumas garantias fundamentais, não são frutos diretos do capitalismo, mas resultado de pressões coletivas vindas de trabalhadores, portanto conquistas arrancadas.

Como o berço do nascimento do capitalismo foi a Europa, somos exigidos a começar a falar do sistema social explorando a história da Europa. Não que tenhamos alguma predileção ou preferência em estudar a história europeia para explicar a realidade, olhando tudo pelo ponto de vista dos “dominadores”. Pelo contrário, essa tarefa se impõe a nós para buscarmos a gênese das relações sociais a quais somos sujeitados desde o nascimento, e que nos conduz, de maneira mais ou menos coercitiva, a certas formas de “inclusão social” – o que abordaremos mais à frente.

1.1.1. O mundo antes do capitalismo

A partir da crise no sistema escravista e da queda do Império Romano (476 d.C.), o regime feudal se desenvolveu entre adaptações espontâneas e inconscientes diante de novas necessidades, apresentadas por massas de colonos e escravos libertos. Apenas no século IX as linhas do que é conhecido como feudalismo estavam esboçadas (PARAIN, 1998, l. 340/3887). Havia uma imensa desigualdade econômica. Pequenos e médios senhores formavam uma hierarquia de direitos sobre a terra que construiu um complexo de relações, onde costumes e tradições se consolidaram ao longo das décadas. A nova organização social exigia uma “armadura”, que consistia na solidariedade entre famílias (linhagens), rituais, costumes, juramentos (PARAIN, 1998, l. 474/3887).

O nível mais baixo dessa hierarquia social, de camponeses cultivadores, não gozava senão de uma posse precária do solo (PARAIN, 1998, l. 360/3887). Com um poder débil para se protegerem das diversas guerras internas e de conquista, muitos camponeses livres se colocaram sob proteção de uma nova nobreza e da Igreja católica, transferindo a propriedade da terra a protetores, mantendo apenas a propriedade das ferramentas de trabalho. A vitória da propriedade feudal não aumentou a produtividade da terra (HOBESBAWN, 1998, l. 2310/3887), no entanto criou ambiente benéfico para o comércio entre produtores de parte do excedente da produção, que permanecia sob a posse do camponês após o pagamento dos tributos ao senhor.

A maioria dos camponeses livres se vincularam, então, a algum proprietário de terra, passando a dever, em troca, compromissos pessoais como, por exemplo, o trabalho de alguns dias da semana na propriedade do senhor (corvéia).

Originalmente, o grande proprietário divide suas terras em duas partes. A primeira, de ampla extensão, é explorada por ele mesmo ou por seus agentes diretos e abriga, em seu centro, as habitações do dono, umas construções que servem para a exploração agrícola e diversas oficinas: é o “domínio”. A segunda acha-se fracionada em pequenas parcelas (*tenures*) concedidas a camponeses de condições mais ou menos livres. (PARAIN, 1998, l. 532/3887)

No século X, o feudalismo ainda estava em formação. Com o passar dos anos, foram se forjando vínculos entre grandes proprietários agrários e os antigos altos funcionários imperiais romanos, como duques e condes que conservavam alguma autoridade tradicional de “Estado” (PARAIN, 1998, l. 453/3887). Já não havia mais risco de caos social: os camponeses considerados “livres” dispunham de propriedades independentes e os que tinham um “senhor” podiam trocar de senhor, sem represálias. A força pública não residia mais em qualquer cargo

militar ou no Senado, como em Roma, mas na extensão de terras e no número de vassallos. Nesse momento, ainda não há um Estado nem algo parecido, mas já está desenhado um sistema de relações sociais de produção que limita a violência entre os senhores e com grande participação da Igreja – que assegurava a subordinação moral dos camponeses. Era a fase de ampliação contínua da base econômica, de ascensão do feudalismo (PARAIN, 1998, l. 485/3887).

No século XI, as oficinas existentes nas reservas senhoriais foram progressivamente substituídas pelas oficinas urbanas, criando um tipo de comércio comum. Começa a se levantar a oposição entre campo e cidade, apesar da cidade estar ainda vinculada ao sistema feudal. O principal a ser ressaltado aqui é que todas as cidades europeias, ou os “burgos”, reconheciam soberanos e senhorios (VILAR, 1998, l. 781/3887; WOOD, 2001, p. 38). Elas não tinham qualquer semelhança econômica com as cidades industriais do século XVIII. Tampouco tinham semelhança política, com uma burguesia organizada em torno de ideias e reivindicações próprias.

Precisamos marcar que à época as relações comerciais não se baseavam na competição e na acumulação. Os comerciantes queriam apenas “comprar barato e vender caro” (WOOD, 2001, p. 79), e o comércio era de mercadorias de luxo, já que os camponeses produziam sua própria alimentação e vestimenta, prescindindo de qualquer lógica de acumulação propriamente capitalista. Os produtores camponeses, quando comercializavam, faziam-no apenas com o excedente daquilo que era necessário para alimentar e vestir sua família. Toda a renda obtida com a venda das mercadorias se voltava diretamente para consumo imediato ou futuro da própria família. Qualquer ideia de impulso “natural” pelo aumento da produtividade, melhoramento das técnicas e das terras, montar uma poupança para no futuro ser investida produtivamente, era estranha.

Se as crises sociais no capitalismo são oriundas de questões que envolvem moradia, alimentos e outros produtos básicos que se tornam inacessíveis, contraditoriamente, devido à “superabundância”, no feudalismo as grandes crises sociais eram causadas basicamente por guerras e problemas na colheita, que geravam escassez de produtos.

Mesmo o grande mercador tinha como objetivo apenas transportar as mercadorias de um local para outro. Sua prática prestava centralmente à circulação das mercadorias, não ao fomento direto da produção de mercadorias pelos camponeses (WOOD, 2001, p. 81). No capitalismo, a lógica muda radicalmente: o comércio se submete ao produtor e a produção à venda, que precisa ser realizada o mais rápido possível para que o ganho seja reinvestido na ampliação da produção.

Até então, cada um dos produtores tinha a propriedade dos meios de produção (ferramentas de trabalho e condições para o uso destas), as quais serviam para produzir as riquezas, fundamentalmente através da terra ou do trabalho artesanal, que seriam posteriormente consumidas ou vendidas pelo próprio produtor diretamente ao consumidor ou a um comerciante. O assalariamento era condição excepcional e se distingue e muito do que hoje é a empresa capitalista.

Ora, mas se mercados independentes voltados à troca existiram por milênios, e se a produção do excedente se manteve por tanto tempo de maneira não capitalista (via trabalho escravo, ou colono/servil), o que ocorreu para que os produtores e proprietários rurais terem passado a produzir integralmente para atender o mercado?

1.1.2. Crise no modo de produção feudal

A sociedade feudal do século XII era essencialmente agrícola e conseguia alimentar toda a sua população. As grandes fomes estavam legadas às gerações passadas: não por um salto da produtividade do trabalho, mas por uma organização “eficiente” da exploração dos camponeses por parte dos proprietários de terra (PARAIN, 1998, l. 437/3887). A uma nova nobreza cabia a defesa da terra contra invasões e ao clero a organização de caridade, da educação e dos rituais tradicionais.

No entanto, no século XIII, o aumento demográfico forçou a divisão das terras em terrenos cada vez menores, o que é acompanhado pelo crescimento das exigências senhoriais. Os grandes proprietários fundiários tentam então reter o camponês empobrecido preso a terra chamando-o de “servo da gleba” (PARAIN, 1998, l. 500/3887). No século XIV, o agora “servo da gleba”, vê qualquer propriedade livre da terra praticamente desaparecer, seja na forma de pequena propriedade voltada à subsistência ou a ocupada de maneira comunal. Sob incentivo do direito feudal, praticamente nenhuma terra podia existir sem um senhor (PARAIN, 1998, l. 500/3887).

É a partir dessa crise generalizada no sistema feudal que começa a história dos primeiros Estados nacionais. Edificados sob um direito próprio, eles empreendem guerras entre si, como a de Guerra de Cem Anos entre França e Inglaterra – que acelerou o processo de centralização das monarquias –, e intensificam a carestia e, portanto, a indignação entre as massas camponesas. O

horror parecia não ter fim. Guerras realizadas por camponeses contra os senhores se sucedem na França e na Inglaterra, algumas vezes com vitórias incríveis do ponto de vista militar e territorial dos camponeses, mas não duram muito tempo, são rapidamente reprimidas (PARAIN, 1998, l. 591/3887) – tal qual as revoltas de escravos em Roma.

Nem o aparecimento de novos inventos técnicos consegue fazer frente ao crescimento das populações. Sucodem-se fomes e epidemias terríveis, como a Peste Negra (1348 – 1349), que resultam no despovoamento de aldeias e fazem os camponeses abandonarem o campo em direção às cidades. São variados e gigantescos os derramamentos de sangue que ocorrem dentro da ordem feudal decadente.

Para barrar seu desmantelamento e para proteger a fortuna dos senhores, cresce em partes da França um aparelho centralizador que serviria posteriormente como modelo em outros lugares, tanto do ponto de vista militar quanto burocrático. As “monarquias feudais” (PARAIN, 1998, l. 510/3887) tentam consertar as rachaduras e unir os pedaços da ordem feudal decadente construindo uma pirâmide, onde um rei domina a hierarquia dos “vassalos” confiscando para si a função de guardião da justiça – antes deixada a cada domínio senhorial.

O feudalismo dos anos 1250-1350 está juridicamente melhor definido e é psicologicamente mais consciente que nos tempos de sua formação, mas ao mesmo tempo é menos livre, menos criador e está mais ameaçado. (PARAIN, 1998, l. 510/3887)

O modo de explorar o camponês continua o mesmo, porém o domínio sobre ele se torna mais duro, limitando mais sua autonomia. Os senhores feudais (dentre eles a Igreja) continuam detendo a posse da maior parte da terra na Europa, só que agora sob a proteção de poderes altamente centralizados. Esse foi basicamente o sistema na França do Leste e do Norte, e se arrastará até a Revolução Francesa de 1789. Em outras partes da França, da Espanha e da Inglaterra, assim como no Oriente, saídas distintas seriam tentadas para lidar com o colapso. Apenas no século XVII, após o desaparecimento de dois grandes impérios mundiais no século XVI, o espanhol e o turco, as revoltas e as dificuldades começam a ser controladas. A situação se estabiliza. Em síntese, surgimento dos Estados nacionais estáveis e eficientes por toda a Europa tiveram como modelo o sucesso da experiência absolutista francesa (HOBSBAWN, 1998, l. 1849/3887).

O absolutismo foi, primeiramente, um meio de coerção: a partir dele os camponeses eram pressionados a entregarem o excedente da produção agrícola, e, como dissemos anteriormente,

foi criado um instrumento militar importante para conduzir guerras e sufocar revoltas camponesas que eram capazes de tomar cidades inteiras (PARAIN, 1998, l. 602/3887). Segundo, que a burocracia foi fortalecida. A partir do dinheiro arrecadado dos impostos foram criados cargos e privilégios não diretamente ligados a terra dos senhores, mas que serviam para aumentar as riquezas dos mesmos por meios “extra-econômicos”, como nomeia Ellen Wood (2001, p. 81).

Essa é uma importante lição da história. O sucesso na consolidação dos Estados nacionais em manter privilégios e construir aparelhos de repressão e exploração da massa camponesa, significaram uma reação ao movimento generalizado de decadência econômica do regime feudal. A utilização da força bruta via um Estado absoluto, e a sua expansão posterior, longe de representar a vitória do feudalismo em todos os campos, foi um sintoma de debilidade econômica do feudalismo (HOBESBAWN, 1998, l. 1847/3887).

Havia uma imensa dificuldade da classe dominante em manter a ordem. Mesmo havendo expansão econômica entre os séculos XIV e XVI, e até mais inventos no século XV que no século XVII (VILAR, 1998, l. 805/3887), essa expansão não levou a Revolução Industrial. Esta só pôde acontecer nos séculos XVIII e XIX e sob novas condições (HOBESBAWN, 1998, p. 1898/3887), como veremos o tópico a seguir. Na França, quando a renda dos proprietários se tornou basicamente monetária, os proprietários se concentravam na obtenção de uma renda fixa dos camponeses, não em uma renda variável relacionada a produtividade terra (WOOD, 2001, p. 85).

Foi inexistente na Europa como um todo, ou em qualquer parte do mundo, movimentos espontâneos em direção a uma sociedade voltada para o mercado. Pelo contrário: as antigas tradições, costumes e a exploração dos camponeses por grandes proprietários de terra, recebendo uma taxa nominal por seu uso (WOOD, 2001, p. 85), perpetuaram-se, só que agora garantidas pela espada do Estado.

1.1.3. O surgimento de novas relações sociais

Na Inglaterra do século XVI reuniram-se condições sociais muito específicas, excepcionais para a Europa, que possibilitaram o nascimento de novas relações sociais de produção entre os indivíduos. Estas condições, sim, foram embriões do capitalismo. Nenhuma monarquia era tão unificada politicamente quanto a inglesa. Também, era na Inglaterra que as

terras estavam mais concentradas (WOOD, 2001, p. 82). Por possuir uma desenvolvida rede de estradas e transporte de água, os grandes proprietários legaram a força militar e política para o Estado, indo assim contra a tendência da soberania fragmentada das monarquias europeias. Exatamente devido à função da proteção da propriedade caber principalmente ao Estado, os proprietários dedicaram-se a exploração econômica mais intensivamente do que os de outros territórios.

A agricultura ainda era função econômica chefe. Com poucos poderes próprios para obtenção de riquezas que fossem para além da produtividade da terra, isto é, de meios coercitivos que obrigassem o camponês a pagar mais e mais impostos, o arranjo social inglês levou à prática massiva de arrendamentos de terra (WOOD, 2001, p. 83).

O rendeiro/arrendatário (*farmer*) deveria produzir em quantidades cada vez maiores, o que era incentivado pelos latifundiários, que tinham grande interesse no aumento da produtividade. Ao contrário dos latifundiários ingleses, a maioria dos aristocratas ao longo da história dependeu da simples coação para a extorsão do excedente do camponês. Não que o aristocrata inglês tivesse aberto mão da força militar, até porque o Estado nacional estava lá, mas seu foco foi a obtenção da riqueza pela produtividade da terra pois ela via nessa forma de exploração do trabalho maiores oportunidades.

O crescimento da riqueza dos arrendatários – eles mesmos servos da gleba (MARX, 2013, p. 998/1493) –, da população das cidades, e a transformação de muitos dos antigos senhores feudais em capitalistas – que contratavam força de trabalho assalariada visando extrair o excedente através do seu emprego –, ainda não dava a condição essencial para que o capitalismo se tornasse o modo de produção dominante: a completa separação entre meios de produção e seu produtor. No século XVI a produção ainda era realizada majoritariamente por camponeses e artesãos que tinham seus próprios meios de produção. A transformação quantitativa, isto é, o aumento no número de capitalistas, ainda não tinha alcançado uma transformação qualitativa de todo o modo de produção (VILAR, 1998, p. 729/3887).

Na França, como dissemos acima, os camponeses tinham a posse da terra por uma taxa monetária nominal, o que proporcionava renda fixa ao proprietário da mesma (WOOD, 2001, p. 85). Se a taxa fosse, por exemplo, de 20%, sobre uma produção de 100 unidades, o camponês

deveria 20 ao seu senhor. Sobre uma de 200, deveria 40, e assim por diante. Já nos arrendamentos ingleses, a terra era “alugada” pelos latifundiários ao *farmer*.

Os critérios para a definição do que era pago ao latifundiário pelo produtor não se baseavam no ímpeto extorsivo do proprietário – lembremos que os meios extra-econômicos (cargos na burocracia do Estado, força militar e sistema jurídico próprios ao feudo) à disposição dos latifundiários ingleses eram poucos –, mas sim, principalmente, no aumento da produtividade do trabalho. Formou-se, então, uma tríade: proprietário latifundiário, arrendatário capitalista e trabalhador assalariado.

Podemos assim afirmar que as bases do modo de produção capitalista estão nas disposições geradas pelo fracionamento da terra pelo senhor, na busca do aumento da produtividade pelo *farmer*, e na existência da força de trabalho passível a ser contratada por esse fazendeiro. A história do florescimento do modo de produção nada tem a ver com a “oportunidade” de enriquecimento agarrada por “poupadores de dinheiro”. Um mercado nacional competitivo capaz de impulsionar a produção para o mercado surgiu devido ao capitalismo agrário, não o seu contrário (WOOD, 2001, p. 87).

Está dada a base para relações sociais qualitativamente distintas: a pressão para uma produção voltada ao mercado e para o reinvestimento constante dos lucros, que devem sempre aumentar, na ampliação da escala da produção⁴. Os arrendatários que não atingissem os padrões de produtividade poderiam ir à falência ou serem arrancados de suas terras – expulsos –, sendo substituídos por outros que correspondessem melhor às pressões do mercado (WOOD, 2001, p. 85). Essa era a “inclusão” à moda do século XVI e XVII.

Foram os acontecimentos que envolveram a exclusão crescente de camponeses das terras cultiváveis, ocorridos no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI (MARX, 2013, l. 988/1493), que formaram na Inglaterra uma fundamental base material para o desenvolvimento do modo de produção capitalista: milhões de pessoas com absolutamente nada além de seus próprios filhos, conhecidos como “proletários”, que, lançados à própria sorte para fora das terras, tinham que vender a única coisa que interessava o mercado, sua força de trabalho. Inicialmente, a designação “proletário” era depreciativa, dada aos membros do terceiro estado

⁴ A taxa de lucro é a força motriz na produção capitalista, na qual só se produz aquilo que se pode produzir com lucro e na medida em que se possa produzi-lo com lucro. (MARX, 2017, l. 244/828)

que nada tinham. Esse nome refletia o potencial que tinham para produzir filhos (prole) (DICIONÁRIOS EDITORA, 2001, p. 541).

O fim do feudalismo e o início da era capitalista, portanto, não foi fruto do surgimento de uma ideia na cabeça de um próspero proprietário de terra ou de um conjunto de poupadores de dinheiro. Ele foi resultado de um processo de decadência do modo de produção feudal em conjunto ao crescimento de novos imperativos, em território inglês.

O caminho tortuoso da transição ao capitalismo

A Revolução Francesa é conhecida como “revolução burguesa clássica” (LEFEBVRE; PROCACCI; SOBOUL, 1998, l. 1480/3887). Ora, não seria então a França o berço do capitalismo? Afinal, a classe capitalista tomou o poder de maneira “clássica”. Entretanto, precisamos diferenciar o “burguês”, como pessoa, da classe “capitalista”, aquela por excelência interessada na reprodução e acumulação do capital. O burguês não é naturalmente oposto à nobreza ou à monarquia. Em pleno feudalismo já haviam prósperos comerciantes (capitalista comercial), banqueiros (capitalista monetário) e até mesmo industriais (capitalista industrial). Eles nem pensavam em uma conspiração ou golpe contra reis e senhores na Europa.

É plenamente possível que burgueses colham benefícios jurídicos e econômicos com posições no Estado monárquico, aliando-se, assim, a nobres e latifundiários que se utilizam de trabalho servil, ou mesmo que os próprios nobres e latifundiários façam investimentos capitalistas. Por exemplo, a família Stuart – família que deteve o trono da Escócia e a coroa da Inglaterra –, mesmo dentro dos limites do mercantilismo, investia na indústria (TREVOR-ROPER, 1998, p. 3675/3887).

Os historiadores convergem, sem negarem o papel dirigente da burguesia na revolução francesa, que, mesmo sendo vista como a revolução “burguesa” clássica, ela foi, na verdade, uma revolução levada a frente pela pequena burguesia e por pequenos mercadores, que constituíram o elemento mais eficaz de combate na derrubada do Antigo Regime (LEFEBVRE; PROCACCI; SOBOUL, 1998, l. 1573/3887). Obviamente, não foi a massa da população que colheu os principais benefícios dessa revolução, apesar de grande parte dela ter se visto representada na aspiração dos burgueses a se tornarem classe dominante contra os interesses da nobreza feudal.

A história da Guarda Nacional na França nos diz muito sobre essa realidade. Fundada em 13 de julho de 1789, foi uma milícia de massas, independente do exército francês, criada pela burguesia, que armou todo o povo de Paris. Entretanto, sua criação tinha como objetivo não

apenas resistir a uma reação de Luiz XVI e da nobreza feudal à fundação de uma República, que se mostrava praticamente certa, mas também para reprimir qualquer “excesso” dos populares contra a grande propriedade.

A burguesia parisiense, temendo que a população da cidade aproveitasse a queda do antigo sistema de governo para recorrer à ação direta contra a grande propriedade, apressou-se a estabelecer um governo provisório local, a Comuna, que, em 13 de julho, organizou a Guarda Nacional, uma milícia de base social burguesa, para resistir tanto a uma possível reação do rei, quanto a uma eventual ação mais violenta da população civil. (COGGIOLA, 2013, p. 293)

Em 14 de junho de 1791, a Assembleia Nacional destruiu o recém conquistado direito a ampla associação dos trabalhadores, emitindo um decreto que dizia que qualquer coalizão de trabalhadores seria um “atentado à liberdade e à Declaração dos Direitos Humanos”, punível com multa e privação da cidadania. Mesmo durante o período conhecido como o mais radical da revolução, o do “Terror”, essa lei se manteve intocada (MARX, 2013 l. 988/1493).

A não concessão de amplas liberdades democráticas se explica na própria composição da classe burguesa francesa. Sua parte mais rica estava ligada ao poder do Estado monárquico e à aristocracia feudal (LEFEBVRE; PROCACCI; SOBOUL, 1998, l. 1488/3887). Eram financistas, grandes negociantes e fabricantes prósperos que, integrados ao sistema político e social feudal, agiam com muita precaução, já que uma agitação social grande não só ameaçava a antiga classe dirigente feudal, mas os próprios negócios emergentes da classe capitalista.

Assim, a alta burguesia francesa tomou depressa uma posição contrarrevolucionária (LEFEBVRE; PROCACCI; SOBOUL, 1998, l. 1488/3887), que se materializou no grupo político girondino e na aliança ao poder monárquico. Foram os jacobinos, a parte inferior do terceiro estado, composto basicamente por artesãos e lojistas, que sustentaram o governo revolucionário (LEFEBVRE; PROCACCI; SOBOUL, 1998, l. 1659/3887). Mas não havia mais volta. Com ou sem a burguesia sozinha no poder, o modo de produção capitalista despontava como alternativa à crise no feudalismo.

1.1.4. **Parteiras do capitalismo: miséria e violência**

O impulso econômico central para a rápida expansão do modo industrial de produção foi o florescimento da manufatura de lã e o conseqüente aumento dos seus preços (MARX, 2013, *ibid.*) na Inglaterra. Esse impulso só ocorreu pelo grande número de trabalhadores disponíveis após a expulsão dos camponeses de suas terras (VILAR, 1998, l. 887/3887). A “exclusão” dos

camponeses criou as bases para uma nova “inclusão”, proletária, digamos assim. Transformados em mercenários a vender a força de trabalho a quem se dispusesse compra-la, desesperados, os proletários entregaram-se ao mortal ritmo de trabalho das manufaturas e à insalubre vida das cidades para garantir a subsistência.

Enquanto a antiga nobreza, mais próxima às tradições e costumes, morreu nas guerras feudais do século anterior, a nova nobreza, “filha da sua época”, tinha no dinheiro o elemento acima de todas as outras coisas (MARX, 2013, l. 965/1493). O sucesso da indústria têxtil na Inglaterra e em Castela vai fazer com que a criação de carneiros concorra com a agricultura feudal e despoeve os campos (VILAR, 1998, l. 803/3887). Foi o próprio senhor feudal, na ânsia de ampliar seus lucros, que criou o proletariado urbano ao transformar suas lavouras em pastagem de ovelhas; tudo “na mais tenaz oposição à Coroa e ao Parlamento” (MARX, 2013, l. 965/1493).

O Estado participou ativamente desse processo. Em 1638, sob o reinado de Carlos I, uma violenta legislação proibia que um camponês morasse e mantivesse casa (*cottage*) que não respeitasse especificações mínimas definidas em lei (MARX, 2013, l. 968/1493). Uma *cottage* geralmente era composta por uma lavoura/horta, algumas com pequenas partes arrendáveis. Ao final do século XV e ao longo do XVI, além de uma legislação que expulsava as massas de suas terras, nasceu outra, em toda a Europa Ocidental, que castigava severamente os que não trabalhavam (MARX, 2013, *ibid.*). Estas leis constituem o que os historiadores chamam de expropriação violenta das massas populares, e ocorreram dentro do período da acumulação primitiva de capital, isto é, quando o capital se acumulava antes de se tornar modo de produção dominante, capitalista.

Como desdobramento da reforma protestante, a Igreja Católica, que era a principal instituição feudal europeia, proprietária da maior parte das terras disponíveis, teve seus bens eclesiásticos expropriados (MARX, 2013, l. 970/1493). A Revolução Gloriosa abriu uma nova era de roubos dos domínios estatais. As terras eram presenteadas ou vendidas a preços irrisórios, seja pela usurpação direta ou pela anexação arbitrária de terras comunais⁵ a domínios privados (MARX, 2013, *ibid.*).

⁵ “A propriedade comunal – absolutamente distinta da propriedade estatal anteriormente considerada – era uma antiga instituição germânica, que subsistiu sob o manto do feudalismo. Vimos como a violenta usurpação dessa propriedade comunal, em geral acompanhada da transformação das terras de lavoura em pastagens, tem início no final do século XV e prossegue durante o século XVI. Nessa época, porém, o processo se efetua por meio de atos

O roubo de terras era legitimada pelo parlamento com as “*Bills for Enclosures of Commons*” (MARX, 2013, l. 971/1493), ou, em português, “leis para o cercamento da terra comunal”. O objetivo era ampliar a superfície de exploração agrícola e aumentar a oferta de proletários absolutamente livres provenientes do campo. É evidente que os trabalhadores rurais “presenteados” com essa tal “liberdade” ficaram pouco animados com a notícia de que daquele momento em diante estariam completamente livres.

Foi sobre a população celta da Escócia, organizada em clãs, onde a expropriação mostrou ter atingido seu nível mais alto:

De 1814 até 1820, esses 15 mil habitantes, aproximadamente 3 mil famílias, foram sistematicamente expulsos e exterminados. Todos os seus vilarejos foram destruídos e incendiados; todos os seus campos transformados em pastagens. Soldados britânicos foram incumbidos da execução dessa tarefa e entraram em choque com os nativos. Uma anciã morreu queimada na cabana que ela se recusara a abandonar. Desse modo, a duquesa se apropriou de 794 mil acres de terras que desde tempos imemoriais pertenciam ao clã. (...) Toda a terra roubada ao clã foi dividida em 29 grandes arrendamentos, destinados à criação de ovelhas; cada arrendamento era habitado por uma só família, em sua maioria servos ingleses de arrendatários. No ano de 1825, os 15 mil gaélicos já haviam sido substituídos por 131 mil ovelhas. (MARX, 2013, l. 978/1493)

O sofrimento não tinha terminado para os celtas. Indo em direção a orla marítima após serem expulsos, se confrontaram com a existência de um novo mercado de comércio de peixes, muito interessante aos comerciantes de Londres, tendo que arrendar os terrenos que ocuparam (MARX, 2013, l. 978/1493). Essa é a história de mais um povo que foi em direção a sua “liberdade”. É impossível desarticular a história dos avanços das forças produtivas pelo capitalismo da catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas comuns. Karl Polanyi (2000) disse que a época de transformação de milhares de antigos camponeses em massa despossuída foi fruto de uma espécie de “moinho satânico”.

O último grande processo de expropriação, que privou os lavradores da maior parte da terra, foi chamado de *clearing of states* (clareamento das propriedades rurais) (MARX, 2013, l. 979/1493). Apesar do cercamento dos campos ser mais conhecido, talvez o clareamento das propriedades rurais tenha sido a ação mais brutal da acumulação primitiva. Por meio de métodos como a violência militar direta, leis tirânicas e ações terroristas como as que descrevemos acima,

individuais de violência, contra os quais a legislação lutou, em vão, durante 150 anos. O progresso alcançado no século XVIII está em que a própria lei se torna, agora, o veículo do roubo das terras do povo, embora os grandes arrendatários também empreguem paralelamente seus pequenos e independentes métodos privados.” (MARX, 2013, l. 971/1493)

a propriedade feudal e clânica foi transformada em propriedade privada moderna⁶. Após perderem praticamente tudo – ou menos os seus filhos –, a cruel disciplina de trabalho das indústrias nas cidades e o ritmo da agricultura capitalista no campo preencheu o conteúdo da forma do trabalho no modo de produção ascendente⁷.

Desde as formas mais primitivas de acumulação capitalista, a participação do Estado como aliado do grande negócio foi imprescindível (LEFEBVRE; PROCACCI; SOBOUL, 1998, l. 1441/3887). Desde a época das economias “mercantilistas”, que buscaram enriquecer ampliando o saldo positivo em dinheiro (metais preciosos), criaram-se aduanas e marinhas nacionais para proteger as companhias dos financistas privados⁸. Lucro nacional tornou-se indissociável do lucro comercial (VILAR, 1998, l. 951/3887).

A partir de 1730, sobretudo a partir de 1760, ocorreu uma série de invenções que substituíram a “manufatura” pela “maquinofatura” – ou maquinismo (VILAR, 1998, l. 968/3887). Ampliou-se a produtividade do trabalho. É preciso deixar claro, sobre o século XVIII, que as diferentes nações tiveram um desenvolvimento desigual. A França, palco da “revolução burguesa clássica”, era bastante atrasada com relação a Inglaterra neste período. Com as invenções que geram a metalurgia, e, principalmente, devido a revolução da máquina a vapor – esta que é muito mais um marco histórico do que a “causa em si” da Revolução Industrial –, as estruturas econômicas e sociais do feudalismo foram subvertidas. Não apenas as invenções reduziam o custo do trabalho, mas também aumentavam a pressão sob a classe trabalhadora com a incorporação maciça de mulheres e crianças nas indústrias recebendo salários abaixo dos homens adultos.

Dáí em diante, a produção industrial em massa foi a fonte essencial de capital (VILAR, 1998, l. 972/3887). Em outras palavras, o capital industrial prevaleceu sobre o capital comercial ao conseguir produzir maiores lucros, especialmente por reduzir a parte da riqueza destinada socialmente ao trabalhador a um mínimo de subsistência. Ainda assim, é somente no século XIX

⁶ “O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva.” (MARX, 2013, l. 979/1493)

⁷ Antes e durante estes episódios, também parte da acumulação primitiva de capital foi fruto da chamada “exploração colonial” (VILAR, 1998, l. 862/3887). Por exemplo, altos impostos cobrados das colônias, joias arrebatadas dos indígenas, e imensos tesouros arrancados dos príncipes mexicanos e incas. Tudo isso, levado a Europa, acabava na mão de mercadores e banqueiros (VILAR, 1998, *ibid.*).

⁸ Por exemplo, em nome do crescimento da Companhia Britânica das Índias Orientais e da abertura de novos mercados para os produtos ingleses na China, ocorreu a Guerra do Ópio. Perdendo a guerra, a enorme China se dobrou diante da influência direta da Inglaterra por 100 anos.

que o capitalismo industrial se propagará para outros países da maneira como podia ser encontrado na vida urbana de Manchester do século XVIII (VILAR, 1998 l. 998/3887).

1.2.A centralidade do trabalho

Aqueles que apreciam o trabalho, que acreditam que ele “enobrece” o humano, como a parte fundamental da moral em sociedade – afinal, todos precisam trabalhar –, costumam associar seu significado a algo próximo ao que se refere a expressão latina *lavoro*. Mas o trabalho também pode ser referido ao *tripalium*, um instrumento de tortura. Precisamos falar disso com mais detalhes antes de iniciar o assunto principal da nossa exposição.

A atividade que envolve a relação do humano com a natureza é sempre histórica. Por exemplo, os Yanomami dão um outro sentido a atividades como plantação, colheita, caça, pesca. Para eles, elas são indissociáveis das cerimônias, rituais e festividades em geral, ou seja, compõem um todo da sua vida cotidiana, sem qualquer indício de aplicarem a separação tão naturalizada hoje entre “trabalho” e “tempo livre”.

Foi a submissão de um humano a outro que fez a atividade transformadora da natureza se associar ao *tripalium*. Essa palavra, também latina, remete objetivamente a um instrumento de tortura (DE OLIVEIRA; SILVEIRA, 2012) usado durante o período da Inquisição: composto por um gancho de três pontas, ele tinha como função colocar para a fora as tripas do torturado, causando-lhe uma morte lenta, dolorosa e repleta de agonia.

Acreditamos que o segundo significado para o trabalho é mais preciso para expressar as atuais condições sob as quais a transformação da natureza é exercida pela maioria. O que chamaremos aqui de “trabalho” no capitalismo será o ato de transformar a natureza para fazer nascer um novo valor de troca, independentemente se ele traz consigo um valor de uso que atenda às necessidades do corpo ou do espírito. “Trabalho”, para nós, portanto, terá o sentido específico de uma atividade transformadora da natureza através da utilização do trabalho assalariado. Às vezes usaremos a palavra de maneira ampla, mais próxima ao senso comum, como simplesmente a interação humano-natureza presente nos diferentes modos de produção.

No capítulo anterior, falamos da decadência do modo agrário-feudal de produção e do nascimento do modo de produção capitalista, introduzindo o tema sobre como as massas

participaram desse processo. Agora, traremos em detalhes como opera o trabalho no capitalismo, assim como por que a maioria dos indivíduos precisam se submeter a um tipo específico de trabalho coletivo para sobreviverem: o assalariado. No Brasil, em 2020, excluindo-se os aposentados, autônomos, empresários e incapacitados para o trabalho, 64,61% da população era simplesmente fornecedora de trabalho, ao menos em potencial (ILAESE, 2021, p. 10).

1.2.1. Mercadoria, capital e capitalismo

Para Marx, a mercadoria é a forma econômica celular (MARX, 2013, l. 854/1493) da sociedade burguesa, e o tempo socialmente necessário para sua produção é a substância comum a todas elas, formando seu “valor” (MARX, 2010, p. 99). Essa definição sobre o que é um produto do trabalho refere-se a um período histórico onde eles se tornaram, predominantemente, mercadorias. A circulação de mercadorias já existia antes de existir o capital. Foi ela o ponto de partida para o surgimento do capitalismo (MARX, 2013, l. 289/1493).

Um negro é um negro. Somente sob determinadas condições ele se torna escravo. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina de fiar algodão. Apenas sob determinadas condições ela se torna capital. Arrancada dessas condições, ela é tão pouco capital quanto o ouro é, em si mesmo, dinheiro, ou o açúcar é o preço do açúcar [...]. O capital é uma relação social de produção. É uma relação histórica de produção. (MARX, 2010a, p. 45)

O que chamaremos aqui de “capital” será a capacidade dos indivíduos entrarem em interação uns com os outros sob um modo específico de produzir as riquezas (MARX, 2010a, p. 45). Capital não é sinônimo de dinheiro, como costuma ser definido erroneamente no senso comum, e sim “relação social de produção”. O dinheiro também é anterior ao surgimento do capitalismo, ou mesmo do capital, tendo perpassado diversos modos de produção⁹. No capitalismo, o dinheiro é apenas uma das formas na qual o capital pode assumir ao longo da sua existência no ciclo das mercadorias.

A expansão do comércio de mercadorias faz crescer o poder do dinheiro como mediador da circulação (MARX, 2013, l. 274/1493), mas foi apenas nas mãos do comerciante que o dinheiro passou a ser usado como algo além de um mero meio de troca de mercadorias. O comerciante teve o mérito de fazer o dinheiro extrapolar sua função inicial, tornando ele um meio

⁹ Há evidências arqueológicas que desde o século VII a.C. moedas de ouro e prata já circulavam, surgindo primeiramente no reino da Lídia, atual Turquia.

para a obtenção de mais dinheiro. Como metal, papel moeda ou número digital, o dinheiro é um equivalente universal para facilitar as trocas de produtos com diferentes valores. Ele substituiu o escambo, que era a troca direta de produtos finais do trabalho, e criou a própria possibilidade de um “mercado”, inicialmente como lugar físico onde produtores, vendedores e compradores se encontravam.

Mas o simples comércio de mercadorias não basta para fazer surgir o capital como relação social específica. Por exemplo, se um produtor de arroz vende seu produto em troca de dinheiro, que é usado posteriormente para comprar um sapato que necessita, o arroz e o sapato foram apenas transferidos da esfera da troca para a esfera do consumo, tanto na visão do produtor de arroz quanto na do produtor de sapato.

TROCA [Arroz (M) → {Dinheiro (D)} → Sapato (M)] CONSUMO

TROCA [Sapato (M) → {Dinheiro (D)} → (M qualquer)] CONSUMO

“Ter dinheiro” não significa “ter capital”. O ato de usar ou entesourar o dinheiro para consumo pessoal não produz novas mercadorias nem impulsiona qualquer tipo de relação entre os indivíduos voltada a obtenção de quantias maiores de dinheiro. No exemplo do produtor de arroz, o dinheiro foi apenas um meio, não um fim em si mesmo. E se o produtor satisfaz as necessidades pessoais e de sua família através da troca, não há por que produzir mais que o necessário.

Para ser capital, o dinheiro precisa possuir a capacidade de produzir um tipo especial de relação humana. O comerciante é o precursor do capitalismo pois, por seu impulso apaixonado de possuir quantias cada vez maiores de dinheiro – a *“auri sacra fames”*, expressão latina equivalente a “incontrolável fome por ouro” –, ele se lança repetidamente ao mercado, transportando mercadorias de um lugar para outro em busca de lucro comercial; formando um metabolismo social¹⁰.

Agora, se o dinheiro for aplicado na produção de novas mercadorias, ampliando a produção, e, conseqüentemente, as vendas, para que o dinheiro delas seja reinvestido para ampliar a escala da produção, temos uma forma não só comercial do capital, mas produtiva, o “capital produtivo”. Toda forma social produz ciclos, afinal, uma parte dos seus produtos

¹⁰ “Na medida em que o processo de troca transfere mercadorias das mãos em que elas não são valores de troca para as mãos em que elas são valores de uso, ele é metabolismo social.” (MARX, 2013, l. 241/1493)

produzidos precisa se reconverter em meios de produção e elementos de nova produção (MARX, 2013, l. 780/1493). O capitalismo, no entanto, faz da ampliação dos ciclos produtivos a quintessência do seu funcionamento.

Por exemplo, a diferença dos ciclos de uma agricultura capitalista para um ciclo da agricultura feudal, é que nas relações sociais de produção capitalistas a produção volta-se para a troca. Produz-se para vender, e com a venda busca-se produzir mais ainda. Nas relações feudais de produção, a agricultura está ligada diretamente para o consumo, à satisfação das necessidades humanas: tanto no luxuoso consumo do senhor proprietário quanto no modesto consumo do camponês servo.

Ao fim do movimento, o dinheiro surge novamente como seu início. Assim, o fim de cada ciclo individual, em que a compra se realiza para a venda constitui, por si mesmo, o início de um novo ciclo. A circulação simples de mercadorias – a venda para a compra – serve de meio para uma finalidade que se encontra fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, ao contrário, um fim em si mesmo, pois a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado. O movimento do capital é, por isso, desmedido. (MARX, 2013, l. 296/1493)

As mercadorias circulam através do comércio porque há vendedores de mercadorias, interessados em lucrar a partir dos seus valores de troca, assim como há consumidores, interessados pelos seus valores de uso. O comerciante compra uma mercadoria simplesmente por ela possuir valor de troca, ou seja, por ser passível de ser vendida no futuro. Após a compra, o comerciante a vende o mais rápido possível para que, após a venda, uma quantidade de dinheiro maior do que a investida no início esteja sob sua posse.

Para que o vendedor de uma mercadoria seja um capitalista, primeiro, ele precisa buscar constantemente o excedente sob o que investiu. Depois, ele não pode gastar todo o dinheiro que ganhou com a venda da mercadoria. Parte desse excedente precisa ser reinvestido em novas mercadorias para que a venda das mesmas gere novamente mais dinheiro, reiniciando o ciclo, agora em maiores proporções. O capitalista comercial ideal compra para vender e vende para comprar. Compra para vender mais caro do que comprou e vende para comprar novamente, criando assim um movimento de espiral crescente (MARX, 2013, l. 854/1493). Essa espiral não pode ser controlada de forma racional pela força das leis ou de tradições.

Durante algum tempo o capital comercial fez crescer suas espirais sem por isso se colocar em oposição direta a sociedade feudal. E na medida que se desenvolvia, a burguesia comercial se ligava à própria aristocracia feudal (LEFEBVRE; PROCACCI; SOBOUL, 1998, l. 1530/3887). Mas

ciente desse poder em espiral, por que ser apenas um intermediário? Vejamos o seguinte exemplo:

Isnard nos aparece então como um grande negociante especializado no comércio de óleos e grãos; sua atividade econômica acha-se fundada sobre o capital comercial; mas, neste caso particular, o capital comercial não se encontra submetido à produção: ele serve simplesmente de intermediário para a troca de mercadorias (azeite, grãos), que não produz. Isnard possui ainda uma manufatura de sabão e beneficia seda. O comerciante torna-se então industrial. O desenvolvimento do capital comercial, até certo ponto, é a condição histórica do desenvolvimento da produção capitalista: somente até certo ponto, já que este desenvolvimento será realizado sem que sejam modificadas as relações de produção. (LEFEBVRE; PROCACCI; SOBOUL, 1998, l. 1521/3887)

O comerciante investe então seu capital na manufatura, ou pequena indústria. O capital industrial aumenta o número de pessoas em cooperação para produzir as mercadorias, trazendo também maiores lucros a o capitalista industrial do àquele exclusivamente dedicado ao comércio. Um número crescente de trabalhadores passa a trabalhar para um único capitalista. O crescimento da manufatura preparou uma revolução¹¹, na medida em que o capital industrial tomava o controle da produção social. (MARX, 2014, p. 145). A antiga clientela, antes dispersa em diversos pequenos produtores, foi se concentrando em um único e grande mercado, abastecido pelo capital industrial (MARX, 2013, l. 994/1493).

Antes, a manufatura era vinculada à pequena agricultura e dispersa entre diversos feudos (LEFEBVRE; PROCACCI; SOBOUL, 1998, l. 1488/3887). Fios, panos, tecidos grosseiros e outros produtos, que se encontravam no âmbito da família camponesa, transformam-se em artigos da manufatura, que ao fomentar a aplicação de antigas e novas tecnologias em larga escala, vai reduzir o custo e multiplicar por várias vezes a produtividade do trabalho (VILAR, 1998, l. 968/1493). Os capitalistas voltados à indústria vão acumular riquezas muito mais rapidamente que os senhores feudais.

Quando as relações sociais de produção capitalistas – trabalho assalariado, produção voltada ao reinvestimento, predominância da indústria, etc. – atingem quantidade ao ponto de se tornarem predominantes em determinada sociedade, a qualidade metabólica da própria nação também é alterada.

¹¹ “Esse capital condiciona, portanto, o caráter capitalista da produção; sua existência inclui a existência da oposição de classes entre capitalistas e trabalhadores assalariados. À medida que o capital se apodera da produção social, a técnica e a organização social do processo de trabalho são revolucionadas e, com isso, o tipo histórico-econômico da sociedade. Os outros tipos de capital, surgidos antes dele em condições sociais de produção pretéritas ou em declínio, não apenas se subordinam a ele e são por ele modificadas no mecanismo de suas funções, mas se movem exclusivamente com base nele e, portanto, vivem e morrem, mantêm-se e desaparecem com essa sua base.” (MARX, 2014, p. 145)

1.2.2. Investir para lucrar, trabalhar para viver

Como vimos, no capitalismo as mercadorias são produzidas por possuírem um valor de troca, algo que ao ser vendido gera mais dinheiro do que o que inicialmente foi investido pelo possuidor de dinheiro. Portanto, o valor de uso de um produto é, para o vendedor capitalista, apenas “suporte material” (*stoffliche Träger*) do seu valor de troca (MARX, 2013, l. 158/1493). Mas o que o capitalista industrial produz para ser levado ao mercado e por que ele faz isso? Por base, ele produz um valor de uso qualquer, que atende uma necessidade, independente dessa necessidade provir do estômago ou da imaginação, se serve para fruição intelectual ou para produtos alimentícios básicos (*lebensmittel*) (MARX, 2013, l. 157/1493)¹².

Se para produzir uma agulha, o artesão de três séculos atrás precisava, por exemplo, de 1 minuto de trabalho, agora, com a utilização de técnicas de cooperação entre trabalhadores e máquinas sob constantes aprimoramentos, esse tempo é reduzido a frações cada vez menores do tempo utilizado pelo artesão medieval. Há um desenvolvimento das forças produtivas muito rápido no capitalismo em comparação ao feudalismo.

Desenvolver forças produtivas significa conseguir produzir produtos com menor necessidade de incorporação de trabalho do que antes: produz-se a mesma quantidade de produtos com menor dispêndio de tempo dos trabalhadores na sua produção, ou maior quantidade de produtos com a mesma quantidade de tempo de trabalho. Para tal fim, é necessário o desenvolvimento da maquinaria, da técnica e da ciência por trás de ambas. O objetivo do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo é só um: o aprimoramento da exploração do trabalho assalariado pelo capital.

Entretanto, esse desenvolvimento produtivo não é voluntário ou racional, apesar de se basear na cooperação maciça entre as pessoas por toda a sociedade e na racionalidade dentro de cada unidade produtiva. O avançar das forças produtivas no capitalismo vem de uma potência estranha, situada fora e acima tanto do trabalhador quanto do capitalista, a qual nenhum dos dois pode controlar. Essa potência percorre etapas de desenvolvimento independentes do querer e do agir dos humanos – e até mesmo dirigindo seu querer e agir (MARX; ENGELS, 2007, p. 38).

¹² O capitalista vai ao mercado porque, ao levar sua mercadoria a ele, realiza o lucro empresarial (MARX, 2017, l. 726/828).

O metabolismo do capital faz com que os diversos tipos de trabalho humano investidos para produzir as mercadorias desapareçam (MARX, 2013, l. 158/1493). O operário não precisa conhecer todas as etapas do processo produtivo, apenas saber operar essa ou aquela máquina ou processo na empresa. Todas as capacidades para transformar a natureza em produtos úteis agora se submetem à questão de quanto tempo é socialmente necessário para a produção das mercadorias que serão levadas ao mercado. O trabalho no capitalismo é social: o capital transforma os muito processos individuais de trabalho, dispersos e mutualmente independentes, num processo de trabalho social e combinado (MARX, 2013, l. 503/ 493).

O movimento caótico onde cada capitalista tenta diminuir o tempo necessário para a produção de uma mercadoria em sua própria indústria, conjuntamente, faz cair o tempo socialmente necessário para a sua produção. Se há aumento da produtividade em um setor industrial de determinado alimento, por exemplo, devido a implementação de uma nova máquina colheitadeira ou de condições favoráveis do clima, cai o tempo socialmente necessário para sua produção. A quantidade de tempo socialmente necessário para produzir uma mercadoria no capitalismo passará agora a ser chamada por nós de “valor” (MARX, 2013, l. 162/1493).

É em torno da produção do valor que as relações sociais de produção capitalista se desenham. Sendo assim, o papel de um indivíduo na sociedade estará circunscrito a como ele participa, mesmo sem nada saber desse fato, da produção de valores. Falando de outro modo, “valor” (*wert*) é uma medida quantitativa para o tempo que a sociedade precisa, de maneira coletiva, para produzir determinada mercadoria, ou trabalho humano materializado em um valor de uso qualquer (MARX, 2013, l. 339/1493). O trabalho humano, no capitalismo, é sempre o trabalho da coletividade, isto é, trabalho humano indiferenciado (MARX, 2013, p. 248/1493).

Na mercadoria estão refletidos todos aqueles que emprestaram seu tempo a ela, de variados lugares da produção e da circulação. Marx (2013, p. 161) diz que, no capitalismo, tudo que resta na mercadoria é uma geleia (*Gallerte*) de trabalho humano indiferenciado. Essa é uma ideia extremamente abstrata, mas ao mesmo tempo é a mais concreta que já se chegou até hoje sobre o modo de produção capitalista: a mercadoria é, essencialmente, tempo (de trabalho dedicado, socialmente despendido, estritamente dentro do necessário, dentro de uma média).

Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Deles não restou mais do que uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples geleia [Gallerte] de trabalho humano indiferenciado, i.e., de dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio. Essas coisas representam apenas o fato de que em sua produção foi despendida força de trabalho humana, foi acumulado trabalho

humano. Como cristais dessa substância social que lhes é comum, elas são valores – valores de mercadorias. (MARX, 2013, p. 161)

O valor de uma mercadoria varia constantemente. Uma nuvem de gafanhotos pode devastar milhares hectares de lavoura de soja, o que significa que para produzir a mesma quantidade de soja que na colheita anterior, agora será necessário maior dispêndio de tempo. O valor da soja irá subir, e, provavelmente, seu preço, esse que é a representação do valor na forma de um equivalente em moeda circulante. Se em uma etapa da produção de agulhas, como na mineração, acontece a descoberta de uma nova mina muito mais rica que a antiga, inundando o mercado de matérias primas, o valor da matéria prima cairá porque para extrair a mesma quantidade de minério exigiu-se menos trabalho do que antes. Conseqüentemente, o valor da agulha também cairá.

Para o capital na indústria, a produção das mercadorias gera um lucro empresarial médio ao capitalista (MARX, 2017, l. 721/828). É a partir da existência dele que os capitalistas são impulsionados a investirem, sempre com flexibilidade. Seus investimentos podem ir de um setor ou outro de acordo com as vantagens que aparecem em cada um deles em termos de lucros médios. Tudo isso enquanto buscam, no setor já investido, suas próprias maneiras de gerar um lucro acima dessa média pela exploração relativa (maquinário, técnicas etc.) ou absoluta (tempo, intensificação do trabalho, etc.) da força de trabalho.

Por exemplo, se durante uma pandemia há uma demanda, momentaneamente aumentada, por seringas, gera-se a tendência para que os capitalistas invistam maiores quantidades de seu capital em fábricas de seringas buscando lucratividade acima da média. Mais tempo de trabalho social médio será necessário para produzir a quantidade de agulhas demandada no mercado, portanto, o valor das agulhas irá subir, logo, o preço, que o representa na forma de moeda. Essa é uma função fundamental do capitalista, destinar seu dinheiro como capital para onde ele pode obter lucros acima da média geral ou daquele setor da produção.

Para o trabalhador, trata-se de uma questão mais simples: a sobrevivência. Na ausência de meios de produção próprios, sobra transformar-se em um tipo de mercenário (MARX, 2013, l. 968/1493) que precisa vender seu tempo, habilidade e energia para ganhar a sua própria subsistência e de sua família pelo salário recebido. Na “melhor” das hipóteses, alcança-se os postos mais altos e melhor remunerados na divisão social do trabalho ou nas instituições necessárias a reprodução do capital, como no Estado e setores por ele financiados. Um pequeno

número de trabalhadores, praticamente desprezível, irá conseguir compor a classe de proprietários de meios de produção. Em geral, limitado a compor os estratos médios.

1.2.3. Exploração do trabalho assalariado pelo capital

O objetivo do capitalista industrial é ampliar a quantidade de dinheiro à sua disposição com relação ao dinheiro que investiu inicialmente na produção de mercadorias, para, com dinheiro da mercadoria vendida no mercado, investir mais e produzir mais, sucessivamente, em ciclos cada vez maiores. O nome desse processo é “acumulação de capital” (MARX, 2013, l. 996/1493), e “Cada acumulação se torna meio de uma nova acumulação (MARX, 2013, l. 849/1493). O dinheiro deve “parir” mais dinheiro¹³. O nome do dispêndio de tempo de trabalhadores neste processo é trabalho produtivo – que não tem relação com a coisa em si produzida, mas com o capital produzido.

Se valor é o tempo socialmente necessário (MARX, 2013, l. 162/1493) para a produção de uma mercadoria, o valor deve ser autovalorizado na produção (MARX, 2013, l. 297/1493). Para que ele se autovalorize é necessário um excedente de valor com relação ao valor aplicado inicialmente. Quem é capaz de produzir o incremento sobre o valor original é o trabalhador, que produz, além do valor (o que é necessário para manter a produção na mesma escala), o mais-valor (*surplus value*) (MARX, 2013, l. 297/1493). O central é que, no capitalismo, o proprietário dos meios de produção emprega de maneira assalariada trabalhadores e se apropria do mais-valor produzido por eles, com o objetivo de reiniciar o ciclo produtivo em escala ampliada, isto é, em escala maior do que foi o ponto de partida do ciclo anterior (MARX, 2013, l. 796/1493).

Todo capitalista depende do trabalho alheio para operar meios de produção e produzir valores. Solitariamente, os meios de produção, por mais automatizados que sejam, não criam novos valores (MARX, 2014, p. 132).

Em detalhes: para transformar dinheiro (D) em mais dinheiro (D’) a partir do processo de produção de mercadorias (M), são necessárias duas mercadorias especiais:

¹³ “A fórmula D... D’ se caracteriza, portanto, pelo fato de que, por um lado, o valor do capital constitui o ponto de partida, e o valor de capital valorizado o ponto de retorno – de modo que o desembolso do valor de capital aparece como meio e o valor de capital valorizado como finalidade de toda a operação – e, por outro, que essa relação é expressa em forma-dinheiro, na forma-valor independente e que, portanto, o capital monetário se expressa como dinheiro que pare dinheiro.” (MARX, 2014, p. 148)

1. Força de trabalho (ft): que são as capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, postas em movimento pelo trabalhador assalariado em um meio de produção, que criam algum valor de uso (MARX, 2013, l. 312/1493).
2. Meios de produção (mp): que são os meios e objetos de trabalho onde a força de trabalho atuará.

Pelo capital industrial, temos alguns estágios que compõe a transformação de D em D'.

Vejam os detalhes abaixo:

$$\frac{D - M (ft + mp) \dots p \dots M' - D' \cdot D - M \dots p [\dots]}{\longrightarrow}$$

- 1º estágio (D - M)

Dinheiro inicial (capital-monetário) compra duas mercadorias especiais (M):

(1) Meios de produção (mp) (comprado de outro capitalista)

(2) Força de trabalho (ft) (comprado de um trabalhador, pago como salário)

- 2º estágio (M ... p ... M')

Processo de produção (p) (capital produtivo):

(1) A força de trabalho (ft) interage com os meios de produção (mp)

(2) A interação adiciona novo valor às matérias primas (M) ao transformá-las em novos objetos úteis (M'). O nome do valor que excede o valor original das duas mercadorias especiais, força de trabalho e meios de produção, é “mais-valor” (m).

- 3º estágio (M'-D')

Produto final (capital-mercadoria):

(1) A mercadoria produzida é destinada ao comércio de mercadorias¹⁴, gerando mais dinheiro (D') do que foi inicialmente investido em meios de produção (mp) e força de trabalho (ft).

(2) O mais-dinheiro está dotado de potencial para ser reinvestido na produção, reiniciando o ciclo.

¹⁴ A circulação de mercadorias necessita de agentes da circulação assim como a produção de agentes da produção. O capitalista não consegue fazer do dinheiro inicial investido (capital monetário) transformado em processo produtivo (capital industrial) e reverter a mercadoria gerada (capital-mercadoria) novamente em dinheiro pela sua venda (capital monetário) sem que haja trabalhadores no processo de circulação dessa mercadoria, buscando encurtar seu tempo de curso. O tempo de curso é o período entre a produção e a venda da mercadoria a um consumidor. (MARX, 2014, p. 228).

Outro aspecto que precisamos entender é que a escolha de qual trabalhador irá ser “incluso” no processo produtivo está longe de ser aleatória. Realizada pelos departamentos de recursos humanos das empresas, ela é tão importante quanto a escolha do material adequado para a construção de uma casa. Para que a força de trabalho de alguém seja interessante ao capitalista, ela precisa apresentar um “caráter normal” (MARX, 2013, l. 351/1493). E o que significa esse caráter normal?

1. Padrão médio de habilidade: o trabalhador precisa ter a especialização necessária para operar o meio de produção.
2. Padrão médio de eficiência: o trabalhador precisa ser eficaz em suas ações, pois o meio de produção precisa produzir a quantidade e a qualidade para qual ele foi designado.
3. Padrão médio de celeridade: o trabalhador precisa produzir na velocidade de operação para qual o meio de produção tenha seu desempenho ótimo alcançado.

Seria incongruente para um grande capitalista investir na agricultura em 2021 comprando arados puxados por tração animal como meios de produção, se hoje há tratores automatizados e controlados por satélites que demandam apenas alguns trabalhadores para fiscalizarem uma operação de centenas de hectares. Produzir uma safra X com instrumentos de trabalho arcaicos seria mais caro do que para seus concorrentes que utilizam meios de produção e conhecimentos técnicos atuais para produzir a mesma safra. A produtividade do trabalho seria baixíssima, e nada adiantaria contratar força de trabalho de caráter normal para aquele ramo da produção se na empresa os instrumentos são arcaicos. Da mesma maneira, seria incongruente contratar um camponês analfabeto, que produziu durante toda a sua vida em um pequeno lote de terra junto a sua família utilizando instrumentos rudimentares, para operar uma máquina de milhões de dólares operada por satélite.

Retomando brevemente o que já foi dito: o que permite a criação do mais-valor é o trabalhador assalariado, que fornece o mais-trabalho (MARX, 2014, p. 354), ou trabalho excedente àquele necessário para reproduzir o processo produtivo na escala anterior. O capital necessita do mais-valor para que o ciclo da acumulação seja reiniciado em patamares superiores ao anterior. Ou seja, ele seria reiniciado do mesmo patamar se as mercadorias produzidas fossem vendidas e o dinheiro obtido com a venda apenas pagasse o salário dos operários e o desgaste dos meios de produção.

Mas o capital é exatamente, como falamos acima, o impulso por acumular, pela autovalorização do valor. Sem o mais-valor gerado pelo mais-trabalho, e mais, sem a busca constante pela ampliação desse mais-valor, a ser apropriado privadamente, como centro da vida social, não há capitalismo.

O mais-trabalho da força de trabalho é o trabalho gratuito do capital e cria para o capitalista um valor que não lhe custa equivalente algum. O produto é, por isso, não apenas mercadoria, mas mercadoria fertilizada [*befruchtete*] com mais-valor. (MARX, 2014, p. 129)

A “mágica” do mais-valor está no fato de que a energia que o trabalhador despende ao operar os meios de produção renova-se de maneira espontânea. “A capacidade de conservar valor ao mesmo tempo que adiciona valor é um dom natural da força de trabalho em ação.” (MARX, 2013, l. 362/1493) Após certo tempo de descanso, as “baterias estão recarregadas”, e o trabalhador volta a “fertilizar” de valores as mercadorias na próxima na próxima jornada. *Voilà!* A magia do modo de produção capitalista está nessa energia que se renova. A força de trabalho, zelada por instituições jurídicas e repressivas que fornecem alguma regulação a exploração da mesma, produz frutos inteiramente apropriados pelo contratante da mesma.

Mas há um detalhe. O componente orgânico fornecido pelo trabalhador à mercadoria entrega diferentes valores ao final do processo produtivo, portanto a força de trabalho na produção é um capital que varia – também conhecido como “capital variável”. Por exemplo, durante a pandemia de COVID-19 que assolou o mundo em 2020-2021, cada pico de contaminação ou paralisação influía diretamente na produtividade do trabalho. Elementos econômicos, políticos, geográficos, culturais, entre outros, influenciam no componente orgânico-biológico.

Um trabalhador contaminado, com licença para se recuperar da COVID-19, que vê um parente ou amigo morrer, que precisa cuidar de um doente, que vê extinto meios de lazer etc., certamente terá sua produtividade reduzida. Já a máquina, pelo seu desgaste, desprende do seu valor partes constantes, que são entregues às mercadorias que passam por ela em um processo previsível ao longo da sua “vida útil”. É praticamente impossível determinar a vida útil precisa de um trabalhador, pois ela significaria levar em conta fatores que estão muito além do controle de planilhas.

Em detalhes:

- Capital variável (v): forma histórica atual do “fundo dos meios de subsistência” ou “fundo do trabalho”. Ele é produzido pelos próprios trabalhadores e destinado a conservar e reproduzir a força de trabalho (MARX, 2013 l. 783/1493). O capital variável representa, em termos monetários, tudo que é pago pelo capitalista como remuneração ao trabalhador pela força de trabalho. É chamado de “variável” porque a quantidade de valor que o trabalhador entrega à mercadoria no processo produtivo varia (MARX, 2013 l. 365/1493). O trabalhador não produz apenas seu próprio fundo de subsistência, mas também um excedente variável, o mais-valor.
- Capital constante (c): matérias primas, matérias auxiliares, meios de trabalho. É chamado de “constante” porque sua grandeza de valor não se altera no processo produtivo (MARX, 2013 l. 364/1493). Uma parte do seu valor se transfere ao produto por porções, mas outra parte permanece nele e não altera sua antiga forma de existência. Uma parte do valor dos meios de produção se desprende gradualmente, de forma constante, e é incorporada nas mercadorias.

O capital vê o trabalhador apenas como uma parte do seu próprio metabolismo que objetiva a autovalorização: capital variável, elemento capaz de entregar novos valores às mercadorias. A democracia e a liberdade que os assalariados vivenciam no capitalismo é, em essência, a liberdade para que proprietários de meios de produção e da terra explorem trabalho alheio.

O trabalho alheio vem do “escravo assalariado”, que, em troca de dinheiro para comprar itens para a subsistência, “aluga” seu tempo, habilidade e energia, transforma-se em capital variável. A grande maioria dos “escravos assalariados” estão afastados da vida política, isto é, afastado das principais decisões que afetarão o seu destino. Não porque falta interesse a eles, mas porque as quantias de tempo, habilidade e energia disponíveis fora da função de capital variável lhe são escassas, e porque a quantidade e a qualidade das mercadorias que conseguem consumir estão dentro dos estritos limites de suas necessidades (MARX, 2009, p. 56), isto é, das necessidades que os permitem ser capital variável durante parte do dia.

Portanto, o que os trabalhadores produzem de fundamental para o metabolismo social é o mais-valor. Conforme o produzem, podem ser consumidores (MARX, 2009, p. 56). Quando o consumo geral dos trabalhadores cai, também é um sinal que a produção geral de mais-valor da sociedade também caiu.

É comum que os políticos, tanto os capitalistas quanto aqueles oriundos da classe trabalhadora, por oportunismo, ingenuidade ou ignorância sobre este mecanismo, acabem falando sobre a necessidade de “crescimento da economia” como o único caminho para a superação da pobreza e da miséria. Entretanto, o “sucesso” capitalismo baseia-se essencialmente na gestão do trabalho produtivo, sobre a capacidade dele produzir mais-valor em maiores quantidades com menor dispêndio de capital variável. Repetimos aqui, com insistência, que o “O processo de produção capitalista é ao mesmo tempo, essencialmente, um processo de acumulação.” (MARX, 2017, l. 208/828).

Como veremos adiante, a análise política simplista que foca a melhora da vida das populações apenas nos dados do “crescimento do PIB” ou no índice das bolsas de valores, ignora que no capitalismo há uma tendência que faz com que mais e mais trabalhadores se transformem, a cada nova crise, em indivíduos supranumerários da grande indústria, carne de canhão para novos capitais ou dependentes de políticas assistenciais.

1.3. Adaptabilidade humana

A acumulação do capital depende do dispêndio laborativo do indivíduo trabalhador e também da capacidade das instituições sociais para adaptar massas de trabalhadores à certas condições de trabalho e de vida. Por mais distintos que sejam os trabalhos úteis e as atividades laborais, elas continuam sendo dispêndio de cérebros, nervos, músculos, órgãos sensoriais humanos, etc. (MARX, 2013, l. 205/1493). Para a grande maioria, no entanto, o processo de trabalho assemelha-se a um meio de tortura (MARX, 2013, l. 607/1493), distante de qualquer realização de projetos pessoais ou fruição da vida.

Por mais que máquinas tenham substituídos certos trabalhos repetitivos e rotineiros, eles ainda persistem, mas não como um simples resto a ser eliminado pelo desenvolvimento da técnica e sim como uma chaga que se abre a todo momento e em todo lugar com longas jornadas de trabalho, refugiados de guerras incessantes e imigrantes que, desesperados por meios de vida mínimos ou melhores, aceitam todo o tipo de serviço, desemprego endêmico etc.

Mesmo com inventos cada vez mais surpreendentes e suas aplicações para diminuir a necessidade de trabalho humano, estes ainda não servem para usufruto comum, para permitir atividades de lazer, melhorar as condições de existência ou fornecer tempo para a intelectualidade. Ao

despossuído, resta adaptar-se aos diferentes tipos de “trabalho livre” disponíveis para servir ao capital. Cidades inteiras surgem de um ano para o outro em uma aliança de máquinas, operários e engenheiros, mas o fenômeno das favelas e dos sem-teto permanece global, inclusive para os que constroem as cidades. Lavouras tão grandes que podem ser vistas do espaço têm suas colheitas realizadas por máquinas autônomas, administradas por sinais vindos de satélites e com a participação de trabalhadores especializados em tecnologias da informação. Contudo, a fome, inclusive nos países mais avançados industrialmente, assola o planeta de maneira permanente e sem estar ligada a secas ou problemas na colheita, como era no passado.

Em 2010, um sexto da população mundial vivia em favelas (MORAN, 2010, p. 381), demonstrando ser esse um fenômeno urbano. Sobre a população das cidades, segundo as Nações Unidas (UN POPULATION FUND, 2007), haverá cinco bilhões de habitantes até 2030. O modo de vida degradante, a morte prematura e o trabalho extenuante são consequências iminentes da produção capitalista.

O capital não tem, por isso, a mínima consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador, a menos que seja forçado pela sociedade a ter essa consideração. Às queixas sobre a degradação física e mental, a morte prematura, a tortura do sobretrabalho, ele responde: deveria esse martírio nos martirizar, ele que aumenta nosso gozo (o lucro)? De modo geral, no entanto, isso tampouco depende da boa ou má vontade do capitalista individual. A livre-concorrência impõe ao capitalista individual, como leis eternas inexoráveis, as leis iminentes da produção capitalista. (MARX, 2013, l. 432/1493)

Se a remuneração paga aos trabalhadores é insuficiente para parte deles garantir a regularidade na compra dos viveres básicos, se o ambiente de trabalho é torturante, se a jornada de trabalho é longa, se as moradias são precárias e os alimentos envenenados, nada disso diz respeito a uma inclinação “maléfica” do capitalista individual. Se o capital fosse orientado pela “bondade” do proprietário capitalista, o capitalista deixaria de ser capitalista, pois o real motor do capital é independente da moral, do bem: é o processo de autovalorização do valor através da produção de mercadorias, independente das suas consequências humanitárias.

O valor percorre aqui diferentes formas, diferentes movimentos, nos quais ele se conserva e, ao mesmo tempo, se valoriza, **aumentando de tamanho**. Como aqui nos ocupamos, por ora, com a simples forma do movimento, não entram em consideração as revoluções que o valor de capital pode experimentar em seu processo cíclico; mas é claro que, apesar de todas as revoluções do valor, **a produção capitalista só pode existir e continuar a existir enquanto o valor de capital se valoriza**, isto é, enquanto percorre seu processo cíclico como valor autonomizado e, portanto, enquanto as

revoluções do valor são de algum modo dominadas e niveladas. (MARX, 2014, p. 205, grifos nossos)

Resta ao vendedor da força de trabalho, em potencial ou atual, portanto, adaptar-se para sobreviver. Como regra geral, necessária para a perpetuação da empresa como um todo, o trabalhador receberá, em troca do seu esforço, apenas o mínimo necessário à manutenção da sua atividade laboral e a vida dos seus descendentes, seja na forma de pagamento regular ou “por peça” (MARX, 2013, l. 938/1493). É a luta pela ampliação do “mínimo”, travada pelos trabalhadores em seus locais de trabalho, que força o capitalista a aumentar a parte destinada ao capital variável de maneira descolada das necessidades atuais da valorização do capital.

Sendo assim, as principais disputas sociais protagonizadas por trabalhadores organizam-se em torno dos “mínimos” que garantem a subsistência, a reprodução a vida material. Essa reprodução a vida material vai muito além da comida, vestimenta, remédios e teto, e seus parâmetros fazem parte da própria vida cultural de cada território. Para Marx e Engels, é exatamente a produção dos meios para a satisfação das necessidades vitais que constitui-se como o “primeiro ato histórico”:

Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. Mesmo que o mundo sensível, como em São Bruno, seja reduzido a um cajado, a um mínimo, ele pressupõe a atividade de produção desse cajado. A primeira coisa a fazer em qualquer concepção histórica é, portanto, observar esse fato fundamental em toda a sua significação e em todo o seu alcance e a ele fazer justiça. (MARX; ENGELS, 2007, p. 33)

Ora, mas por que a maior parte da humanidade se submeteu, até agora, a um sistema no qual a norma, para satisfazer suas necessidades, é trabalhar em condições torturantes e receber em troca apenas um mínimo, enquanto a maior parte da produção social é apropriada privadamente pela ínfima minoria de indivíduos? Explicar essa situação apontando para passividade ou para a repressão é negar o problema.

Como vimos acima, o fato de alguém ser despossuído dos meios indispensáveis para manter a própria vida faz com que se busque meios de vida sob condições que lhe são alheias (ENGELS, 2016, p. 22). Logo, como uma necessidade material e histórica, o indivíduo se adapta às condições de trabalho existentes para obter alguma “vantagem”. Coloco a palavra “vantagem” entre aspas, pois, o que queremos trazer aqui é que há uma escolha que foi colocada

historicamente para a maioria da humanidade foi a entre uma vida ligada a esse “mínimo” dependente da acumulação ou a morte mais ou menos certa. Portanto, o despossuído terá que se adaptar a certas condições externas para a obtenção do mínimo.

Segundo o antropólogo Emilio Frederico Moran, em sua obra *Adaptabilidade Humana* (2010), os organismos vivos se expõem, a todo o tempo, a fatores físicos, químicos e, no caso da humanidade, a fatores culturais. Estes fatores exercem “pressões adaptativas” (MORAN, 2010, p. 63)¹⁵. Na nossa época, a adaptabilidade humana se baseia principalmente por condições de acesso à terra, serviços de saúde, recursos nutricionais, saneamento básico, transporte. Estudos fisiológicos em torno das respostas adaptativas ao calor, frio, hipóxia, doenças, contribuem para entendermos a adaptabilidade humana, mas o acesso ao dinheiro tornou-se fator igualmente importante na adaptação às pressões ambientais (MORAN, 2010, p. 86).

A produção de um indivíduo apto a fornecer força de trabalho em quantidade e qualidades adequadas a reprodução do capital nos diversos ramos da produção é fruto de uma complexa engenharia social adaptativa. Ela é silenciosa, porém operada através das instituições como família, escola, prisão, igreja, exército, universidade, empresa etc., que exercem pressões adaptativas, mais ou menos organizadas, sob os indivíduos. Conseqüentemente, as habilidades ou talentos naturais/genéticos importam apenas na medida que o mercado da força de trabalho pede habilidades específicas para cada período da acumulação e de acordo com o grau do desenvolvimento das forças produtivas.

Devido à pandemia do novo Coronavírus, vivemos um “bum” no ramo da tecnologia da informação. Se considerarmos apenas a grande quantidade de postos de trabalho remotos,

¹⁵ Adaptações de desenvolvimento: são aquelas causadas por formas extremas e constantes de estresse durante o período de desenvolvimento inicial do organismo, obrigando-o a realizar mudanças e ajustes irreversíveis. Estas são respostas a condições ambientais predominantes nas fases iniciais da vida, quando o organismo humano está apto a exercer toda sua plasticidade fenotípica – fenótipo que é o produto da interação entre genótipo (hereditariedade genética) e meio ambiente (MORAN, 2010, p. 63). Crianças que se desenvolvem em altas altitudes terão por toda a vida, devido à baixa concentração de oxigênio, pulmões mais dilatados e uma maior capacidade torácica do que aquelas que vivem a nível do mar. Após determinada fase da vida, essa adaptação permanente não ocorre mais, mesmo que a pessoa seja exposta aos mesmos fatores. Adaptações de aclimação: ocorrem após os períodos iniciais de desenvolvimento, mas, ainda assim, exigem mudanças profundas no organismo. A diferença destas para as adaptações de desenvolvimento é que as de aclimação, no geral, são reversíveis se cessados os estímulos do meio ambiente que a produziram. Adaptações de regulação: são menos dependentes de pressões constantes no organismo e mais relacionadas às condições variantes do ambiente. As respostas reguladoras acontecem de maneira rápida e refletem a interação entre flexibilidades social, fisiológica e comportamental. Moradia, abrigo e vestuário, são algumas das estratégias sociais reguladoras que trazem bem-estar e aumentam a longevidade. Diversas funções corporais variam de acordo com o ritmo circadiano (MORAN, 2010, p. 182): temperatura, pressão sanguínea, pulsação, respiração, glicemia, níveis de aminoácidos, hormônios e minerais na urina, entre muitos outros elementos. Todo comportamento é um tipo de resposta reguladora do indivíduo.

indivíduos cadeirantes teriam sido favorecido, como nunca antes. Os trabalhos em escritórios, que antes exigiam penosas jornadas de deslocamento em cidades repletas de barreiras, agora foi substituído pela jornada em seu próprio lar. Mas essa é uma conclusão que olha apenas para a superfície.

É a divisão social do trabalho e as necessidades do capital por força de trabalho que governam a adaptação das massas humanas. Falamos aqui, portanto, de uma humanidade que precisa ser pensada historicamente, na qual hoje o fornecimento de trabalho assalariado para o capital está no centro da sua própria constituição cultural. Como criador de valores de uso, o trabalho é a condição da existência da humanidade, independente da forma societária que envolve a mediação do humano e da natureza. No capitalismo, o trabalho abstrai qualquer determinação da atividade produtiva (MARX, 2013, l. 168/1493), não importando qual é o seu fruto, e sim seu valor enquanto potencial de troca por dinheiro no mercado.

Todas as atividades que necessitam de força de trabalho significam apenas dispêndio abstrato de cérebro, nervos, músculos, mãos etc. Para os produtores da mercadoria “camisa”, não é mais necessário ser alfaiate, tampouco para produzir a mercadoria “copo de vidro” é necessário ser artesão. Em uma sociedade voltada a produção de valores-capital, a produção de camisas e de utensílios de vidro não estão orientadas para fins úteis, mas para a valorização do valor ($M' - D' - M'$ (ft + mp) ... P... M' [...]). Camisa e vidro são, como diz Marx ao referir-se a mercadoria, “simples geleias de trabalho” (MARX, 2013, l. 170/1493).

Segue abaixo uma breve ilustração do que estamos falando já esboçado na obra *A Riqueza Das Nações*, de Adam Smith, alguém que viu o capitalismo em seus primeiros passos. Aqui, um dos “pais” da economia política e do liberalismo, diz sobre como o “hábito”, o “costume” e a “educação ou formação”, relacionadas à divisão do trabalho, assumem um peso decisivo na constituição do indivíduo em detrimento dos seus “talentos naturais”. O trecho é bem ilustrativo para o que estamos querendo dizer.

Na realidade, a diferença de talentos naturais em pessoas diferentes é muito menor do que pensamos; a grande diferença de habilidade que distingue entre si pessoas de diferentes profissões, quando chegam à maturidade, em muitos casos não é tanto a causa, mas antes o efeito da divisão do trabalho. **A diferença entre as personalidades mais diferentes, entre um filósofo e um carregador comum da rua, por exemplo, parece não provir tanto da natureza, mas antes do hábito, do costume, da educação ou formação.** Ao virem ao mundo, e durante os seis ou oito primeiros anos de existência, talvez fossem muito semelhantes entre si, e nem seus pais nem seus companheiros de folgado eram capazes de perceber nenhuma diferença notável. Em torno dessa idade, ou logo depois, começam a engajar-se em ocupações muito diferentes. (SMITH, 1988, p. 21, grifos nossos)

Mas precisamos ir mais longe do que apontar a existência de uma base material que faz com que o desenvolvimento de hábitos e habilidades específicas seja resultado de uma necessidade social que prescinde o próprio indivíduo.

A preparação de um indivíduo para que ele seja capaz de fornecer força de trabalho envolve custos. Começa na licença maternidade da mulher para os cuidados de um bebê, inclui a educação básica, técnica e superior, a alimentação recebida na escola, em casa, cuidados médicos, entre outras coisas. Sendo assim, toda a preparação de indivíduos aptos ao trabalho necessita de trabalho anterior na forma de mercadorias que são consumidas no período de preparação, de “treinamento”.

Para modificar a natureza humana de modo que ela possa adquirir habilidade e aptidão num determinado ramo do trabalho e se torne uma força de trabalho desenvolvida e específica, **faz-se necessária uma formação ou um treinamento determinado, que, por sua vez, custam uma soma maior ou menor de equivalentes de mercadorias.** (MARX, 2013, l. 318/1493, grifos nossos)

Para que o escravo cumpra as atividades laborativas que lhe são próprias, usa-se o chicote, o capataz, a senzala, o capitão do mato, assim como, em outro nível, também a dança, a religião, os cuidados médicos. Estes são custos de manutenção deste trabalhador, que, como escravo, eram de inteira responsabilidade do senhor.

Uma diferença importante o escravismo e o capitalismo é que a força de trabalho escrava fazia parte de uma “economia natural” (MARX, 2014, p. 123). Ou seja, a maioria dos escravos já existiam “prontos” quando um detentor de dinheiro decidiu adquiri-los para produzir em sua propriedade, ou quando um comerciante quis obtê-lo para a venda. Da mesma maneira, no feudalismo, o camponês já estava pronto para receber um pedaço de terra, tornar-se vassalo e pagar impostos a um suserano em troca de proteção jurídica e militar para produzir.

Não é preciso dedicar tantas mercadorias, ou seja, realizar adaptações prévias tão extensas e decisivas, para produzir um escravo ou um camponês para o exercício de suas funções produtivas. No caso do escravo, um dos meios para extrair os benefícios de sua utilização era a apropriação “*in natura*” pela coação física. A guerra de submissão ou o tráfico de escravos da África devastava as comunidades originais. O antigo membro da comunidade devastada, então, sem ter onde ficar ou extrair o próprio sustento da terra, tendo tido seus os vínculos locais anteriormente estabelecidos despedaçados, ficava “sem saída”.

Mesmo em menor quantidade, ainda assim a produção de escravos requiritava alguma técnica, e investimentos. Vejamos o conteúdo de um manual de agricultura da época do império, de 1836, onde é discutido sobre como as escravas e os filhos das escravas deveriam ser tratados.

A escravidão dos crioulos é a mais difícil de justificar do que a dos pais comprados na Costa. O filho segue a mãe, *filius ventris sequitur*; esta máxima do direito baseia-se na precisão que o parto tem para viver do leite da mãe, e do pão do senhor desta. A lei considera que o senhor trataria da cria e não faria desembolsos durante a longa duração da infância, se não tivesse em perspectiva o trabalho do resto da vida. O voto da lei legitima a este respeito o jus do senhorio. Aqui se levanta outra questão. Terá o senhor o direito de obrigar os seus escravos a produzirem filhos? Responderemos que nem tem direito, nem precisão disso e que para o conseguir bastará não contrariar a natureza que convida os sexos a se reunirem. (...). Casadas ou solteiras, as pretas prenhes devem ser tratadas com mimo e aplicadas a um trabalho moderado. O parto e a amamentação merecem as competentes atenções. Os filhos, depois de desmamados, deverão ser criados em comum em classes conforma a idade (...) e a proporção que se criando, se lhes ensinará trabalhar, a rezar, a amar seus senhores, suportar o frio, o calor, a fadiga e a seguir à risca a disciplina da casa. O mesmo se observará com as crioulas, que serão criadas à parte. Dessa forma uma nova geração, mais instruída, jeitosa, disciplinada e virtuosa do que a que veio da Costa, suprirá as faltas desta, e pouco a pouco substituirá inteiramente. (TAUNAY, 2001, pp. 71–88 apud. PESSOA, 2017, pp. 479-480)

A preocupação do autor, que fornece instruções sobre como proceder na criação de uma nova geração de escravos que ame seus senhores, suporte frio, calor, fadiga, e que seja “instruída, jeitosa, disciplinada e virtuosa”, está diretamente ligada à necessidade de que o escravo produza em quantidade máxima e em melhor qualidade do que produzia a geração anterior. Apenas após o fim do comércio negreiro via Atlântico, depois da proibição do trabalho africano a partir dos anos 1820 por pressão da Inglaterra, é que a reprodução endógena dos escravos ganhou força (PESSOA, 2017, p. 481). Reproduzindo endogenamente, as preocupações para a preparação da força de trabalho ganharam novos elementos.

Vejamos agora a diferença entre a utilização do trabalho escravo e o trabalho assalariado. No escravismo, o ônus de um trabalhador que produz menos que a média recai diretamente sobre o proprietário do escravo. No capitalismo, todo o ônus recai sobre o trabalhador (MARX, 2013, l. 748/1493), que, em determinados períodos, pode ser facilmente substituído por membros do exército de reserva. O capitalista não precisa, sempre, manter força de trabalho que produza abaixo da média operando em sua propriedade, muito menos reabilitá-la. O ideal é que possa descartá-la a qualquer momento, substituí-la. O processo de “descartar” um escravo é muito mais custoso ao proprietário de escravos do que ao proprietário do capital.

Enquanto na escravidão o senhor de escravos precisava garantir moradia, alimentação e vestimenta, sabendo que elas influenciavam na produtividade de seus trabalhadores, o capitalista

não precisa se preocupar diretamente se os assalariados são fortes, cristãos, se comem pão, farinha, batatas ou caviar para se manterem vivos. O capitalista paga, em forma de salário, o mínimo necessário para manter a força de trabalho operante e para tê-la em quantidade adequada aos seus investimentos. O trabalhador assalariado é inteiramente livre para utilizar o dinheiro do salário como quiser. Contudo, seu querer é bastante limitado, por receber apenas um mínimo que nada tem a ver, em termos individuais, com a quantidade de mercadorias que produziu.

Na luta contra seus concorrentes e, principalmente, em um período de crise, o capitalista deve tomar medidas para reduzir o custo da força de trabalho. Pouco importa se o assalariado irá pagar o aluguel ou ingerir calorias suficientes para a manutenção do seu vigor físico ou de sua família. Caso um trabalhador morra com 10, 20, 50 ou 100 anos de idade, tanto faz, no entanto que haja um exército de aptos ao trabalho disponível. A existência de um exército de desempregados aptos ao trabalho é essencial ao modo de produção, é alavanca da acumulação de capital (MARX, 2013, l. 858/1493). Caso o capitalista não se coloque dessa maneira ao manejar os investimentos em capital variável, irá a falência, pois seu concorrente o fará. Direitos humanos ou sociais podem ser interessantes, mas apenas se proporcionarem lucro acima da média. Ou, como disse o próprio Marx: “(...) a igual exploração da força de trabalho é o primeiro direito humano do capital.” (MARX, 2013, l. 458/1493)

O avanço técnico criado pelo capital produz um “rito sacrificial ininterrupto da classe trabalhadora” (MARX, 2013, l. 681/1493), que a ameaça os assalariados de privação dos seus próprios meios de subsistência:

A natureza da grande indústria condiciona, assim, a variação do trabalho, a fluidez da função, a mobilidade pluridimensional do trabalhador. Por outro lado, ela reproduz, em sua forma capitalista, a velha divisão do trabalho com suas particularidades ossificadas. Vimos como essa contradição absoluta suprime toda tranquilidade, solidez e segurança na condição de vida do trabalhador, a quem ela ameaça constantemente com privar-lhe, juntamente com o meio de trabalho, de seu meio de subsistência; como, juntamente com sua função parcial, ela torna supérfluo o próprio trabalhador; como essa contradição desencadeia um **rito sacrificial ininterrupto da classe trabalhadora**, o desperdício mais exorbitante de forças de trabalho e as devastações da anarquia social. Esse é o aspecto negativo. (MARX, 2013, l. 681/1493, grifos nossos)

Apesar de todo esse “rito sacrificial”, o capitalista precisa obter não só os fatores objetivos onde o trabalho assalariado será desempenhado, isto é, as fábricas, o galpão, os instrumentos de trabalho, as matérias primas etc. Também precisa garantir que está comprando força de trabalho com caráter normal, ou portadora de um “padrão médio de habilidade, eficiência e celeridade”:

Uma outra condição é o caráter normal da própria força de trabalho. No ramo de produção em que é empregada, **ela tem de possuir o padrão médio de habilidade, eficiência e celeridade.** Mas aqui supomos que nosso capitalista comprou força de trabalho de qualidade normal. Tal força tem de ser aplicada com a quantidade média de esforço e com o grau de intensidade socialmente usual, e o capitalista controla o trabalhador para que este não desperdice nenhum segundo de trabalho. Ele comprou a força de trabalho por um período determinado, e insiste em obter o que é seu. Não quer ser furtado. Por fim – e é para isso que esse mesmo senhor possui seu próprio *code penal* [código penal] –, é vedado qualquer consumo desnecessário de matéria-prima e meios de trabalho, pois material e meios de trabalho desperdiçados representam o dispêndio desnecessário de certa quantidade de trabalho objetivado, portanto, trabalho que não conta e não toma parte no produto do processo de formação de valor. (MARX, 2013, I. 351/1493, grifos nossos)

Trarei abaixo um relato pessoal de um jovem trabalhador sobre a jornada de trabalho em uma grande linha de montagem. Ele trabalhou durante três meses de 1989 na linha de produção da fábrica da Renault, na França. Através dele poderemos perceber, na prática, o que constitui esse “padrão médio” na grande indústria.

Não se vive, a gente trabalha, dorme, acorda, trabalha. É dormir, trabalhar, dormir. Só isso! [Silêncio.] Nada de lazer, de esporte, de nada. Eu gostava muito de praticar esporte, jogava futebol, andava de bicicleta, fazia um pouco de tudo. Mas o trabalho suga toda a nossa energia. Eu não conseguia fazer mais nada... Dormia mais de dez, doze horas por dia para compensar as horas trabalhadas. Era demais... Porque assim é que as coisas funcionam na Peugeot! A gente trabalha duas horas e não para... A gente não para e tem cinco minutos de descanso, trabalha duas horas, faz um lanche de vinte minutos e aí começa a trabalhar, e não para, não para. [...] Eu não tinha tempo de conversar, de nada... Eu só montava o cabo, o número de cabo, pegava no armário, tudo isso... A gente tinha de se abaixar, montar, subir. Não podia errar portinha tinha de seguir o ritmo, senão começava a se atrasar, atrapalhava o vizinho!” (BEAUD, 2009, p. 40)

O trabalho produtivo está muito além de um galpão metálico ou do pátio de uma fábrica. Como já vimos, o elemento essencial do modo de produção capitalista é a autovalorização do valor, não onde ou qual tipo de trabalho é desempenhado. Contudo, o exemplo acima é ilustrativo para o que queremos dizer, pois o jovem é obrigado a funcionar como um verdadeiro “apêndice orgânico da máquina” (MARX, 2013, I. 876/1493).

O capital não possui limites absolutos para avançar sobre o tempo e a saúde do vendedor da força de trabalho. Ele tem a “voracidade de lobisomem” (MARX, 2013, I. 428/1493):

Mas em seu impulso cego e desmedido, sua **voracidade de lobisomem por mais-trabalho**, o capital transgride não apenas os limites morais da jornada de trabalho, mas também seus limites puramente físicos. Ele usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo. Rouba o tempo requerido para o consumo de ar puro e de luz solar. Avança sobre o horário das refeições e os incorpora, sempre que possível, ao processo de produção, fazendo com que os trabalhadores, como meros meios de produção, sejam abastecidos de alimentos do mesmo modo como a caldeira é abastecida de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo. O sono saudável, necessário para a restauração, renovação e revigoramento da força vital, é reduzido pelo

capital a não mais do que um mínimo de horas de torpor absolutamente imprescindíveis ao reavivamento de um organismo completamente exaurido. (MARX, 2013, l. 428/1493)

Ou seja, não é a taxa de mais-valor média que conduz a maneira de utilizar a força de trabalho nas empresas. Para o conselho de administração é apenas um parâmetro se a produtividade social média de cada trabalhador do setor é x ou y : a empresa tentará fazer com que seu trabalhador produza sempre acima da mesma. O movimento imperativo do capital é garantir o maior dispêndio energético e temporal possível da força de trabalho contratada, não importando quão torturante possa ser para cada trabalhador individual.

O valor de uso da mercadoria força de trabalho está submetida, em sua operação, somente ao interesse de quem a comprou, assim como qualquer outra mercadoria comprada por alguém. A partir do momento em que foi comprada, a força de trabalho do vendedor passa a ser propriedade do comprador, seja ele individual ou coletivo, ou seja, dos donos dos meios de produção. O comprador está, assim, obrigado a fiscalizar sua utilização adequada¹⁶. O trabalho assalariado é sempre trabalho alienado, no sentido de que após contratado pertence a outrem.

Dentro da empresa, uma hierarquia é construída. Através dela, gradualmente, cada movimento muscular pode ser controlado com maior precisão. O capital, assim, transforma-se em poder de governo (*Regierungsgewalt*) sobre o trabalho e seus produtos (MARX, 2004, p. 40). O capitalista possui esse poder unicamente por ser ele o proprietário do capital; e nada pode se opor ao poder de compra que se desdobra em poder de governo.

Os diversos “governos locais”, dentro de cada empresa, chefiados por um proprietário ou por um conselho, forçam a adaptação humana para o atendimento dos interesses não dos que trabalham, mas dos que detém os títulos de propriedade e à serviço da autovalorização do valor. Todos os avanços técnicos se transformam, nas mãos do capital, “em roubo sistemático das condições de vida do operário durante o trabalho” (MARX, 2013, l. 609/1493).

A experiência real dos socialistas utópicos, como a de Robert Owen e a cidade operária New Lanark, com serviços de saúde e educação universal, ou a dos falanstérios de Charles Fourier, mostrou que a benevolência de uma empresa ou as intenções humanitárias dos seus

¹⁶ “Como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o processo de trabalho revela dois fenômenos característicos. O trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam utilizados de modo apropriado, a fim de que a matéria-prima não seja desperdiçada e o meio de trabalho seja conservado, isto é, destruído apenas na medida necessária à consecução do trabalho. Em segundo lugar, porém, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor direto, do trabalhador.” (MARX, 2013, l. 336/1493)

proprietários podem ser a causa da sua ruína (PETITFILS, 1978). Se a benevolência, cooperativa ou individual, for um meio para ampliar lucros e conquistar mercados dos concorrentes, ela se perpetuará. Caso contrário, é questão de tempo para que o investimento “excessivo” no bem-estar dos trabalhadores se prove um desperdício de dinheiro e tempo. O bem-estar, além do mínimo necessário para a manutenção do melhor desempenho para a função destinada ao trabalhador, é, para o capital, um luxo impraticável.

O objetivo, consciente ou não, de qualquer membro de um grupo social, ao adaptar-se às pressões ambientais, é garantir a sua própria sobrevivência, ou seja, extrair da adaptação algum proveito, mesmo que o mais básico deles: a manutenção da vida do próprio corpo e a reprodução da capacidade de obter continuamente os produtos necessários a essa manutenção.

Portanto, ao trabalhador resta ser um corpo potencialmente fornecedor da mercadoria força de trabalho. Ele é potencialmente esse corpo antes mesmo de ser um indivíduo com intenções, gostos e vontades que reflitam a cultura que faz parte.

(...); todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, fazendo dele um ser parcial, degradam-no à condição de um apêndice da máquina, aniquilam o conteúdo de seu trabalho ao transformá-lo num suplício, alienam ao trabalhador as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a tal processo se incorpora a ciência como potência autônoma, desfiguram as condições nas quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao despotismo mais mesquinho e odioso, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, arrastam sua mulher e seu filho sob a roda do carro de Jagrená do capital. Mas todos os métodos de produção do mais-valor são, ao mesmo tempo, métodos de acumulação, e toda expansão da acumulação se torna, em contrapartida, um meio para o desenvolvimento desses métodos. Segue-se, portanto, que à medida que o capital é acumulado, a situação do trabalhador, seja sua remuneração alta ou baixa, tem de piorar. (MARX, 2013, l. 877/1493)

Mesmo que possamos reconhecer a singularidade dos indivíduos em sua relação com os grupos que fazem parte, a nível do metabolismo social, a tendência é a homogeneização dessa relação de acordo com os diversos momentos da acumulação capitalista, e da sua necessidade por força de trabalho dentro de uma divisão do trabalho imposta.

1.3.1. **Corpo apto ao trabalho produtivo, ou corpo unilateral**

O processo de acumulação de capital, por exigir um padrão médio de habilidade, eficiência, celeridade (MARX, 2013, l. 351/1493) da força de trabalho, impulsiona uma série de instituições sociais que provocam adaptações nos corpos dos potenciais fornecedores da mesma.

Contudo, ao mesmo tempo que prepara, danifica ao provocar lesões, atrofias diversas, doenças congênitas, modificações hormonais, etc. Ademais, alguns indivíduos simplesmente não são capazes de responder de maneira adequada às necessidades médias dos diversos setores da produção por capital variável, portanto, estarão permanentemente, ou na maior parte das suas vidas, excluídos desse processo.

A definição das competências necessárias para que um indivíduo esteja apto ao trabalho produtivo, assim como em qual medida elas serão exploradas no processo de autovalorização do valor, dependem de fatores sociais inerentes ao metabolismo social do capital. Podemos afirmar que se forma, levando-se em conta a variação destes fatores, um grau médio de destreza dos trabalhadores que determina a “força produtiva do trabalho social”:

Essa força produtiva do trabalho é determinada por múltiplas circunstâncias, dentre outras pelo **grau médio de destreza dos trabalhadores**, o grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais. (MARX, 2013, l. 163/1493, grifo nosso)

O movimento da sociedade capitalista, repleto de contradições, revela-se ao burguês prático, de modo mais contundente, nas vicissitudes do ciclo periódico que a indústria moderna perfaz e em seu ponto culminante: a crise geral. (MARX, 2013, l. 130/1493)

Sendo assim, para que a mercadoria força de trabalho de um indivíduo se torne interessante ao capitalista de um determinado setor, ela deve apresentar proximidade ao grau médio de destreza daquele setor. Essa destreza é variável, contudo, estará sempre referenciada na média de todos os trabalhadores e não vêm da cabeça de um ou outro empresário. É algo imposto por uma dinâmica alheia à vontade dos gestores e proprietários dos meios de produção.

Assim como a mercadoria individual vale “somente como exemplar médio de sua espécie” (MARX, 2013, l. 163/1493), a força de trabalho de um trabalhador individual, posto que é mercadoria, também só vale na medida em que é força de trabalho como exemplar médio. Logo, na sociedade do capital o corpo humano vale na medida em que é um corpo que fornece força de trabalho em qualidade próxima ou superior ao “exemplar médio de sua espécie”.

Por exemplo, não importa para o capitalista se o trabalhador Joaquim produz 10 calças jeans de “qualidade AAA+” por mês ou se Joana produz 20 das mesmas calças. Nem mesmo importa se Joana tem apenas um braço e é cega ou se Joaquim é autista. Como medida social, se só existissem Joaquim e Joana na face da terra produzindo calças jeans de “qualidade AAA+”, o exemplar médio da força de trabalho de um “produtor de jeans” produziria 15 artigos/mês ($10 + 20 / 2$).

É bom que nosso trabalhador fictício Joaquim se cuide e comece a produzir mais para alcançar sua colega Joana, pois se por algum aprimoramento relativo aos meios de produção ou por pressões absolutas por produtividade Joana passar a produzir 30 calças por mês e Joaquim permanecer nas 10, sem que isso esteja refletido em um aumento de mercados para calças jeans, Joaquim corre o risco de se tornar um trabalhador supranumerário (MARX, 2013, l. 871/1493), supérfluo (MARX, 2013, l. 681/1493).

Se para um setor qualquer da produção a produtividade média por trabalhador para um turno de 10 horas diária – supondo que a legislação não permita mais que isso – for “x” peças, não será interessante para a empresa contratar força de trabalho que produza apenas metade, “ $x/2$ ”, considerando o mesmo turno de 10 horas. Ou seja, se uma empresa demanda trabalhadores que concluíram o ensino médio, certamente não faz essa exigência por capricho ou para incentivar a ampliação do ensino médio no país, mas porque trabalhadores apenas com o ensino fundamental concluído terão menor produtividade.

Caso um capitalista desenvolva ou compre uma tecnologia para que alguém que nunca frequentou a escola produza o mesmo que alguém com ensino médio completo, melhor para ele: levando em conta que investirá menores quantias em capital variável como resultado do avanço técnico, a produtividade do trabalho será maior.

O fato do trabalho ser alienado, ou seja, pertencer a outrem enquanto opera, faz com que a satisfação pessoal do trabalhador só participe das decisões de governança – e aqui falo tanto das decisões em uma empresa quanto em um Estado – na medida que contribui para atender aos interesses do comprador da força de trabalho. Este, por sua vez, serve a um único Deus, do qual é o representante na Terra: o Capital.

Portanto, do ponto de vista do trabalhador, a adoção do trabalho assalariado como forma predominante de produção de valores de uso na sociedade requiriu dele a obediência a horários e ritmos de trabalho definidos de cima, que apenas em raríssimas exceções vão ao encontro das suas aptidões espontâneas e intenções pessoais.

A existência de um “exemplar médio” ao qual o trabalhador individual estará sempre referenciado no mercado da força de trabalho diz respeito exclusivamente ao movimento do capital que avança constantemente rumo à autovalorização do valor. E quando adaptado a algo próximo ao exemplar médio, o organismo de um fornecedor da força de trabalho torna-se simultaneamente eficiente e deficiente.

A palavra “eficiente” vem do vocábulo em latim *efficio*, que contém a mesma raiz de deficiente, isto é, “*facio*”, que pode denotar execução, efeito, realização, conclusão. Já “deficiente” vem da palavra latina *deficiens*. Quando unido ao verbo *deficere*, o prefixo *de* remete a um “movimento de separação, afastamento, privação, desligamento” com relação ao *facio* (DICIONÁRIOS EDITORA, 2001). Podemos afirmar, sinteticamente, que o organismo eficiente se põe ou é capaz de realizar, executar, produzir efeitos, enquanto o organismo deficiente se afasta dessa realização.

O processo de adaptação sofrido pelos indivíduos ao longo da vida para sua adequação ao exemplar médio ignora ou reprime a maior parte dos seus impulsos, sendo quase totalmente independente das suas intenções pessoais. Esse ignorar ou reprimir ocorre porque satisfações e impulsos individuais são questões basicamente alheias aos interesses do capital. Ademais, considerando-se a jornada de trabalho e todo o conjunto de compromissos necessários para mantê-la, sobra pouquíssimo tempo e salário livres para o desenvolvimento de potenciais reconhecidos como seus pelos próprios trabalhadores.

O trabalhar, nesse sentido, é similar ao guerrear: se o adestramento do soldado o prepara para matar dentro de uma coletividade armada, a adaptação do trabalhador para a função de fornecedor de força de trabalho significa a preparação dele para a produção de mais-valor dentro de uma coletividade de despossuídos de meios de produção.

Até o tempo livre pode ser um tempo voltado à eficiência, caso sirva à reposição daquilo que é utilizado durante o processo de trabalho na empresa. O gasto de tempo com atividades intelectuais ou diretamente motoras não ligadas a reposição das energias utilizadas no processo de trabalho, ou para aprimorar a função da força de trabalho sem que isso seja exigido pelo empregador, é puro desperdício para o capital.

Desde já, é evidente que o trabalhador, durante toda sua vida, não é senão força de trabalho, razão pela qual todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho, que pertence, portanto, à autovalorização do capital. Tempo para a formação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o cumprimento de funções sociais, para relações sociais, para o livre jogo das forças vitais físicas e intelectuais, mesmo o tempo livre do domingo – e até mesmo no país do sabatismo – é pura futilidade! (MARX, 2013, l. 427/1493)

O dinheiro destinado ao consumo de bebidas alcoólicas, produtos de luxo, a ida ao estádio de futebol ou o pagamento do dízimo à igreja podem ou não representar um aproveitamento

eficiente do tempo livre. A medida ideal do aproveitamento do tempo fora da empresa será sempre a mínima possível, ou seja, a quantidade mínima de comida, de lazer, de moradia, de conforto, ou de asseio necessários para que a força de trabalho produza com o máximo de eficiência – acima ou próxima à média – dentro da empresa; independentemente disso custar o encurtamento da vida do trabalhador.

O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. O que lhe interessa é única e exclusivamente o **máximo de força de trabalho que pode ser posta em movimento numa jornada de trabalho**. Ele atinge esse objetivo por meio do encurtamento da duração da força de trabalho, como um agricultor ganancioso que obtém uma maior produtividade da terra roubando dela sua fertilidade. (MARX, 2013, l. 428/1493, grifos nossos)

Cada trabalhador desenvolve tipos específicos de eficiência, para poucas e restritas funções, de acordo com a maneira que seu corpo entrega força de trabalho em sua rotina diária, mas também desenvolve deficiências para a ampla gama de funções que estão fora do seu hábito laboral ou das atividades que envolvem sua manutenção.

Vou trazer alguns exemplos. Um professor especializado em direito administrativo, ao preparar alunos para exames seletivos concorridos, mesmo sendo o melhor da sua área, pode não conseguir exercer a advocacia: o dia-a-dia exaustivo e repetitivo como professor pode transformá-lo, involuntariamente, em um professor de direito ignorante quanto à advocacia prática. Um comerciário em um shopping center, que se mantém 12 horas em pé por dia, tem o músculo flexor longo do hálux e dos dedos hipertrofiado ao mesmo tempo que o quadríceps atrofiado; dois grupos musculares presentes na mesma perna e que revelam um uso específico da mesma, o que cria a tendência a certos tipos de lesões, mas resistência acima da média para permanecer na postura ereta. Um professor que desenvolveu a capacidade para se concentrar durante muitas horas diárias de leitura e escrita, aprendeu que a aliança entre carboidratos simples e café contribui com a produtividade e controle da ansiedade. Não só ele, mas muitos outros perceberam. Unindo diversas pressões ao sedentarismo e ao alto consumo de carboidratos, criou-se uma categoria profissional, a de professores, onde o sobrepeso/obesidade é característica marcante (ROCHA et al., 2015).

Todos estes exemplos sobre a dualidade eficiência/deficiência revelam um mundo necessariamente ruim? Sim para os que trabalham, mas não para o capital, que depende de operações complexas como essa nos corpos para seguir sua reprodução ampliada, superando suas crises. Cada trabalhador produtivo é parte de um único e mundial “trabalhador coletivo” (MARX,

2013, l. 526/1493). Essa realidade revela, simplesmente, o sucesso na adaptação das massas humanas a funções específicas que são desempenhadas por longos períodos e com grande intensidade, que otimizaram a produção de excedentes. Vejamos a ideia a seguir:

As diversas operações que o produtor de uma mercadoria executa alternadamente e que se entrelaçam na totalidade de seu processo de trabalho colocam-lhe exigências diferentes. Numa ele tem de desenvolver mais força, noutra, mais destreza, numa terceira, mais concentração mental etc., e o mesmo indivíduo não dispõe dessas qualidades no mesmo grau. Depois da separação, autonomização e isolamento das diferentes operações, os trabalhadores são separados, classificados e agrupados de acordo com suas qualidades predominantes. Se suas especificidades naturais constituem a base sobre a qual se ergue a divisão do trabalho, **a manufatura, uma vez introduzida, desenvolve forças de trabalho que, por natureza, servem apenas para funções específicas unilaterais.** O trabalhador coletivo dispõe agora de todas as qualidades produtivas no mesmo grau de virtuosidade e as despende, ao mesmo tempo, do modo mais econômico, concentrando todos os seus órgãos, individualizados em trabalhadores ou grupos de trabalhadores especializados, no desempenho exclusivo de suas funções específicas. **A unilateralidade e mesmo a imperfeição do trabalhador parcial convertem-se em sua perfeição como membro do trabalhador coletivo.** O hábito de exercer uma função unilateral transforma o trabalhador parcial em órgão natural – e de atuação segura – dessa função, ao mesmo tempo que sua conexão com o mecanismo total o compele a operar com a regularidade de uma peça de máquina. (MARX, 2013, l. 526/1493, grifos nossos)

Ora, se as funções exigidas da força de trabalho nas empresas dependem de uma unilateralidade no trabalhador, o corpo humano refletirá, em sua constituição, uma capacidade criativa igualmente unilateral, posto que ela se realiza durante grande parte da vida sob condições extremamente limitantes. A conclusão de Marx, de que o trabalhador precisa operar com a regularidade de uma peça de máquina, é extremamente valiosa para compreendermos o lugar do indivíduo na coletividade do modo de produção capitalista. O hábito faz do trabalhador um “órgão natural” da função que ele exerce na empresa. Logo, o corpo do trabalhador está a serviço da função, sendo sua base orgânica. Como dissemos anteriormente, submeter grande parte dos dias de vida à práticas específicas e detalhistas, só é possível pela repressão a variados impulsos e capacidades produtivas outras (MARX, 2013, l. 442/1493).

Os diversos tipos de trabalho assalariado são fruto de um poder social que nasce da cooperação, mas que se configuram como um poder não voluntário, estranho e situado acima dos próprios trabalhadores (MARX; ENGELS, 2007, p. 38). Isto é, não escolho livremente ser operador de máquinas, enfermeiro, médico, auxiliar de serviços gerais, cientista, professor, muito menos escolho quais condições exercerei meu ofício ou habilidade. O capital dirige o querer e o agir dos indivíduos antes de ser por eles controlado (MARX; ENGELS, 2007, *ibid.*).

Em suma, a adaptação de um corpo para que ele se torne o corpo de um trabalhador produtivo poderia ser nomeada também de capacitação incapacitante, produção da unilateralidade pelo hábito, ou eficiência dirigida a atividades específicas que se apoiam na ampla deficiência para todas as outras. Tudo porque a força de trabalho precisa ter “padrão médio de habilidade, eficiência e celeridade”, padrão esse que é independente do trabalhador individual (MARX, 2013, l. 351/1493) e que se torna cada vez mais exigente conforme aumenta a pressão vinda do exército industrial de reserva.

Ademais, posto que a base técnica da grande indústria requisita constantes revolucionamentos, é necessário assegurar a adequação dos que conduzirão os meios de produção constantemente revolucionados aos novos parâmetros médios em ascensão. As escolas politécnicas, agrônômicas e profissionalizantes, a época de Marx, cumpriam esse papel.

Uma fase desse processo de revolucionamento, constituída espontaneamente com base na grande indústria, é formada pelas escolas politécnicas e agrônômicas, e outra pelas *écoles d'enseignement professionnel* [escolas profissionalizantes], em que filhos de trabalhadores recebem alguma instrução sobre tecnologia e manuseio prático de diversos instrumentos de produção. (MARX, 2013, l. 682/1493)

Basicamente, para ser vendedor de força de trabalho é necessário, primeiro, estar despossuído de meios de produção. Depois, para que o despossuído sirva ao capital com máxima eficiência, ou seja, de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, o despossuído passará por alguma preparação antes mesmo de ser contratada pelo capitalista.

A indústria moderna jamais considera nem trata como definitiva a forma existente de um processo de produção. Sua base técnica é, por isso, revolucionária, ao passo que a de todos os modos de produção anteriores era essencialmente conservadora. (MARX, 2013, l. 681/1493)

O capital dissolve se dissolve e reconfigura em sua forma, quantas vezes forem necessárias, em saltos. Nesse ínterim, as “escolas politécnicas e agrônômicas”, ou “escolas profissionalizantes” (MARX, 2013, l. 682/1493) precisam estar de acordo com esse movimento. Por exemplo, em certa fase do desenvolvimento técnico, o trabalho se torna mais complexo do que puxar alavancas ou realizar movimentos repetitivos, afastando-se cada vez mais de ser encontrado como força de trabalho “*in natura*”.

Na medida em que o capital se generaliza internacionalmente, uma gestão local por empresa, bairro ou indústria da força de trabalho passa a ser insuficiente para o desenvolvimento

de todo o aparato técnico apoiado na divisão do trabalho, seja dentro da empresa, em diversos setores da produção, países, etc. Isso faz com que o Estado seja chamado a participar em cotas cada vez mais elevadas no que chamamos aqui de preparação da força de trabalho.

Apesar de Marx afirmar que existe, sim, uma tendência a substituir o “indivíduo parcial, mero portador de uma função social de detalhe, pelo indivíduo plenamente desenvolvido, para o qual as diversas funções sociais são modos alternantes de atividade.” (MARX, 2013, 1. 682/1493), consideramos que o modo capitalista de produção é incapaz de completar esse processo na medida que, em dado momento, ele tem o desenvolvimento das suas forças produtivas acorrentado às bolas de ferro das próprias contradições.

No Brasil, a força de trabalho mais simples, que ocupará os postos com menores remunerações e mais ligados ao trabalho manual, é educada nas escolas estatais básicas municipais e estaduais. As escolas federais costumam ter melhores resultados nas provas nacionais de educação, e algumas são reconhecidas pela excelência no ensino e realizam exames seletivos pela alta procura. A taxa de escolarização líquida da população de sete a quatorze anos no ensino fundamental era de 97,7% em 2012 (ODM Brasil, 2012).

Assim como “não existe almoço grátis”, já diria o provérbio, rigorosamente, não existe educação gratuita de maneira desinteressada. O Fundo das Nações Unidas para a Infância constatou, em 2015, que 46% dos recursos para a educação em países de baixa renda é destinado aos 10% dos “estudantes mais ricos” (ONU NEWS, 2015). Insensatez política? Problema de “distribuição de renda”? Não, se considerarmos algumas questões.

A camada minoritária de trabalhadores, com alto grau de especialização, costumam se ligar a atividades complexas. Em qualquer país, o custo de preparação da sua força de trabalho é muito maior que o da parte majoritária, pouco especializada, ligada a atividades simples. Como a capacidade de compra de “produtos” ou “serviços” educacionais pelas famílias não garante que a força de trabalho de uma nação esteja disponível em quantidade e qualidade adequadas aos interesses da reprodução do capital em cada momento, é interessante para os capitalistas que o Estado assuma parte da responsabilidade pela destinação de recursos educacionais para a adaptação dos trabalhadores, para a preparação da sua força de trabalho. Caso o momento econômico seja de estagnação ou crise, portanto, de baixa demanda absoluta por força de

trabalho, caso a solução em determinado território não seja keynesiana¹⁷, é “natural” que os investimentos em educação por parte do Estado também decresçam.

O Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) teve 2,3 milhões de matriculados em 2010, e o Sesc (Serviço Social do Comércio), em 2013, teve 4,6 milhões de matrículas (DA CIDADANIA, 2019); quase 7 milhões de futuros assalariados sendo adaptados. Além destas duas, há o Sebrae (para micro e pequenas empresas, oferece cursos e apoio para acesso a crédito), Sesi (para indústrias, oferece opções culturais, de lazer e esporte, além de serviços de saúde), Senac (para o comércio, oferece cursos), Senai (para a indústria, oferece cursos e assessoria técnica), Senar (para o agronegócio, oferece cursos), SESCOOP (para as cooperativas, oferece cursos e assessorias ao setor), Sest (para o setor dos transportes, oferece opções culturais, de lazer e esporte) e o Senat (também para o setor dos transportes, oferece cursos), fechando assim 9 unidades do conhecido “Sistema S”, que começou a se estruturar em 1942.

São os empresários que assumem os custos desse sistema? Em parte, apesar de serem a voz decisiva na alocação dos recursos. As indústrias recolhem 1% ao Senai e 1,5% ao Sesi sobre a folha de pagamento. O comércio recolhe 1,5% ao Sesc. Segundo a Receita Federal, em 2016, cerca de R\$16 bilhões foram repassados a estas nove entidades dos recursos públicos (RECEITA FEDERAL, 2016), o que mostra o peso da mão do Estado e sua participação no processo de preparação da força de trabalho em aliança com a iniciativa privada.

A Apple Inc. declarou, em 2017, ter em caixa mais de \$250 bilhões de dólares (WASHINGTON POST, 2017), quantia maior que o PIB da Finlândia e da Dinamarca unidos, e o equivalente a quase metade de tudo que o Estado brasileiro arrecadou em impostos no ano de 2019. No Brasil, a riqueza pessoal – não estou falando do caixa das suas empresas – do bilionário brasileiro Jorge Paulo Lemann era, ao final de 2019, de aproximadamente R\$105 bilhões de reais (UOL, 2019); ou cerca de 5 vezes o orçamento para 2020 do governo Bolsonaro destinado ao Ministério da Educação para o financiamento da educação básica no Brasil (GLOBONEWS, 2019).

Dizer que a “qualidade” da educação de um determinado território é ruim sem levar em conta o interesse do capital por força de trabalho é desprezar o *modus operandi* do metabolismo

¹⁷ O keynesianismo é hoje a expressão teórica dominante da política que prevê o aumento da intervenção Estatal direta com o objetivo de salvar o sistema da sua crise: criam-se empresas públicas, obras públicas, vagas na administração direta, etc. A ideia é que através da geração maciça de empregos aumentar o poder de consumo das famílias, o que aumentaria também a circulação de dinheiro e o volume dos negócios.

social. Os serviços públicos nos países são fruto de um tenso equilíbrio entre a necessidade do capital por trabalho e das lutas políticas dos trabalhadores para transformar serviços em direitos – e por manter e ampliar esses direitos. Mas, em última instância, é a classe que detém o poder econômico em suas mãos que influencia diretamente as políticas de preparação da força de trabalho no Estado, de acordo com seus interesses.

1.3.2. **Corpo inapto ao trabalho produtivo**

Dizer que um corpo é inapto ao trabalho produtivo significa dizer que ele possui potencial produtivo abaixo daquele que o indivíduo portador do corpo médio pode oferecer em algum ramo da produção de valores-capital. Em casos severos, podemos falar da impossibilidade permanente de adaptação do corpo ao padrão médio de eficiência e celeridade, mesmo em períodos de aumento da demanda por força de trabalho.

Um corpo inapto pode ter origem desde a gestação, ou é um corpo que sofreu uma modificação importante durante ou fora do processo de trabalho que o afastou do “padrão médio” (MARX, 2013, l. 351/1493) etc. Todos os trabalhadores, em algum momento, sofrerão modificações nesse sentido. Ela pode ser gerada pouco a pouco, pela degeneração espontânea das funções neuromusculares e capacidades mentais ou por uma situação que imponha a modificação abruptamente.

Para o capital, portanto, mais cedo ou mais tarde, todos os corpos tornar-se-ão inaptos. A inaptidão para o trabalho produtivo constitui um peso no orçamento do Estado e das empresas, e sustentar essa população viva faz parte dos custos mortos da produção capitalista (MARX, 2013, l. 874/1493). De diversas maneiras, parte importante desse peso morto consegue ser repassado para os próprios trabalhadores, seja através dos impostos ou do aumento da exploração do exército ativo.

É importantíssimo compreendermos que a responsabilidade pelo caráter inapto de um corpo, assim como o apto, não pode ser imputada ao indivíduo que detém uma força de trabalho abaixo do padrão médio, como o que costumamos chamar de “deficiente” na nossa sociedade. Sobre a força de trabalho recai a mesma regra que vale para a dinâmica de compra e venda de todas as mercadorias: qualquer mercadoria que não entrega à sociedade o valor de uso buscado pelos compradores, ou que não encontra possuidores de dinheiro para sua compra, será posta de

lado, não será comprada. O fenômeno da “exclusão dos deficientes” tem sua raiz mais firme nesse fato.

A adaptação do camponês da Idade Média, o servo, à condição de assalariado, não foi resultado um livre acordo no qual o camponês reconheceu que uma remuneração salarial lhe traria maior bem-estar em detrimento da posse de um pedaço de terra. Houve uma violenta separação do camponês dos meios de produção (terra e instrumentos de trabalho), uma expropriação. Sem ela, o modo de produção capitalista não disporia condições objetivas para se desenvolver.

O sistema capitalista exige, para se desenvolver, a ausência de meios de produção na mão das massas populares, o que as leva a lutar pela própria vida de maneira desesperada, aceitando o assalariamento mesmo sob condições péssimas. Se não há uma disposição mercenária presente no indivíduo, causada pela falta de meios de produção para sua própria subsistência e de sua família, ele também não irá topar transformar os “meios de trabalho do capitalista em capital” (MARX, 2013, l. 968/1493).

Se o servo estava preso ao pedaço de terra em que nasceu e o escravo ao senhor que lhe comprou, o trabalhador atual, assalariado, está preso a satisfazer suas necessidades vitais pelo salário, pressionado para o mínimo possível. Enquanto a servidão do camponês e do escravo era franca e aberta, a do trabalhador é perversa, hipocritamente dissimulada aos seus olhos e aos olhos de todos (ENGELS, 2008, p. 220). A relação assalariada também é exploração, mas exploração aprimorada.

Dados da Sondagem Industrial realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em maio de 2019, mostram que apenas 67% da capacidade industrial instalada estava sendo utilizada no Brasil. A pesquisa diz que esse número representa o maior desde os quatro anos anteriores, e que os estoques das indústrias seguem crescendo (CNI, 2019). A ociosidade produtiva se relaciona a menor demanda por força de trabalho, e aumenta com as crises independentemente das necessidades objetivas dos indivíduos despossuídos por meios de subsistência. “A acumulação de mercadorias em grandes quantidades resulta do estancamento da circulação ou da superprodução.” (MARX, 2013, p. 809/1493). Se as mercadorias não têm compradores, logo, também não há necessidade de contratar mais trabalhadores para produzi-las.

Em 2019 nos Estados Unidos, a maior economia capitalista do planeta, a capacidade industrial utilizada, em maio, foi de 78%. Quase ¼ da capacidade produtiva estava estagnada

enquanto economistas bradavam os “bons números” da economia sob o governo Trump. Em janeiro de 1967, quando houve um pico histórico de utilização da capacidade industrial instalada, isso representou 89,4% dela. Durante a crise que ocorreu em 2008 a utilização caiu para 67,4 % (BOARD OF GOVERNORS OF THE FEDERAL RESERVE SYSTEM (US), 2013). Em abril de 2021, a China utilizava apenas 77,2% da sua capacidade industrial (STATISTA, 2021a), isso já depois de recuperar seu nível pré-pandemia (REUTERS, 2021).

O problema da ociosidade da indústria e da superpopulação relativa crescente está na falta de pessoas capacitadas para ocuparem toda a capacidade instalada? Não. Estaria então no caráter supérfluo que seria contratar força de trabalho para a realização de obras que tornassem as cidades e empresas mais acolhedoras ou para que as indústrias produzissem produtos necessários para a manutenção da vida humana em um mundo onde ainda existem milhões de famintos e desabrigados? Também não.

Em geral, nas principais cadeias produtivas, a corrida termina quando sobram poucas empresas que, em vez de guerrear, descobrem que é mais conveniente se articular e trabalharem juntas, para o bem delas e dos seus acionistas. Não necessariamente, como é óbvio, para o bem da sociedade. (DOWBOR, 2018, p. 39)

Quando falamos em “poder econômico” no capitalismo estamos falando de avanços na produção que nos levaram a era irreversível de um capitalismo monopolizado. O que guia a produção de mercadorias e a utilização do potencial produtivo da humanidade é, na época dos monopólios, o interesse de um punhado de grupos que dividem mercados entre si e guerreiam com outros na disputa por novos, especialmente os grupos sediados nos países industrialmente avançados, mais poderosos economicamente e, portanto, politicamente e militarmente mais fortes.

Em 1898, o jornal alemão *Die Neut Zeit* publicou um texto do financista inglês Cecil Rhodes sobre a necessidade, para que se evitasse uma guerra civil, do que chamou de “imperialismo” – fenômeno ainda incipiente no capitalismo.

Ontem estive no *East-End* londrino (bairro operário) e assisti a uma assembleia de desempregados. Ao ouvir ali discursos exaltados cuja nota dominante era: pão!, pão!, e ao refletir, de regresso a casa, sobre o que tinha ouvido, convenci-me, mais do que nunca, da importância do imperialismo... A ideia que acalentou representa a solução do problema social: **para salvar os 40 milhões de habitantes do Reino Unido de uma mortífera guerra civil, nós, os políticos coloniais, devemos apoderar-nos de novos territórios**; para eles enviaremos o excedente de população e neles encontraremos novos mercados para os produtos das nossas fábricas e das nossas minas. **O império, sempre o tenho dito, é uma questão de estômago. Se quereis evitar a guerra civil, deveis tornar-vos imperialistas.** (DIE NEUE ZEIT, 1898, S. 302. apud. LENIN, 2020, p. 204, grifos nossos)

A formação de colônias era uma maneira de garantir mercados consumidores exclusivos para as manufaturas industriais e de exportar o excedente relativo da população, mas posteriormente também se transformou em um meio para exportar as próprias fábricas e o capital excedente para condições mais lucrativas – como a força de trabalho com menor remuneração ou proximidade a centros consumidores –, ou até exportar simplesmente o próprio dinheiro, na forma de capital portador de juros (os empréstimos para os “países em desenvolvimento”).

A dominação do imperialismo hoje se dá não pela posse direta de colônias, mas pela submissão econômica de nações atrasadas a grandes bancos e cartéis localizados nos países que chegaram primeiro na era da industrialização. A busca é sempre ampliar a taxa de lucro.

Quando um capital é investido fora do país, em absoluto não quer dizer que é impossível ocupa-lo no interior, mas que no exterior é possível obter uma taxa de lucro mais alta (MARX, 2017, l. 240/828).

São os bancos, de olho nas bolsas de valores, que ditam as regras dos investimentos, não mais o capitalista industrial individual. O foco dos investimentos saiu da expansão desenfreada da produção em época favoráveis e passou para as jogatinas e manobras financeiras dos grandes *players* das bolsas. As contradições que geraram as assembleias de desempregados reivindicando pão em 1898 na Inglaterra agora não podem ser lidadas de maneira tão simples como enviar o excedente (relativo) da população para as colônias.

Para os inaptos ao trabalho produtivo resta, na maioria das vezes, contar com a assistência do Estado, da família ou da beneficência. Quando o Estado fornece auxílios, bolsas, aposentadorias, serviços públicos, alugueis, medicamentos e alimentos àqueles que não podem comprá-los, ele “rateia”, divide entre os membros da sociedade o custo dos produtos necessários à manutenção da vida destes indivíduos. Já que os largar para a morte causaria revolta social, o custo pela sua manutenção é empurrado para os trabalhadores ativos.

A própria ampliação dos serviços de saúde para as massas, está ligada, quando não é fruto de um processo de mobilização social, a interesses bem específicos, como preparar a força de trabalho para guerras e períodos de *booms* industriais.

Por exemplo, o sistema moderno de assistência médica emergiu da necessidade de uma força de trabalho industrial mais saudável e confiável; a preocupação com a saúde das classes trabalhadoras tende a atingir o pico quando há guerras imperialistas a serem travadas, enquanto a maioria das pesquisas médicas atuais prioriza tratamentos

cosméticos voltados ao estilo de vida ou ao “me too”¹⁸ para o mercado global, em vez de pesquisas sobre tratamentos que salvam vidas, câncer e doenças infecciosas.¹⁹ (COHEN, 2016, p. 32)

Voltando ao tema dos serviços de educação, podemos dizer igualmente que ele sustentado por um “rateio” no qual os trabalhadores participam com a maior quota. Segundo o IBGE (Pnad Contínua, 2016), 73,5% dos estudantes brasileiros frequentam a escola pública, ou 56,5 milhões de trabalhadores em potencial. Em São Paulo, estado economicamente mais forte do país, o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) representa 84% de tudo que é recolhido em impostos por vias próprias (BBC NEWS BRASIL, 2020). Portanto, a grande maioria do caixa do Estado é oriundo de produtos comprados com salário, itens destinados à subsistência.

O Estado é historicamente imprescindível para a criação das condições objetivas de reprodução e integração da força de trabalho (BOSCHETTI, 2016, p. 44), ou para que a força de trabalho apresente caráter normal.

A força de trabalho tem de funcionar sob condições normais. Se a máquina de fiar é o meio de trabalho dominante na fição, seria absurdo fornecer ao trabalhador uma roda de fiar. Ou, em vez de algodão de qualidade normal, fornecer-lhe um refugo de algodão, que a toda hora arrebenta. (...) Uma outra condição é o caráter normal da própria força de trabalho. No ramo de produção em que é empregada, ela tem de possuir o padrão médio de habilidade, eficiência e celeridade. (MARX, 2013, l. 351/1493, grifo nosso)

As consequências são graves para o capitalista caso a força de trabalho contratada não tenha esse caráter, ou mesmo se não houver disponível da mesma.

Tal força tem de ser aplicada com a **quantidade média de esforço e com o grau de intensidade socialmente usual, e o capitalista controla o trabalhador para que este não desperdice nenhum segundo de trabalho.** Ele comprou a força de trabalho por um período determinado, e insiste em obter o que é seu. Não quer ser furtado. Por fim – e é para isso que esse mesmo senhor possui seu próprio *code penal* [código penal] –, é vedado qualquer consumo desnecessário de matéria-prima e meios de trabalho, pois material e meios de trabalho desperdiçados representam o dispêndio desnecessário de certa quantidade de trabalho objetivado, portanto, trabalho que não conta e não toma parte no produto do processo de formação de valor. (MARX, 2013, l. 351/1493, grifo nosso)

A classe que produz toda a riqueza é a maior responsável por pagar os custos da sua própria adaptação aos interesses alheios, ligados à acumulação capitalista. Quando o trabalhador adoece ou se torna inapto, é do que ele próprio, junto à sua classe, forneceu ao Estado, que vem o apoio mais firme para a sua sobrevivência. Basicamente, o trabalhador paga duas vezes: para

¹⁸ Produtos que são praticamente cópias de antigos produtos, mas com composições químicas sutilmente distintas e envoltos de forte invólucro publicitário.

¹⁹ Tradução livre, nossa.

sustentar o Estado e os seus verdadeiros beneficiários, os capitalistas, através dos impostos que incidem principalmente sobre o consumo, e através da entrega do mais-valor na produção.

Da mesma maneira que o selvagem lutava com a natureza para sua sobrevivência, adaptando-se para sobreviver, o civilizado também o faz, apesar do inegável aumento da produtividade do trabalho nos últimos séculos. “O reino da liberdade só começa onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas; (...)” (MARX, 2017, l. 721/828). A humanidade ainda tem a maior parte dos seus membros dominada por um poder que os prende ao campo da necessidade durante ao menos 1/3 do tempo dos seus dias, campo esse da produção da vida material.

1.4. Impasses para a força de trabalho no capitalismo

1.4.1. Mais máquinas, menos trabalhadores

Quando falamos da participação do trabalhador no metabolismo social, a questão pode se resumir a esta sentença contraditória: quanto maior for a riqueza social e o vigor do seu crescimento, assim como quanto maior for a grandeza numérica (absoluta) do proletariado e a força produtiva do seu trabalho, maior será o “exército industrial de reserva” (MARX, 2013, l. 875/1493) e a “população trabalhadora adicional relativamente excedente ” (MARX, 2013, l. 857/1493).

Um desenvolvimento das forças produtivas que reduzisse o número absoluto dos trabalhadores, isto é, que, de fato, capacitasse a nação inteira a efetuar sua produção total num intervalo de tempo menor, **provocaria uma revolução**, pois deixaria fora de atividade a maior parte da população. Nisso se manifesta, uma vez mais, a limitação específica da produção capitalista e o fato de que ela não é de modo nenhum uma forma absoluta para o desenvolvimento das forças produtivas e a geração de riqueza, mas uma forma que, ao contrário, tão logo atinge certo ponto, entra em colisão com esse desenvolvimento. (MARX, 2017, l. 247/828)

O capital aumenta continuamente sua “composição orgânica” (MARX, 2013, l. 856/1493). E o que isso significa? Que ele precisa aumentar a parte do capital investido na maquinaria em detrimento da quantidade investida na força de trabalho. Mais e melhores máquinas ocupam o lugar dos trabalhadores. A miséria, a pobreza, a criminalidade, as revoltas sociais, entre outros fatores podem custar caro para os capitalistas. Sabem transferir muito bem

estes custos para os próprios trabalhadores e para a “pequena classe média” (MARX, 2013, l. 874/1493), mas os riscos de “governar” o trabalho neste ambiente efervescente é enorme.

No trecho acima, Marx traz que quanto mais se produz e em menor tempo, mais gente se põe fora da atividade produtiva, citando a ideia de “revolução” fruto dessa contradição. Então, o desenvolvimento das forças produtivas, da capacidade aprimorada de produzir com menos tempo dispendido de tempo e energia pela humanidade, choca-se com as relações sociais de produção capitalistas. Há uma história muito bem contada sobre a necessidade da preparação crescente dos indivíduos para um “mercado de trabalho” dinâmica, que precisaria sempre de mais gente com novas capacidades, que o desemprego é resultado apenas da falta de qualificação. Contudo, essa é apenas uma parte ínfima do problema. Os “substituídos por máquinas” jamais conseguirão ser readmitidos por completo.

Não se produzem demasiados meios de produção para ocupar a parte da população capaz de trabalhar. Pelo contrário. Em primeiro lugar, **produz-se uma parte excessivamente grande da população que, na realidade, não se encontra em condições de trabalhar e que, pelas circunstâncias,** depende da exploração do trabalho alheio ou de atividades que só se podem considerar como trabalho dentro de um modo miserável de produção. Em segundo lugar, não se produzem meios de produção suficientes para que toda a população em condições de trabalhar possa fazê-lo sob as condições mais produtivas, isto é, para que seu tempo absoluto de trabalho seja abreviado pela massa e pela eficácia do capital constante que se emprega durante esse tempo de trabalho. O que ocorre é que se produzem periodicamente meios de trabalho e meios de subsistência numa quantidade excessiva para ser empregados como meios de exploração dos trabalhadores a uma taxa de lucro determinada. Produzem-se demasiadas mercadorias para realizar o valor e o mais-valor nelas contidos sob as condições de distribuição e consumo dadas pela produção capitalista e reconvertê-los em novo capital, isto é, para efetuar esse processo sem explosões sempre recorrentes. Não é que se produza demasiada riqueza. O que ocorre é que se produz periodicamente demasiada riqueza sob suas formas capitalistas antagônicas. (MARX, 2017, l. 243/828, grifo nosso)

O modo de produção capitalista cria, por características que lhe são próprios, uma superpopulação de trabalhadores. Pensá-la em termos absolutos, malthuseanos, é um erro. Aqui falamos em superpopulação como “superpopulação relativa”, pois nos referimos ao número de trabalhadores que excede às necessidades de reprodução do capital em determinado período da sua acumulação (MARX, 2013, l. 857/1493). Para Marx, há três formas de superpopulação relativa.

A primeira é a superpopulação relativa flutuante, integrada por trabalhadores que, após serem demitidos, ficam migrando de um setor a outro da produção de acordo com a necessidade por força de trabalho; sobrevivendo assim entre pessimismos e otimismo industriais, falências e expansões das empresas. O número de flutuantes aumenta de acordo com o desenvolvimento do capital, que incorpora cada vez menos trabalhadores em relação à sua escala da produção, que cresce em volume muito maior.

A segunda forma é a superpopulação latente. Com o avanço do capital sobre o campo, a pequena lavoura é substituída pela grande, e os instrumentos de produção rudimentares, comunais ou familiares, dão lugar a maquinaria moderna. Parte da população agrária se encontra constantemente em vias de se transferir para as cidades. Beirando o pauperismo, ela vive em estado de latência: apenas esperando condições favoráveis para sair do campo em direção às cidades.

Por último, na forma de superpopulação relativa estagnada, estão os indivíduos trabalhadores com “ocupação totalmente irregular” (MARX, 2013, l. 873/1493). Eles ainda são do exército ativo, seja como trabalhadores empregados ou semiempregados²⁰, mas sua condição de vida está abaixo do nível médio da classe trabalhadora. A superpopulação relativa estagnada está susceptível a exploração de certos ramos do capital, que recrutam continuamente os supranumerários sob a regra de um mínimo de remuneração para o máximo de tempo trabalho. É importante compreendermos que a superpopulação estagnada constitui o elemento da classe trabalhadora que mais cresce em maior proporção com relação aos demais (MARX, 2013, l. 873/1493).

No sedimento mais baixo da superpopulação relativa, que habita a esfera do pauperismo, estão os supranumerários aptos ao trabalho que vivem sob condições materiais das mais terríveis, as crianças órfãs e indigentes, e todos aqueles incapacitados para o trabalho. Segundo Marx o “pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva” (MARX, 2013, l. 874/1493). Ele integra os custos mortos da produção capitalista. Conhecido também como “*faux frais of production*”, os custos mortos representam todo o dinheiro gasto pelo capitalista para que a produção possa funcionar sem que, no entanto, esse dinheiro incorpore valor à mercadoria produzida.

²⁰ Toda a forma de movimento da indústria moderna deriva, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semiempregada. (MARX, 2013, l. 860/1493)

Existe também o “dejeito”, o “refugo” de todas as classes da sociedade burguesa: o lumpemproletariado (MARX, 2011a, p. 91). Ele é composto por indivíduos pauperizados, sem uma atividade profissional definida, suscetíveis a se dedicarem ao tráfico, estelionatos, ingressarem em gangues, grupos mercenários, etc. Em suma, o lumpemproletariado é uma massa de indivíduos em desintegração e que busca se garantir à margem das possibilidades de venda de força de trabalho, trabalho artesanal/doméstico ou até de investimento capitalista.

Vale lembrar aqui que para que exista tanto a população trabalhadora quanto a superpopulação relativa a serem exploradas pelo capital, é preciso um tipo de condição subjetiva ao trabalho que é impulsionada por condições materiais objetivas específicas: a ausência de meios de produção na mão dos trabalhadores e um Estado que protege a “saúde” dos maiores negócios. O entregador de aplicativos Paulo Lima (conhecido como “Paulo Galo”), líder do movimento “Entregadores Antifascistas”, que surgiu e ganhou repercussão durante a pandemia de COVID-19 em 2020, diz, ao falar sobre o fato de alguém topar ser entregador de aplicativos, que os trabalhadores vivem um “encurrallamento”:

(...) beleza, você acha que não é escravidão, mas encurrallamento é, amigão. Você não tem como fugir da ideia de que é um encurrallamento. Os cara encurralla, os cara fechou o mercado e te encurralla. “Não tem emprego? Vem pra cá.” (THE INTERCEPT, 2020)

Esse “encurrallamento” é a raiz do que aqui chamamos aqui de “condição subjetiva” para a venda da força de trabalho. Especialmente em períodos de crise, quando é impossível até mesmo para os indiferentes não perceber a pauperização, o Estado defronta-se com operários em demasia, engenheiros em demasia, cientistas em demasia, médicos em demasia, professores em demasia, e é convocado a fazer algo sobre isso para evitar revoltas sociais, insurreições, revoluções. No capitalismo, “A riqueza sempre tem a pobreza como seu pré-requisito, e apenas se desenvolve desenvolvendo também a pobreza” (MARX, 2009, p. 62).

O crescimento da produtividade do trabalho é independente do aumento do acesso a estas riquezas pela população do território onde elas são produzidas. De 1980 até 2019, a indústria automobilística brasileira, a maior representante do “milagre econômico”, teve um crescimento de 167% na produção em unidades e de 129% no faturamento por trabalhador. Note-se que em 2019 era utilizado 25% menos trabalhadores para atingir esse resultado e cada trabalhador produziu 237% mais veículos do que em 1980. Entre 2001 e 2009, a remessa de lucros para o exterior das montadoras aumentou em quase dez vezes, possibilitado por fartos empréstimos do BNDES, ou seja, por dinheiro da população brasileira (ILAESE, 2021, p. 150).

1.4.2. Crises e monopolização

Vivendo no século XXI temos facilmente a impressão de que a base industrial da sociedade está superada ou é menos importante que antes, como afirmam diversos intelectuais interessados em conceitualizar o advento de uma era “pós-industrial”. As crises e estagnações econômicas, no entanto, mostram que o “coração pulsante” do sistema continua sendo o mesmo dos séculos passados: a exploração do trabalho assalariado pelo capital para a produção de mais-valor. Esse coração, contudo, não funciona batendo sempre no mesmo ritmo.

A enorme capacidade, própria do sistema fabril, de **expandir-se aos saltos** e sua dependência do mercado mundial geram necessariamente uma produção em ritmo febril e a conseqüente **saturação dos mercados**, cuja contração acarreta um período de estagnação. A vida da indústria se converte numa seqüência de períodos de vitalidade mediana, prosperidade, superprodução, crise e estagnação. (MARX, 2013, l. 640/1493)

De tempos em tempos, nestes “saltos” que levam à “saturação dos mercados”, a imensa capacidade produtiva desenvolvida pela indústria entra em contradição com a base populacional reduzida capaz de transformar as mercadorias em dinheiro (MARX, 2013, l. 492/1493). Temos aí uma crise de superprodução. “A crise capitalista é precisamente a fase de distúrbio e interrupção do processo de reprodução” (MARX, 2009, p. 37). O dinheiro investido na produção para de ser reinvestido para ampliá-la, eis a crise.

Na crise oferta das mercadorias se torna muito maior que a demanda por elas, o que significa que a demanda por dinheiro é maior que a demanda por mercadorias particulares²¹. É imperioso que as empresas transformem suas mercadorias em dinheiro, mas não há compradores suficientes. Produção e circulação se dissociam, pois, apesar de toda mercadoria precisar urgentemente se transformar em dinheiro, o dinheiro não precisa se transformar imediatamente em mercadoria (MARX, 2009, p. 44).

O capital industrial funciona por saltos de desenvolvimento, o que em certo estágio o tornou extremamente dependente do mercado mundial. O problema é que esses mercados uma

²¹ O capitalista industrial quer realizar o valor de troca da mercadoria no mercado, pondo-a em circulação para obter, em troca, dinheiro. Esse motivo prevalece sobre a intenção de transformar dinheiro em mercadoria (MARX, 2009, p. 37) no processo de produção. O problema que faz surgir a crise é que, ao menos temporariamente, a produção se dissocia da circulação das mercadorias (MARX, 2009, p. 41): há uma ruptura (MARX, 2009, p. 44). Ao capitalista só interessa o mais-valor na medida em que ele pode ser incorporado e realizável na venda da mercadoria (MARX, 2013, l. 492/1493).

hora ficam saturados de mercadorias, fazendo da vida indústria uma grande oscilação entre períodos de “vitalidade mediana, prosperidade, superprodução, crise e estagnação.” (MARX, 2013, l. 640/1493) A estabilidade econômica no capitalismo é apenas utopia. A questão é como lidar com estes altos e baixos para minimizar ou evitar revoltas sociais.

Em sociedades baseadas no trabalho comunitário, é espontâneo que o desenvolvimento de técnicas e instrumentos que aumentem a produtividade do trabalho tragam melhores condições de existência para os produtores. Eles podem agora dispor de mais tempo livre, realizar menos esforço para a mesma quantidade de produtos, ou obter mais meios de satisfação. No capitalismo, apesar dele ter aumentado a capacidade produtiva da humanidade a um patamar superior a qualquer outro modo de produção, é bem diferente: o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho não incorreu na diminuição da jornada de trabalho, muito menos na amenização da mesma. Nem mesmo a legislação que protege o trabalhador é exatamente “para o trabalhador”. Ela se tornou inevitável para a “saúde” do sistema, pois o assalariado, para produzir, precisa de alguma uma proteção física e espiritual (MARX, 2013, l. 852/1493), mesmo que mínima.

O único fim do desenvolvimento da força produtiva social do trabalho é a redução do tempo de trabalho necessário (MARX, 2013, l. 492/1493), ou seja, do tempo dedicado pelos trabalhadores à empresa para que sua força de trabalho seja paga na forma de salário. Se com a implantação de nova técnica em uma empresa produzem-se duas mercadorias ao invés de uma, para o mesmo período de tempo e com a mesma quantidade de trabalhadores, temos um aumento na produtividade do trabalho neste local, apenas. Esse aumento da produtividade se refletirá apenas no aumento da parte que é embolsada pela empresa, ao menos que os trabalhadores disputem-na utilizando a força – organização política, sindicalização, greves, paralisações, etc.

Outro elemento importante para entender a história das crises é que o desenvolvimento das forças produtivas obriga os capitalistas a lidar com o que Marx chamou de “tendência a queda da taxa de lucro” (MARX, 2017, l. 221/828). Essa tendência é “absolutamente independente da vontade do capitalista” (MARX, 2017, l. 248/828) e é um fenômeno irreversível. Quanto mais a tecnologia avança, quanto menos trabalhadores são necessários para produzir a mesma quantidade de produtos, menor é a taxa de lucro, o que obriga o capitalista a tomar medidas como o aumento da massa de lucro – mais mercadorias vendidas. Vejamos.

A taxa de lucro é a proporção entre mais-valor produzido pelos trabalhadores e todo o capital que foi adiantado no início do processo de produção: $\frac{\text{mais-valor}}{\text{capital constante} + \text{capital variável}}$.

Se temos em uma empresa “A” encontramos 50 mil reais investidos em salários (capital variável) e 50 mil em maquinária (capital constante), temos um capital total adiantado de 100 mil (capital variável + capital constante). Considerando que o mais-valor produzido nela pelos trabalhadores representa a quantia de 50 mil, teremos uma taxa de lucro de 50% ($\frac{50}{100}$).

Em uma outra empresa, B, mais avançada tecnologicamente, temos 100 mil reais produzidos em mais-valor (o dobro). No entanto, o capital constante variável permanece 50 mil, pois o número de trabalhadores é o mesmo e o salário se manteve, e a maquinaria representa 100 mil reais, o dobro.

Ora, a quantidade de mais-valor produzido na empresa B é o dobro da empresa A, mas a taxa de lucro da empresa B foi de 66% ($\frac{100}{150}$), apenas 16% maior que seu concorrente atrasado, com metade dos investimentos em capital constante. Caso a empresa B vá mal e produza a mesma quantidade de mais-valor que seu concorrente, 50 mil, teríamos uma taxa de lucro de $\frac{50}{150}$, ou seja, 33%. Se a maquinaria é mais avançada, precisa-se produzir mais e mais.

Se a empresa B demitir metade dos seus trabalhadores e produzir a mesma quantidade de mais-valor do seu concorrente A, a fórmula ficaria $\frac{50}{100 \text{ (capital constante)} + 25 \text{ (capital variável)}}$, ou seja, B teria uma taxa de lucro de 40%, ainda menor que seu concorrente atrasado A.

Todavia, mesmo com um lucro menor, um grande capital cresce geralmente mais rapidamente que um capital pequeno cujo lucro seja maior (MARX, 2013, l. 842/1493). Por quê? Uma forma de contrabalancear a queda tendencial na taxa de lucro é o aumento da massa de mercadorias produzidas e vendidas, o que só é possível para os capitalistas mais consolidados (MARX, 2017, l. 241/828). Ganha-se mais que o capital menor na quantidade vendida.

O aumento das forças produtivas depende, portanto, do aumento da massa de lucro. Nos períodos de crise uma estratégia comum é que os capitalistas com maiores taxas de lucro destruam os menores através da redução dos preços de suas mercadorias. A redução dos preços dos grandes fará com que os menores também precisem reduzi-los, levando a taxa de lucro dos menores a um patamar tão baixo que inviabilizará a existência dos mesmos. Toda empresa que quiser ampliar sua taxa de lucro precisará tornar menor a quantidade de capital variável (salários) em proporção ao capital constante (meios de produção), e maior a quantidade de mais-valor produzido, que crescerá junto com o aumento da massa de produtos.

Aumentar a capacidade produtiva a partir do patamar anterior não altera a taxa de lucro. Para a empresa atrasada A, se adicionarmos quantidades iguais a todos os elementos da fórmula $50 \text{ (mais-valor)} / 50 \text{ (capital constante)} + 50 \text{ (capital variável)}$, teremos a mesma taxa de lucro, 50%. Será preciso ou aumentar a quantidade de mais-valor produzido pela ampliação do tempo ou da intensidade do trabalho, sem alterar o investimento no elemento variável do capital, ou implantar de novos métodos e equipamentos por investimentos em capital constante. Como a extensão do tempo e da intensidade do trabalho apresentam limites, buscar-se-á investimentos em capital constante, que levarão à queda progressiva da taxa de lucro, como demonstramos acima.

A “tendência à queda progressiva da taxa de lucro” (MARX, 2017, l. 213/828) é uma “expressão característica do regime capitalista de produção do desenvolvimento ascendente da força produtiva social do trabalho.” (MARX, 2017, l. 204/828). A massa de força de trabalho empregada sempre decrescerá em relação a massa de meios de produção em cada unidade produtiva. Claro que há outras maneiras da taxa de lucro cair²², mas compreender esta é fundamental, pois ela se apresenta como uma lei.

A crise funciona, ao eliminar os capitais menores, como uma maneira de eliminar o “excesso” de capital, estabelecendo um melhor ambiente para a acumulação ao permitir que os setores mais avançados da produção concentrem o capital em torno dos seus planos e instrumentos de produção mais avançados. O trabalho então desenvolve-se de forma cooperativa, a terra é explorada de maneira planejada e todos os meios de trabalho só podem ser usados de maneira coletiva, unindo todos os povos na rede do mercado mundial (MARX, 2013, l. 1013/1493). É a socialização da produção. O número de magnatas do capital que a administram em um polo, no topo das Sociedades Anônimas, reflete-se no número de trabalhadores miseráveis no outro, em magnitude inversamente proporcional.

²² “A tendência progressiva da taxa geral de lucro à queda é, portanto, apenas uma expressão, peculiar ao modo de produção capitalista, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho. Não dizemos, com isso, que a taxa de lucro não possa cair provisoriamente por outras razões, mas demonstramos como uma necessidade evidente, com base na própria essência do modo de produção capitalista, que no progresso deste último a taxa média geral do mais-valor tem necessariamente de se expressar numa taxa geral decrescente de lucro. Assim como a massa do trabalho vivo empregado sempre decresce em relação à massa do trabalho objetivado que o trabalho vivo mobiliza, isto é, em relação aos meios de produção produtivamente consumidos, também a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valor tem de encontrar-se numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital total empregado. E essa proporção entre a massa demais-valor e o valor do capital total empregado constitui a taxa de lucro, que tem, portanto, de diminuir constantemente.” (MARX, 2017, l. 203/828)

A pergunta do capitalista é: “Como reequilibrar as partes em conflito e restabelecer as condições correspondentes ao movimento “saudável” da produção capitalista?” (MARX, 2017, l. 239/828). A solução “inclui uma inativação, até mesmo uma destruição parcial de capital” (MARX, 2017, l. 239/828), e é vivida de maneira desigual entre diferentes capitais, alguns sendo eliminados e outros sofrendo apenas perdas transitórias.

As condições da exploração direta e as de sua realização não são idênticas. Elas divergem não só quanto ao tempo e ao lugar, mas também conceitualmente. Uma são limitadas pela força produtiva da sociedade; outras, pela proporcionalidade entre os diversos ramos de produção e pela capacidade de consumo da sociedade. Essa capacidade não é determinada pela força absoluta de produção nem pela capacidade absoluta de consumo, mas pela capacidade de consumo sobre a base de relações antagônicas de distribuição, que **reduzem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo só suscetível de variação dentro de limites mais ou menos estreitos.** (MARX, 2017, l. 231/828)

O que nos leva a contradição de que quanto mais se desenvolve a força produtiva e maior é a massa de mais-valor produzido, menor é a base capaz de realizar o mais-valor (MARX, 2017, l. 232/828), isto é, capaz de transformá-lo em dinheiro.

Em momentos de crise, a principal é que “Os capitais maiores derrotam, portanto, os menores.” (MARX, 2013, l. 852/1493). Aqueles capitalistas que têm mais capital acumulado, podem baratear suas mercadorias abaixo do que seria possível para seus concorrentes, levando-os à falência. A concorrência assume uma forma avassaladora.

Enquanto tudo corre bem, a concorrência, tal como se revela no **nivelamento da taxa geral de lucro**, atua como uma confraria da classe capitalista, que reparte o butim coletivo comunitariamente e em proporção à grandeza da participação de cada um de seus membros. Quando já não se trata de dividir o lucro, e sim as perdas, cada um procura reduzir o máximo possível sua participação e transferi-las a outrem. As perdas são inevitáveis para a classe. Mas a parte que cabe a cada indivíduo nessas perdas, a participação de cada um no cômputo geral, torna-se uma questão de poder e astúcia, e aqui **a concorrência converte-se numa luta entre irmãos inimigos.** Deflagra-se, então, o antagonismo entre o interesse de cada capitalista individual e o da classe capitalista, do mesmo modo como antes se impunha praticamente a identidade desses interesses por meio da concorrência. (MARX, 2017, l. 238/828, grifosn ossos)

Ou, “Quando já não se trata de dividir o lucro, e sim as perdas, cada um procura reduzir o máximo possível sua participação nestas perdas e transferi-las a outrem” (MARX, 2017, l. 238/828). Em detalhes:

1. Nas empresas produtivas mais avançadas emprega-se menos força de trabalho, devido ao maquinário e técnicas mais recentes, proporcionalmente aos meios de produção. Portanto, nas empresas mais avançadas a taxa de lucro é menor que nas mais atrasadas, porém a massa de lucro é maior por produzirem em maior quantidade.

Por outro lado, a queda da taxa de lucro, vinculada à acumulação, provoca necessariamente uma luta concorrencial. A **compensação da queda da taxa de lucro** mediante o **aumento da massa do lucro** vale apenas para o capital total da sociedade e para os grandes capitalistas já consolidados. (MARX, 2017, l. 241/828)

2. Devido ao aumento geral do capital constante em proporção ao capital variável empregado, cresce na sociedade uma população supérflua, “não mais diretamente necessária para a autovalorização do capital” (MARX, 2013, l. 612/1439).
3. Os capitais menores, derrotados pelos maiores, ficam inutilizados até o próximo período de otimismo ou são completamente destruídos. É o fenômeno da “expropriação de capitalista por capitalista, conversão de muitos capitais menores em poucos capitais maiores.” (MARX, 2013, l. 851/1493).
4. Poucos homens centralizam o que se perde da mão de muitos outros, assim como aumenta o mínimo de capital que o capitalista individual precisa dispor para um emprego produtivo do trabalho (MARX, 2017, l. 237/828).

A falência dos capitais menores libera os mercados para os capitais maiores, permitindo-os recuperar a taxa de lucro e abrindo caminho para a ampliação dos investimentos na produção. Sem conseguir superar o impasse da taxa de lucro, o resultado é o aumento na ociosidade das indústrias (NEKATANI; MARQUES, 2020, l. 1156/1376).

Resumidamente, as forças produtivas se desenvolvem, o que leva ao monopólio pela destruição das empresas menores, principalmente nos períodos de crise. Depois, o sistema de centralização dos meios de produção na mão de poucas corporações e a socialização do trabalho a nível mundial tornam as forças produtivas do capital, contraditoriamente, incompatíveis com o seu próprio “invólucro capitalista” (MARX, 2013, l. 1013/1493).

O movimento de crise torna ainda mais restrito o “clube” dos investidores no capital produtivo com poder de decisão real sobre as empresas. O sucesso da sociedade capitalista

caminha em direção para reforçar a concentração do poder econômico, conseqüentemente, também político, na mão de cada vez menos capitalistas.

Ao contrário do imaginário popular sobre a concorrência, sobre ela impulsionar a criatividade, o desenvolvimento, a produção etc., quando ela se acirra, ou seja, nos períodos de crise e saturação dos mercados, aquilo que poderia ser utilizado para satisfazer as necessidades humanas vai ser imobilizado ou destruído. O resultado é o capital centralizando na mão de menos proprietários e de gigantescas corporações que formam empresas mãe e empresas filhas. Sendo assim, uma época de acirramento da concorrência implica no aumento da supremacia dos maiores capitais.

O progresso do capitalismo é um progresso em direção ao monopólio, e as crises são uma arma na mão dos monopolistas contra seus concorrentes menores. Forma-se daí uma “**nova aristocracia financeira**, uma nova classe de parasitas sob a forma de projetistas, fundadores e diretores meramente nominais” (MARX, 2017, l. 401/828, grifo nosso) dedicada a especular e fraudar através da fundação de sociedades de ações e pelo comércio de ações. Essa nova aristocracia financeira não depende de capital próprio para gerir o capital social de toda a sociedade anônima, controlando-a ao deter apenas uma fração do mesmo. A evolução em saltos do capitalismo faz com que as empresas privadas se transformem em empresas sociais, mas a propriedade delas se mantenha privada.

1.4.3. **A rapinagem financeira**

O sistema de crédito tem como função permitir que um indivíduo converta dinheiro em capital sem ser necessário que ele se transforme em um capitalista industrial (MARX, 2017, l. 249/828), isto é, proprietário nominal de meios de produção. Também torna disponível para os capitalistas da indústria e do comércio, por intermédio dos banqueiros, a poupança bancária de todas as classes da sociedade que depositam seu dinheiro no banco (MARX, 2017, l. 333/828). A princípio, o crédito é um impulsionador da produção capitalista, pois torna o investimento na indústria independente das reservas monetárias individuais dos capitalistas e cria uma supervisão das diversas empresas ligadas ao mesmo banco.

Mas até que ponto o desenvolvimento do crédito significa a reprodução em escala ampliada de mercadorias? Como vimos antes, quando o capital encontra um excesso de meios de

produção em circulação, ou seja, quando determinado capital aplicado na produção não consegue mais funcionar mais como motor do processo de acumulação, temos uma superprodução de capital, o que leva a inativação de parte do capital acumulado anteriormente (MARX, 2017, l. 238/828). A superprodução de capital implica em superprodução de mercadorias (MARX, 2017, l. 241/828), o que rebaixa a taxa de lucro e acirra a luta concorrencial que destrói os capitalistas menores.

A inativação dos capitais significa que os meios de produção não são mais capazes de funcionar como meio de autovalorização (MARX, 2017, l. 241/828). A taxa de lucro, estímulo da produção capitalista, condição e força motriz da acumulação, é posta em perigo pelo próprio desenvolvimento da produção (MARX, 2017, l. 244/828).

Consequentemente, o capital inativado pode querer se empregar em outro lugar na busca de uma taxa de lucro superior, como em outro país, em outro setor da produção etc., mas também pode deixar de ser mediado pelo processo de produção e circulação, convertendo-se em um autômato para render juros (MARX, 2017, l. 360/828).

Como fonte de juros, o dinheiro passa a se relacionar consigo mesmo (D-D'), ganhando a aparência de ser o verdadeiro fruto do capital, convertendo o lucro em mero acessório (MARX, 2017, l. 360/828). Em momentos desfavoráveis do ciclo industrial, os capitalistas monetários se lançam a comprar títulos que mais tarde lhe renderão muito dinheiro, seja a partir da sua venda ou do maior juro que irão gerar. Na medida que se desenvolve o sistema de crédito, os capitalistas monetários e banqueiros, que se apoiam em ganhos especulativos e esperados, proliferam-se (MARX, 2017, l. 454/828).

Como capital portador de juro, o produto do trabalho realizado anteriormente pelos trabalhadores (realizado pois se transformou em novo valor no processo produtivo) engravida de um fragmento do que pode ser gerado (MARX, 2017, l. 365/828). O processo especulativo, então, se baseia na previsão da apropriação de uma parte da riqueza que está sendo ou será gerada pelos trabalhadores. O trabalho pretérito confronta-se com o trabalho vivo (MARX, 2017, l. 365/828).

Sobre a base da produção capitalista desenvolve-se nas empresas por ações uma nova especulação com o salário de administração, que cria, ao lado e acima dos verdadeiros diretores, toda uma série de conselhos de administração e supervisão e, assim, faz com que a administração e a inspeção se convertam em mero pretexto para o saqueio dos acionistas e o autoenriquecimento. (MARX, 2017, l. 356/828)

Através das sociedades por ações, que são empresas sociais, a propriedade privada dos meios de produção, que antes pertencia por inteiro a um único ou poucos proprietários de uma mesma empresa ou grupo de empresas, transforma-se em propriedade verdadeiramente social. Os grandes capitalistas agora administram, tendo atrás de si o sistema de crédito, algo muito maior do que se se administrassem suas próprias empresas: administram o capital social total de toda a sociedade, expandindo a produção numa escala impossível para capitais isolados (MARX, 2017, l. 399/828). O economista político Mark Blyth (2017, l. 163/331), professor da Universidade de Brown, afirma que o papel do Estado alemão, a partir da segunda metade do século XX, em suprimir do consumo e estimular a poupança dos trabalhadores tem como objetivo direto gerar fundos para os investimentos industriais.

As montanhas de crédito concedidas pelos bancos a poucos grupos capitalistas aceleram a expropriação de capitalista por capitalista, como já falamos. A transferência de capital das mãos de um capitalista para a de outro passa a ser resultado não mais de negócios bem ou malsucedidos, de capitalistas laboriosos que empregam seu capital de maneira genial ou são sortudos por inventarem algo de valor de uso importante em determinada cultura, mas de um jogo onde a regra é que os tubarões da bolsa devem devorar os peixes pequenos (MARX, 2017, l. 402/828). É o que chamamos aqui de rapinagem financeira como fio condutor do processo de acumulação capitalista hoje.

Para François Chesnais (1996, p. 318), o capital monetário adquiriu certa autonomia com relação ao capital industrial, fazendo com que surgisse uma situação onde o movimento do investimento capitalista do dinheiro na esfera financeira, especulativa, submetesse as operações do capital industrial – apesar de todo o mais-valor ser oriundo dele. Podemos afirmar, conjuntamente a essa colocação, que a inovação, a ciência e a tecnologia se colocaram ao serviço dos ganhos esperados do capital monetário (D-D’), não mais diretamente para a obtenção de lucros pela comercialização de valores de troca no mercado de bens úteis. Entre 1980 e 1992, a taxa de crescimento dos ativos financeiros demonstrou-se duas vezes e meia mais rápida do que o da formação de capital fixo (CHESNAIS, 1996, p. 244).

O sonho de todo “empreendedor” de classe média que quer se juntar ao seleto grupo da aristocracia financeira é fazer sua empresa realizar um IPO (*initial public offering*) na bolsa de valores e viver da renda do seu capital, não mais do seu “negócio”. Há pequenos e médios

capitalistas que conservam algum interesse no sucesso da sua empresa, visto que sem elas ficariam sem nada. Mas os figurões bilionários que vemos “vestindo a camisa” das empresas que controlam, o fazem sem necessidade concreta disso para manter a sua riqueza. Tratam-se apenas de bravatas propagandísticas onde se esconde a *auri sacra fames* do aventureiro.

De maneira geral, os grandes capitalistas se transformaram em “simples aventureiros” (MARX, 2017, l. 402/828). Para os grandes não importa se explodem ou fundam empresas, se elas são “inclusivas” ou não, se geram mais ou menos empregos, mas sim como neste processo é possível ampliar a quantidade de papéis sob sua posse, ou títulos de valor, e o preço deles na bolsa.

Na forma de papéis, a acumulação capitalista se desprende dos ganhos reais da produção de mercadorias e se ligou em grande medida aos ganhos esperados, calculados por antecipação na forma de “papéis portadores de juros” (MARX, 2017, l. 425/828). Uma ressalva: não estamos falando aqui do “capital portador de juros”, que é aquilo que os bancos cedem ao industrial para ampliar a escala da produção, mas de “papéis portadores de juros”, como as ações de sociedades anônimas e outros títulos diversos. Estes papéis são “letras” que só representam especulações feitas com capital alheio e negócios fraudulentos, e que depois vão explodir como bolhas de sabão (MARX, 2017, l. 443/828). Alguns exemplos de papéis:

1. O mais clássico é o mercado de ações. Ele não depende apenas da produção real das empresas hoje, mas principalmente dos ganhos esperados por elas, do movimento dos grandes investidores e bancos, dos acontecimentos políticos no país, exposições midiáticas, etc.
2. Os títulos da dívida pública baseiam-se na promessa feita pelo Estado aos seus detentores de que eles receberão uma parte futura do arrecadado pelos impostos. Nada foi produzido para a sociedade nessa relação. Pelo contrário, riqueza foi retirada dos bolsos da maioria e entregues para os da minoria. A dívida pública é um capital gerado de maneira fictícia, pois não cria nenhum novo valor.
3. Ainda há as criptomoedas, títulos lastreados em dívidas, entre outras maneiras de gerar dinheiro “do nada”, de maneira fictícia. São verdadeiros jogos de sorte/azar que podem virar pó de uma hora para a outra a qualquer momento.

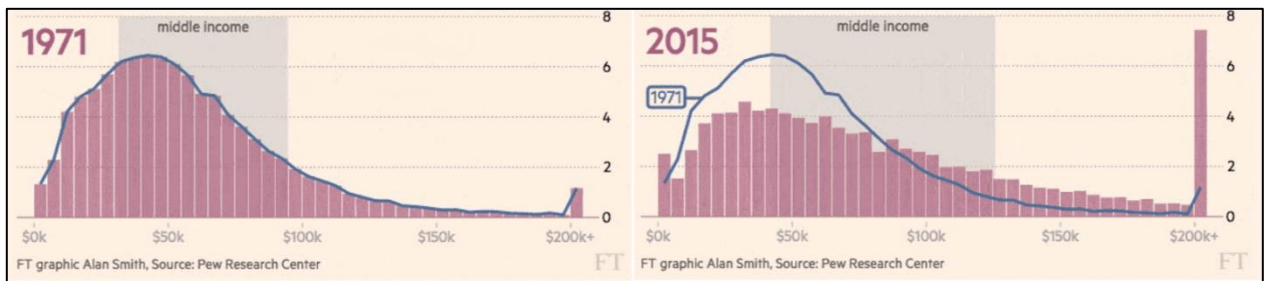
O sistema capitalista não é autorregulador, como afirma a “religião” liberal enquanto fecha os olhos para a realidade. O Estado é essencial como instituição que intervém no mercado para controlar os efeitos das suas contradições ou como sócio na luta entre as burguesias nativas/nacionais. As medidas recentes tomadas para superar ou evitar crises, como as apropriações privadas cada vez mais evidentes dos fundos públicos (ROMERO, 2009, p. 21), revela a incapacidade do capital em superar suas contradições.

A crise de 2008, que ganhou destaque por ter tido como centro o país hegemônico no capitalismo, recebeu de alguns a definição, equivocada, de que ela seria uma “crise financeira que contaminou a economia real”. Na verdade, o capital fictício assumiu a dominância nas relações econômicas e políticas muito antes de 2008 (NEKATANI; MARQUES, 2020, l. 988/1376). Foi na década de 1960, nos EUA, e 1970, na Europa, que o tipo de acumulação vista antes no pós-guerra começou a ruir. O centro dinâmico da acumulação passou a ser a ampliação do capital portador de juros (NEKATANI; MARQUES, 2020, l. 1000/1376).

A partir de 2007/2008, em plena crise, espirados pelo governo dos EUA, os principais países capitalistas passaram a comprar títulos privados desvalorizados para “resgatar” (financiar) empresas e bancos em dificuldades (NEKATANI; MARQUES, 2020, l. 408/1376). Durante a pandemia de COVID-19 que iniciou em 2020 vimos a explosão do *quantitative easing*, que consiste na criação de moeda pelo banco central para, por exemplo, comprar títulos privados. Mas não só, também foi gerado dinheiro para prestar auxílio direto a população.

A ideia, sabemos, não é proteger a classe trabalhadora, mas primeiramente proteger o sistema financeiro, dando-lhe de presente também o aumento da dívida pública, e evitar o estouro de bolhas, só que gerando a possibilidade de bolhas ainda maiores. É uma “bola de neve”. Sob o nome de “investimento público”, benfeitorias sociais, incentivo à economia, salvamento de bancos e empresas em falência etc., encontra-se a rapinagem dos fundos públicos e do mais-valor. Isso se mostra nos dados na concentração de riqueza na sociedade industrialmente mais avançada do mundo, os Estados Unidos.

Gráfico 1 – Rendimento médio do norte-americano, em 1971 e 2015



Fonte: Financial Times (2015)

O gráfico acima, do rendimento médio dos norte-americanos, revela um verdadeiro derretimento da “classe média” nas últimas décadas, conjuntamente a uma extrema concentração de riqueza no topo da sociedade. O Financial Times (2015) fala de um “desaparecimento da classe média”, pois aqueles que estão fora dos 1% se sentem, definitivamente, *out of the game*.

O capitalismo em sua fase madura é um aperfeiçoado sistema de rapinagem com uma aristocracia financeira²³ no seu topo, que mantém a direção do processo produtivo social para fins privados e, assim, impede que ele seja direcionado a qualquer ganho em termos de bem-estar geral humano. A própria prerrogativa de direção das sociedades anônimas autoriza essa aristocracia a se apropriar de quantias astronômicas das riquezas geradas pelos trabalhadores, tudo por vias “legais”, apesar de imorais. Salta aos olhos de qualquer um que tenha acesso aos dados e viva “do suor do trabalho” a natureza fraudulenta desse processo.

O executivo-chefe médio da Coca-Cola ganha 1600 vezes mais do que o trabalhador médio que não é supervisor (INSTITUTE FOR POLICY STUDIES, 2021). Outra manifestação foi quando testemunhamos, principalmente após 2008, o nascimento generalizado de criaturas econômicas chamadas “empresas zumbi”. Esse nome tão evocativo tem diversas definições possíveis, mas podemos dizer que a característica central de uma firma zumbi é a sua incapacidade de cobrir os custos da dívida que criou para financiar suas operações a partir dos lucros obtidos e por pelo menos um longo período de tempo. As empresas zumbi já são 20% das

²³ “Essa é a suprassunção do modo de produção capitalista no interior do próprio modo de produção capitalista e, portanto, uma contradição que anula a si mesma e se apresenta prima facie como simples fase de transição para uma nova forma de produção. Seu modo de manifestação é também o de uma contradição desse tipo. Em certas esferas, ela estabelece o monopólio e, com isso, provoca a ingerência estatal. Produz uma **nova aristocracia financeira**, uma **nova classe de parasitas** sob a forma de projetistas, fundadores e diretores meramente nominais; todo um sistema de especulação e de fraude no que diz respeito à fundação de sociedades por ações e ao lançamento e comércio de ações. É produção privada, sem o controle da propriedade privada.” (MARX, 2017, l. 401/828, grifo nosso)

empresas norte-americanas (FINANCIAL TIMES, 2020), 14% das do Reino Unido (KPMG, 2019, p. 2), e 15% das japonesas (THE ECONOMIST, 2020).

A acumulação e a centralização dos capitais, resultado da expropriação dos produtores diretos e dos próprios capitalistas pequenos e médios, apesar de ter sido o ponto de partida da era industrial, desdobrou para a formação da ave de rapina da aristocracia financeira. Esse fenômeno é irreversível, e defender um capitalismo sem aristocracia financeira ou guiado por uma estratégia industrial desenvolvimentista é similar a fundar uma religião com os dogmas do “bom capitalismo” ou “bom mercado”.

É certo que os países de industrialização tardia necessitam de uma mão forte do Estado para empurrar um desenvolvimento que seria impossível para capitais isolados (BLYTH, 2017, l. 163/331). Mas o desenvolvimento “nacional” só pode ter um desdobramento positivo, de produção de abundância, se todos os poderosos meios de produção de capital se converterem em meios de produção de meios de vida na mão e para os produtores associados, portanto, em propriedade social destes últimos.

Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. O valor da força de trabalho se reduz ao valor de uma quantidade determinada de meios de subsistência e varia, portanto, com o valor desses meios de subsistência, isto é, de acordo com a magnitude do tempo de trabalho requerido para a sua produção.

Karl Marx

2. A GESTÃO SOCIAL DOS DESPOSSUÍDOS

Neste capítulo falaremos sobre o que consideramos serem as práticas construídas para que todos aqueles que não possuem meios de produção de capital continuem “colaborando” para o funcionamento do modo de produção capitalista. A formulação que o leitor encontrará é nossa principal contribuição da tese. Nela, o autor irá se permitir maior liberdade ensaística que as etapas precedentes²⁴.

Partimos da hipótese de que o Estado precisa hoje se colocar como um guardião das condições externas da produção, e que as suas funções políticas se tornaram indissociáveis das suas funções econômicas. Por fim, mostraremos como o que chamamos de “gestão social dos despossuídos” é uma condição *sine qua non* para garantir o lucro extra de grupos monopolistas que controlam não só certos ramos da atividade econômica, mas também influenciam decisivamente as decisões dos governos.

2.1. Preparação e utilização da força de trabalho para o trabalho produtivo

O que torna o trabalho assalariado possível é exatamente a separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização do seu trabalho. O trabalho para o assalariado é realizado em troca do dinheiro, único meio para obter os produtos necessários à sua sobrevivência na ausência de meios de produção. Para o capitalista produtivo²⁵, que investe na reprodução de mercadorias, a compra de força de trabalho é a única ferramenta que dispõe para produzir valores-de-troca a serem lançados e vendidos no mercado na busca por lucro.

A submissão dos interesses da classe de não-proprietários de meios de produção aos interesses da classe proprietária de meios de produção constitui a base para o que nós chamaremos, a partir de agora, de “processo primário” de gestão social dos despossuídos. Este,

²⁴ Reconhecemos a imensa quantidade de material sobre o assunto produzida principalmente pelo campo do Serviço Social. O Serviço Social é o que José Paulo Netto (2017) chama de “prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada” (NETTO, 2017, p. 14) e que se vincula à “questão social”. Apesar do Serviço Social ter nascido a partir das mazelas produzidas pela sociedade burguesa e se debruçar sobre a crítica e transformação da mesma, nosso foco na investigação será aproveitar diretamente uma das principais fontes teóricas por eles utilizadas, senão a principal, a teoria marxista.

²⁵“Os movimentos do capital aparecem como **ações do capitalista industrial individual** na medida em que ele funciona como comprador de mercadorias e de trabalho, vendedor de mercadorias e capitalista **produtivo**, ou seja, na medida em que, por meio de sua atividade, serve de mediação ao ciclo.” (MARX, 2014, p. 205)

de fato, se assemelha muito mais a uma “cadeia alimentar”, que se desenrola de maneira irregular e caótica, do que de uma gestão racional de recursos humanos com fins produtivos.

Os capitalistas não se sentam à mesa, desenham suas necessidades por força de trabalho, chegam a algum acordo, e vão ao mercado para satisfazê-las, muito menos produzem para satisfazer alguma. É a anarquia da produção que dá a tônica do processo de utilização da força de trabalho, e esta anarquia “pressupõe uma exploração desenfreada da força de trabalho pelo capital” (MARX, 2013, l. 671/1493).

Como vimos anteriormente, o sucesso do capitalismo como modo de produção, ou sua eficácia para desenvolver as forças produtivas sociais do trabalho, cria um excesso de população em relação às necessidades de valorização do capital, ou uma “superpopulação relativa” (MARX, 2013, l. 431/1493). A reprodução ampliada do capital requisita a contratação de força de trabalho em medida crescente, no entanto, diminui seu ritmo conforme novas tecnologias são incorporadas ao processo produtivo, fazendo com que o exército ativo diminua em proporção com relação à população supranumerária (MARX, 2013, l. 873/1493).

Recordemos que, quando a introdução de maquinaria nova ou a ampliação de maquinaria antiga faz com que uma parcela do capital variável seja transformada em capital constante, o apologista econômico interpreta essa operação – que “vincula” capital e, por isso mesmo, “libera” trabalhadores – de modo invertido, como se ela liberasse capital para o trabalhador. Apenas agora podemos apreciar plenamente a impudência do apologista. O que é “liberado” são não apenas os trabalhadores diretamente substituídos pela máquina, mas também sua equipe de reserva e, com a expansão habitual do negócio sobre sua velha base, o contingente adicional regularmente absorvido. **Eles estão, agora, “liberados”**, e todo novo capital que deseje entrar em funcionamento pode dispor deles. (MARX, 2013, l. 868/1493)

Assim, o modo de produção capitalista cria um funil que se estreita cada vez mais, onde na sua parte mais larga está a disponibilidade da mercadoria força de trabalho dos trabalhadores “liberados” da grande indústria para todo novo capital que deseje entrar em funcionamento, e na parte mais estreita está a possibilidade de utilização da mesma como geradora de mais-valor através dos métodos mais avançados de produção.

O capital “(...) desencadeia um rito sacrificial ininterrupto da classe trabalhadora, o desperdício mais exorbitante de forças de trabalho e as **devastações da anarquia social**” (MARX, 2013, l. 681/1493, grifo nosso). Sob o modo de produção capitalista, qualquer possibilidade de gerência racional sobre a vida humana geral está submissa a como a força de trabalho é preparada e apropriada pelo capital produtivo, seja como exército ativo de trabalhadores, se já como exército de reserva. Contando os desempregados e subempregados no

Brasil, em 2020, tínhamos 43,65% da população como força de trabalho em potencial, e apenas 20,94% como assalariada.

O máximo que o capitalista ou o Estado podem fazer quanto aos portadores da força de trabalho é preparar seus corpos de acordo com as necessidades atuais ou esperadas do mercado. Trata-se de se equilibrar entre a urgência e aposta. Por isso o mais adequado é falarmos que há uma “preparação social da força de trabalho” e, num aspecto mais amplo, uma gestão social dos despossuídos. Não existe “inclusão social” genérica, independentemente da posição de classe, pois a adaptação do corpo humano para o fornecimento de força de trabalho em qualidade média, necessidade primária do capital para sua reprodução e que exige um trabalho a nível de massas, só pode se constituir como um conjunto de esforços coordenados de preparação ou de proteção a essa preparação.

Do latim, o prefixo *præ* indica algo que está “à frente, para frente, muito, antes, antecipadamente” (DICIONÁRIOS EDITORA, 2001, p. 521), enquanto que como advérbio, “*præparato*” indica algo realizado “com premeditação, premeditadamente” (DICIONÁRIOS EDITORA, 2001, p. 527). Em suma, nomeamos “preparação social da força de trabalho” o movimento social de adaptação ou readaptação do corpo dos vendedores ou potenciais vendedores de força de trabalho às condições ambientais presentes ou previstas da reprodução do capital, sempre para atender aos interesses dos proprietários do capital.

O terreno sob o qual se assenta essa preparação são práticas institucionalizadas, em constante desenvolvimento, que subordinam a atividade e criatividade humanas ao ambiente geral da reprodução capitalista. Para que a adaptação de ossos, músculos, tendões e nervos para o fornecimento de força de trabalho com um caráter normal – com um padrão médio de eficiência e celeridade (MARX, 2013, l. 351/1493) – seja realizada, são criadas instituições sociais reunindo um conjunto de matérias primas, técnicas, equipamentos e recursos humanos que foram aprimorados ao longo da história para esse objetivo.

Utilizada com fins produtivos, a mercadoria força de trabalho a ser utilizada nas empresas terá sempre o mesmo objetivo: gerar novos valores-de-troca na forma de mercadorias, que após trocadas por dinheiro serão reinvestidos, parcialmente ou totalmente. Entretanto, precisamos repetir que a adaptação do indivíduo para torná-lo apto ao trabalho precisa estar em sintonia com o interesse da classe capitalista.

Como a parte do capital investido na maquinaria aumenta sempre em detrimento da quantidade investida na força de trabalho, a tendência ao crescimento da “superpopulação relativa” (MARX, 2013, l. 857/1493) é irrefreável. Então, na medida em que o capital acumula e concentra, o supranumerário funciona como “alavanca da acumulação capitalista” (MARX, 2013, l. 442/1493), mas também pode se transformar em um problema de ordem política e econômica.

2.2.O Estado na manutenção da ordem reprodutiva

O investimento em capital constante (meios de produção) faz crescer os supranumerários e pressiona o salário do exército ativo para baixo. Essa dinâmica contribui para o processo de acumulação pois diminui a quantidade de dinheiro investida pelos capitalistas em capital variável duplamente: porque os trabalhadores foram substituídos por máquinas e porque agora estão em uma maior competição pela venda da própria força de trabalho. Os trabalhadores, temerosos quanto ao desemprego, e, se desorganizados, topam trabalhar por mais horas (MARX, 2013, l. 449/1493) sem aumento de salário ou pela mesma quantidade de horas.

Ademais, com a expulsão de trabalhadores dos setores mais produtivos, novos setores da produção capitalista poderão se aproveitar de um “depósito inesgotável de força de trabalho disponível” (MARX, 2013, l. 873/1493), composto por esses supranumerários da grande indústria, para iniciarem suas operações (MARX, 2013, l. 868/1493). Alan Greenspan (2017), ex-presidente do FED (*Federal Reserve System*) nos EUA por quase 30 anos, disse em 1997 algo que nos ajuda a refletir sobre essa realidade. Segundo ele, em um ambiente de recessão econômica – ele se referia aos anos próximos a 1991, quando os EUA sofriam uma forte recessão – os trabalhadores aceitam acordos coletivos de trabalho menos vantajosos: pequenos aumentos de salários, menores prazos negociados e até a retirada de incentivos trabalhistas. Tudo em troca de garantias de manutenção do emprego (GREESPEN, 2017, l. 75/248).

Como tal sistema poderia dar errado e por que a mão invisível não poderia operar sozinha, sem o Estado? Mas até aqui apresentamos apenas uma parte do problema do aumento da composição orgânica e dos supranumerários. Alguns trabalhadores demitidos, ao encontrarem maneiras de produzir “por conta própria”, passam a competir com os capitalistas. Se não disponibilizam sua força de trabalho para a classe capitalista, os que detém alguma poupança, mesmo que mínima, ou meios de trabalho, mesmo que arcaicos, passam a “enriquecer” a si

mesmos, ao invés de enriquecerem a classe capitalista (MARX, 2013, l. 1021/1493). Além disso, os membros da superpopulação relativa que vivem a esfera cruel do pauperismo passam a fazer parte do “peso morto do exército industrial de reserva” (MARX, 2013, l. 974/1493). Quanto maior for o exército de reserva com relação ao exército ativo, maior a miséria humana e maiores os custos mortos (MARX, 2013, l. 874/1493) necessários à manutenção destes indivíduos com vida, os elementos que vertem ao lumpemproletariado, assim como os movimentos políticos revolucionários.

Por mais que a classe capitalista seja habilidosa em repassar os custos mortos da produção para os ombros da classe trabalhadora, há limites tanto para a operação da manutenção dos indivíduos através dos custos mortos e do seu repasse aos trabalhadores. O elemento mais ameaçador ao modo de produção certamente são as movimentações políticas carregadas de potencial para retirar da classe capitalista a governança sobre o processo produtivo, e, conseqüentemente, seu poder político, passando-a para a classe trabalhadora organizada. Ou, dizendo de outra maneira, movimentações capazes de expropriar a propriedade privada de controle privado e colocá-la sob controle coletivo.

Claro, há medidas que sempre foram e continuarão sendo inventadas para evitar ou amortecer agitações da classe trabalhadora. A lei pode ser, abstratamente, para todos os “cidadãos” de um território, mas a sociedade burguesa não é uma sociedade que produz suas riquezas pelo trabalho dos “cidadãos” ou qualquer outra abstração jurídica, mas sim pelo trabalho concreto da classe trabalhadora. Como já analisamos, quem detém o capital também possui poder de governo (MARX, 2004, p. 40), o que se refletirá nas instituições dessa sociedade e nas medidas tomadas pelas mesmas para se preservar. Vamos dar alguns passos atrás na história para compreendermos melhor a questão sobre a função do Estado quando o sistema enfrenta ameaças.

No feudalismo, a centralização das funções políticas em torno de um monarca absoluto correspondeu a um momento de crise econômica e intensas guerras camponesas (PARAIN, 1998, p. 32). A massa de camponeses empobrecidos pelos encargos senhoriais tinha se transformado em uma massa de miseráveis, “servos da gleba”, que iam para as cidades ou emigravam. O direito então se cristaliza e passa a afirmar: “nenhuma terra sem senhor!” (PARAIN, 1998, p. 28). Os Estados nacionais centralizados surgiram, em síntese, como uma medida de conservação do regime feudal, e estavam muito longe de serem um desdobramento “natural” ou “evolução” do mesmo. As guerras camponesas do século XIV evidenciaram que o modo de produção feudal

deixou de ser favorável ao desenvolvimento das forças produtivas, e que nenhuma classe permanece no poder de maneira incólume caso se torne incapaz de desenvolvê-las. Fomes e pandemias se sucediam com ritmo rápido. Nem mesmo a extensão e intensificação da produção agrícola não conseguia fazer frente a essa situação (PARAIN, 1998, p. 32).

Portanto, toda a movimentação revoltosa das classes não nobres era perigosa e deveria ser cessada, mesmo que pela força. A atribuição ou submissão do poder de diversos senhores locais a uma única figura de autoridade central veio nesse sentido, e obteve sucesso. Não sem turbulências: a conhecida como Guerra de Cem Anos foi parte dos conflitos gerados durante a constituição dos primeiros Estados nacionais. Em suma, a uma fiscalização feudal para o recolhimento de impostos senhoriais parasitários que recaiam sobre os camponeses, somou-se uma fiscalização real (PARAIN, 1998, p. 31). A superestrutura política teve um papel fundamental para evitar a desintegração da base econômica da sociedade feudal, posto que não havia uma nova classe capaz de liderar qualquer transição política a um novo modo de produção.

Os espaços onde ocorria investimentos capitalistas se desenvolviam sem perturbar a estrutura feudal da sociedade. O mercado era bem limitado, e a economia próxima à “economia natural” (TREVOR-ROPER, 1998, p. 86), isto é, ligada à terra. A preparação de força de trabalho, conseqüentemente, restringia-se em maior parte ao ambiente da família, o que é impraticável no capitalismo, que precisa de certa uniformidade de qualidade em uma divisão do trabalho muito mais complexa. Ademais, o capitalismo transforma radicalmente a maneira que se encara a produção de riquezas. A “produtividade do trabalho” se liga, para o capital, à produtividade de valores-capital e a sua acumulação, não diretamente a quantidade de produtos do trabalho ou a seus valores de uso. É nessa questão que iremos nos debruçar agora.

Trazemos constantemente a Europa não por “eurocentrismo”, mas porque foi no solo do feudalismo, especificamente o inglês, que se deu a passagem de um modo de produção a outro, assim como seu processo irreversível de expansão. Ora, as classes dominantes da sociedade feudal, o clero e a nobreza, precisaram constituir os Estados nacionais com toda sua estrutura jurídica, militar, filosófica e religiosa para preservar o modo de produção diante das conseqüências da crise que arrastava a Europa para uma situação de desintegração das relações sociais.

Sem o Estado absoluto para unificar e proteger a nobreza, e sem uma classe social que pudesse superar o papel da nobreza feudal no desenvolvimento das forças produtivas, o resultado

da decadência do modo de produção feudal só poderia ter sido uma maciça destruição de forças produtivas em meio a insurreições e guerras generalizadas. O formato estatal desenvolvido nesse período nunca mais foi abandonado, apenas reformulado de acordo com diferentes interesses da classe dominante da vez. Como falamos anteriormente, é fartamente documentado que o capitalismo não surgiu sob domínio do *lassaiz-faire* (KERSTENETZKY; KERSTENETZKY, 2015, p. 585). A mão do Estado agiu pesadamente no processo de fundação dos pilares do novo modo de produção.

Fizemos esta breve digressão sobre a decadência do modo de produção feudal, sobre o nascimento dos Estados absolutos e sobre a importância do Estado na edificação do modo de produção capitalista, para chegar ao cerne deste tópico: diante da crise econômica vigente e das agitações políticas que começam a surgir por todo o globo, o Estado é não só importante, mas imprescindível para a manutenção do capitalismo.

Mas quais medidas a classe capitalista precisa defender hoje para permanecer se apropriando da maioria do trabalho excedente da sociedade? Em última instância, como desenvolver forças produtivas, mais ou menos rapidamente, ou, na impossibilidade de um desenvolvimento “pacífico”, conter ou conduzir a insatisfação das massas para que ela não desemboque em ameaça ao seu domínio? Diferentemente da época feudal e do contexto do nascimento dos Estados absolutos, temos hoje uma outra classe, que se tornou majoritária, forte o suficiente para se apropriar do poder e desenvolver as forças produtivas, a assalariada. Sendo assim, o uso da coerção física não virá como escolha primária de garantia da ordem. A própria burguesia só se tornou dominante ao arrastar atrás dos seus planos as massas camponesas e proletárias, rurais e urbanas. Portanto, a coerção vai para “o final da fila” das medidas a serem tomadas.

Ademais, as classes dominantes do modo de produção feudal se fusionavam ao Estado: era impossível distinguir nobreza e Estado. Diferentemente, vemos na sociedade burguesa a separação entre o domínio econômico e o domínio político da classe capitalista. O burguês não é necessariamente o agente estatal (MASCARO, 2013, p. 18). A época da Revolução Francesa sob o comando jacobino da Convenção Nacional apresentou a forma ideológica mais radical desta separação. Os assuntos de Estado foram por certo período tratados basicamente como os assuntos do “bem comum”, apartados da luta política (ENGLUND, 2005, l. 46/416). Como consequência,

o Estado burguês assumia uma função predominantemente positiva na constituição das relações sociais (MASCARO, 2013, p. 18).

Como vimos nos capítulos anteriores, o modo de produção capitalista precisa adaptar os corpos humanos para fazer com que, como chama Marx (2013, l. 351/1493), a força de trabalho tenha um caráter normal. Essa dinâmica de preparação e atividade da força de trabalho exige algum nível de colaboração dos trabalhadores. Como principal fator dessa colaboração está a retirada do trabalhador das condições de produzir os produtos necessários à sua própria existência: por isso os trabalhadores aceitam as condições gerais do mercado da força de trabalho para receberem o salário, pois assim conseguem adquirir os produtos necessários à subsistência.

A relação social que se estabelece a partir do fornecimento maciço de força de trabalho e a exploração racional da mesma dentro das empresas se apoia nas decisões e intervenções do Estado. Como aparelho parcialmente afastado dos exploradores, o Estado consegue criar renovadas formas jurídicas para legitimar e regular a exploração, operando como um “terceiro em relação à dinâmica entre capital e trabalho” (MASCARO, 2013, p. 20), um espaço de condensação das relações de poder em nossa sociedade, ou violência concentrada (OSÓRIO, 2019, p. 17).

O Estado, com suas diferentes estratégias de intervenção desenvolvidas ao longo da história, é uma forma social de consciência. Marx, em “Contribuição à Crítica da Economia Política” (2008), utilizou a representação de uma “edificação” para se referir à sociedade burguesa. Podemos inferir que sua base é composta pelas relações nas quais homens e mulheres entram contato para realizarem a reprodução da sua vida material, e que, acima delas, estão as formas correspondentes de consciência.

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem **formas sociais determinadas de consciência**. (MARX, 2008, p. 47)

Não é incomum a interpretação de que o Estado seria apenas um derivado “superestrutural” da base econômica, uma simples correspondência consciente de relações sociais de produção inconscientes, portanto, uma entidade incapaz de fazer mais ou menos o contrário: garantir, por suas práticas, a base econômica. Essa ideia só pode ser fruto de uma interpretação

economicista da ilustração de Marx, que a vê mecanicamente. Como expomos de maneira farta acima, o Estado, desde os primórdios da acumulação primitiva, desde o feudalismo, tem lugar fundamental para que certas tendências do desenvolvimento do fator econômico prevaleçam sobre outras. Por exemplo, para que as forças produtivas continuem tendo como finalidade a produção de valores-capital.

Também é comum encontrarmos a tese de que ao final do século XX e início do século XXI a globalização/mundialização provocou o enfraquecimento, ou até anunciou a morte do Estado-nação. A causa desse fenômeno seria o surgimento de novos atores econômicos como multinacionais, o aumento do poderio do capital financeiro, criação de ONGs, manifestações de novos tipos de movimentos sociais, etc. Na verdade, o que houve foi uma reorganização das formas de intervenção do Estado (OSÓRIO, 2019, p. 10).

A responsabilidade assumida pelo Estado é parte do processo de desenvolvimento das forças produtivas e do enquadramento das relações sociais de produção, o que inclui a gestão da principal força produtiva: a força de trabalho humana. Assim sendo, é ele que garante as condições gerais da produção capitalista, isto é, os requisitos gerais e técnicos desse processo. Sistema monetário, bancos centrais, reprodução de formas intelectuais de trabalho indispensáveis, lei e ordem etc. (BOSCHETTI, 2018, p. 139).

2.3.A importância do trabalho improdutivo para o trabalho produtivo

Nem todos os trabalhadores do exército ativo serão trabalhadores produtivos, ou seja, nem todos produzirão novos valores-capital. Apesar disso, os trabalhadores improdutivos realizam funções que são peças chave para a expansão e proteção do processo produtivo. Explicaremos a seguir.

O extraordinário aumento da força produtiva nas esferas da grande indústria, acompanhado de uma exploração intensiva e extensivamente ampliada da força de trabalho em todas as outras esferas da produção, **permite empregar de modo improdutivo uma parte cada vez maior da classe trabalhadora** e, desse modo, reproduzir massivamente os antigos escravos domésticos, agora rebatizados de “classe serviçal”, como criados, damas de companhia, lacaios etc. (MARX, 2013, l. 631/1493, grifo nosso)²⁶

²⁶ “Endlich erlaubt die außerordentlich erhöhte Produktivkraft in den Sphären der großen Industrie, begleitet, wie sie ist, von intensiv und extensiv gesteigerter Ausbeutung der Arbeitskraft in allen übrigen Produktionssphären, einen

Na citação acima, Marx define os “escravos domésticos” ou a “classe serviçal” como trabalhadores improdutivos. Sua existência é “permitida” pelo aumento da força produtiva e da exploração. É evidente que os escravos domésticos são remunerados pelos capitalistas a partir da renda obtida pela exploração intensiva e extensivamente ampliada da força de trabalho nas esferas produtivas. Hoje, certamente, podemos falar de funções improdutivas bem mais numerosas e diversas que a função de “escravos domésticos” de novo tipo.

Marx não chegou a desenvolver a ideia que vamos apresentar agora, mas traz por algumas vezes o que já apresentamos como sendo os “custos mortos do modo de produção capitalista” (MARX, 2013):

A soma total da força de trabalho e dos meios sociais de produção despendidos na produção anual de ouro e prata como instrumentos da circulação constitui um volumoso lote dos *faux frais* [custos mortos] do modo de produção capitalista e, em geral, do modo de produção fundado na produção de mercadorias. Ela **subtrai ao usufruto social** uma quantidade correspondente de **meios possivelmente suplementares da produção e do consumo, isto é, da riqueza efetiva**. Na medida em que, com uma escala dada e constante da produção, ou num dado grau de sua expansão, diminuem os custos dessa **dispendiosa maquinaria de circulação**, nessa mesma medida é aumentada a **força produtiva do trabalho social**. (MARX, 2013, l. 874/1493, grifos nossos)

Novamente, Marx trata do que vê ao alcance de seus olhos, e ele aqui nos ilustra o custo da máquina de circulação das mercadorias refletido na necessidade de se produzir, transportar e armazenar ouro. O ouro a que Marx se refere é aquele utilizado como dinheiro ou como lastro para o dinheiro em geral²⁷. Como equivalente universal para a troca de mercadorias, o dinheiro é necessário para a circulação das mesmas.

Somos capazes de ir além desse apontamento sem alterar em nada sua essência. Hoje participam igualmente dos “custos mortos” outras coisas destinadas para atividades não ligadas a geração de mais-valor e para a circulação, mas fundamental para elas, que subtraem “ao usufruto social uma quantidade correspondente de meios possivelmente suplementares da produção e do consumo” (MARX, 2013, l. 874/1493), isto é, “riqueza efetiva”. Por exemplo, o investimento em ciência e tecnologia para o aperfeiçoamento das técnicas de produção, a riqueza destinada ao

stets größten Theil der Arbeiterklasse unproduktiv zu verwenden und so namentlich die alten Hausklaven unter dem Namen der “**dienenden Klasse**”, wie Bediente, Mägde, Lakaien u. s.w., stets massenhafter zu reproduciren.” (MARX, 1987, p. 428, grifo nosso)

²⁷ O lastro ouro se encerrou após a Segunda Guerra Mundial, primeiro com o estabelecimento do lastro ouro-dólar após ser constatado que a maioria da circulação mundial de mercadorias se fazia através do dólar, e depois com o anúncio do presidente Richard Nixon do fim da conversibilidade de ouro em dólar. Utilizando do seu poder econômico, os EUA fizeram do dólar o principal lastro para as diversas moedas nacionais, colocando todas as outras economias, de alguma maneira, sob seu jugo.

pagamento dos juros da dívida pública, os gastos com efetivo e equipamento militar ou policial que protege a ordem e garantem o lucro de capitais de alguns países no estrangeiro, a burocracia estatal e, por que não, a própria preparação da força de trabalho.

Os trabalhadores que cumprem funções improdutivas, repetindo, aqueles que não produzem novos valores-capital a serem ofertados no mercado, cumprem funções fundamentais para a sustentação do modo de produção. Como mostra o trecho, é exatamente o aumento da força produtiva social do trabalho que permite o emprego cada vez maior da força de trabalho de maneira improdutiva. Habilmente, a classe capitalista sabe transferir os custos da manutenção dos improditivos para os trabalhadores e para a pequena burguesia (MARX, 2013, l. 874/1493).

Falando da circulação de mercadorias, é especialmente no livro II que Marx vai se dedicar à questão do comércio de mercadorias, atividade primária para a circulação delas (MARX, 2014). O crescimento do comércio é fruto do crescimento da produção, e cumpre função intermediária entre produção e venda de mercadorias (P... M - D') (MARX, 2014, p. 211). Se o capitalista comercial, ao intermediar a relação entre produção e distribuição, contrata força de trabalho, estabelecerá com ela uma relação diferente da estabelecida pelo capitalista industrial com seus assalariados. O comerciante (o capitalista comercial) não se apropriará de mais-valor produzido pelos trabalhadores do seu comércio: o simples ato de comercializar e contratar trabalhadores para vender as mercadorias do capitalista industrial não produz novos valores, no máximo acelera a velocidade da circulação dos valores já produzidos.

O capitalista comercial irá se apropriar, na verdade, de uma parte do mais-valor produzido pelos trabalhadores da indústria. O capitalista industrial irá vender a mercadoria ao capitalista comercial dando a ele um “desconto” (MARX, 2014, p. 236) sobre ela, que constituirá os ganhos do capitalista comercial, portanto, de onde sairão os salários dos assalariados do comércio. Justificável: “(...) o próprio processo de reprodução do capital inclui funções improdutivas” (MARX, 2014, p. 235). Se na operação de compra e venda o comerciante contrata assalariados e ainda auferir algum lucro, bom para ele, mas restrito a essa função ele permanecerá como um intermediário que se apropria de parte do mais-valor do industrial (MARX, 2014, p. 585).

Temos também os funcionários da burocracia do Estado, os corretores de papéis nas bolsas de valores, o pessoal fundamental da assistência social, das polícias, forças armadas,

prisões, universidades, escolas estatais etc. Por mais que sejam majoritariamente assalariados, são improdutivos para o capital, independentemente se produzem coisas úteis, valores de uso.

O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à **autovalorização do capital**. (MARX, 2013, l. 706/1493, grifos nossos)

O conceito de trabalho produtivo não tem relação alguma com a atividade que o trabalhador individual desempenha ou ao efeito útil dessa atividade (MARX, 2013, l. 706/1493). Se a atividade realizada é um meio direto para a valorização do capital, isto é, para a autovalorização do valor, estamos falando de trabalho produtivo, mesmo que não se produzam mercadorias físicas, palpáveis. Um professor pode ser trabalhador produtivo na medida em que trabalha para enriquecer o capitalista, fazer crescer sua empresa, ou improdutivo na medida em que trabalha para prestar um “serviço” diretamente a alguém que paga por suas aulas.

A manutenção de uma miríade de funcionários improdutivos, seja lá onde for e por quais motivos eles existam, depende de duas condições. Revejamos. Primeiro, do “extraordinário aumento da força produtiva nas esferas da grande indústria”. Segundo, de “uma exploração intensiva e extensivamente ampliada da força de trabalho em todas as outras esferas da produção” (MARX, 2013, l. 631/1493). Em detalhes:

1. Em primeiro lugar, ter mais trabalhadores improdutivos depende do aumento da força produtiva social do trabalho na grande indústria. A grande indústria, conhecida também como “indústria de ponta”, é aquela que incorporou no seu interior os principais avanços em organização do trabalho e meios de produção. Logo, é a que tem a mais elevada composição orgânica do seu capital, isto é, maiores quantidades de investimentos em capital constante com relação ao capital variável – se comparado à média de todas as indústrias do seu respectivo setor da produção. A massa de mais-valor produzida na grande indústria é maior que na pequena ou média, portanto, maior também é a disponibilidade de utilização de partes do mesmo para a manutenção de atividades improdutivas ou, de maneira mais ampla, pagar pelos custos mortos.
2. Em segundo lugar, a ampliação intensiva e extensiva da exploração da força de trabalho nas outras esferas de produção, que não são a da grande indústria, é favorecida pelo seu próprio desenvolvimento. O aumento dos supranumerários

“liberados” da grande indústria, resultado do avanço técnico, fornece um contingente adicional de força de trabalho para que novos capitais – novas empresas, ramos da produção etc. – entrem em operação (MARX, 2013, l. 868/1493). Logo, o trabalho produtivo se amplia sob novos setores para a acumulação e coloca à disposição da classe capitalista maior potencial de obtenção de mais-valor, destacadamente se consideramos que o mesmo monopólio que coordena indústria de pontas também irá investir em novas empresas e ramos da produção.

O desenvolvimento das forças produtivas e a exploração da força de trabalho nas diversas esferas da produção capitalista aumenta a massa de indivíduos que trabalham para o capital e não para si mesmos, substitui trabalho artesanal por trabalho assalariado, transformando campos em cidades e substituindo a pequena lavoura pela grande lavoura mecanizada, aniquilando os destroços de modos de produção antigos.

Ao se desenvolverem, as forças produtivas do capital criam ambiente para maior arrecadação tributária dos Estados nacionais e a maior capacidade de obtenção de dinheiro através de emissão de dívidas públicas, isto é, capacidade do Estado em obter “empréstimos” junto a capitalistas e remunerá-los por isso. Como dissemos antes, o dinheiro do Estado serve para construir e financiar escolas, universidades, instituições de saúde, forças policiais, militares, ou qualquer outro aparelho público que contribua para a ordem econômica e política. Estes aparelhos dependem da contratação de funcionários pagos, alguns muito bem pagos, que ingressarão em uma ampla teia hierárquico-administrativa. O Estado traz para si hoje diversas responsabilidades sobre os custos mortos da produção.

A primeira destas responsabilidades é a manutenção de práticas voltadas à reprodução da força de trabalho em qualidade normal, ou para adaptar e readaptar os corpos que não detém qualidade normal ou que a perderam. As instituições responsáveis por essas práticas no não são em sua maioria unidades produtivas de valores-capital, visto que precisam ser amplas o suficiente para atender indivíduos que não podem pagar pelo que nelas é ofertado. Exemplos: escolas, universidades, hospitais, assistência. Claro que o Estado poderia remunerar empresas privadas para que elas prestassem este serviço de maneira produtiva, mas este cenário onde se deve remunerar não só a gestão e a operação, mas também o capital, envolve custos maiores, além de ser arriscado em termos de ausência de garantia de funcionamento adequado das mesmas.

Outra responsabilidade é a manutenção uma rede de serviços capaz de fornecer cuidados que preservem condições mínimas de vida e sociabilidade para indivíduos impossibilitados, momentaneamente ou permanentemente, de fornecerem força de trabalho com padrão médio de eficiência e celeridade, especialmente os que carecem de fontes de renda para pagar por eles. Estas práticas, através de instituições e trabalhadores especializados, não têm necessariamente, como objetivo, fazer com que o indivíduo forneça força de trabalho com caráter normal, mas sim evitar a sua morte, a revolta social decorrente dela ou a sua transformação em elemento desordeiro. Exemplos: instituições especializadas de saúde, beneficência pública e privada, programas de “ressocialização”, programas de auxílios monetários diretos, previdência social etc.

Por último, para impedir que a luta entre grupos e classes ameace a ordem social da reprodução ampliada do capital, é mantido um aparelho especial de repressão. Instituições coercitivas preparam assalariados capazes de utilizar a força para garantir a aplicação das normas e leis que, em última instância, são interpretadas pelo Poder Judiciário, bastião para uma ordem social benéfica aos negócios da classe capitalista. Sabemos que a ação “legal” do aparelho repressivo é apenas uma capa, visto que suas práticas extrapolam as leis e atingem de maneira desproporcional grupos sociais específicos. Exemplo de instituições coercitivas: polícias, forças armadas, prisões etc.

Em suma, o motivo da existência das atividades improdutivas por parte do Estado no modo de produção capitalista é assegurar a produção de valores-capital fora delas, afinal, é o desenvolvimento das forças produtivas que permitem a expansão – e a existência – de atividades improdutivas. De qualquer forma, os custos mortos representam o dispêndio de dinheiro não como capital, mas como gasto de energia e habilidade humanas para atividades que, de forma geral, não geram valores-capital. Polícias, forças armadas, equipes de resgate, fiscalização de impostos, universidades, hospitais, escolas, manutenção urbana, limpeza, entre várias outras, podem assumir funções improdutivas.

Em tempos de impasses econômicos graves, intensa luta de classes ou disputas militares entre Estados, o aparato estatal que organiza as diversas funções improdutivas exerce um efeito centralizador que garante a continuidade da acumulação capitalista; e, em alguma medida, dá certa “ordem” a ela. Esse gigantesco corpo de funcionários demanda disponibilidade orçamentária e um planejamento geral sobre como distribuir os recursos, de maneira que só o Estado ou organismos supranacionais financiados por Estados são capazes de fornecer. Os reais

beneficiários desse planejamento e desse aparelho são alguns setores da classe dominante, o que veremos a seguir.

2.4.Sustentando a dominação política pela minoria proprietária para a proteção ao lucro extra

Em seu núcleo econômico, o capitalismo precisa continuar seu processo periódico em “ciclos” (MARX, 2014, p. 264) para autovalorizar o valor (MARX, 2013, l. 706/1493), e a força de trabalho precisa continuar sendo fornecida em “qualidade normal” (MARX, 2013, l. 351/1493), isto é, de acordo com as “necessidades médias de valorização do capital” (MARX, 2013, l. 857/1493). O choque violento entre classes ou a insatisfação oriunda do pauperismo, que o intensifica, obriga que o aparelho estatal construa medidas “anti-crise”. A mais emblemática delas talvez seja o caso do keynesianismo após a crise de 1929, utilizado e defendido por políticos até hoje como capaz de oferecer uma orientação necessária para o processo de acumulação.

O problema é que a classe capitalista não funciona como uma irmandade unida nos períodos de crise, pelo contrário. A queda das taxas de lucro promove a luta concorrencial (MARX, 2017, l. 241/828), e são nestes momentos que ela intensifica uma luta fratricida, tanto econômica quanto política. Os capitais mais fortes sobrevivem, derrotam os mais fracos e centralizam os capitais derrotados.

Enquanto tudo corre bem, a concorrência, tal como se revela no **nivelamento da taxa geral de lucro**, atua como uma confraria da classe capitalista, que reparte o butim coletivo comunitariamente e em proporção à grandeza da participação de cada um de seus membros. Quando já não se trata de dividir o lucro, e sim as perdas, cada um procura reduzir o máximo possível sua participação e transferi-las a outrem. (MARX, 2017, l. 241/828)

Proteger politicamente o modo de produção capitalista das consequências das suas próprias crises requer proteger os vencedores da luta concorrencial, ou mesmo auxiliá-los na vitória. Por vezes, essa proteção/auxílio significa impedir que uma parte dos perdedores sejam arruinados de uma hora para outra – o que poderia levar à uma rebelião ou ao apoio a movimentos que se coloquem contra o sistema. Por exemplo, antes e durante a pandemia de

Covid-19 ergueram-se sistemas de proteção econômica a pequenos e médios negócios, assim como programas de auxílio direto aos trabalhadores demitidos. Ou seja, a instabilidade em grandes proporções da dominação política precisa ser evitada a todo o custo.

Bem, sabemos que os interesses da classe que detém o poder político se expressam no aparato de Estado, que é a parte visível desses interesses (OSÓRIO, 2019, p. 36). Marx e Engels, ao discorrerem sobre o caráter do Estado, disseram que todo o moderno poder estatal é uma “comissão que administra os negócios de toda a burguesia” (MARX; ENGELS, 1998). Mas aqui faremos um adendo, pois existe um setor dessa classe que tem certos “privilégios” nesse balcão de negócios.

Esse setor possui maior quantidade de capital acumulado e força de trabalho em operação sob sua gestão se comparado aos demais. São os conhecidos como setores ou empresas “grandes demais para quebrar”²⁸, posto que sua quebra causaria desastres econômicos com efeito dominó sobre diversas outras. Uma indústria com milhares de trabalhadores, ao quebrar, quebra também outras centenas que forneciam para ela matérias primas, mercadorias intermediárias etc., o que leva a demissão de muitos outros milhares e a paralização de outros setores. É impossível deixar quebrar o setor energético de um país, pois sem energia elétrica o sistema para completamente, é impossível deixar quebrar o setor de transporte. No Brasil é impossível deixar quebrar a Petrobras, a indústria automobilística, e por aí vai. O mesmo vale para os bancos e fundos de investimento, que concentram grande volume de negócios sob operação.

Sabemos que de tempos em tempos o capitalismo enfrenta novas crises, que gerarão novos acirramentos concorrenciais, novas quebras e novos “superpoderes” econômicos e políticos para determinados capitalistas. Do outro lado, periodicamente, uma porção maior ou menor da classe trabalhadora irá se tornar supérflua (MARX, 2017, l. 247/828). Medidas precisam ser tomadas para que uma revolução não seja provocada.

Entre os anos 1940 e 1980, o mundo viveu – especialmente os países industrialmente avançados – um período de ampliação dos serviços e direitos sociais ao ponto de ter se estruturado o diversos autores chamam de “Estado Social” (BOSCHETTI, 2018, p. 132). Esse “Estado Social”, que assumiu responsabilidades com a manutenção da vida da maioria que só tem a força de trabalho para vender, foi fruto de um conjunto de medidas tomadas no pós-guerra, seja devido às forças produtivas terem sido maciçamente destruídas pelos combates, especialmente na

²⁸ O filme “Too Big to Fail” (2011) apresenta uma perspectiva didática sobre essas empresas durante a crise de 2008.

Europa, seja como continuação da resposta à crise econômica que começou antes da guerra, ou mesmo para conter qualquer insatisfação de exércitos em massa.

Por volta dos anos 1980, a estratégia dos governos se alterou. No lugar de políticas keynesianas, vieram as conhecidas como políticas “neoliberais”. Governos como os de Margaret Thatcher no Reino Unido e de Ronald Reagan nos Estados Unidos foram a maior demonstração de um novo tipo de resposta que se desenhava contra a instabilidade da economia internacional que se deu entre 1973 e 1979 – uma combinação de inflação, baixo crescimento e aumento do desemprego, numa demonstração de que a política de substituição de importações havia fracassado –, quando o ciclo do crescimento pós-guerra se esgotou.

Foi impulsionada, então, a “liberalização” das economias nacionais ao mesmo tempo que os bancos mundiais de desenvolvimento, em especial o FMI e o Banco Mundial, começaram a criar novas linhas de empréstimos para países do Terceiro Mundo se “recuperarem” ou se “desenvolverem”; obviamente, colocando diversas condições não só econômicas, mas também políticas (PEREIRA, 2013, p. 363). Parte importante do dinheiro destes empréstimos veio da crise do petróleo de 1973, que aumentou o preço do barril de US\$ para US\$12, colocando exorbitantes somas de dinheiro para serem recicladas na forma de empréstimos para países do Terceiro Mundo (NEKATANI; MARQUES, 2020, l. 769/1376).

A principal medida de “liberalização” desses países foi a realização de programas de reformas econômicas para a expansão comercial privada e para a especialização produtiva – voltar a produção para bens primários e diminuir a influência do Estado sob as empresas. Investimentos privados deveriam ser superiores aos públicos, e os programas de combate à pobreza substituídos por um programa de “recuperação de custos”, ou seja, de cobrança de taxas de serviços antes gratuitos, privatização de empresas e aumento do controle privado sobre a economia geral. O discurso anterior dos bancos mundiais de desenvolvimento, de que se era “bom para os pobres” também seria bom para os credores, acabou após o Banco Mundial reconhecer que existiam certos “custos sociais” para o desenvolvimento dos países (PEREIRA, 2013, p. 376).

O *modus operandi* do Banco Mundial passou a ser então a criação de programas de compensação social para aliviar, de maneira focalizada e a curto prazo, o sofrimento de parcelas da população pauperizada, portanto, susceptíveis a se oporem ao programa de “ajustamento estrutural”. Curiosamente, no Brasil, os grandes empresários de hoje chamam de “reformas

estruturais”, um nome muito similar, o processo de emendas à constituição e leis voltados à “recuperação da economia”. Na verdade, sabemos que a “recuperação” objetiva retirar direitos sociais, de maneira muito similar ao ajustamento estrutural.

Surgiram, então, inúmeros fundos sociais para várias finalidades, que articulavam principalmente com ONGs, especialmente as norte-americanas, a gestão dos projetos sociais do Banco Mundial (PEREIRA, 2013, p. 371). Esse sistema de auxílios monetários e a oferta descentralizada de serviços por ONGs deixaria o Estado burguês dedicado à esfera meramente política da sociedade. Ou seja, dedicado à esfera que se dedica à proteger à circulação das mercadorias, a propriedade privada e os vínculos jurídicos de exploração, sempre para manter o trabalho submetido ao capital (MASCARO, 2013, p. 20).

A diminuição das funções de um “Estado Social” cria a ilusão de que o Estado é capaz de ser apenas um terceiro com relação à exploração, um aparato neutro capaz de servir igualmente a qualquer classe, um regulador de contratos. No entanto, um sistema estatal atenda demandas da classe trabalhadora, mesmo as mais básicas, torna-se susceptível à pressão da mesma em sua luta contra a exploração e a dominação capitalistas (BOSCHETTI, 2018, p. 143). “Ora, se o Estado nos protege, deve ser pressionado contra aquele que nos ataca”. Desta forma, abrem-se brechas para crises políticas.

Por mais que o reconhecimento, no âmbito do Estado, da saúde, da educação, da assistência social, da previdência etc. como direitos, e por mais que esses ampliem o que é conhecido como “bem-estar da população” e, portanto, ajude a preservar as relações capitalistas por acalmar o ânimo da mesma, o gasto estatal com os serviços diretos pode ser em um entrave para o processo de acumulação, visto que serviços diretos entram na conta dos “custos mortos”, como gastos improdutivos. Uma rede de hospitais privados que tem seus leitos sustentados com dinheiro do Estado é um empreendimento produtivo, alimenta a acumulação capitalista. Em hospitais públicos pode haver o consumo de diversas mercadorias privadas, mas sua estrutura, em si, não produz mais-valor, portanto, não produz capital, competindo com grupos que queiram investir na saúde a ponto de tornar seus empreendimentos inviáveis.

Contudo, falar que ocorreu uma “liberalização econômica” explica apenas parte do que ocorreu. Liberalização do quê? As medidas de cortes impulsionadas pelos bancos mundiais buscavam reforçar o papel político hegemônico das burguesias dos países industrialmente avançados sobre o Terceiro Mundo, abrir espaço para a iniciativa privada, e evitar revoltas

sociais decorrentes de pressões populares pela ampliação dos serviços públicos. Foram constituídos, assim, mecanismos de “aprisionamento econômico” de nações inteiras pela dívida e pelo atraso industrial, assim como houve um rebaixamento geral nos níveis de vida dos trabalhadores causado pela retirada de serviços. As medidas de liberalização foram excelentes apenas para os grandes capitalistas, os verdadeiros beneficiados com a “globalização”.

Foram criadas, em diversos lugares do mundo, oportunidades para capitais encontrarem condições de produção e acumulação excepcionalmente favoráveis, proporcionando a eles o que Marx chamou de “lucro extra” (MARX, 2017, l. 569/828 - 570/828). O lucro extra é resultado da capacidade de certos capitais individuais gerarem lucro acima da taxa geral média de lucro – a média do lucro de todos os capitalistas em cada setor da produção ou de todos os setores.

O lucro extra é obtido não a partir do aumento da composição orgânica do capital individual, isto é, do aumento da taxa de lucro devido a um investimento qualquer em máquinas que geraram uma diminuição relativa na quantidade de investimento em força de trabalho, mas sim pelo aproveitamento de condições excepcionais de produção (MARX, 2017, l. 569/828 - 570/828). Consideramos que a mudança de orientação do Banco Mundial e do FMI teve como sentido propiciar oportunidades de lucro extra para certos setores da classe dominante, em especial dos países industrialmente avançados, em países atrasados, com uma indústria nascente.

Por exemplo, uma rede privada de usinas eólicas pode obter lucro extra se em um ano com extraordinárias passagens de ar por seu território a produção for de maior que a média do setor em todo o mundo. Esse lucro extra foi independente de qualquer intervenção política, visto que até hoje nenhum grande acontecimento político foi capaz de mudar a produtividade que pode ser obtida da força dos ventos. Mas há maneiras artificiais de obter lucro extra: a *United Fruit Company* pode se beneficiar por uma ditadura militar estabelecida por um golpe de Estado no Caribe, desde que o governo cumpra a “cartilha” do Banco Mundial, abrindo as portas para investimentos privados estrangeiros no setor de produtos primários e diminuindo a participação do Estado no mesmo. Se determinados governos também aderem às propostas do Banco Mundial e colocam fim ao monopólio estatal no setor de petróleo e gás, a ExxonMobil passa a vislumbrar possibilidades antes inimagináveis. Todas estas são condições excepcionais, mas que permitem às empresas que conseguirem aproveitá-las um lucro acima da média do setor.

Sobre os escombros do Muro de Berlim, em 1989, foi realizado um encontro em Washington com a cúpula da rede de poder político financeiro, político e intelectual norte-

americana. A partir dele foi publicado um receituário para acelerar a execução das “reformas” dentro e fora da América Latina e Caribe, conhecido como “Consenso de Washington” (PEREIRA, 2013, p. 375). Em suma, o consenso expressou o fim da tolerância de Washington com os “capitalismos nacionais” e uma ofensiva do capital a nível mundial contra os direitos sociais e trabalhistas forjados no pós-guerra.

Na primeira década do século XXI, o Consenso de Washington parecia abalado por triunfos eleitorais como de Hugo Chávez, Evo Morales e Lula. Apesar de muitas expectativas, as estatísticas mostram que houve uma continuidade na concentração de capitais e no fortalecimento de grupos econômicos que recebem maiores vantagens políticas, sob qualquer governo, em períodos de crise ou não. Segundo Osório (2019, p. 105), muito longe das vitórias eleitorais da esquerda na América Latina terem reduzido o poder das classes ou frações dominantes na América Latina, elas legitimaram o poder das mesmas, trazendo assim, no lugar da democratização esperada por muitos, uma oligarquização da política.

Posto estes elementos, devemos reconhecer a diferença fundamental entre quem detém o poder político do Estado e quem o administra. Quando ela não é reconhecida, parece que quem ocupa os mais altos postos do aparato do Estado é quem realmente detém o poder, mantendo oculto o que não aparece imediatamente: os interesses de classe que esses funcionários salvaguardam. Temos a concepção de que as “classes, frações ou setores que detém o poder político não precisam ocupar posições no aparato do Estado para que seus interesses prevaleçam no Estado e na sociedade.” (OSÓRIO, 2019, p. 35).

Vamos agora à análise direta da noção que nos moveu a iniciar essa pesquisa, a de inclusão social.

3. A INCLUSÃO SOCIAL

3.1. Origem e expansão de uma “noção”

Do latim *includere*, “fechar em, inserir, rodear”, a palavra Inclusão remete a estar dentro de, inserido ou rodeado por algo, enquanto a palavra social, do latim *socius*, “seguidor” e do verbo *sequi*, “seguir, ir junto, acompanhar”, remete a ideia de seguir junto (DICIONÁRIOS EDITORA, 2001). O significado etimológico das duas palavras oferece tão poucas pistas para a compreensão do que seria a inclusão social quanto seus desdobramentos práticos na ciência e na política. Do jeito que se efetiva, podemos chamar a inclusão social de uma “noção”. Uma noção diz respeito a um processo geral, mas não cumpre o papel de um conceito que poderia ordenar a realidade nem forma uma categoria como parte de alguma teoria social (ZIONI, 2006, p. 26).

A expressão inclusão social é amplamente utilizada em artigos acadêmicos, documentos institucionais oficiais, associações de deficientes, por educadores, entidades filantrópicas, movimentos sociais, indo até a Organização das Nações Unidas (ONU), secretarias de governo de todo mundo e constituindo leis nacionais como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (nº 13.146, de 2015)²⁹. Na educação, praticamente qualquer discussão acaba abordando a “inclusão” (ARMIJO-CABRERA, 2018). Recentemente, houve a formação de áreas do conhecimento como a “saúde inclusiva” e a “comunicação inclusiva”, dentre outras.

Nos últimos anos, a noção passou a ser criticada por vários autores por ser utilizada de maneira abusiva (ZIONI, 2006, p. 16) ou por colocar o excluído socialmente, noção igualmente frágil, em um lugar de passividade (BUCKMASTER; THOMAS, 2009, p. 36). Não negamos, tampouco desprezamos, os esforços dos agentes públicos, pesquisadores, ou qualquer um que tenha a intenção de amenizar ou resolver sofrimentos comuns que afligem parte expressiva da humanidade afirmando utilizando a noção “inclusão social”. Entretanto, precisamos levar em conta que a noção se tornou uma espécie de “guarda-chuva” capaz de acolher diversos significados, até mesmo contraditórios.

A partir da década de 1970, a noção despertou intensos debates acadêmicos (SILVER, 1994, p. 533). O que antes compunha uma série de questões relacionadas à desigualdade

²⁹ “Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” (BRASIL, 2015)

econômica, exploração e luta de classes, movimento operário, movimento empresarial, oposição entre tradicional/moderno, e entre outros temas extremamente diversificados (ZIONI, 2006, p. 18), condensou-se sob uma única questão genérica: a exclusão social e o combate a ela pela inclusão.

Portanto, a ideia atual de “inclusão social” tem como origem debates sobre a “exclusão social”. Foi especialmente no território europeu que eles floresceram, destacadamente na França. Políticos, ativistas, jornalistas e acadêmicos começaram a falar durante a década de 1960 sobre aqueles que estariam excluídos do crescimento econômico proporcionado pela sociedade industrial no pós-guerra (BUCKMASTER; THOMAS, 2009; SAWAIA, 2001; SILVER, 1994; ZIONI, 2006) pois não se podia mais esconder os paupérrimos, fruto da queda das promessas de vantagens para todos a partir do crescimento econômico ocorrido no pós-guerra.

Estas discussões seguiram paralelamente às que já vinham sendo construídas em torno de conceitos como *Welfare State* (conhecido em português como Estado de bem-estar social), *État Providence*, e *Sozialstaat*. A de *Welfare State* se origina na Inglaterra e se generaliza nos anos 1930, mas passou a ser usada como referência para medidas protetivas do Estado por toda a Europa após 1945 (BOSCHETTI, 2016, p. 41). O de *État Providence* remonta às primeiras medidas de proteção obrigatória aos trabalhadores na França, com alguns autores defendendo que tem sua origem em 1898 (BOSCHETTI, 2016, p. 42). Por último, o conceito de *Sozialstaat* esteve no epicentro dos debates na Alemanha do início do século XX, sobre a possibilidade ou não de alcançar o socialismo e emancipar a humanidade através das reformas sociais (BOSCHETTI, 2016, p. 46).

Ao final da década de 1960 e início da de 1970, a noção “exclusão” incorporou diversos significados ao ser utilizada nos movimentos de contracultura, ganhando, assim, grupos que se consideravam marginais ou que questionavam valores da cultura ocidental. Foi no início da década de 1990, devido à crise da década anterior, e, posteriormente, com as consequências sociais negativas da reestruturação produtiva, com o desemprego em massa e o crescimento da miséria, que a expressão “exclusão social” ganhou, na discussão pública, a dimensão de o grande medo do fim do século XX (ZIONI, 2006, p. 18).

Com a crise de 2008, assim como com o agravamento da mesma com a pandemia iniciada em 2020, as discussões sobre inclusão e exclusão sociais ganharam fôlego. A maior parte delas, no entanto, como trataremos a seguir em detalhes, parte da crença equivocada, e agora caduca

visto as experiências históricas, de que a redistribuição crescente da riqueza nacional pelo Estado poderia “tirar do capital para dar ao trabalho”, socializar completamente a economia e regulá-la em benefícios de todos, pondo fim às desigualdades.

Resumidamente, a utilização da noção de inclusão social no século XXI como uma meta política dissociada das formas que o capital engendra seu funcionamento retoma antigas crenças. A principal delas é de que o modo de produção capitalista não está esgotado e de que através do Estado ou dos empresários associados por um “bem comum” é plausível creditar a esse sistema uma melhora significativa nas condições gerais de vida da humanidade.

3.2.Os serviços públicos e a assistência social

As classes dominantes em sociedades anteriores à capitalista já assumiam algumas responsabilidades sociais. Não com o intuito de buscar o bem comum, mas para manter a ordem social e punir a “vagabundagem” (BEHRING; BOSCHETTI, 2017, l. 63/297). A caridade e a filantropia sempre andaram de mãos dadas com códigos legais coercitivos. Nos períodos prévios à revolução industrial, o estabelecimento da obrigatoriedade do trabalho para todos visava impedir reaccionariamente a circulação da força de trabalho, em uma luta contra o estabelecimento do livre mercado. Durante e após a Revolução Industrial, a intenção era a inversa, liberar força de trabalho para que ela estivesse disponível aos empreendimentos industriais. Em um sentido geral, as leis de “proteção” aos pobres tinham como objetivo induzir o trabalhador a se manter unicamente pela venda da sua força de trabalho, distinguindo assim quais seriam, de fato, merecedores ou não de proteção (BEHRING; BOSCHETTI, 2017, l. 65/297).

As variadas proteções legais do Estado aos trabalhadores, desde as mais evidentes como as destinadas às mulheres e crianças, mas também como a obrigatoriedade de equipamentos de proteção para certos tipos de trabalho, exigências sanitárias para a construção de empresas etc., geram uma “necessidade de um investimento maior de capital para que o negócio se mantenha em sua escala anterior” (MARX, 2013, l. 668/1493). Dizendo de outra maneira, licença maternidade, férias, intervalo para almoço, condições minimamente salubres de trabalho, entre outras imposições legais, limitam a competitividade dos pequenos e médios capitalistas e dos produtores domiciliares: a exploração ilimitada da força de trabalho a baixo preço (MARX, 2013, l. 668/1493).

Os grandes capitalistas, com maior capacidade de investimento, conseguem implementar inovações técnicas na produção para aumentar a massa de produtos mesmo com um menor número de trabalhadores, superando as barreiras da lei. Portanto, por mais que o interesse de todo capitalista possa ser a desregulação total do mercado do trabalho para garantir a exploração absoluta do trabalhador, a regulação, de toda forma, beneficia os grandes, capazes de maiores investimentos em capital variável.

Ao final do século XIX, o proletariado, destacadamente o europeu, experimentou uma rede de proteção composta por uma trama de instituições sociais. Não que a sociedade tenha se livrado da desigualdade e da injustiça. Entretanto, o que antes estava reservado apenas para os detentores do capital, como a proteção contra a doença, os acidentes, a velhice etc., estendeu-se também aos assalariados.

Principalmente a partir dos anos 1920 e 1930, diversas lutas organizadas (CASTEL, 2000, p. 242) fizeram com que a situação de miséria social geral se alterasse por via das suas conquistas. Os impactos da primeira guerra, da revolução russa, alemã, entre diversas movimentações operárias na Europa e Estados Unidos, fizeram a luta de classes pender para o lado dos trabalhadores, o que configurou certos direitos e garantias, como sistemas de aposentadorias, seguros de saúde, de desemprego, educação, moradia e transporte (BOSCHETTI, 2016, p. 49).

Depois da crise de 1929, a forma de regulação das relações entre o capital e trabalho pelo Estado sofreu enormes mudanças. A política radical do liberalismo e a ideia de autorregulação do mercado demonstrou, na prática, ser perigosa para a manutenção da ordem social. Nos países capitalistas da Europa ocidental, normas e iniciativas estatais destinaram, então, fundos públicos para desenvolver amplas políticas sociais (BOSCHETTI, 2016, p. 24), que tanto construíram sistemas de proteção social nunca antes vistos, como garantiram uma socialização dos custos de produção dos capitalistas (BOSCHETTI, 2016, p. 25). Os sistemas de proteção social foram, portanto, fruto de combates dos trabalhadores, mas também de medidas anticrise após 1929 (BOSCHETTI, 2016, p. 26).

Ser assalariado passou a dar ao indivíduo algum status e a esperança de participação no “progresso social”, já que a manutenção da sua vida não assentava mais apenas sobre o recebimento de um salário pela venda da força de trabalho, mas também por certos direitos aplicados pelo Estado. Se o presente nunca se transformou em um paraíso para os trabalhadores,

ao menos o futuro não parecia mais tão sombrio quanto nos séculos passados. O reconhecimento dos direitos sociais melhorou as condições de vida (BOSCHETTI, 2016, p. 28), mas as relações sociais continuaram baseadas na apropriação privada dos resultados do trabalho.

Ou seja, o ganho de “cidadania” através de um Estado interventor está submetido à maneira com que se dá a reprodução ampliada do capital. Por um lado, pode perturbar a acumulação ao tensionar com setores do capital. Por outro, participa dessa reprodução, sobretudo em momentos de crises (BOSCHETTI, 2016, p. 44). O reconhecimento formal de direitos no âmbito da República e suas instituições não significa que todos conseguirão ser beneficiários destes direitos, na prática. Sou livre para vender minha força de trabalho para quem eu quiser. Não posso ser aprisionado e me tornar propriedade de alguém. Mas isso não significa que escolherei sob quais condições precisarei vendê-la para garantir a subsistência. Emancipação política e emancipação social são distintas (BOSCHETTI, 2016, p. 56).

Após a Segunda Guerra Mundial, os sistemas de proteção social se desenvolveram largamente, estruturados sobre os pilares da regulação do mercado pelo Estado, que garantia a oferta de serviços básicos e demanda efetiva de consumo. As políticas sociais foram a mais importante parte da estratégia de manutenção do “pleno” emprego e do consumo (BOSCHETTI, 2016, p. 27). Foram instituídos equipamentos públicos de diversos tipos, como escolas, hospitais, creches, moradias, centros de cultura e convivência social, e instituições de administração e gestão das políticas sociais. Aos que não estavam aptos a trabalhar, o Estado garantia seu consumo através de prestações monetárias, como aposentadorias, pensões, auxílios e diversos programas de assistência social.

O tratamento do desemprego como uma prioridade pública, as políticas de “inserção social”, os cuidados com os moradores de rua etc., são “tentativas de atenuar certos efeitos devastadores das transformações em curso” (CASTEL, 2000, p. 258). Entretanto, a trajetória de conquista e expansão de direitos e serviços públicos teve ponto culminante nos anos 1970, quando as esperanças de participação no “progresso” se quebraram para a maioria (CASTEL, 2000, p. 246). Embora a acumulação capitalista no pós-guerra tenha levado ao “crescimento econômico”, ele não se traduziu em crescimento sustentado, muito menos em bem-estar geral, frustrando promessas políticas (KERSTENETZKY; KERSTENETZKY, 2015, p. 589).

Uma série de medidas de austeridade começaram a ser implementadas pelos governos. Aposentadorias, pensões e saúde passaram a ser acusadas de serem as “vilãs”, o peso que impede

a superação da crise (BOSCHETTI, 2016, p. 122). Os “ajustes”, isto é, as medidas de corte de despesas, se conformaram na principal medida de combate à crise econômica. A instabilidade no emprego veio substituir a estabilidade, tornando necessárias mais medidas de controle do processo de desagregação social. É questão de tempo para que a austeridade se transforme em crise política e social.

As políticas de “ajuste” orientadas pelo Banco Mundial reduzem direitos e instituem contrarreformas, numa tentativa agressiva de apropriação privada dos fundos públicos e de ampliação das taxas de lucro (BOSCHETTI, 2016, p. 122). O mecanismo da dívida mantém-se intacto e remunerando com juros portadores de títulos que nunca poderão ser pagos em sua integralidade. Enquanto isso, a assistência social, contraditoriamente, é a que vem garantindo condições mínimas de sobrevivência a uma parcela cada vez maior da classe trabalhadora, reproduzindo-a no limite da sua existência, assumindo uma inédita funcionalidade na acumulação do capital (BOSCHETTI, 2016, p. 15).

O capitalismo nunca deixou de praticar a expropriação das condições materiais que permitem aos indivíduos deixarem de vender força de trabalho para o capital. Este processo começou com os camponeses na transição do feudalismo para o capitalismo, mas se mantém em marcha até hoje. O corte nos sistemas de aposentadorias, pensões, seguro-desemprego, seguro-saúde são parte desse processo de expropriação, pois aumenta a base social de trabalho a ser explorada pelo capital (BOSCHETTI, 2016, p. 128). Não tendo mais como sobreviver, os indivíduos são forçados a venderem força de trabalho sob condições desgraçadas.

No caso de uma família que, por exemplo, em decorrência de uma pandemia ou de um acidente, vê o integrante que contribuía com toda a renda doméstica morrer, a ausência de uma pensão por morte devido a novas regras austeras aprovadas no parlamento faz com que toda a família seja lançada, imediatamente, para o mercado da força de trabalho ou para a extrema miséria. Cabe à assistência social manter essa família viva até que seus membros consigam vender força de trabalho ou estabelecer alguma fonte alternativa de renda.

O ataque ao sistema de proteção social é, portanto, de um lado, um impeditivo para que os trabalhadores acessem uma parte da riqueza socialmente produtiva recolhida por impostos e contribuições diversas, seu lançamento para o reino da “liberdade” do trabalho assalariado, e, por outro, a liberação de um mercado para que diversos serviços que antes não eram meio de

acumulação capitalista sejam disponibilizados como mercadorias por bancos e empresas, como a previdência, educação, habitação, transporte etc. (BOSCHETTI, 2016, p. 137).

Portanto, a ampliação da assistência social em todo mundo no pós-guerra teve como objetivo garantir a reprodução da superpopulação relativa em todas as suas formas, como condição mesma da acumulação do capital. As transformações em direção à austeridade nos diferentes Estados quebram diariamente as crenças na possibilidade de assegurar proteção universalizada pelo trabalho na sociedade capitalista (BOSCHETTI, 2016, p. 165).

Essencialmente, os serviços públicos no modo de produção capitalista são destinados a proteger o capital como motor da sociedade, não os indivíduos, meros fornecedores em potencial de força de trabalho. Se a operação do capital, ou a manutenção da exploração do trabalho pelo capital, puder ser “aprimorada” pela eliminação dos custos oriundos do fornecimento destes serviços, substituindo-os por outras medidas para proteger o sistema, isso será feito, apesar de qualquer consequência prática na vida dos indivíduos.

3.3.A inclusão social como ideologia

Incluir quem e onde, e para qual finalidade? O que se espera alcançar com a inclusão social? O que é uma sociedade, uma educação, ou até mesmo um crescimento social “inclusivo”? Qual a diferença entre se falar “inclusão social” referindo-se à Grécia Antiga ou ao Brasil do século XXI? A noção de inclusão social é pouco localizável na história, exatamente porque parece englobar toda ela. Dá pra falar até de inclusão social no contexto de uma tribo existente a milhares de anos.

Muitos pesquisadores em ciências humanas, entretanto, não costumam ver problemas em utilizar a noção. E não é só sobre a inclusão social que estamos falando: vejamos, por exemplo, o conceito de “pauperização”, que trabalhamos nos capítulos anteriores. A pauperização crescente, tal qual ocorre no capitalismo, isto é, a tendência de que a riqueza social gerada pelo trabalho cresça junto à miséria geral dos trabalhadores, não afetava as massas nos modos de produção anteriores como uma contradição inerente a estes modos de produção.

Ser rigoroso com o termo “pauperização”, portanto, é referir-se exclusivamente ao modo de produção capitalista. Tratar como “pauperização” o processo de empobrecimento e morte por inanição de milhares de pessoas ao nos referirmos a um período de péssima colheita de grãos no

império romano, por exemplo, é anacronismo histórico. Seria como dizer que uma guerra tradicional entre tribos acontecia sempre em determinado “horário” ou “dia do ano”, sendo que a marcação da passagem do tempo por horas e por um calendário anual ainda não tinha sido desenvolvida.

Se no intento de encontrar fundamentação da noção “inclusão social” buscarmos as mazelas sociais que justifiquem a necessidade de mobilizações pelo aumento dos salários das famílias trabalhadoras, por vagas de trabalho para pessoas com deficiência, grupos oprimidos, pela ampliação dos serviços público, da assistência, por investimentos em saneamento básico, educação, cultura etc., o que produziremos é uma imagem de cabeça para baixo do mundo.

Afinal, se no mundo há cada vez mais “excluídos” do progresso, o que precisaríamos, ora, não seria inverter esse processo pela reivindicação por “inclusão”? O debate pode ser ainda mais abrangente. O funcionamento lógico que estamos trazendo vai além da questão da inclusão. De acordo com as representações que os humanos criam “de Deus, do homem normal e assim por diante.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 523), são construídas falsas representações, mas capazes de estabelecer formas de relação entre as pessoas. Isso é, a falsa representação não é simplesmente uma fantasia, ela participa da estruturação das relações sociais. Os produtos “da cabeça” ganham, então, independência com relação a própria realidade. Acreditamos que é assim que ocorre com a noção de “inclusão social”.

Espectro semelhante percorre a ideia de democratização política através da participação da “sociedade civil” nas decisões do Estado, ideia onipresente em discursos sobre a participação dos “excluídos”. Dentro da ideia de sociedade civil cabe tudo que é institucionalmente polissêmico (OSÓRIO, 2019, p. 105): associações de agricultores, ONGs, grupos cívicos, organizações culturais, movimentos sociais, corporações empresariais, associações patronais, organismos de igrejas, coletivos culturais, associações de estudantes, grandes canais de televisão, jornais, etc. A heterogeneidade dos interesses destes grupos, que apontam em diversas direções, muitas vezes conflitantes, esconde os interesses de classe contraditórios que os atravessam.

Colocadas estas reflexões, estabelecemos a base de discussão sobre o que aqui chamamos de ideologia, para, em seguida, mostrar sua ligação com a questão da inclusão social.

A ideologia surge junto com a capacidade de abstração racional, e constitui um avanço com relação a mítica da qual se serviam os povos em posição próxima a “animalidade” (KONDER, 2009, p. 73). A racionalidade como recurso atesta que ganhamos relativa

independência das forças da natureza, o que só foi factível pela divisão do trabalho. Através dela, uma parte da humanidade permaneceu fadada ao trabalho material, mas outra parte foi liberada para o trabalho espiritual. A escravidão foi criada, mas com ela as condições de emancipação da consciência. A partir desse momento ela pôde se lançar na construção da teologia, filosofia, moral, etc.:

A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e trabalho espiritual. A partir deste momento, a consciência pode realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. ‘puras’. (MARX; ENGELS, 2007, p. 35-36)

Como resultado, a consciência, requisitada a assumir a realidade do pensamento, distanciou-se do real para conseguir desempenhar tarefas mais complexas, entretanto, ao mesmo tempo, ficou impedida de apreender a história a partir da experiência social. Dividiu-se corpo e alma, matéria e espírito, e com isso a consciência passou a representar realidades contraditórias, desligadas entre si. “Em nenhum momento, o portador de consciência de tipo ideológica se situa no interior da experiência a fim de compreendê-la” (KONDER, 2009, p. 73), ele se vê como alguém que registra a experiência vinda de fora. A consciência ideológica assume uma perspectiva falsa, porque coloca o sujeito como o verdadeiro desenvolvedor da atividade criativa, independentemente da história e das possibilidades concretas legadas a ele. Ao desconhecer as forças motrizes da realidade, o pensador imagina estas forças motrizes (KONDER, 2009, p. 73).

O mundo, isto posto, não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual, e os indivíduos não vivem em uma “comunidade” de humanos. Vivemos hoje em um ambiente produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, resultado da atividade de diversas gerações (MARX; ENGELS, 2007, p. 30). Assim como a escravidão só pôde ser superada com a máquina a vapor e a servidão camponesa com a agricultura capitalista, a libertação real dos indivíduos de suas condições históricas precisa ser vista como um ato histórico, não um ato do pensamento, de “autoconsciência”, ou de instituições isoladas de uma dada época, muito menos daquelas financiadas pelos principais beneficiários desse modo de produção, a burguesia. Os interesses básicos da burguesia não se confundem com os interesses básicos da comunidade, não sendo ela mais capaz de representá-los (KONDER, 2009, p. 188).

Portanto, a ideologia é uma forma específica de consciência social, ancorada no modo de produção dominante. Ela é insuperável na sociedade de classes na medida em que as ideias se

relacionam a um conjunto de valores e estratégias rivais que visam o controle do metabolismo social (MÉSZÁROS, 1996, p. 23). Foi a luta de classes que fez surgir a consciência de classe. E foi a luta pelo controle do metabolismo social que fez surgir as classes. A necessidade da burguesia em lutar contra a nobreza rural para salvar a própria pele fez nascer a consciência de que há um conflito entre grupos portadores de interesses distintos. Sendo assim, indivíduos singulares formam uma classe social “somente na medida em que têm de promover uma luta contra uma outra classe” (MARX; ENGELS, 2007, p. 63).

Até mesmo a ideia de “sociedade civil” está em relação com a luta de classes. Ela só pôde surgir no século XVIII, quando as relações de propriedade já haviam se separado da comunidade medieval, logo, quando a organização social se desenvolvia diretamente a partir da produção e do intercâmbio de mercadorias (MARX; ENGELS, 2007, p. 74). Sem a burguesia e seus interesses de liberdade de produção e comércio, que se confrontavam com os interesses da nobreza feudal, a ideia de sociedade civil nem mesmo poderia ser gestada. As ideias de cada época precisam ser explicadas pelas condições materiais da sua existência, em outras palavras, pela estrutura econômica da sociedade, que ergue sob si uma superestrutura jurídica e política que tem correspondência nas formas de consciência (MARX, 2008, p. 47).

As instituições da sociedade burguesa são superestruturas derivadas do metabolismo social do capital, portanto, a classe detentora do capital será a que mais terá condições de fazer usufruto das mesmas para o aumento da sua riqueza. “O capital é, portanto, poder de governo sobre o trabalho e seus produtos.” (MARX, 2004, p. 40) Ela utilizará esse poder sempre que julgar necessário para manter seu domínio, seja contra a nobreza, contra frações de sua própria classe, ou contra sua classe antagônica, a trabalhadora.

Como vimos anteriormente, as relações sociais de produção capitalista estão na causa da pauperização, e é acentuada pelo desenvolvimento da indústria. Em contrapartida, para Marx (2006), a libertação humana depende da indústria, do comércio, da agricultura, do intercâmbio etc. (MARX; ENGELS, 2007, p. 29). Isto é, a transformação de tudo que hoje opera como instrumento de dominação não significa destruir estas coisas, mas a de um apropriar-se delas. Mas como realizar essa transformação?

O proletariado, que é a “massa crescente que provém da dissolução aguda da sociedade e, acima de tudo, da dissolução da classe média” (MARX, 2010, p. 156), contém nele, involuntariamente, o princípio da sociedade humana unificada como o resultado negativo da

sociedade capitalista. Se o trabalho, único vínculo que os indivíduos têm com as forças produtivas, antes tinha a aparência de autoatividade, ou seja, de atividade humana criativa a partir do intercâmbio com a natureza, hoje o trabalho ocupa o lugar de mera necessidade para a conservação da vida (MARX; ENGELS, 2007, p. 73). Vida essa, que, no modo de produção capitalista, é definhada pelo trabalho.

Como principal penalizado pelo progresso social, o proletariado não pode se emancipar sem emancipar junto com ele todas as esferas da sociedade, pois contra ele não é produzida uma injustiça particular, mas a injustiça por excelência (MARX, 2010, p. 156). O indivíduo, pensado isoladamente como mero proprietário, seja de força de trabalho ou de meios de produção, manifesta-se na sociedade burguesa como singularidade negativa – inimigo, estranho, hostil, competidor –, mera unidade que é parte deslocada do conjunto, desarticulada dentro de um todo formal (CHAGAS, 2013, p. 2). Somente o proletário, excluído de toda autoatividade, tem condições de apropriar-se das forças produtivas não só para garantir sua autoatividade plena, mas “simplesmente para assegurar a sua existência” (MARX; ENGELS, 2007, p. 73).

O modo de produção capitalista não consegue resolver suas próprias contradições. A classe dominante, por estar diretamente envolvida no processo de reprodução do capital, não consegue encontrar uma solução sem que ela passe pela sua própria auto-aniquilação enquanto classe. O que sobra a ela é reproduzir seus interesses particulares como se fossem os interesses sociais gerais, mesmo que estes interesses atentem contra os da maioria.

Se há terra cultivável ociosa, com capacidade para produzir alimentos e matérias primas, é indiferente para o especulador fundiário que existam camponeses famintos e sem-terra, ao menos que estes ocupem a sua terra. Para o capitalista do ramo industrial, pouco importa se há capacidade produtiva ociosa em sua fábrica, força de trabalho disponível e tecnologia a ser incorporada. O importante é descobrir como gerar lucros na média ou acima dela. Se empregar mais força de trabalho, comprar novas máquinas e produzir mais significar, pelo contrário, a diminuição dos lucros ou uma empreitada arriscada, ele não irá produzir. Com razão, razão de proprietário.

Toda a defesa pela burguesia da propriedade privada, no entanto, já teve um fator social progressivo, na época que ela lutava contra o antigo regime. Na época revolucionária da burguesia, a redução do homem livre à categoria de “cidadão”, e o cidadão ao proprietário privado, tinha como objetivo combater injustiças; era reflexo da luta concreta contra os ataques

arbitrários do rei e da nobreza (WELMOWICKI, 2004, p. 21). Nesse sentido, os interesses particulares da burguesia representaram os anseios gerais das outras classes que lutavam contra os mesmos ataques da nobreza e do rei.

Na Grécia, a cidadania foi uma conquista dos gregos livres, claro que às custas da população escrava. O homem livre econômico era o homem livre político. A principal separação entre homens livres e escravos era a cidadania política, restrita a poucos (WELMOWICKI, 2004, p. 19). Já nas lutas da burguesia contra a nobreza e o clero, a cidadania era uma estratégia que afirmava um lugar social sem recorte de classe, partindo de supostos interesses comuns a todos os homens pela melhoria social, que, uma vez assumidos, poderiam levar à superação da “desigualdade entre as classes” – como se a propriedade fosse uma questão de direito e a melhoria no modo de vida uma questão de distribuição de renda. No campo político, o princípio da cidadania molda uma concepção de igualdade política entre os homens desligada das raízes econômicas que reproduzem a desigualdade (OSÓRIO, 2019, p. 23).

Mesmo com a defesa de uma cidadania ampla, eram os detentores da propriedade os cidadãos por excelência. Qualquer ataque à propriedade se transformava em um ataque à liberdade individual, o que justificava a existência, por exemplo, do voto censitário – de acordo com as rendas, sendo que as maiores eram oriundas da propriedade. Para Adam Smith, em *A Riqueza das Nações*, a associação de classe dos trabalhadores é considerada nefasta pois cria obstáculos à propriedade e impede a livre concorrência (SMITH, 1988). Para Rousseau, para se promover a igualdade jurídica todos deveriam se tornar “cidadãos” (WELMOWICKI, 2004, p. 24).

A relação entre Estado, direitos e política social que estrutura o Estado social capitalista pode assegurar uma determinada forma de cidadania, qual seja, uma cidadania burguesa. (...) Contudo, a cidadania possível e concretizada no âmbito do Estado social capitalista, se, por um lado, pode “perturbar” a lei geral da acumulação capitalista, ao tensionar o capital, por outro, contraditoriamente, participa da reprodução ampliada do capital, sendo a este cada vez mais subordinada, sobretudo em termos de agudização das crises do capital. (BOSCHETTI, 2016, p. 44)

Falamos tanto de cidadania pois consideramos essa ideia, assim como a de inclusão, ideológica. Através delas, capital e trabalho parecem compartilhar interesses, ocultando que os humanos fazem parte de classes sociais inter-relacionadas, sendo a desigualdade a base para a fundamental para a reprodução das relações sociais de produção atuais. Como cidadão, o indivíduo, independentemente de sua classe, poderia contribuir para melhorar seu país sem que a estrutura econômico-social fosse revolucionada, da mesma maneira como todos poderiam, pela

cooperação, alcançar a inclusão social plena. Dá-se a entender que se sindicatos, empresários, bancos, governos, deficientes, partidos, enfim, todos, unissem esforços pela expansão da cidadania e da inclusão, estaríamos rumo ao fim da “exclusão”, a uma sociedade qualitativamente superior.

É uma perspectiva falsa, fruto do reino das ideias, que é o único lugar capaz de fornecer imagens de um planeta onde o conceito de humanidade poderia se dissolver no de cidadão “incluído socialmente”, como se as classes é que fosse uma invenção ideal. Tal perspectiva se baseia em representações do tipo do que se deve ou do que não se deve ser ou fazer, e acabam funcionando muito bem para encobrir a miséria real daqueles com menor capacidade para colher dos frutos do trabalho.

As instituições e intelectuais que fomentam a frágil abstração que divide a humanidade entre “incluídos socialmente” e “excluídos socialmente”, portanto, encobrem a conexão social dada dos indivíduos, isto é, sua participação do modo de produção capitalista em suas diferentes esferas – produção, distribuição, troca e consumo (MARX, 2008, p. 244).

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os **meios da produção material** dispõe também dos **meios da produção espiritual**, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo **os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual**. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (MARX; ENGELS, 2007, p. 47, grifos nossos em negrito, grifos do autor em itálico)

Caso considerássemos a inclusão social como a possibilidade socialmente dada de participação de um vendedor genérico da força de trabalho no processo global de produção capitalista, o que ela seria? Seria, fundamentalmente, consequência do processo de autovalorização do valor³⁰. Para que dinheiro gere mais dinheiro é necessário que o trabalhador produza mais-valor na produção, coisa que as máquinas não fazem sozinhas, e para que existam trabalhadores é preciso haver despossuídos de capital. Se o despossuído, nesse modo de

³⁰ “Ora, se tomarmos as formas particulares de manifestação que o valor que se autovaloriza assume sucessivamente no decorrer de sua vida, chegaremos a estas duas proposições: capital é dinheiro, capital é mercadoria¹². Na verdade, porém, o valor se torna, aqui, o sujeito de um processo em que ele, por debaixo de sua constante variação de forma, aparecendo ora como dinheiro, ora como mercadoria, altera sua própria grandeza e, como mais-valor, repele [*abstösst*] a si mesmo como valor originário valoriza a si mesmo. Pois o movimento em que ele adiciona mais-valor é seu próprio movimento; sua valorização é, portanto, autovalorização. Por ser valor, ele recebeu a qualidade oculta de adicionar valor. Ele pare filhotes, ou pelo menos põe ovos de ouro.” (MARX, 2013, l. 298/1493)

produção, deixar de ser despossuído, deixar de viver “um dia após o outro”, ele só poderá ser capitalista.

Nenhum trabalhador nasce “pronto”. Acima do trabalho como produtor de mais-valor, surgem uma série de instituições sociais, verdadeiros “meios de produção espirituais”, que irão se empenhar em adaptar a natureza humana para certas condições de trabalho disponíveis em determinado período e território, condições essas que correspondem ao nível do desenvolvimento das forças produtivas³¹. As instituições não preparam a força de trabalho dos despossuídos como se eles fossem robôs programáveis ou como em um filme de distopia autoritária. Até porque, isso fomentaria a revolta: ninguém quer ser apenas “*another brick in the wall*”.

A preparação da força de trabalho também inclui submeter os “pensamentos daqueles aos quais faltam meios de produção material” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47) às ideias necessárias à dominação da classe de possuidores. Por isso, todas “as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material” (MARX, 2010, p. 94).

O que há de particular em cada indivíduo, mesmo que seja a produção de ideias, só pode ser encontrado na sua qualidade de ser social, portanto, deve-se considerar o lugar de cada um na história. Escritor, operário, cientista, vendedor ou professor são “modos de existência e de atividade das qualidades sociais do homem” (MARX, 2010b, p. 42), ou seja, são resultado do poder social que ele (necessariamente) está inserido e que define estes modos de existência. Poder social esse que é a força de produção multiplicada que nasce da cooperação dos indivíduos na divisão social do trabalho, mas que até hoje aparece para eles como uma potência estranha, independente do seu querer e de todos os outros (MARX; ENGELS, 2007, p. 38).

Sendo assim, antes de qualquer consciência que o indivíduo tenha de si mesmo ou do mundo, há a reprodução da vida material, o poder social que condiciona a existência e o pensar desse indivíduo. É a vida que determina a consciência, antes de ser modificada por ela. Partir do que os homens dizem, imaginam ou representam para se chegar aos homens de carne e osso realmente ativos só pode resultar em uma imagem “de cabeça para baixo como numa câmara escura” (MARX, 2010, p. 94).

³¹ “Essa força produtiva do trabalho é determinada por múltiplas circunstâncias, dentre outras pelo grau médio de destreza dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais.” (MARX, 2013, l. 163/1493)

Por exemplo, a ONU. Tendo sido fundada pela iniciativa dos mais poderosos Estados capitalistas do planeta, e sustentada principalmente por eles, ela seria incapaz de reconhecer o fato de que o que gera a pauperização e as guerras são as próprias contradições do modo de produção capitalista. Muito menos reconheceria que sua missão, desde o início, é a de tentar conter os efeitos deletérios destas contradições; dentre as quais a possibilidade de uma terceira guerra mundial devido ao conflito de interesses entre diversas burguesias nacionais e seus Estados.

A consequência disso está no que a ONU diz na sua Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Encontramos no documento a afirmação que a ONU tem como princípio “A plena e efetiva participação e inclusão (do deficiente) na sociedade;” (ONU, 2016) e que

Os Estados Partes desta Convenção reconhecem o igual direito de todas as pessoas com deficiência de viver na comunidade como as demais e deverão tomar medidas efetivas e apropriadas para facilitar às pessoas com deficiência o pleno desfrute deste direito e sua **plena inclusão e participação na comunidade**

(...)

Os Estados Partes deverão tomar medidas efetivas e apropriadas, inclusive mediante apoio dos pares, para possibilitar que as pessoas com deficiência conquistem e conservem o máximo de autonomia e plena capacidade física, intelectual, social e profissional, bem como **plena inclusão e participação em todos os aspectos da vida**, (...) (ONU, 2016 – grifos nossos)

Mas o que seria essa tal “participação na comunidade” ou “participação em todos os aspectos da vida” pelos deficientes? A luta da ONU pela participação dos deficientes na “comunidade” ou em “todos os aspectos da vida” ignora que vivemos em uma sociedade de classes, portanto em uma sociedade dividida. A ideia pressuposta no texto, de que existem os indivíduos excluídos de uma “comunidade”, seja ela a humanidade ou um território, e que estes devem ser inseridos socialmente, pode ser comparada à batalha de Dom Quixote contra os moinhos de vento. A ONU está lidando com um suposto mundo unificado onde os Estados trabalham com um plano racional junto a suas burguesias e podem garantir, de acordo com esse plano, a “participação na comunidade”. Essa visão de mundo está em um campo de uma utopia ainda mais fantasiosa o que os falanstérios dos socialistas utópicos.

Nem mesmo os que não se colocam como deficientes têm o direito de “viver na comunidade como as demais”. Esse direito faria referência a viver como qual dos “demais”? Como o burguês ou como o operário? Há uma diferença radical aí que só pode ser encontrada no mundo real. O deficiente da família burguesa terá um tratamento muito diferente do dado ao filho

do proletário quanto às suas potencialidades e limitações. Ademais, quantos indivíduos não-deficientes hoje podem se dizer autônomos, em pleno gozo das capacidades “física, intelectual, social e profissional”, e participando de todos os “aspectos da vida” e da “comunidade”? Isso justificaria dizer que estas palavras são genéricas ou até vazias para um tópico sobre “inclusão social” para deficientes?

A luta pela universalização dos direitos sociais até a criação de uma comunidade humana integral exigiria movimentos políticos e econômicos que afetariam os interesses do grupo beneficiário do tipo de comunidade humana cindida atual, a classe de grandes capitalistas. Ela mesma, isto posto, nunca se empenharia nesta luta, porque representaria participar ativamente da sua auto-aniquilação enquanto classe. O beco sem saída para a ONU é que ela está fadada a apresentar, como resultado prático da sua pomposa representatividade, resoluções vazias de significado prático.

Incorporar deficientes no exército ativo de trabalhadores na perspectiva de extinguir os supranumerários e a superpopulação relativa, criar equipamentos públicos e gratuitos de saúde, lazer, cultura, criar instituições escolares especializadas ou desenvolver as existentes para que consigam acolher a diversidade humana, entre muitas outras iniciativas, demandariam financiamento. Mais do que isso: demandariam um plano, que não necessariamente irão de acordo com os interesses das corporações.

O dinheiro e a riqueza para tal existe, mas a partir do momento que ele sai dos caminhos interessantes ao capital, ou seja, o investimento para a produção de mercadorias, os empréstimos bancários, a especulação nas bolsas de valores, o sistema da dívida pública, a especulação fundiária, fraudes bancárias, batalhas entre concorrentes por mercados, investimentos militares, prisões, forças policiais, entre outros artifícios essenciais à manutenção da propriedade privada e desenvolvidos ao longo das décadas, a burguesia se vê ameaçada. Uma inclusão social “plena”, na acepção da criação de uma comunidade humana unificada, só pode ser realizada contra os interesses da classe social que mantém a ONU em funcionamento.

A seletividade, tendenciosidade e a discriminação das ideias da classe dominante são apresentadas como objetivas, imparciais (MÉSZÁROS, 1996, p. 13) porque essa classe tem capacidade muito maior de estipular aquilo que pode ser considerado critério legítimo de avaliação e descrição da realidade objetiva. A sistemática repetição da noção de “inclusão social”, por si mesma, através diversas instituições, parece legitimar sua utilização por aqueles

indivíduos que se incomodam com as mazelas sociais. No entanto, a ideia não traz qualquer contribuição para a compreensão dos reais mecanismos geradores destas mazelas, apenas fortalece a impotente quimera da inclusão no capitalismo, seja lá o que isso signifique em cada lugar.

Mas qual o papel de uma pesquisa como essa em trazer às claras a problemática que envolve a noção de inclusão social? Bem delimitado, pois os produtos da consciência não conseguem se dissolver na autoconsciência, nem mesmo por uma obra da crítica espiritual (MARX; ENGELS, 2007, p. 43). Para que ideias como a de inclusão social não surjam mais é preciso arrancar suas raízes, o que passa pela “demolição prática das relações sociais reais [*realen*] de onde provém essas enganações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 43)

Um conjunto de assembleias organizadas pelas superpotências para debater inclusão social e deficiência, onde se fazem discussões incorporando as mais recentes discussões universitárias e dados estatísticos, com especialistas convidados de todo o mundo, pode ser um potente instrumento para a transformação social? Na verdade, no que tange à produção de ilusões, a ONU opera mais como um potente instrumento para a manutenção social. Ela demonstra contornos “progressistas” a cada novo encontro, mas o que são apresentados como “avanços”, na verdade, são respostas aos movimentos sociais dos países mais poderosos, uma tentativa de encontrar consensos que se desdobrem em políticas públicas de manutenção da ordem.

Mas não devemos julgar os indivíduos pelas ideias que eles têm de si mesmos, tampouco uma época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma (MARX, 2008, p. 48). É através das contradições da vida material que podemos explicar a consciência dos indivíduos. Se hoje as relações de produção apresentam as “exclusões sociais”, ou, em nossas palavras, a pauperização, como uma tendência que não pôde ser reparada pelas políticas de “inclusão” dentro do *status quo*, concluímos que há um conflito cada vez maior entre relações de produção e forças produtivas sociais.

Levando em conta que a humanidade não se propõe “nunca senão os problemas que ela pode resolver, (...)” (MARX, 2008, p. 48), e que “o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir” (MARX, 2008, p. 48),

vivemos o melhor momento para fazer a crítica à noção de inclusão social e às políticas públicas a ela relacionadas. O próprio modo de produção capitalista, que antes a apresentou como solução, faz cair por terra como parte do caminho para um mundo justo, igualitário, fraterno etc.

Traduzindo a inclusão social como os ajustes institucionais necessários à amenização e extinção do pauperismo que atinge amplos setores da população, em especial aqueles com maior dificuldade de adequar sua força de trabalho a qualidade média, concluímos, com a implementação de medidas de austeridade em todo o mundo, que a humanidade já começa a apresentar os problemas que é capaz de resolver. Se novas ilusões nascerão como forma de adiar a resolução, como foi a ideia de combate a uma “exclusão” ampla e abstrata, testemunharemos muito em breve.

4. DEFICIÊNCIA

A deficiência pode afetar qualquer um, assim afirma a Organização Mundial da Saúde (2021a). Seja no nascimento, por um acidente, ou por degeneração natural, ninguém escapará da condição de deficiente. O aperfeiçoamento humano com fins a “eliminação” das consequências do envelhecimento, por exemplo, é uma utopia perigosa quando ignora aspectos históricos e políticos a ela envolvida, já tendo sido perseguida anteriormente através de projetos eugenistas. Todos somos e continuaremos sendo limitados, assim como teremos potenciais, dentro das devidas particularidades sociais e para um conjunto específico de atividades, sejam elas ligadas ou não ao trabalho.

Neste capítulo, abordaremos as principais discussões acerca do tema deficiência, ou, especificamente, das que envolvem o campo “estudos sobre deficiência” (*disability studies*) e seus autores, que predominaram dentro das universidades nas últimas décadas. O campo dos *disability studies* formou-se no seio de uma época histórica conturbada, onde muitos tinham perdido a esperança na saída socialista ou social-democrata. O “modelo social da deficiência”, influenciado pelo marxismo e trazendo a ideia de “caráter social da deficiência” (MARTINS PICCOLO; GONÇALVES MENDES, 2013, p. 311), já é adotado nos documentos da Organização Mundial da Saúde (OMS), que afirmam que as barreiras e restrições colocadas pelo ambiente a alguns indivíduos é o que os torna deficientes (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2001, p. 22). Ademais, o modelo social da deficiência é mundialmente conhecido pela teoria e pelo ativismo nos movimentos sociais³², simultaneamente.

Nosso objetivo será fornecer ao leitor uma visão geral do assunto, sem, no entanto, entrar em especificidades de cada um dos autores que trouxermos, que podem ser encontradas em detalhes na bibliografia indicada. Apresentaremos ao mesmo tempo, como não poderia ser diferente, comentários com nossas próprias posições, já baseadas nos aprendizados proporcionados pelos capítulos anteriores. O tema da deficiência foi escolhido para o fechamento da pesquisa pois consideramos que ele escancara a noção de inclusão social como ideológica e

³² Mesmo sendo pioneiro na união de acadêmicos e movimentos sociais da saúde (FRANÇA, 2013, p. 62), depois de várias décadas de atuação, os ativistas do modelo social não foram capazes de influenciar definitivamente na erradicação da deficiência, nem mesmo é possível comprovar que houve diminuição das “barreiras” restritivas à autonomia do indivíduo (FRANÇA, 2013, p. 61).

encarna, no senso comum, aquilo que é mais “difícil” de ser “incluído socialmente”. Os acúmulos anteriores serão fundamentais nessa parte da pesquisa.

Nos concentraremos em quatro tópicos. No primeiro, abordaremos a relação da deficiência com o surgimento do modo de produção capitalista, indo até a ascensão dos movimentos sociais de deficientes na segunda metade do século XX. No segundo, falaremos sobre o “Modelo Social da Deficiência”, formulação que tem sua importância expressa ao ter tido parte das suas bandeiras incorporadas em documentos nacionais e internacionais, além de ser reconhecida como a vertente dos Estudos Sobre Deficiência com inspiração marxista. Em seguida, discutiremos o que são as teorias pós-modernas e pós-estruturalistas, e como elas puderam se transformar na visão dominante que temos hoje sobre a deficiência. Por último, faremos conexões entre o movimento dos deficientes e a proposta de Marx de luta pela emancipação do trabalho.

4.1. Deficiência e movimentos sociais

Se refletirmos sobre o significado da raiz etimológica latina da palavra “deficiente”, ela diz respeito a um movimento de separação, afastamento, privação ou perda (DICIONÁRIOS EDITORA, 2001). Hoje, o trabalhador se afasta não só da propriedade dos meios de produção, mas também, crescentemente, da própria possibilidade levantada no pós-guerra de uma vida digna para si e para as próximas gerações dentro do capitalismo. As condições de vida se deterioram, primeiramente, pressionadas pelo crescimento de um exército de desempregados aptos ao trabalho, que formam uma superpopulação relativa e indispensável ao capital³³. Elevar-se, também, o número de despossuídos permanentemente supérfluos ou descartáveis com relação às necessidades médias do capital.

Há um debate recorrente que envolve os movimentos de deficientes e especialistas de diversos tipos, que é sobre a definição da deficiência entre a lesão individual e discriminação socialmente construída. Especialmente a partir da segunda metade do século XX, esse tema despertou fortes ânimos dentro e fora da universidade. Até onde começa uma causa e termina a

³³ Em todos esses casos, é preciso que grandes massas humanas estejam disponíveis para serem subitamente alocadas nos pontos decisivos, sem que, com isso, ocorra uma quebra na escala de produção alcançada em outras esferas. A superpopulação provê essas massas. (MARX, 2013, l. 589/1493)

outra como determinante para a existência de uma deficiência? Não se trata de uma mera questão filosófica para que intelectuais com diferentes posicionamentos se digladiem em revistas científicas, mas sobre como uma parte importante da população irá se colocar politicamente diante da sua situação social. No Brasil, 24% da população declarou ter algum grau de dificuldade em habilidades como enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus (IBGE, 2012).

A Organização Mundial da Saúde, na tentativa evidente de driblar a discussão, adota em seu website um tom conciliatório – ao ponto de trazer imprecisão ao texto:

A deficiência resulta da interação entre indivíduos com uma condição de saúde, como a paralisia cerebral, a síndrome de down e a depressão, assim como de fatores pessoais e ambientais, incluindo atitudes negativas, transporte inacessível e edifícios públicos e apoio social limitado. (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021, tradução nossa)

Antes de prosseguir, afirmamos que o caráter e o lugar dado à “deficiência” ao longo dos modos de produção não foram os mesmos. Muito antes do advento das grandes cidades e dos processos industriais em grande escala, o modo de produção feudal tratava de maneira bem distinta os “deficientes”. E permitam-nos aqui cometer algum grau de anacronismo histórico ao utilizar “deficiência” para falar de tempos tão longínquos.

O predomínio da produção no seio da família e a construção de vínculos assistenciais entre elas permitia que muitos dos que hoje seriam considerados “excluídos socialmente” contribuíssem genuinamente para a vida diária. A dinâmica feudal persistiu durante milhares de anos para grande parte da população mundial, e foi desaparecer apenas nos últimos três séculos (SLORACH, 2021, p. 223).

A ascensão do modo de produção capitalista, que se deu especialmente na Grã-Bretanha, no século XVIII, forçou a saída das massas trabalhadoras dos campos, seja pela fome ou pela espada. Tivemos a oportunidade de explorar em detalhes este assunto no tópico “Parteiras do capitalismo: miséria e violência”. Se nos primeiros passos de um “capitalismo agrário” a produção voltada para o mercado se manteve na escala doméstica, portanto englobando também os “deficientes”, a revolução industrial veio acelerar freneticamente o afastamento deles da produção.

Forças do mercado favoreceram as máquinas em detrimento dos trabalhadores e demandavam a máxima exploração da destreza individual. A oferta de lucros abundantes pelo atendimento a novos mercados consumidores, com destaque para o de produtos têxteis, levou a uma busca convulsiva pelo aumento da produtividade do trabalho dentro dos locais de trabalho.

O novo tipo de trabalhador exigido para as fábricas não poderia ter quaisquer características que impedisse de operar as máquinas voltadas à produção em larga escala. A posição dos deficientes foi fragilizada dentro das comunidades (SLORACH, 2021, p. 224), o que não quer dizer que a posição dos não-deficientes trabalhadores tenha sido fortalecida como um grupo que carregasse interesses próprios, opostos aos dos deficientes.

Mesmo com o capitalismo representando um enorme avanço em termos de produtividade do trabalho em comparação às sociedades precedentes, gerando pela primeira vez na história a capacidade técnica para alimentar, vestir, educar e abrigar toda a população global, apenas uma pequena parte da humanidade ganhou o direito de usufruir dessa sociedade em todos os seus aspectos. Se na época feudal os “deficientes” sofriam prejuízos no sentido do bem-estar físico, mental e na sociabilidade, o capitalismo transformou a deficiência em uma forma particular de opressão social. No feudalismo, como dissemos antes, os deficientes tinham no entorno de si uma rede mínima de assistência entre as famílias. Na era do capital, essa rede familiar foi despedaçada e os avanços no cuidado pessoal produzidos pela ciência ficaram legados a classe que tem capacidade de pagar pelo acesso a eles.

Toda a vida cotidiana precisava seguir o ritmo das fábricas e os corpos passaram a ser valorizados conforme pudessem funcionar como máquinas orgânicas que auxiliassem máquinas de metal. Foram expandidos, para garantir a máxima eficiência dos trabalhadores, processos de especialização, a divisão social do trabalho, e uma hierarquia com estrutura militar nos locais de trabalho. O objetivo é extrair a maior quantidade de frutos (o mais-valor) da cooperação laboral assim como batalhões e soldados são organizados para que uma nação tenha sucesso em uma guerra.

A exigência de adaptação dos indivíduos a esse ambiente, no início, teve feições de brutalidade desumana. Ao longo do século XVIII e XIX, as pessoas identificadas como deficientes eram segregadas em *workhouses/poorhouses* – um tipo de residência pública, difundida a partir da Nova Lei dos Pobres inglesa de 1834, onde aqueles que não tinham onde morar ou fonte de sustento eram confinados para trabalhar –, asilos, prisões, colônias e escolas especiais (SLORACH, 2021, p. 225). Tudo era feito para garantir o progresso da nova ordem. E existiam várias “vantagens” no passado, quando a assistência doméstica entre as famílias predominava. Agora, os que rondavam o espectro da deficiência eram tratados de modo brutal,

sob o pretexto de que esse tratamento acabaria com a “dissimulação” da deficiência e instauraria “bons hábitos” voltados ao trabalho.

Contudo, apesar de estarmos falando dos deficientes, a vida nas cidades industriais nascentes não era lá muito vantajosa para aqueles que conseguiam atingir os padrões exigidos pelas empresas. Em 1875 a expectativa da classe média em Manchester era de 38 anos e a da classe trabalhadora era de 17 anos, e em Liverpool de 35 e 15 anos, respectivamente (SLORACH, 2021, p. 226). A exploração intensiva fez explodir a luta de classes, o que se manifestou através de greves e da criação de sindicatos e associações de diversos tipos.

A Liga Nacional de Cegos e Deficientes (NLBD) foi fundada como um sindicato em 1899, e filiou-se a *Trade Union Congress*, maior organização sindical nacional à época, três anos depois. Seus membros incluíam veteranos de guerra cegos, que trabalhavam predominantemente em oficinas protegidas e exigiam melhores condições de trabalho e pensões. Os reformistas – no sentido rudimentar da palavra, daqueles que buscavam aprimorar a economia ou melhorar a condição de vida dos trabalhadores pelas vias do Estado – viam, cada vez mais, que o livre mercado funcionava de maneira contrária aos interesses do próprio capitalismo britânico; era preciso regulá-lo. Instituições de caridade e burgueses começaram, então, a pressionar pela intervenção do Estado através de melhorias nos tratamentos e na educação dos deficientes. Em 1920, a Liga foi às ruas protestar com a palavra de ordem “Direitos! Não caridade!” (SLORACH, 2021, p. 226).

Ao final do século XIX, junto às descobertas médicas no campo da hereditariedade, a existência de uma grande quantidade de pessoas consideradas com deficiência mental e física passou a ser convenientemente associada à reprodução desenfreada dos trabalhadores mais pobres. A eugenia, chamada também de ciência do bem-nascido, surgiu nessa trama supostamente como um meio de melhorar a herança genética humana³⁴. As diretrizes específicas para sua realização foram desenvolvidas, na década de 1920, pelo *Eugenis Record Office*, em Nova Iorque. Diversos estudos foram financiados por esta instituição, que serviram como base para a criação de leis por todo os Estados Unidos para a esterilização de populações

³⁴ Francis Galton foi antropólogo e o fundador da “eugenia”, termo que apareceu pela primeira vez em seus artigos publicados em 1865. Galton tentou estabelecer-la como nova ciência prática, instrumentalizada com um misto de matemática e biologia, capaz de aplicar as descobertas recentes de seu primo, Charles Darwin, sobre a seleção natural. (DEL CONT, 2008)

“problemáticas”, servindo posteriormente de modelo para experiências similares na Alemanha nazista (PANISSON; GESSER; GOMES, 2018, p. 20).

A “eugenia positiva” visava incentivar pessoas consideradas com boas qualidades genéticas a terem muitos filhos. Nas chamadas “exposições universais” aconteciam competições entre famílias que seriam mais adaptadas. As famílias vencedoras, ou mais eugênicas, recebiam prêmios. Já a “eugenia negativa” exibia uma face mais brutal desta prática, utilizando-se de restrições legais para impedir a reprodução de pessoas consideradas com características genéticas ruins.

Os defensores da eugenia tentavam criar uma ligação genética entre deficiências, crime e desemprego. A difusão e prática da eugenia era uma reação de direita ao surto de reformas sociais que pretendiam combater a situação de crescente desordem social (SLORACH, 2021, p. 228). A ideia de eliminar os “defeituosos” atraiu apoio generalizado do *establishment*, inicialmente na Europa e nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, em mais de 20 estados foram alvos destas práticas os mais pobres, negros, mestiços, prostitutas, cegos, doentes, criminosos, dependentes de drogas, deformados, imigrantes de fora da Europa ou de áreas rurais, entre outros grupos. (PANISSON; GESSER; GOMES, 2018, p. 20). O ponto máximo e mais radical do extermínio de pessoas para o “melhoramento” humano foi atingido com o regime fascista de Hitler, onde a “raça ariana” – uma pérfida invenção intelectual – deveria ser expandida como a representação de tudo que havia de mais belo, forte e produtivo no mundo, enquanto certos grupos seriam eliminados, serviriam como fonte de trabalho escravo ou como cobaias para pesquisa científica. O ideário nazista via o deficiente como “vida não digna da vida” ou como um “comedor inútil”. Mais de 400.000 pessoas foram esterilizadas à força (SLORACH, 2021, p. 228).

A teoria eugênica só deixou de despertar simpatia por todo o mundo após a revelação das atrocidades do nazismo. No entanto, nem mesmo esta revelação ameaçou o lugar que o modo de produção capitalista dá à grande maioria da humanidade: consumidores de produtos para a subsistência ou fornecedores de força de trabalho. Só que para comer é preciso ter salário, e para ter salário é preciso ser o mais produtivo possível para o capital; obviamente de acordo com as necessidades da acumulação capitalista, não dos trabalhadores. Mudou-se a forma de lidar com as mazelas do sistema, mas manteve-se o conteúdo que tornou o terror eugênico possível.

Durante a segunda guerra mundial, tanto as mulheres quanto os deficientes juntaram-se ao esforço de guerra nas fábricas e campos de batalha. A necessidade de reabilitar um grande

número de militares motivou, na Europa, uma legislação que expandiu as oficinas protegidas já existentes, trazendo virtualmente o pleno emprego, assim como aumentou os gastos sociais com saúde, permitindo assim que cada vez mais pessoas realizassem atividades para as quais anteriormente eram consideradas incapazes. Após a segunda guerra, no Reino Unido foi fundado o NHS (*United Kingdom National Health Service*), o Serviço Nacional de Saúde, e a luta por direitos civis nos Estados Unidos ganhou força. O boom econômico do pós-guerra foi a base para que a institucionalização e a tutela realizada pelas instituições de caridade começassem a ser contestada pelos próprios deficientes.

Na década de 1960, a rotulação de “anormais” ou “pacientes” não era mais bem-vinda como antes, e os deficientes se colocaram a manifestar contra a discriminação. O movimento social da deficiência começou nos EUA, inspirado pela luta pelos direitos civis dos negros, poucos anos após a iniciativa pioneira de um grupo de estudantes cadeirantes da Universidade da Califórnia – os *Rolling Quads* –, que fundaram em 1971 o primeiro Centro de Vida Independente. Em poucos anos, centenas de outros foram criados nos EUA, na Inglaterra, Canadá e Brasil (SLORACH, 2021, p. 230).

A ONU declarou 1981 o Ano Internacional dos Deficientes, mas não porque os líderes mundiais acordaram um belo dia com a consciência moral elevada. Eram anos de intensas manifestações públicas nos EUA. Diversos veteranos da guerra do Vietnã foram atraídos para o movimento da deficiência, o que lhe conferiu uma força maior. Em 1977, o Departamento de Educação e Bem-estar de São Francisco foi ocupado por cerca de 120 pessoas, com apoio inclusive do braço local do Partido Panteras Negras, conseguindo fazer com que o presidente Jimmy Carter assinasse uma cláusula legal que incorporava uma legislação antidiscriminação (SHAPIRO, 1994). Em 1981, foi fundada no Canadá a *Disabled People's International* (DPI), ou Internacional das Pessoas com Deficiência, que em menos de uma década após sua fundação passou a reunir representantes em dezenas de países (SLORACH, 2021, p. 230).

A fundação e expansão da DPI foi um marco para a politização internacional da deficiência, como afirmou em entrevista Colin Barnes, um dos fundadores do campo chamado Modelo Social da Deficiência (DINIZ, 2013, p. 243). Até a questão sobre como se referir aos deficientes entrou em disputa. O nome utilizado pela DPI para tratar a deficiência como um problema social era *handicap* (algo como “desvantagem” em português), mas pouca gente aceitava essa classificação, pois remetia a pessoas pedintes. Um ano antes da fundação da DPI,

em 1980, a Organização Mundial da Saúde (OMS) tinha lançado o documento *International Classification of Impairment, Disability and Handicap*³⁵ (ICIDH). Apenas no final dos anos 1990 a OMS respondeu às críticas feitas à ICIDH. Reunindo grupos e ativistas deficientes, lançou em 2001 a *International Classification of Functioning, Disability and Health*, desenvolvendo a concepção “biopsicossocial” da deficiência, que, curiosamente, apesar da OMS dizer que essa versão é “isenta de valores”, manteve o “bio”, de biológico, em primeiro lugar, e o social por último. O indivíduo e o biológico mantiveram-se no foco (DINIZ, 2013, p. 246).

Na Grã-Bretanha dos anos 1980, como uma consequência prática das lutas e do crescimento da organização política dos deficientes, foi forjada uma forte aliança entre governo e instituições de caridade. A mobilização e as reformas sociais conquistadas levaram também à profissionalização da luta por direitos dos deficientes em todos os níveis (SLORACH, 2021, p. 233). Se o crescimento do movimento organizado pelos próprios deficientes estava ligado ao contexto político efervescente do pós-guerra, logo após um período de derrotas da classe trabalhadora, como a derrota do movimento iniciado em 1968³⁶ e o desmonte da União Soviética, as instituições de caridade se apropriaram das grandes ideias do movimento e adotaram diversas iniciativas, que, no entanto, prometiam muito, mas entregavam pouco.

Foi nesse momento, de refluxo das lutas massivas, que os ativistas da deficiência passaram a desacreditar que a classe trabalhadora poderia unir, de maneira eficiente, os interesses de todos os oprimidos para a realização de mudanças fundamentais que envolvessem toda a sociedade. A esquerda e a direita concordaram que os deficientes precisavam, em primeiro lugar, organizar a si mesmos. A aprovação de legislações “pró-deficientes” convenceu a parte mais avançada desse movimento que esse era o melhor caminho. Era inevitável, então, que as políticas de identidade e a luta parlamentar passassem a influenciar, com cada vez mais força, os rumos do movimento, e que suas reivindicações se distanciassem do marxismo.

O ascenso das políticas identitárias não se limitou ao movimento de deficientes. Nesse mesmo período, de derrotas da classe trabalhadora e de desmonte da União Soviética, os movimentos de gays e lésbicas abandonaram projetos baseados na transformação do sistema e

³⁵ No artigo “Reflexões sobre a versão em Português da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde”, Diniz, Medeiros e Squinca (2007) dedicam-se a explicar polêmicas relacionadas a definição de deficiência, assim com sua tradução para português. Ao final, realizam a defesa do uso da palavra “deficiência” como tradução para *disability* como uma maneira de se opor a uma visão biologicista.

³⁶ As revoluções ou revoltas de 1968 foram um marco na ascensão movimento operário internacional, tendo tido a França, especialmente Paris, o epicentro de uma onda revolucionária que atravessou todo o mundo.

passaram para a representação de si mesmos como um grupo social minoritário. A política de identidade praticada durante os anos 70 assumia um caráter unificador, almejando a aceitação e a integração das minorias no sistema social vigente. A grande visibilidade destes movimentos em diversos meios sugeria que eles não perturbavam mais o *status quo* como antes (LOURO, 2001, p. 544).

Além disso, as políticas de identidade nunca construíram um centro único de liderança, nacional ou internacional, nem mesmo há um autor que se coloque como um representante do movimento identitário (LOURO, 2001, p. 546). Sua característica básica é a de um movimento fragmentado. A crítica à adaptação da política dos movimentos baseados em identidades ao sistema se deu principalmente com a adesão de ativistas e intelectuais às chamadas teorias pós-identitárias, que abordaremos adiante. A queda do muro de Berlim, a fragmentação e o fim da Quarta Internacional como uma alternativa ao estalinismo, assim como a dissolução da União Soviética contribuíram conjuntamente para a queda definitiva do entendimento geral de que o marxismo seria uma teoria capaz de contribuir para combater as opressões, conseqüentemente, também diminuíram os estudos sobre os movimentos do operariado urbano.

Mesmo diante da rápida contração da influência das ideias de Marx, houve autores no campo dos estudos sobre deficiência influenciados pelo marxismo e que estão marcados definitivamente a história não só do campo, mas também dos movimentos sociais ligados à deficiência. Paul Hunt, sociólogo inglês influenciado pela teoria de Erving Goffman, deficiente físico e um dos precursores do Modelo Social da Deficiência no Reino Unido, remeteu uma carta ao jornal *The Guardian*, publicada em 20 de setembro de 1972, que mudaria os rumos do movimento de deficientes. Nela, fez um chamado para que as pessoas isoladas em instituições, sujeitas ao autoritarismo e regimes cruéis, fossem representadas por um grupo político que levasse ao parlamento ideias e propostas para substituir estas instituições. A organização política mais ativa até então no movimento dos deficientes era a DIG, *Disablement Income Group*, formada em 1966. Entretanto, as ações da DIG giravam em torno de uma plataforma para o aumento de benefícios sociais para os deficientes (SHAKESPEARE, 2006, p. 11).

O chamado de Hunt recebeu muitas respostas, e, um ano depois, foi fundada a *Union of the Physically Impaired Against Segregation* (UPIAS), em português Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação. Foi dos argumentos da UPIAS que surgiu a teoria do Modelo Social da Deficiência (DAVIS, 2013, p. 197). Além de Paul Hunt, outros sociólogos deficientes, como Paul

Abberley, Michel Oliver, Colin Barnes, Vic Finkelstein, fizeram parte do grupo de fundação da UPIAS, que foi a primeira organização de deficientes formada e gerida por deficientes (DINIZ, 2007). Com este novo instrumento, a visão predominante de deficiência, como um fenômeno biologicamente determinado (CORKER; THOMAS, 2002, p. 18), passou a ser duramente combatida.

É a partir da expansão do Modelo Social que surge a ideia binária de que há, de um lado, a teoria do “Modelo Social” e seus defensores, que detêm uma visão que relaciona o indivíduo com as barreiras socialmente impostas, e, por outro, a teoria do “Modelo Médico”, que segrega e tem como fim tentar corrigir o deficiente, mesmo que nenhum binarismo seja defendido abertamente pelos fundadores.

Um dos fundadores do Modelo Social, Michael Oliver (1996), contestou abertamente a compreensão binária da teoria. Para Oliver, existem diversos modelos da deficiência a serem contestados, como o psicológico, o beneficente, o administrativo. O médico seria apenas um deles. Muitos destes modelos se desenvolveram após a adesão entusiasmada dos deficientes à teoria do Modelo Social (OLIVER, 1996, p. 31). Em sua obra *The Politics of Disablement* (1990), Oliver prefere utilizar o termo “teoria da opressão social”, ao invés de “teoria do modelo social”.

É importante dizer aqui que o próprio Oliver diz que o Modelo Social não tenta produzir uma “história materialista da deficiência”, como mostra o trecho abaixo. Portanto, apesar de diversos autores considerarem a teoria da opressão social uma teoria marxista, o mais correto é dizer que ela tem influências marxistas.

Para mim, o modelo social da deficiência [*disability*] diz respeito a experiência e à prática profissionais, mas não é um substituto para a teoria social, a história da deficiência, nem uma explicação para o Estado de bem-estar social [*welfare state*]. (OLIVER, 1996, p. 41, tradução nossa)

Colin Barnes, ao comentar um lançamento recente em colaboração com Michael Oliver, o livro *The New Politics of Disablement* (2012), diz que o prejuízo (*impairment*) não é particular a uma parte da população, e que a maioria das suas causas são criadas socialmente através da pobreza, violência poluição, envelhecimento etc. Para ele, todos são, potencialmente, pessoas deficientes, e explicar qualquer opressão sem considerar a economia é uma visão “míope” (DINIZ, 2013, p. 238) – o que demonstra a sua predileção pela economia política.

Politicamente, o Modelo Social da Deficiência emergiu dos argumentos de alguns pesquisadores deficientes simpáticos ao marxismo e do ambiente de ativismo político realizado através da UPIAS, principalmente no território do Reino Unido. Durante os anos 1980 e até meados dos anos 1990, o movimento político dos deficientes foi impulsionado pela oposição aos governos conservadores, com destaque para o de Margaret Thatcher.

Por centrar suas ações na espera de um “Novo Trabalhismo”, esse movimento acabou se retraindo. A expectativa em novos representantes eleitos no parlamento para o enfrentamento das grandes empresas e para a realização de mudanças voltadas aos grupos desfavorecidos nos governos anteriores, fortemente marcados pela liberalização e desregulamentação, minou um movimento que era mais amplo. Então, o Modelo Social passou a ser reconhecido como um movimento de luta por “direitos”, destinado à obtenção de conquistas pela via legislativa. Pouco a pouco, o ativismo político inicial dos aderentes à nova teoria foi sendo substituído pela cultura de “academização” nos departamentos de Estudos Sobre Deficiência (SLORACH, 2021, p. 240).

Thomas William Shakespeare, deficiente e intelectual de grande repercussão no campo dos Estudos Sobre Deficiência e ex-ativista do Modelo Social, tornou-se um dos seus principais críticos (SLORACH, 2021, p. 241), e apresentaremos algumas das suas ideias aqui. Ele afirma que o Modelo Social da Deficiência não seria o único “modelo social”, isto é, única proposta teórica que se opõe à culpabilização individual do deficiente e à segregação, portanto que pensa o contexto social mais amplo. Sendo assim, prefere chamar o “Modelo Social da Deficiência” de “Modelo Social Britânico”:

Eu vou demonstrar que o modelo social não é a única abordagem progressista da deficiência [*disability*]. Em vez disso, vou reivindicar que o modelo social britânico é apenas um de uma família de abordagens sociais-contextuais para a deficiência. Todas estas abordagens rejeitam o entendimento individualista da deficiência, e de diferentes maneiras localizam a pessoa deficiente em um amplo contexto. (SHAKESPEARE, 2006, p. 9, tradução nossa)

O autor diz que há outras propostas teóricas que formam uma “família de abordagens sociais da deficiência”. Porém, consideramos que o Modelo Social da Deficiência, apesar de ter surgido pelas mãos de ativistas britânicos, não apresentou como objetivo permanecer restrito a fronteiras nacionais, nem mesmo suas propostas eram direcionadas ao governo do Reino Unido. Consideramos que a nomenclatura “Modelo Social Britânico” criaria, então, outros problemas.

Em um universo de abordagens sociais para a deficiência, a presente tese poderia até mesmo reivindicar ser uma delas, por exemplo. Mas é improvável que algum outro autor,

anunciando-se como independente da influência dos fundadores do Modelo Social da Deficiência, queira se integrar a ela de maneira independente ou propor um campo de estudo. Conforme lemos os documentos políticos e teóricos disponíveis, vemos que o Modelo Social da Deficiência, gestado no interior da UPIAS e com o protagonismo de determinados intelectuais, apresenta um desenvolvimento mais próximo a uma teoria específica do que o de um campo de estudo composto por teorias sociais da deficiência.

Em suma, inspirados no marxismo e rejeitando as campanhas liberais e reformistas defendidas pelas maiores organizações de deficientes existentes, o objetivo dos fundadores do Modelo Social foi substituir a segregação em instituições especializadas pela participação efetiva dos deficientes na sociedade, garantindo autonomia para terem total controle sobre suas vidas (DAVIS, 2013, p. 197).

O Modelo Social é muito conhecido pela caracterização de que o *impairment* (em português “prejuízo”, ligado a causas biológicas, lesões) não causa a *disability* (em português literal “desabilidade”, mas traduzida geralmente como “deficiência”, ligada a causas sociais, barreiras) (TREMAIN, 2002, p. 41). Esse foi o ponto de partida para a compreensão da deficiência como uma opressão social, causada por barreiras que impedem o deficiente de tomar parte, de maneira igualitária, em uma vida social normal (DISABLED PEOPLE’S INTERNATIONAL, 1982). É a questão da opressão social que identifica os ativistas do Modelo Social aos de grupos que também se consideram socialmente oprimidos.

Shakespeare, em *Critiquing the social model* (2006), diz que o Modelo Social apresenta problemas políticos e conceituais (SHAKESPEARE, 2006, p. 31). Segundo o autor, todo fato biológico necessita ser experienciado em um contexto social. Se a causa para a *disability* está apenas na opressão social, os avanços médicos acabam sendo colocados sob suspeita e as experiências individuais consideradas irrelevantes, rejeitando também qualquer organização que lute por intervenções médicas. Ou seja, o Modelo Social não se preocuparia em lidar com “*the special needs of imparied individuals.*” (SHAKESPEARE, 2006, p. 31)

Mas Oliver (1996) responde aos críticos do Modelo Social muito antes do artigo de Shakespeare (2006), dizendo que o problema não é a busca pelo tratamento médico para lesões, mas quando os médicos usam seus conhecimentos para tratar a *disability*. Não é um ataque pessoal ao deficiente dizer que muitos deles experienciam intervenções médicas invasivas, e que elas são, por isso mesmo, partes da opressão social (OLIVER, 1996, p. 37). Portanto, para Oliver,

o Modelo Social não negaria as características dos corpos, ele diz apenas que a *disability* não tem a ver diretamente com os corpos físicos, mas sim como cada um experiencia as características do seu corpo na sociedade (OLIVER, 1996, p. 36).

Nos Estados Unidos, os teóricos dos Estudos Sobre Deficiência desenvolveram a noção de pessoas com deficiência (*people with disabilities*) (DINIZ, 2003, p. 6), colocando as reivindicações dos deficientes como uma questão de luta de “minorias”, ao lado de várias outras. Ao invés de buscar a transformação social através da crítica ao modo de produção capitalista e suas consequências, como na Europa, o caminho que tomou a luta dos deficientes nos Estados Unidos foi o da busca por uma legislação que garantisse direitos civis e liberdades individuais (SHAKESPEARE, 2006, p. 24) .

Independente das especificidades nacionais e mesmo com várias críticas possíveis à teoria do Modelo Social, foi a UPIAS, fortemente influenciada por ela e impulsionadora da mesma, que formou o movimento social que, com grande sucesso, contestou ao longo da segunda metade do século XX as visões que reduziam o indivíduo a sua lesão e atribuíam a ela a origem das suas dificuldades. Influenciado pela UPIAS, em 1982, a *Disabled People's International* (DPI) encaminhou nas resoluções do seu primeiro congresso a reivindicação dos seguintes “direitos básicos” para os deficientes: direito a educação, direito a reabilitação, direito ao emprego, direito a seguridade econômica, direito a uma vida independente, direito a participar das atividades sociais e culturais, direito à influência e direito a participação igualitária nos processos sociais decisórios que afetam suas próprias vidas (DISABLED PEOPLE'S INTERNATIONAL, 1982).

Rejeitando a segregação, foi defendido: “Pessoas com deficiência [*disbled people*] têm o direito de crescer em seu ambiente natural. Portanto nós rejeitamos todas as formas de segregação, e nos negamos a aceitar o isolamento vitalício em instituições especiais.”, e, negando a origem funcional da deficiência, afirmaram que “*disability*” significa “a perda de ou limitação das oportunidades de tomar parte na vida normal da comunidade devido a barreiras físicas e sociais”. (DISABLED PEOPLE'S INTERNATIONAL, 1982, tradução nossa). Segundo a UPIAS (1997), portanto, é a sociedade que tornaria as pessoas deficientes, e a imposição da deficiência está para além das lesões, podendo ser encontrada no isolamento e na exclusão: “A deficiência [*disability*] é algo imposto acima de nossas lesões, por sinal nós somos desnecessariamente isolados e excluídos da participação total na sociedade” (UPIAS, 1997, p.4, tradução nossa)

Como é constatável, as ideias difundidas pela UPIAS e pelos fundadores do modelo social sobre “tomar parte na vida normal da comunidade” ou sobre a “exclusão” e “isolamento” “desnecessários” apresentam ligações com uma filosofia. Há sim um impulso para a busca da igualdade, o que é legítimo, mas ela ignora as possibilidades dadas no próprio mundo para sua realização. Ou seja, reconhece-se a injustiça e o combate a ela é travado pelas vias parlamentares, por pressão institucional e pela alteração de consciências, mas não se vê que este mesmo parlamento, estas mesmas instituições e estas mesmas consciências, são frutos, e não criadores, do modo de produção que usa a segregação e a cura médica como recursos proeminentes para “curar” a *disability*.

Apesar da visão da deficiência como uma opressão social constituir uma consciência progressista diante da postura anterior, individualizante e segregadora, ela coloca a “participação na sociedade” em termos genéricos de “oportunidades”, como se a resolução do problema da opressão independesse de resolução do problema de classe. Há autores que questionam se a definição de deficiência também valeria para outros tipos de opressão, visto que toda opressão impõe uma barreira a participação social (TREMAIN, 2002, p. 42). Nesse sentido, poderíamos dizer que os deficientes já são a maioria da sociedade, ou até levantar a bandeira “somos todos deficientes”? Afinal, a pobreza, a nutrição inadequada, a guerra, a violência rural e urbana, não constituiriam barreiras sociais?

Imaginemos a figura de um cadeirante que se tornou CEO³⁷ de uma multinacional por ser um grande proprietário de ações. Além dele conseguir, a partir do dinheiro que possui, eliminar para si a grande parte das barreiras existentes para a maioria, não restaria opção a ele além de colaborar com a mesma injustiça social que sofrem os despossuídos e que gera diferentes graus de “exclusão” e tipos de “opressão social”. No máximo, conseguiria organizar programas de “inclusão” com um grau de ação bem delimitado. De acordo com o que estudamos nos capítulos anteriores, é exatamente a pressão pela reprodução ampliada do capital, que recai sobre as decisões dos proprietários das empresas e seus representantes políticos, que faz com que a maioria da população, incapaz de sobreviver dignamente da renda do seu trabalho, seja empurrada para o lugar da dependência da caridade, da assistência social ou para a busca por procedimentos médicos que possam “corrigir” a situação de “tragédia pessoal”.

³⁷ CEO é a abreviação para “*chief executive officer*”, que significa o mais alto cargo na hierarquia de uma grande empresa.

As empresas só contratam força de trabalho próxima ou acima de um “grau médio de habilidade e intensidade” (MARX, 2017, l. 760/1493), e fazem isso não porque querem, mas porque não podem fazer diferente diante da luta imperativa pela ampliação da taxa de lucro. E isso independente do olhar preconceituoso ou não do gestor ou do grande empresário, se ele é “lesionado” fisicamente ou não.

É possível atribuir à dinâmica da acumulação capitalista o fato de que a convenção das Nações Unidas Sobre Os Direitos Das Pessoas Com Deficiência esteja tendo um impacto social menor do que o que era pretendido em termos de conquista de direitos. Mesmo que a maioria dos países do mundo tenha ratificado seus documentos, os planos do capital parecem não ir na direção da sua realização. No Brasil, esse documento foi ratificado por decreto presidencial, em 2009:

DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009.

Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto Legislativo no 186, de 9 de julho de 2008, conforme o procedimento do § 3º do art. 5º da Constituição, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007;

Considerando que o Governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação dos referidos atos junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas em 1º de agosto de 2008;

Considerando que os atos internacionais em apreço entraram em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, em 31 de agosto de 2008;

DECRETA:

Art. 1º A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, apensos por cópia ao presente Decreto, serão executados e cumpridos tão inteiramente como neles se contém.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão dos referidos diplomas internacionais ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de agosto de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Celso Luiz Nunes Amorim (BRASIL, 2009)

O texto aprovado mostra como o Brasil está interligado ao contexto internacional de debates sobre a deficiência e como as administrações petistas empreenderam algum esforço em

colocar o país neles. Mas a experiência prática internacional em torno de convenções, leis e tratados desvela a essência das expectativas em torno destas leis: a crença de que agentes públicos ou representantes eleitos, caso munidos de instrumentos legais profícuos, poderiam tudo realizar independentemente das condicionantes estruturais fornecidas pelo modo de produção vigente.

Prova-se, novamente, que a consciência do humano é fruto das relações sociais, não o contrário. Com um olhar advertido, conseguimos ver a ideologia nestes textos, que os tornam capazes de sustentar as expectativas de milhares ativistas entre uma decepção e a próxima, por vezes amenizada por pequenos ganhos locais ou emocionantes exceções que confirmam regras injustas que sempre poderiam ser derrubadas no futuro longínquo pela soma de pequenas medidas.

Voltando ao debate sobre uma “teoria da opressão social”, como chama Oliver o Modelo Social, precisamos fazer uma importante distinção. Gênero, origem étnica e orientação sexual não têm ligação direta com o quão produtivos os indivíduos são, ou ao quanto se aproximam de ofertarem uma força de trabalho com “caráter normal”. A opressão relacionada a deficiência diz respeito a como o modo de produção capitalista subordina o trabalho concreto (o trabalhador individual e a maneira com que produz) à homogeneidade do trabalho abstrato (SLORACH, 2021, p. 243).

Na era do trabalho abstrato, a demanda do capital por trabalho requer adaptar a força de trabalho dos trabalhadores a um "padrão médio de habilidade, eficiência e celeridade" (MARX, 2013, l. 351/1493), que respeite cada setor da produção. Consequentemente, os impedidos fisicamente ou psicologicamente terão maior dificuldade ou a impossibilidade de realizar essa adaptação.

Um conceito que foi construído, amplamente abordado na literatura internacional, para estruturar um eixo que una todas as formas de opressão das pessoas por motivo de deficiência, é o de capacitismo (*ableism*) (DE MELLO, 2016, p. 3266; PANISSON; GESSER; GOMES, 2018, p. 18). Para Woldbring (2008), ativista professor em *disability studies*, *ableism*, *disablism* e *enablism* da *University of Calgary's Cumming School of Medicine*, o capacitismo é um

“conjunto de crenças, processos e práticas que produzem – a partir das habilidades exibidas ou valores – um entendimento particular de si mesmo, do próprio corpo e dos próprios relacionamentos com os outros humanos, outras espécies e com o ambiente, que inclui como alguém é julgado por outros.” (WOLBRING, 2008, p. 253, tradução nossa)

Para o autor, o capacitismo é usado por vários grupos sociais para justificar seus elevados níveis de direitos com relação a outros grupos. Na relação do capacitismo com o sexismo, por exemplo, o lugar da mulher na sociedade partiria sempre do princípio de uma suposta fragilidade emocional e biológica que a colocaria como incapaz de votar com responsabilidade, deter propriedades e cuidar dos seus próprios filhos etc. (WOLBRING, 2008, p. 253).

Como veremos mais adiante, o problema deste tipo de construção teórica é que, além de colocar todos os homens e não deficientes, inclusive os da classe trabalhadora, como portadores de “elevados níveis de direitos”, o que é falso inclusive com relação às mulheres da burguesia, ela se restringe ao campo da linguagem e de propostas para uma certa “ortopedia das consciências”. Outros termos em língua inglesa que também muito são muito usados, mas que não iremos explorar, são *disabilism e enablism*. É a partir da discussão do relacionamento entre a opressão e capacitismo que surge a teoria *Crip*, proposta por Robert McRuer como um desdobramento teoria Queer para o campo dos *disability studies* (MCRUER, 2018).

Entraremos agora em um estudo mais detalhado do que seriam boa parte das teorias construídas após a derrota das experiências revolucionárias da segunda metade do século XX, e mais ainda depois da queda do mundo de Berlim, impossíveis de serem ignoradas quando envolve o campo estudos sobre deficiência.

4.2. As teorias pós-modernas

O leitor não encontrará aqui uma definição consensual sobre o que seria a pós-modernidade nem uma investigação exaustiva, mas é evidente que as teorias que envolvem a investigação do “pós-modernismo” influenciam os Estudos Sobre Deficiência (*disability studies*). Talvez a única definição consensual é a de que não há definição consensual: a indefinição e a incerteza fazem parte da justificativa do porquê estaríamos na “pós-modernidade”, como veremos. Ou seja, há uma época “pós”, fala-se muito de uma modernidade que findou, mas pouco se poderia afirmar sobre o futuro, o que seria o sintoma do espírito do nosso tempo. As noções clássicas de verdade, de razão, de identidade, de objetividade, de progresso, de emancipação universal, estão no centro do questionamento da modernidade (EAGLETON, 1998).

São legítimas todas as críticas realizadas ao longo do século XX sobre as limitações encontradas no projeto iluminista, no cartesianismo dualista, no positivismo e sua fé ingênua no progresso etc. Aqui não trataremos de ressaltar acertos e equívocos de análises sobre a “fragmentação” ou “descentralização” de uma suposta “identidade moderna” (HALL, 2006, p. 8), pois nosso objetivo é outro: trazer as principais influências dos pensadores sobre o pós-moderno na compreensão nos estudos relacionados à deficiência hoje. Para simplificar, denominarei toda teoria que faz a “propaganda” do fim da era moderna de “teoria pós-moderna”, por mais que a homogeneidade dessa classificação ignore a dimensão fractal das correntes teóricas existentes. Talvez sejamos injustos com alguns autores diversos por igualá-los, mas ganharemos em didática da exposição.

Capitalismo tardio (JAMESON, 1991), sociedade pós-industrial (HARVEY, 1992), modernidade líquida (BAUMAN, 1998), modernidade tardia (GIDDENS, 1991), pós-capitalismo (MASON, 2017) e dismodernismo (DAVIS, 2002) são algumas das definições existentes para os “novos” tempos, assim como os conceitos de pós-histórico, pós-humano e pós-fordista são também associados ao estudo do fenômeno do “pós-modernismo”. O debate se desenvolveu até o surgimento de teorias como as do pós-pósmodernismo, trans-pósmodernismo, pós-millennialismo, metamodernismo, pseudo-modernismo, digimodernismo, entre outras que surgem como se fossem “patentes” registradas por diferentes autores, que tentam imprimir sua marca na história intelectual.

A ideia de interdisciplinaridade, tão em voga, é influenciada pela questão do pós-moderno, que colocou no centro dos estudos de humanidades (as ciências humanas) os chamados “conhecimentos híbridos” (CORKER; SHAKESPEARE, 2002, p. 4) ou “sincretistas” (HALL, 2006, p. 91), como o feminismo, estudos *queer*, estudos étnicos, estudos urbanos, estudos culturais, e o próprio campo Estudos Sobre Deficiência. Enquanto alguns autores se limitam a desenvolver explicações sobre um período histórico que ultrapassou o período moderno, ou a definir o moderno, outros se colocam diretamente como parte de uma corrente teórica “pós-moderna”.

O objetivo deste tópico não será registrar uma nova teoria, reivindicar uma nova corrente teórica ou expor exaustivamente as existentes, mas contextualizar brevemente os debates que envolvem a pós-modernidade e que se relacionam ao tema da deficiência. A partir dos anos 1970, os autores que concordaram que houve uma ultrapassagem do “moderno” têm dado o tom dos

debates não só na questão da deficiência, mas também nos assuntos e temas gerais que envolvem as ciências humanas e sociais.

As vanguardas do alto modernismo perderam sua capacidade de escandalizar e se transformaram em *establishment*; os grandes mitos oitocentistas do progresso em flecha e da emancipação da humanidade pela ciência ou pela revolução são hoje considerados anacrônicos; a razão, instrumento com que o Iluminismo queria combater as trevas da superstição e do obscurantismo, é denunciada como o principal agente da dominação. (ROUANET, 1987, p. 30)

A perda da esperança geral no progresso e na emancipação humana pela razão, que para nós não é sinônimo de concepção positivista de progresso, são impulsionados pelo niilismo e pela antipatia de muitos intelectuais de esquerda pelo projeto universalista do comunismo. A cada grande derrota dos trabalhadores na luta de classes, o pós-modernismo ganha argumentos sobre o fim da era moderna.

O próprio Thomas Shakespeare, que se diz simpático às teorias pós-modernas para o “desenvolvimento de sociedades inclusivas” (CORKER; SHAKESPEARE, 2002, p. 14, tradução nossa), afirma também que frequentemente elas são “opacas e expressas em linguagem altamente obscura.” (CORKER; SHAKESPEARE, 2002, p. 14, tradução nossa). Corker e Shakespeare (2002, p.4) nos trazem uma ampla caracterização dos principais temas pós-modernos abordados por diversos autores:

- Epistemologias baseadas na problematização das narrativas meta-históricas e na crítica a categorias do iluminismo, especialmente aquelas sobre a realidade a verdade.
- A ênfase ontológica na incerteza, instabilidade, hibridez, contingência, construção do concreto por ideias abstratas (*embodiment*), reflexividade.
- A ênfase metodológica na genealogia, desconstrução e conhecimento situado (*situated knowledge*).
- O descentramento do sujeito e do mundo social, frequentemente através da ênfase na linguagem, discurso e cultura.
- A incorporação de ideias psicanalíticas na teoria social.
- Relações entre conhecimento e poder.
- Desdiferenciação e desterritorialização.
- Novas ideias sobre cognição, sensação e o corpo.
- Novas ideias sobre ética e justiça social.

Perdoem-nos pelas extensas citações que virão a seguir, mas nos utilizaremos delas para falar sobre a visão de alguns dos mais eminentes autores associados ao pensamento pós-moderno – ou à crítica da modernidade. Para Lyotard, em sua obra *A Condição Pós-moderna* (2009),

(...), a ciência entra em conflito com os relatos. Do ponto de vista de seus próprios critérios, a maior parte destes últimos revelam-se como fábulas. (...). Assim, exerce [a ciência] sobre seu próprio estatuto um **discurso de legitimação, chamado filosofia**. Quando este metadiscurso recorre explicitamente a algum **grande relato**, como a dialética do espírito, a hermenêutica do sentido, a emancipação do sujeito racional ou trabalhador, o desenvolvimento da riqueza, **decide-se chamar “moderna” a ciência que a isto se refere para se legitimar**. É assim, por exemplo, que a regra do consenso entre o remetente e destinatário de um enunciado com valor de verdade será tida como aceitável, se ela se inscreve na perspectiva de uma **unanimidade** possível de mentalidades racionais: foi este o relato das Luzes, onde o herói do saber trabalha por um bom fim ético-político, a paz universal. (...).

Simplificando ao extremo, considera-se “pós-moderna” a **incredulidade** em relação aos metarrelatos. (...). A função narrativa perde seus atores (*functerus*), os grandes heróis, os grandes perigos, os grandes périplos e **o grande objetivo**. Ela se dispersa em **nuvens de elementos de linguagem narrativos**, mas também donativos, prescritivos, descritivos etc., cada um veiculando consigo validades pragmáticas *sui generis*.

Assim, nasce uma sociedade que se baseia menos numa antropologia newtoniana (como o estruturalismo ou a teoria dos sistemas) e mais numa **pragmática das partículas de linguagem**. Existem muitos jogos de linguagem diferentes; trata-se da heterogeneidade dos elementos. Somente darão origem à instituição através de placas, é o **determinismo local**. (LYOTARD, 2009, XVI, grifos nossos)

Para um trabalhador ou para um pequeno capitalista é possível se tornar um “incrédulo” com relação aos grandes relatos. Essa incredulidade foi estabelecida pelo fato histórico de que ao longo do século XX, vários dos seus dirigentes políticos, portadores de grandes relatos sobre a emancipação comunista e democrática, portanto dotados de um projeto de “emancipação do sujeito racional ou trabalhador”, passaram para o lado dos dominadores, acomodaram-se ao sistema e passaram a desfrutar vantagens antes exclusivas à burguesia. Os que acreditam neles foram deixados para trás.

O comunismo, após a Revolução Russa, despontou como a força dominante no movimento operário, principalmente no continente europeu, e foi fortalecido devido ao papel da União Soviética no combate ao nazifascismo após ter seu território invadido. E qual era a situação política após 1930? A da capitulação da Frente Popular à burguesia que levou o fascista Franco à vitória na Espanha, a da dissolução criminosa da Terceira Internacional Comunista em 1943 para evitar os temores que poderiam ser causados nas burguesias imperialistas por suas ações, a da realização das conferências de Ialta e Postdam, ambas em 1945, para selar o compromisso pela estabilidade mundial no lugar do programa original da Terceira Internacional

de luta pela preparação e tomada do poder político pelo proletariado em todos os países, a do esforço do Partido Comunista Francês, diretamente ligado à burocracia soviética, para acabar com o movimento revolucionário francês de 1968, minando as forças do movimento estudantil insurgente e devolvendo aos poucos o controle das fábricas ocupadas à burguesia, entre muitos outros acontecimentos. O marxismo oficial era uma máquina de enganar trabalhadores (MARIE, 1981). É compreensível, portanto, o surgimento de um avassalador espírito de rejeição a todo e qualquer “relato da emancipação” (LYOTARD, 2009, p. 69), principalmente entre os mais jovens, os trabalhadores intelectuais e os pequenos patrões.

Já para a classe de proprietários de meios de produção, os grandes capitalistas, os *big players* das bolsas de valores, não é tão simples assim dispersar projetos em “nuvens de elementos de linguagem narrativos”. Há muito a se perder. Basta abrir as deliberações do Fórum Econômico Mundial para ver que, nesta espécie de “Internacional Capitalista”, as propostas de “determinismo local” de Lyotard não seriam bem-vindas. Note a importância dada à “coesão social” em um dos documentos deliberados em 2021:

A perturbação econômica e social criada pela pandemia de COVID-19 é severa. Vidas e meios de subsistência perdidos, pobreza e desigualdade estão crescendo em todos os países da Terra. Movimentos sociais tais como o Black Livers Mttter trouxeram atenção para as injustiças sistêmicas por nossas sociedades. Os efeitos compostos por diferentes crises apresentam uma **séria ameaça à coesão social e à cooperação global**, estabelecendo potencialmente um círculo vicioso de aflição econômica e agitação social.

(...)

A resiliência de uma sociedade depende de **altos níveis de coesão social**. Em um tempo no qual questões econômicas e sociais estão se agravando e a vulnerabilidade dos indivíduos está crescendo, uma abordagem para **o futuro necessita ser coesiva ao invés de divisionista**.

(...)

Ação coletiva e coletivismo, diálogo, participação diversidade e consciência social e educação sobre as causas enraizadas da desigualdade, foram todas vistas como centrais para encorajar a coesão social. Além disso, o papel da religião e sua influência na construção da coesão social não devem ser subestimadas.

(WORLD ECONOMIC FORUM, 2021, p. 3, grifos e tradução nossos)

Os frequentadores do Fórum precisam continuar utilizando os grandes discursos, legitimados certamente por uma filosofia e impulsionados por seus meios de comunicação e instituições, para convencer sobre o caminho correto para o “desenvolvimento da riqueza” em nossa sociedade. Afinal, é preciso administrar as empresas, produzir e lucrar, influenciar os políticos. Para isso, os capitalistas dependem de certa “unanimidade possível de mentalidades racionais” que gere coesão social na hierarquia da divisão social do trabalho, de alto à baixo. Para

o Fórum Econômico Mundial, para atingir o “alto nível de coesão social” é necessário diálogo, coletivismo, participação, consciência social e educação. Até a religião pode cumprir uma influência importante nesse processo.

Portanto, o “determinismo local” só é atraente para quem não tem, a partir da sua realidade material, a necessidade imediata de grandes objetivos. A burguesia está no topo da hierarquia do modo de produção, precisa tê-los. Como falamos antes, os grandes objetivos ligados à emancipação e ao comunismo foram traídos, movimento que já se iniciou na primeira metade do século XX. A teoria lyotardiana da “pragmática das partículas de linguagem” pôde então ocupar um vácuo teórico deixado pelas traições de dirigentes que se diziam representantes da massa trabalhadora. Mas o burguês não pode se dar ao luxo de pensar o “local”, exatamente porque o mercado é mundial. Pelo contrário, ele precisa incessantemente buscar coesão social rompendo as fronteiras nacionais, mesmo que para isso tenha que patrocinar ou fomentar algum “discurso de legitimação”.

É pois um **outro modelo da sociedade** (e uma outra idéia da função do saber que nela se pode produzir e dela se adquirir) que guia o marxismo. Este modelo origina-se nas lutas que acompanham o cerco das sociedades civis tradicionais pelo capitalismo. **Não se trata aqui de seguir os périplos que são a matéria da história social, política e ideológica de mais de um século. Basta lembrar o balanço que dela se pode fazer hoje**, pois seu destino é conhecido: nos países de gestão **liberal** ou liberal avançada, a transformação destas lutas e dos seus órgãos em reguladores do sistema; nos países comunistas, o retorno, em nome do próprio marxismo, do modelo totalizante e de seus efeitos totalitários, tendo sido as lutas em questão simplesmente privadas do direito à existência. (LYOTARD, 2009, p. 22, grifos nossos)

Lyotard considera que o marxismo é guiado por um “modelo”. Contra um suposto modelo “liberal”, haveria um “modelo” marxista. Essa afirmação demonstra a crassa ignorância do autor com relação ao socialismo científico – nome dado por Engels (1999, 2015) à teoria que desenvolveu com Marx. O marxismo foi, em sua constituição, pelo contrário, uma resposta crítica aos projetos utópicos de sociedade (PETITFILS, 1978), uma teoria contra a própria lógica de modelo. O pensamento socialista da época criticava a sociedade burguesa a partir de projetos ético-morais com inspiração iluminista. Denunciava-se as mazelas e injustiças, mas logo se passava a construção de modelos ideais.

Em seguida, Lyotard diz que “não se trata de uma questão de história social”, mas do “balanço que se pode fazer dela hoje”. Bem, se no liberalismo as lutas dos trabalhadores levaram à regulação do sistema, e nos “países comunistas” se desenvolveram em um totalitarismo que

inibiu suas próprias lutas, Lyotard deve pensar que chegou a hora pensarmos alternativas ao liberalismo e ao comunismo. Voilá!

Mesmo quando suas regras mudam e inovações se produzem, mesmo quando suas disfunções, como **as greves**, as crises, o desemprego ou as **revoluções políticas** podem fazer acreditar numa alternativa e levantar esperanças, não se trata senão de **rearranjos internos** e seu resultado só pode ser a **melhoria da “vida” do sistema**, sendo a entropia a única alternativa a este aperfeiçoamento das performances, isto é, **o declínio**. (LYOTARD, 2009, p. 21, grifos nossos)

Na posição filosófica supostamente progressista esconde-se um pensamento reacionário e niilista. Veja como o autor coloca as greves de trabalhadores e revoluções políticas como parte do “declínio”, uma das muitas formas de “rearranjos internos” que melhoram o próprio sistema. A atitude de Lyotard é, perdoe-nos pela expressão, “jogar fora a água suja do banho do bebê junto com o próprio bebê”. Se diversas experiências práticas de luta e poder dos trabalhadores, influenciadas pelo marxismo, foram sucedidas por massacres, derrotas e traições, o problema deve estar, obviamente, no próprio projeto universalista do marxista com seus grandes relatos e objetivos. Em última instância, mesmo sem dizer isso diretamente, podemos concluir que Lyotard vê no próprio processo de organização dos trabalhadores um perigo, pois essas lutas costumam afluir para um melhoramento dos mecanismos do sistema que os domina.

Reconhecendo a fatualidade da ideia de que as lutas organizadas dos trabalhadores acabam fortalecendo os próprios adversários contra quais elas se levantam, trataremos a seguinte ideia de Marx que se mantém atual:

Em contrapartida, as revoluções proletárias como as do século XIX encontram-se em constante autocrítica, interrompem continuamente a sua própria marcha, retornam ao que aparentemente conseguiram realizar para começar tudo de novo, zombam de modo cruel e minucioso de todas as meias medidas, das debilidades e dos aspectos deploráveis das suas primeiras tentativas, **parecem jogar o seu adversário por terra somente para que ele sugue dela novas forças e se reerga diante delas em proporções ainda mais gigantescas**, recuam repetidamente ante a enormidade ainda difusa dos seus próprios objetivos **até que se produza a situação que inviabiliza qualquer retorno (...)**. (MARX, 2011a, p. 30, grifos nossos)

Ou seja, as lutas de classe contra classe, que, sim, aperfeiçoam, em certa medida, o mecanismo de opressão, e na maioria das vezes terminam em derrotas para os trabalhadores, são parte de um caminho que precisa ser percorrido para que esse mecanismo seja desmontado. Há

um aprendizado ao longo das lutas que, a certo tempo, torna impossível qualquer retorno a condição anterior ao início delas.

Falamos tanto da análise de Lyotard pois ela influenciou fortemente outros dois grandes autores: Jacques Derrida e Michel Foucault. Segundo Corker e Shakespeare (2002, p. 5), a perspectiva derridiana da deficiência argumenta que a normatividade precisa da deficiência para sua própria definição de “normal”, pois uma pessoa sem lesões/barreiras só pode se definir como “normal” em oposição ao que não seria o normal. A normatividade, então, configura-se como uma categoria privilegiada, e a deficiência como um derivado do “natural”. Sendo assim, há um jogo de presença e ausência que forma uma suplementaridade. Para Derrida, o procedimento analítico capaz de mostrar o implícito na oposição binária é a “desconstrução” (MISKOLCI, 2009, p. 153).

O SIGNIFICANTE E A VERDADE

A racionalidade – mas talvez fosse preciso abandonar esta palavra, pela razão que aparecerá no final desta frase –, que comanda a escritura assim ampliada e radicalizada, não é mais nascida de um logos e inaugura a destruição, não a demolição mas a des-sedimentação, a desconstrução de rodas as significações que brotam da significação de logos. Em especial a **significação de verdade**. (DERRIDA, 1973, p. 13, grifos nossos)

Os **movimentos de desconstrução** não solicitam as estruturas do fora. Só são possíveis e eficazes, só ajustam **seus golpes** se habitam **estas estruturas**. Se as habitam de uma certa maneira, pois sempre se habita, e principalmente quando nem se suspeita disso. Operando necessariamente do **interior**, emprestando da estrutura antiga todos os **recursos estratégicos e econômicos de subversão**, emprestando-os estruturalmente, isto é, sem poder isolar seus elementos e seus átomos, o empreendimento de desconstrução é sempre, de um certo modo, arrebatado pelo seu próprio trabalho. (DERRIDA, 1973, p. 30, grifos nossos)

No primeiro trecho trazemos destaque à defesa do autor de uma “razão” que “inaugura a destruição”, e de que a palavra “racionalidade” deve ser abandonada. Ao final, ele relaciona a “desconstrução” à “significação de verdade”. No segundo trecho, fala-se de “movimentos” e de “golpes” de desconstrução que habitam as estruturas, agindo no interior das mesmas. Bem, mas quais seriam estas estruturas? Uma escola? Um presídio? Uma família? Um governo? Qualquer uma? Todas elas? Além disso, deve-se agir sozinho, em grupo? Mas nada a respeito é dito, apenas afirma-se que o “empreendimento de desconstrução” é sempre “arrebatado pelo seu próprio trabalho”. Então, se o trabalho do movimento de desconstrução é subverter, podemos inferir que a desconstrução subverte a si mesma. Derrida propõe o “empreendimento da desconstrução” praticando a desconstrução do seu próprio texto.

Para trazer a visão de Michel Foucault, falaremos da sua concepção de “poder” abordando diretamente a obra *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (1998).

Dizendo poder, não quero significar "o Poder", como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma da regra. Enfim, **não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro** e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como **a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte;** os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. A condição de possibilidade do poder, em todo caso, o ponto de vista que permite tornar seu exercício inteligível até em seus efeitos mais "periféricos" e, também, enseja empregar seus mecanismos como chave de inteligibilidade do campo social, não deve ser procurada na existência primeira de um ponto central, num foco único de soberania de onde partiriam formas derivadas e descendentes; é o suporte móvel das correlações de força que, devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis. Onipresença do poder: não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas **porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte;** não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E "o" poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto-reprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apoia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las. Sem dúvida, devemos ser nominalista: o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o **nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.** (...) **As grandes dominações** são efeitos hegemônicos continuamente sustentados pela intensidade de todos estes afrontamentos. (FOUCAULT, 1998, pp. 88, 89, grifos nossos)

O poder é múltiplo, criado através de enfrentamentos incessantes; é um nome dado a uma situação estratégica complexa. Quanto às grandes dominações, elas são fruto de “efeitos hegemônicos continuamente sustentados pela intensidade de todos estes afrontamentos”. Para Tremain (2002, p. 44), a afirmação foucaultiana de que o poder está em todos os lugares e que também vem de todos os lugares, gera pouco incentivo para movimentos sociais dos deficientes. Ele perde completamente a noção de que esses poderes existem a partir de uma condensação fundamental dos mesmos: o Estado (OSÓRIO, 2019, p. 35). Mas iremos além, pois hoje vemos sim o engajamento ativista de muitos autores inspirados nas conclusões de Foucault. Esse engajamento está previsto nesta própria obra.

Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa — alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim **resistências, no**

plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, **não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder**. Mas isso não quer dizer que sejam apenas subproduto das mesmas, sua marca em negativo, formando, por oposição à dominação essencial, um reverso inteiramente passivo, **fadado à infinita derrota**. As resistências não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos; mas não é por isso que sejam ilusão, ou promessa necessariamente desrespeitada. Elas são o **outro termo nas relações de poder**; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irredutível. Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, **os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço**, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento. Grandes rupturas radicais, divisões binárias e maciças? Às vezes. É mais comum, entretanto, serem **pontos de resistência móveis e transitórios**, que introduzem na sociedade **clivagens que se deslocam**, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irredutíveis. (FOUCAULT, 1998, pp. 91, 92, grifos nossos)

Focos de resistência com “mais ou menos densidade”, como “pontos móveis e transitórios” e que introduzem “clivagens que se deslocam”. Entretanto, as resistências, no plural, não estão necessariamente fadadas “à infinita derrota” por existirem em um “campo estratégico das relações de poder”. As resistências são, portanto: (1) possíveis, (2) necessárias, (2) improváveis, (3) espontâneas, (4) selvagens, (5) solitárias, (6) planejadas, (7) arrastadas, (8) violentas, (9) irreconciliáveis, (10) prontas ao compromisso, (11) interessadas ou (12) fadadas ao sacrifício. A resistência, portanto, é um “outro termo nas relações de poder”. Para onde o traçado de regiões irredutíveis nos “corpos e almas” e os rompimentos que suscitam agrupamentos levaria os movimentos sociais e suas reivindicações, não sabemos. O que podemos afirmar é que, nessa visão, a relação entre classe capitalista e classe assalariada é mais uma entre várias “relações de poder” possíveis.

A política como continuação da luta econômica entre duas classes, que se digladiam na disputa pelo excedente da produção capitalista, foi substituída por visões que não só são diferentes desta, mas que a combatem. Para Foucault,

“o poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis;” (FOUCAULT, 1998, p. 89)

Se o poder não se adquire e não tem vínculo institucional, para que “tomar o poder”, “expropriar a burguesia”, “coletivizar os meios de produção”, “construir o comunismo”? Baseadas em metanarrativas, essas ideias carregariam a crença iluminista e ingênua de progresso social. O insucesso da União Soviética e das opressões que se reproduziram em seu interior seria a prova “viva” de que a modernidade desmoronou e que vivemos em tempos “pós-modernos”.

Para Rodrigues (2006, p. 211), o pensamento foucaultiano entorpece as forças vivas de contestação à ordem social burguesa mais do que as fortalece. Dissipa-as. Em obras que denunciam a manipulação da loucura, da morte, do conhecimento sobre os homens, da delinquência e do sexo, a racionalidade é esgotada através de uma inteligência fechada em si mesma, enquanto classifica o real ora como *epistemês*, ora como técnicas de poder, ou ainda como formas de experimentar o sexo e cuidar de si.

O pós-estruturalismo francês foi fundamental para o desenvolvimento de uma teoria que vem sendo difundida nas universidades e que se conecta diretamente com os movimentos de deficientes: a Teoria Queer. As duas obras que trouxemos acima, *História da Sexualidade* (1998) e *Gramatologia* (1973) foram fundamentais no seu desenvolvimento (MISKOLCI, 2009, p. 152).

A Teoria Queer surgiu na segunda metade da década de 1980, nos Estados Unidos, a partir do campo Estudos Culturais – um campo desenvolvido em oposição ao marxismo, no contexto acadêmico britânico (MISKOLCI, 2009, p. 159). Ela foi nomeada assim primeira vez em uma conferência ocorrida em fevereiro de 1990, ministrada pela professora Teresa de Lauretis, da Universidade da Califórnia (MISKOLCI, 2009, p. 151), e ganhou notoriedade como um contraponto crítico aos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e à política identitária dos movimentos sociais.

O próprio nome “*queer*” é uma provocação, pois significa em países de língua inglesa um xingamento que denota anormalidade, desvio, perversão, colocando em primeira linha os considerados estranhos à própria sociedade em que fazem parte. Portanto, a Teoria Queer se impõe um compromisso de desenvolver uma análise da normalidade (MISKOLCI, 2009, p. 150). A Teoria Queer, assim como o campo “estudos pós-coloniais”, ambos oriundos dos Estudos Culturais, coloca como impossível para o “sujeito subalterno” articular sua própria posição dentro de uma análise marxista da história. Judith Butler, filósofa pós-estruturalista é considerada uma das fundadoras dessa teoria devido a sua obra “*Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*” (BUTLER, 2006). A partir do conceito de foucaultiano de “corpo dócil”, Judith Butler desenvolveu a noção de performatividade (LOURO, 2001, p. 548). Segundo Corker e Shakespeare (2002b, p. 13), a teoria de Butler defende que são os agentes sociais que constroem a realidade a partir de suas práticas sociais, construídas por rituais e discursos, e que a categoria universal do corpo moderno foi substituída pela pluralidade de corpos pós-modernos, que devem

realizar uma subversão criativa da ordem existente. A autora nega a tática da rebelião coletiva, que para ela pertence ao corpo/política dos anos 1970.

A prioridade na análise da sociedade foi deslocada das categorias de classe, trabalho e divisão sexual do trabalho para as “constelações transversais”, como corpo, sexualidade, raça, nacionalidade, língua, linguagem, estilo, etc. (MISKOLCI, 2009, p. 159). A partir da Teoria Queer surgirá a Teoria Crip, de Robert McRuer, como um desdobramento dela voltado ao campo dos Estudos Sobre Deficiência (MCRUER, 2018). Para o autor, fortemente influenciado pela ideia foucaultiana da “resistência” e que declara possuir “simpatia fundamental às políticas pós-identitárias” (MCRUER, 2018, p. 202), trata-se de identificar as “alternativas ao capitalismo que já existem e estão atualmente em construção.” (MCRUER, 2018, p. 16, tradução nossa).

Em suma, para as teorias pós-modernas, o empreendimento racional iluminista, assim como as tentativas impulsionadas pelo marxismo de realizar a emancipação humana universal através da intervenção ativa e partidária dos comunistas na luta de classes, são elementos que contribuem para reproduzir a opressão, ou, na melhor das hipóteses, fadados ou já peças de museu. Thomas (2002) diz que para o pós-modernismo “todo fenômeno social, incluindo a deficiência (*disability*) e o prejuízo (*impairment*) deveria ser compreendido como sendo tecido através, e a partir, das ideias culturais e práticas discursivas:”, e conclui “não existe “realidade” independente das ideias a respeito dela.” (THOMAS, 2002, p. 49). Na busca por rejeitar o racionalismo e as ideias modernistas dualistas, o pós-modernismo tem a tendência a abraçar um tipo de idealismo que busca nega o elemento material da realidade.

A realidade parece ser melhor compreendida pela perspectiva dos elementos de linguagem (LYOTARD, 2009), dos discursos e do biopoder (FOUCAULT, 1998), da performatividade (BUTLER, 2006), entre diversas outras teorias que surgem permanentemente. Se antes eram vistos como irracionais aqueles que se identificavam com um pensamento do tipo conservador, de “direita”, que criticavam a razão por ela se colocar como inimiga da família, do Estado, do sangue, do solo, não tardará para ficar evidente que muitos dos que se identificam como “esquerda” se aproximaram do irracionalismo, inspirados em tendências desenvolvidas na Europa (ROUANET, 1987, p. 124) e, mais recentemente, nos Estados Unidos (CORKER; SHAKESPEARE, 2002a).

As revoluções ou revoltas de 1968 marcaram uma ascensão do movimento operário internacional, mas ela não durou muito. A crítica do movimento de 1968 com relação ao

capitalismo e à centralização burocrática dos partidos comunistas foi longe, atingindo a própria ideia de emancipação a ser empreendida pelo proletariado revolucionário. Cresceu o “marxismo acadêmico”, muito mais próximo da sociologia do que da tradição marxista de construir partidos comunistas e intervir diretamente no movimento operário. Teoria e prática se dissociam e o capitalismo entrou no rol de problemas epistemológicos. Com a razão indo da ofensiva para a defensiva, diversos intelectuais, movimentos sociais e partidos políticos passaram a recusar a teoria como um instrumento para a ação, fantasiando tanto a prática “pura”, espontânea, quanto teorias que colocam uma rebelião organizada como historicamente ultrapassado. O momento político mais importante passou a ser o agora e a esperança na rebelião espontânea a resposta para todas as decepções das experiências “socialistas”.

Segundo Rouanet (1987, p. 125), o pragmatismo se tornou, por excelência, a filosofia da ação. E esse pragmatismo se manifesta repetidamente em algumas teorias sobre “opressões”. Autores como Abberley (2002, p. 136) dizem que há “pontos de vista” de diversos grupos sociais que devem ser levados em conta, como os dos deficientes que não ingressam no mercado da força de trabalho. Nesse sentido, se a ação política de diversos grupos na sociedade se baseia nos seus pontos de vista, reunidos em torno de uma identidade explícita ou não, alguns oprimidos e outros não, pensar o mundo exclusivamente pelo olhar da classe trabalhadora seria tratar apenas de “um” grupo oprimido, portanto, ignorar a complexidade do mundo. Na pior das hipóteses, seria apagar todos os outros.

Os teóricos da pós-modernidade apoiam suas teorias principalmente no fato de que a sociedade que tanto fomenta o “progresso” demonstra-se incapaz de progredir, e que os grupos apoiados em teorias que propõe organizar os trabalhadores para a “emancipação universal” foram incapazes de levá-la até o fim quando tiveram a(s) chance(s). As teorias pós-modernas certamente não são as ideias dominantes em nossa época. Pelo contrário, elas tendem tanto a quererem incendiar qualquer ideia dominante, que incendiariam a si próprias caso isso ocorresse. Sendo assim, a burguesia pode até se apropriar de partes dos seus discursos, fazer de alguns acadêmicos celebridades momentâneas na sua imprensa, mas como a raiz das formulações pós-modernas é a negação do progresso histórico em geral, coisa que a burguesia não pode fazer pois precisa se apresentar como a classe que está grávida de um futuro melhor para a humanidade, essa apropriação é pontual. O identitarismo e a luta por direitos dentro do campo legal se encaixam melhor em seus planos.

Os debates que colocam no centro da discussão sobre a mudança da sociedade temas como poder, discursos, narrativas, feminismo, deficiência, performances, saber, linguagem etc. não alcançaram as massas ao longo das últimas décadas. Bem, tampouco podemos encontrar hoje amplos debates sobre marxismo e luta de classes, principalmente no movimento operário. As forças do marxismo estão reduzidas a uma pequena minoria, menor ainda nos meios intelectuais e universitários. Contudo, na medida em que a classe operária se distanciou do marxismo, ela não encontrou um vácuo teórico, e sim os caminhos apontados pela própria burguesia, caminhos que dizem respeito à ascensão social, que flertam com a “inclusão social”, que circulam em torno do sonho da transformação do “trabalhador” em “empregador”. Todos eles fadados ao fracasso.

É principalmente nas universidades que as teorias pós-modernas encontram base para difusão. Elas se sustentam pela defesa de que é preciso encontrar “novos caminhos” para a luta dos oprimidos, apresentando junto a isso novidades teóricas e pesquisas para caracterizar quem seriam estes oprimidos. Como falamos anteriormente, a própria ideia de “pós-modernismo”, como um todo unificado, é frágil, visto que os críticos da modernidade se atomizam em torno de diversos autores, departamentos e projetos. Contudo, podemos afirmar, sem receio de polêmica, que pós-modernismo e marxismo são inconciliáveis, inclusive para se pensar a deficiência ou a luta de qualquer grupo que queira organizar movimentos reivindicatórios, sejam eles permanentes ou não. A inspiração marxista para a fundação da UPIAS, por exemplo, foi apenas uma inspiração, e minoritária.

Consideramos, portanto, que as teorias pós-modernas tentam explicar a consciência dos indivíduos não pelas contradições da vida material, ou seja, pelo conflito entre forças produtivas e as relações sociais de produção (MARX, 2008, p. 48), mas por cima da própria vida material – e até mesmo apesar dela. Sustentamos a mesma conclusão que chegou Marx, a de que “a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política” (MARX, 2008, p. 47).

4.3. Deficiência e emancipação

Como destacamos, as questões políticas e teóricas sobre a deficiência criaram debates entre correntes e pensadores, não necessariamente convergentes. Nesse bojo, desenvolveu-se, em meados do século XX, e em constante diálogo com o ativismo político, um campo teórico

chamado Estudos Sobre Deficiência (*disability studies*), que hoje se concentra sua atuação em pesquisas dentro das universidades e é hegemônico por autores adeptos às “teorias pós-modernas”. Mesmo nelas concentrado, ele é o principal centro de influência no modo como o ativismo sobre a deficiência se organiza e age.

Iremos agora realizar diálogos com algumas compreensões sobre o marxismo de autores relevantes para esse campo e influenciados pelas teorias pós-modernas. Em seguida, demonstraremos como as reivindicações relacionadas aos deficientes e suas lutas por bem-estar e participação nas decisões da sociedade são irrealizáveis em um modo de produção baseado na geração de riqueza abstrata, capital.

Vemos desde meados do século XX, com o surgimento de legislações de “direitos dos deficientes”, que elas garantem apenas no papel acesso a serviços, ou, quando o propicia na prática, demandam uma verdadeira prova de resistência que envolve procedimentos burocráticos diversos e, em muitos casos, a judicialização, restrita a quem pode arcar com custos “emocionais” e financeiros da justiça. Essa realidade não é exclusiva dos deficientes, mas os atingem de maneira mais incisiva, formando um tipo particular de opressão. Da mesma maneira, atinge as mulheres: após a lei obrigar que homens e mulheres recebessem pagamento salarial igualitário, pesquisas mostram que os delas são, em média, 21% inferior ao dos homens (SLORACH, 2021, p. 250), o que significa que a opressão tanto dos deficientes quanto das mulheres está profundamente enraizada, e que as leis são incapazes de transformar substancialmente essa situação.

Mas há períodos em que as raízes da opressão parecem saltar da terra. Durante o acirramento da luta de classes vemos se formar “festivais dos oprimidos” (SLORACH, 2021, p. 251). Foram imigrantes que compuseram a liderança do movimento cartista na Grã-Bretanha (Chartists)³⁸ e o sindicalismo revolucionário nos EUA (*Wobblies*). Mulheres e judeus foram eleitos para as mais altas funções durante a Revolução Russa de 1917, décadas a frente dos países industrialmente avançados. Alguns anos após a Revolução Russa incendiar a Europa, no Reino Unido, deficientes fundaram a Liga Nacional de Cegos e Deficientes (NLBD) e se filiaram como

³⁸ O cartismo marca a entrada em cena da classe trabalhadora como movimento de massas. Ocorrido na Inglaterra entre as décadas de 30 e 40 do século XIX e composto basicamente por operários fabris, assembleias aprovavam cartas que eram enviadas ao parlamento inglês com reivindicações como sufrágio universal masculino, voto secreto, eleição anual etc.

sindicato ao Congresso Sindical Nacional que ocorreu em 1920. A UPIAS (*Union of the Physically Impaired Against Segregation*), organização que considerava mudanças legislativas extremamente limitadas e defendia a modificação da sociedade como um todo, surgiu após intensa agitação grevista causada por ações de governos conservadores e em um contexto de declínio do desenvolvimento econômico no pós-guerra. A participação de veteranos da guerra do Vietnã como parte do movimento de deficientes e em um ambiente com o espírito das revoluções de 1968 ainda latente, gerou intensas mobilizações nos EUA e impulsionam a fundação da *Disabled People's International* (DPI).

Estes foram apenas alguns exemplos, alguns já tratados aqui, mas que reafirmam a ideia de que a luta dos oprimidos tem uma ligação orgânica com a luta dos trabalhadores, sendo por esta última impulsionada. Quando os trabalhadores ganham confiança e organizam-se, os movimentos sociais como um todo também ganham. Consequentemente, se os trabalhadores passam por um período de derrotas e desorganização, os deficientes sofrem impactos negativos em termos de direitos e acesso a serviços. Consideramos que a dinâmica entre trabalhadores e deficientes opera com a força de uma “lei” em nossa sociedade: não há vitória significativa em termos de direitos dos deficientes se o período de suas lutas não coincidir com um período de vitórias dos trabalhadores.

No entanto, Shelley Tramm, Ph.D em Filosofia pela York University, pesquisadora e autora de diversas publicações sobre biopolítica, feminismo e deficiência, considera que

(...) o prejuízo (*impairment*) e sua materialidade são efeitos naturalizados do saber-poder disciplinar. (...) Os leitores deveriam notar que eu chamo atenção para a simultaneidade histórica da emergência do *prejuízo natural* e do *sexo natural* como **objetos discursivos**. Com o fim de mostrar como a **forma de poder** identificada por Foucault naturaliza e materializa objetos, eu traço uma genealogia de práticas em vários domínios particulares (biologia, psicologia clínica, médico cirúrgico e feminismo) que produzem dois sexos “naturais”. (TREMMAIN, 2002, p. 34, tradução e grifos nossos)

Para ela, a materialidade do prejuízo (*impairment* – nome que se refere à lesões/alterações orgânicas) pode ser explicada como um efeito naturalizado do “saber-poder disciplinar”. Por exemplo, quando alguém trata um deficiente como um incapaz “natural” ou uma mulher como uma dona-de-casa “natural”, isso seria fruto de uma “forma de poder” disciplinar e de “objetos discursivos”.

A causa dessa realidade, para a autora, não está na situação da luta de classes ou na economia, ou como ambas impulsionam certas reivindicações em detrimento de outras e oprimem um ou outro grupo específico, a depender da força e organização dos envolvidos. Ela estaria, na verdade, nas práticas de “domínios particulares” do conhecimento, como biologia, medicina, feminismo, psicologia, etc., que “produzem” a naturalização pelos discursos. A história destas práticas, no entanto, dá-nos a impressão de transcorrer como se desdobrassem em um oceano sem ondas e tempestades, onde seriam produzidos certos “objetos discursivos” inter cruzados.

A questão do sexo e da própria deficiência permaneceu uma questão pré-discursiva, isto é, politicamente neutra. Quando reconhecemos que essa questão é um efeito de condições históricas e relações contingentes de poder, no entanto, podemos começar a identificar e resistir àqueles que as materializaram. (TREMAIN, 2002, p. 34, tradução nossa)

Diante dos discursos e seus desdobramentos práticos na realidade social, caber-nos-ia reconhecer estes como efeitos de “condições históricas” e de “relações contingentes de poder” para, a partir de uma identificação dos agentes que os materializam, “resistir”. O caminho para resistir, no entanto, não é apontado pela autora.

A falta de apontamento sobre os caminhos para resistir estaria justificada, ao nosso ver, pela compreensão, exposta na mesma obra de Foucault exposta anteriormente, de que os poderes que se centralizam em determinados aparelhos e instituições formaram-se sobre um fundo de “multiplicidade de poderes pré-existentes”³⁹. Mas o que seria o poder? Foucault (1998) o define da seguinte maneira:

“: o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.

(...)

³⁹ “Talvez exista uma razão histórica para isto. As grandes instituições de poder que se desenvolveram na Idade Média — a monarquia, o Estado com seus aparelhos — tomaram impulso sobre um fundo de multiplicidade de poderes preexistentes e, até certo ponto, contra eles: poderes densos, intrincados, conflituosos, ligados à dominação direta ou indireta sobre a terra, à posse das armas, à servidão, aos laços de suzerania e vassalagem. Se elas conseguiram se implantar, se souberam fazer-se aceitar, beneficiando-se de uma série de alianças táticas, é porque se apresentaram como instâncias de regulação, de arbitragem, de delimitação, como maneira de introduzir ordem entre esses poderes, de fixar um princípio para mitigá-los, e distribuí-los de acordo com fronteiras e hierarquia estabelecidas.” (FOUCAULT, 1998, p. 83)

O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares.

(...)

o poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis;

(...)

não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados, dualidade que repercute de alto a baixo e sobre grupos cada vez mais restritos até as profundezas do corpo social. Deve-se, ao contrário, supor que as correlações de força múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social.” (FOUCAULT, 1998, pp. 88-89)

Tendo isso em mente, onde se localizariam historicamente as organizações políticas “dos deficientes”? Caberia aos deficientes resistir como oprimidos, direcionar-se a algum tipo de poder como uma classe, um Estado? Para Foucault, o mais sensato parece ser encontrar um espaço numa sociedade onde o poder é múltiplo, resistir a certos discursos, inclusive ao que coloca a “dualidade” “dominadores” e “dominados”; exatamente para evitar contribuir com aos “amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social”. É evidente que as ideias de Foucault não estimulam, ou levam à confusão, todos aqueles que se interessarem em construir qualquer instrumento político com reivindicações organizadas daqueles que “estão em baixo” na sociedade de classes.

Ora, pois, se a “sociedade disciplinar” (FOUCAULT, 2014) cria uma dominação fundada na intensidade dos afrontamentos de poder (FOUCAULT, 1998, pp. 88), organizar forças dos “dominados” para reivindicar algo a alguma instituição que “domina”, ou para reivindicar algo aos “dominadores” não seria ratificar e intensificar estes afrontamentos, portanto, a própria dominação? O conceito de poder como sendo aquilo que é construído “de baixo” ou presumindo um “enfrentamento perpétuo” (MAIA, 1995, p. 87) é radicalmente distinto daquele que trazemos por nossa análise, no qual ele é mantido pela classe capitalista por ser ela a proprietária do capital e ter no Estado, com sua constituição que defende a propriedade privada, seu ponto de apoio mais importante.

Na melhor das hipóteses, a teoria de Foucault como apoio para a organização política leva para um lugar secundário o Estado e as classes sociais, como se fossem desdobramentos, em grande escala, da existência de poder/poderes que “se exerce [m] de inúmeros pontos” e “provém

de todos os lugares” (FOUCAULT, 1998, pp. 88-89). O Estado, nessa acepção, não é a materialização do poder político de uma classe sobre outra, mas sim o resultado de uma “situação estratégica” determinada que envolve, também, as classes, e que não é por nenhuma delas determinada em maior ou menor grau.

Se para Marx e Engels a história da humanidade até então se encaixa no registro da luta de classes (MARX; ENGELS, 1998), para Foucault ela estaria no das relações de poder. Obviamente podemos dizer que a luta de classes é uma “relação de poder”, e há pesquisadores que relacionam Marx e Foucault, com bastante coragem. No entanto, para fazer isso teríamos que construir ideias de uma maneira eclética, pouco rigorosa com cada um dos dois, pois tanto os métodos quanto as conclusões dos dois autores partem de uma base epistemológica distinta. Marx está para a dialética de Hegel, apesar de tê-la transformado em algo próprio, como Foucault está para o idealismo de Kant.

Para alguns autores, é insuficiente propor ou pensar uma nova teoria de poder para tentar dar conta de novos desafios políticos que se apresentam aos movimentos de deficientes: é preciso mostrar que o marxismo está ultrapassado ou que sempre foi uma força que contribuiu com a manutenção da sociedade do jeito como ela está. E tentam fazer isso indo além da demonstração comum de que socialismo e autoritarismo andam de mãos dadas, mas mostrando que a teoria marxista seria um agente ativo do processo de “normalização” do corpo e dos indivíduos. Citando O Capital, Lennard J. Davis (2013) afirma:

Então, para Marx, pode-se dividir o dia coletivo de trabalho de um largo número de trabalhadores de acordo com “um dia de trabalho social médio”. (...), Marx postulou um trabalhador médio, e destas conclusões sobre o relacionamento entre média e a riqueza e pobreza extremas, está fundada a sociedade. Então, Marx desenvolve seu conceito crucial de “trabalho abstrato”.

Nós não tendemos a pensar em progressistas como Marx como amarrados ao movimento liderado por homens de negócio, mas **é igualmente verdade que Marx é inimaginável sem a tendência para contemplar humanos médios** e pensar sobre sua relação abstrata ao trabalho, salários, e assim por diante. Nesse sentido, o pensamento marxista nos encoraja a impor a normalidade no sentido de que os desvios na sociedade, em termos de distribuição de riqueza, por exemplo, devem ser minimizados. (DAVIS, 2013, p. 5, grifos nossos)

Pode ser estranho para o autor a abstração proposta por Marx, mas Davis comete um grave erro ao dizer que estimar um “dia de trabalho social médio” ou um “humano médio” a partir da abstração de uma “média” de toda a produção de valores pelo trabalho na sociedade significa “contemplar humanos médios”. E se, por exemplo, somarmos o montante de todos os

salários dos brasileiros e dividirmos pela quantidade de trabalhadores assalariados existentes? Descobrir que o salário médio do brasileiro é de R\$3.000 não implica em: contemplar o salário médio, minimizar a miséria salarial da grande maioria ou a ausência de rendimentos para uma parcela da população, considerar que o salário médio é o suficiente para viver bem, defender que todos devem receber R\$3.000, entre outras coisas.

Caso um novo invento técnico, em qualquer setor na produção, faça com que o “trabalhador médio” aumente expressivamente sua produtividade, tampouco significará que quem reconhece esse fato defende automaticamente que todos os trabalhadores devem se aproximar da produtividade do “trabalhador médio”, e que todas as empresas devem se adequar ao novo contexto. Estamos falando de uma média social, não individual. Davis (2013) afirma, com precisão, que Marx desenvolve o conceito de “trabalho abstrato”, mas incompreende que Marx está falando de um trabalhador também “abstrato” quando se refere a média. Na mesma obra, Davis vai de mal a pior: associa o estudo realizado em *O Capital* às utopias de melhoramento social, dizendo que ele ajudaria a legitimar experimentos nazistas (DAVIS, 2013, p. 6).

Eis um exemplo claro de quando a estreiteza na compreensão do que é criticado, o que de uma forma ou de outra todos estamos susceptíveis, precisa se esconder atrás da desonestidade intelectual ao se buscar deslegitimar o outro autor por acusações desse tipo. Que monstro daria atenção para uma teoria que “legitima” o nazismo? Mas se o nazismo se apropriou de Marx, de Newton ou de Kant, foi independentemente de todos estes, que não viveram o suficiente para ver como o nazismo utilizou o conhecimento científico disponível. Então se hoje a universidade está repleta de artigos que articulam Heidegger a Foucault e se temos em mente que Heidegger foi um declarado apoiador do nazismo, devemos associar a obra de ambos a Hitler? Não vamos mais nos alongar nessa história.

A teoria de Marx sobre o capitalismo desenvolveu uma ligação imperativa entre produção de riquezas e um padrão médio exigido/desenvolvido de “habilidade, eficiência e celeridade” (MARX, 2013, l. 351/1493). O fato desse padrão ser base para a preparação da força de trabalho, ideia que já elaboramos, nos ajuda entender o que é requisitado aos despossuídos para que lhes seja garantido o direito de existir como “produtivos” em nossa sociedade. Isto é, entender o que é requisitado à maioria da população faz-nos entender por que a maioria está largada à própria

sorte. O que é útil para pensarmos, inclusive, toda a problemática que envolve deficiência, incapacidade, lesão, discriminação, barreiras etc.

Concluir que os indivíduos necessitam se adaptar para fornecer força de trabalho em “qualidade normal” (MARX, 2013, l. 351/1493) caso queiram viver, isto é, precisam atender a uma demanda geral por força de trabalho nas empresas baseados nas “necessidades médias de valorização do capital” (MARX, 2013, l. 857/1493), faria a teoria marxista ser uma teoria “defensora da média”?

Abberley (2002, p. 128) vai afirmar que o “modelo da pertença social pelo trabalho”, referindo-se claramente ao que entende como marxismo, seria orientado a uma perspectiva de engenharia lógica e genética, aborto e eutanásia (ABBERLEY, 2002, p. 135), e que baseia-se na “esfera masculina da produção de mercadorias” (ABBERLEY, 2002, p. 133). Para ele, a “análise marxista está exclusivamente preocupada com a prevenção e cura da deficiência” (ABBERLEY, 2002, p. 128), e que, por isso, “não é acidental que essa ênfase tenha como consequência a marginalidade das pessoas deficientes com relação a preocupação primária do marxismo com as relações de produção sob o capitalismo.” (ABBERLEY, 2002, p. 128). E segue, dizendo que as perspectivas teóricas do marxismo colocam “ênfase excessiva sobre garantir o bem-estar material” (ABBERLEY, 2002, p. 128).

Abberley vê o interesse do marxismo pelo “material” como sinônimo de interesse no bem-estar proporcionado pelo acesso aos produtos do trabalho, às mercadorias. Essa é uma compreensão do senso comum sobre o que seria o “material”. Para Abberley, então, os marxistas consideram que tudo se resolveria de maneira bem simples: dê dinheiro aos deficientes, e se eles tiverem acesso às mercadorias, estarão com seu bem-estar garantido. O que passa despercebido para ele é que o acesso aos produtos do trabalho, apesar de contribuir, factualmente, para o “bem-estar”, está longe de representar o sentido total de “material” em Marx, que tampouco tem uma definição conceitual como, por exemplo, o conceito de valor ou de trabalho abstrato.

O que veremos em detalhes logo mais é que o modo de produção capitalista é incapaz de gerar diretamente “riqueza material”, seja para deficientes ou não; seu objetivo é gerar riqueza abstrata. Os “interesses materiais” dos indivíduos são aqueles que os impulsionam a estabelecerem entre si relações de produção, distribuição e consumo (MALAGODI, 1988, p. 26). É partindo desses interesses que se erguem as formas de consciência sobre a sociedade. “O modo de produção da *vida material* condiciona o processo de vida social, política e intelectual”

(MARX, 2008, p. 47, grifo nosso). Em suma, limitar o “material” a “mercadorias” é um erro grave de leitura de Marx.

Enquanto se critica o marxismo como base para a eugenia (DAVIS, 1995, l. 49/191), ou coisa pior, as corporações empresariais e seus CEOs tratam da questão do “humano médio” (DAVIS, 2013, p. 5) com total liberdade, sem serem, no entanto, perturbados por realizarem complexos processos seletivos ou escolherem parceiros e fornecedores com total liberdade, construirão gigantescos complexos educacionais como o SESI e Senai ou prezarem sempre a competitividade da empresa. É perfeitamente natural para os possuidores do capital fazerem isso, visto que recursos humanos mais eficientes geram mais lucro. Para Davis (1995), é a branquitude por trás da construção da normalidade que transforma a deficiência em um “problema”, sendo, portanto, a branquitude o real problema (DAVIS, 1995, l. 37/191). Segundo o autor, o marxismo contribuiria com a “normalização do corpo e do indivíduo” (DAVIS, 1995, l. 45/191), que iria em direção a “branquitude”.

Bem, em meio à luta concorrencial, as grandes empresas precisam ser “racionais” na administração dos investimentos em capital variável. Desde que o capitalismo realizou seus primeiros saltos de desenvolvimento, a força humana bruta deixou de ser o único tipo de força interessante, e cada vez mais tipos de trabalho especializado começou a ser requisitado. As empresas realizam, como parte inerente a suas operações, a exclusão do indivíduo fornecedor de força de trabalho que não esteja próximo do que Davis chamou de “humano médio” (DAVIS, 2013, p. 5). Em suma, excluem aqueles que não estejam de acordo com suas metas, aproveitando os estoques oriundos do exército industrial de reserva, assim como o sistema educacional existente para realizar variados tipos de adaptação. A média do “humano médio”, contudo, não é definida pela empresa, seu gestor, nem mesmo por Marx – ao contrário do que acredita Davis –, mas pelo capital.

A origem desse escrutínio humano, dessa “eugenia empresarial” necessária para a participação de determinados capitais no mercado, está em procedimentos imperativos relacionados a sua operação. “(...) a própria ação do homem torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto, um poder que subjuga o homem em vez de por este ser dominado.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 37) Não estamos falando de uma “sociedade insensível”, como diz Corlin Barnes (2013, p. 238), mas de uma sociedade do capital. Qualquer um que estiver no comando das grandes corporações, isto é, das empresas que gerem a maior parcela do comércio

mundial de mercadorias, precisará selecionar a força de trabalho, assim como o consumidor consciente que escolhe bem antes de comprar. Trata-se do custo-benefício.

Qual abuso cometem compradores ao quererem extrair o valor de uso das mercadorias compradas que encontraram disponíveis no mercado, depois de ignorar as mercadorias que não atendem ao valor de uso esperado? O mero reconhecimento dessa dinâmica sistêmica é defender a primazia do “humano médio” (DAVIS, 2013, p. 5)?

O deficiente é posto gradualmente para fora da sociedade ao ter perdido pouco a pouco seus meios de sobrevivência: primeiro foi colocado à margem do processo produtivo pelo avanço do capitalismo a nível mundial, hoje os fundos públicos são retirados dos serviços e auxílios variados. Se há “capacitismo” no capitalismo, é porque há um caráter médio da força de trabalho exigido de qualquer um para que participe do processo produtivo e porque o sistema de tempos em tempos entra em crise e, pela luta de classes, trabalhadores e capitalistas tentam empurrar o “custo” dela um para o outro.

A emancipação política, isto é, o reconhecimento pelo Estado de direitos – individuais ou coletivos – na figura do cidadão abstrato, não resolve o problema. Se como membro de um Estado político, o indivíduo considera-se membro de uma comunidade política e, por isso, é detentor de direitos como qualquer outro, na vida concreta ele só atua como pessoa particular: ora encarando as outras pessoas como um meio, comprando força de trabalho alheia, ora degradando a si como meio vendendo a própria força de trabalho. Na sociedade burguesa o indivíduo é um “joguete na mão de poderes estranhos a ele” (MARX, 2010c, p. 40). A cisão entre uma parte cidadã e outra necessariamente egoísta, faz da emancipação política, assim, uma emancipação parcial (BELTRAME, 2019, p. 199). Nenhum “direito humano” é capaz de transcender a existência do homem egoísta (MARX, 2010c, p. 50).

Reconhecemos a importância da luta por direitos, desdobrados em garantias dadas pelo Estado para milhões de deficientes impossibilitados de acessar as esferas da venda e da compra da força de trabalho. Mas como emancipação parcial, eles estarão sempre ameaçados até o estouro da próxima crise econômica ou de uma retirada à conta-gotas. A dinâmica dos ganhos e perdas de “direitos” mostra que a vida do “gênero humano” na sociedade burguesa é uma “moldura exterior ao indivíduo”: ela enquadra a formação dos laços entre os indivíduos ao atendimento do interesse privado, que é exatamente a manutenção da propriedade e da pessoa egoísta (MARX, 2010c, p. 50).

Como já abordamos, o Estado é construído para garantir a operação da sociedade burguesa, a reprodução do capital. Se, com o fim de proteger essa reprodução, ele destinou em certa época parte do seu aparelho para fornecer garantias mínimas de sobrevivência ou um relativo “bem-estar” para amplas massas, o fez sempre como meio para um fim supremo: a proteção do lucro extra da aristocracia que dá a tônica da produção de valores-capital.

Uma emancipação que seja social, não apenas política, exige a supressão dos fundamentos econômicos da sociedade burguesa, e só estará completa quando o a força social do gênero humano não separar de si mesma a força política (MARX, 2010c, p. 50) e a vida da humanidade não for apenas um meio da vida individual (MARX, 2004, p. 89). O caráter social da atividade humana, no que há nela de mais vital para cada indivíduo singular, aparece hoje como estranho, um poder coisificado, exterior, que o submete (MARX, 2011b, l. 158/1285). Portanto, os ganhos obtidos por associações políticas das mais variadas que reivindicam direitos dos deficientes em nada alteram o fato de que eles precisam se conformar ao poder de governo que o capital é⁴⁰ sobre o trabalho e seus produtos. Todas as grandes estruturas e instituições voltadas ao bem-estar e ao desenvolvimento humano dependem desse poder, de uma maneira ou de outra.

Para que o processo de trabalho passe para o controle dos indivíduos e que seus produtos sejam voltados não à troca no mercado, mas ao desenvolvimento humano e ao bem-estar geral, assim como a forma com que os indivíduos se relacionam se altere, é necessária uma nova estrutura de trabalho social que torne obsoleta a contradição na qual a diminuição do tempo de trabalho necessário para produzir, ao invés de fornecer diretamente tempo livre ou maior quantidade/variedade de produtos, ameaça o produtor com privações e crises gerais cada vez maiores. Segundo Marx (2013, l. 626/1493), a “utilização capitalista da maquinaria” “submete o homem por meio da força da natureza”. O capital comporta-se não como uma força humana, social, mas como uma força da natureza a qual precisamos constantemente nos debater, sobreviver a ele, para manter a existência até a próxima tormenta.

“Em si” (MARX, 2013, l. 626/1493), a maquinaria se identifica ao avanço das forças produtivas, facilita o trabalho, diminui a necessidade de força bruta, aumenta a amplitude daqueles que podem participar do processo produtivo e multiplica a riqueza do produtor. Mas

⁴⁰ “O capital é, portanto, o poder de governo (*Regierungsgewalt*) sobre o trabalho e os seus produtos. O capitalista possui esse poder, não por causa de suas qualidades pessoais ou humanas, mas na medida em que ele *proprietário* do capital.” (MARX, 2004, p. 40)

como capital, a maquinaria exaure as energias humanas, aumenta o exército de reserva, pauperiza o produtor, cria um “caráter normal do trabalho” (MARX, 2017, l. 350/1493).

A meta da produção capitalista é o mais-valor, ou, em outras palavras, a valorização do valor como fonte de riqueza abstrata (MARX, 2013, l. 296/1493). Se por vários períodos a produção para a geração de riqueza abstrata pôde gerar riqueza material maior ou menor na mão da população, fez de forma “contingente”. O objetivo é produzir riqueza abstrata a partir da transformação da riqueza material em capital (MARX, 2013, l. 786/1493). Ponto.

Diante dos fantásticos inventos técnicos disponibilizados ao longo dos últimos 200 anos para a produção, e de uma revolução em marcha ligada à automação, o que vemos é um cenário abismante: 2 bilhões de trabalhadores em todo o mundo, ou 61,2% da população ocupada, têm empregos informais, e oito em cada dez empresas são informais (OIT, 2020). Ademais, em setembro de 2021, a taxa da população mundial empregada, formalmente e informalmente, era de apenas 55,9% (STATISTA, 2021b), um pouco mais da metade; número que vem caindo constantemente nos últimos 30 anos (ILO, 2021). A geração de riqueza abstrata como mecanismo base de manutenção da sociedade burguesa inevitavelmente gera enormes desperdícios.

Nas sociedades anteriores, a produção se voltava para que a riqueza material produzida gerasse um excedente passível a ser usufruído. Mais gente trabalhando, alimentada e abrigada tendia a produzir maiores excedentes, mesmo que a maior parte desses fosse apropriada por uma minoria privilegiada. No capitalismo, particularmente, a produção do excedente de riqueza material pode rapidamente se transformar de meio para a acumulação de mais valores após a venda da mercadoria em um impedimento para a geração de mais valor, caso não haja compradores para as mercadorias. Se a expansão da riqueza material não estiver submetida à expansão de riqueza abstrata, a produção da riqueza material perde o sentido. Além do mais, o sistema é tão irracional que pode fazer com que produzir menos valores de uso seja sinônimo de produção de maior quantidade de riqueza abstrata.

No capitalismo, mesmo que implique prejuízo para a obtenção de riqueza material para a maioria da população, a produção deve sempre obedecer ao fim de elevar a produção de riqueza abstrata, o valor-capital ⁴¹. Cabe ao Estado garantir que esse mecanismo se perpetue enquanto

⁴¹ Permita-nos uma ilustração disso. Se para um banco privado com investimentos em indústrias automobilísticas a produção de veículos “SUV” (Sport Utility Vehicle) se tornou uma ótima fonte de lucro, superior a todos os outros modelos de veículos, ele irá fazer com que as fábricas produzam cada vez mais veículos deste tipo. Se for necessário, desmobilizará setores da produção para tal fim. Não é que o banco, ou seu corpo diretor, seja “insensível” –

ajuda os trabalhadores a adaptarem seus corpos a ele, regulando a relação entre capital e trabalho quando a anarquia social se tornar demasiadamente perigosa aos detentores do capital.

A exploração do trabalho assalariado, em termos de produção de valores-capital, é a verdadeira base da nossa sociedade, e é impossível transformá-la pelo âmbito político. Essa base obriga não só o trabalhador produtivo, mas todos os indivíduos, a se submeterem a finalidades e necessidades que lhe são exteriores. A “condensação do trabalho” (MARX, 2013, l. 595/1493), que é a capacidade do trabalhador externalizar mais força/energia em um determinado tempo na forma de produtos, materiais ou imateriais, tem como único fim a geração de riqueza abstrata. Sendo assim, apesar da existência dos produtos do trabalho se apoiar na satisfação de alguma necessidade humana, a dinâmica de produção para a satisfação de necessidades, e até a geração de necessidades culturais mais complexas, é extremamente limitada diante do potencial dos meios de produção existentes, que condensam crescentemente o trabalho.

Exatamente porque aos indivíduos é estranha a finalidade da produção social capitalista, a ideia de se alcançar progressivo bem-estar geral nesse sistema é utópica. O conjunto de instituições de saúde, educação, moradia etc. erguidas no contexto do *Welfare State / État Providence / Sozialstaat* – ou outros nomes, sendo estes os mais comuns –, principalmente na Europa, assumiram apenas o lugar de um esboço que, ao começar a tomar desdobramentos práticos, foi atirado para a lata de lixo. E foi atirado no momento que a luta de classes diminuiu de intensidade. Ou, dizendo de outro modo, no momento que os trabalhadores estavam devidamente convencidos pelas suas direções políticas de que era a hora de aproveitar dos benefícios destas instituições e que a luta deveria seguir os ritos da institucionalidade política tradicional, parlamentar, espantando qualquer ideia de tomada do poder para pôr fim ao capital.

Regular racionalmente a relação do metabolismo social com a natureza e submeter essa relação ao controle coletivo (MARX, 2017, l. 721/828) é completamente diferente de tentar

aproveitando a ideia de “sociedade insensível” apresentada por Colin Bernes (2013, p. 238) – a elevada queima de combustíveis fósseis dos SUVs, aos indivíduos que necessitam de veículos adaptados, ao aumento do preço dos carros populares como consequência da remodelação das fábricas, ao transporte público fonte de penúrias para as massas nas grandes cidades, ou à falta de chips porque o banco detém um colossal estoque deles comprados com antecedência para garantir a produção da nova coleção de carros de grande porte; supondo que essa compra antecipada retire chips de áreas como a produção de eletrônicos indispensáveis ao bem-estar de um número muito maior de pessoas do que o da pequena parcela de futuros proprietários de veículos esportivos. Diretamente, o interesse do banco simplesmente está acima das questões que levantamos, que não entram como motivo para suas operações ao menos que rendam lucros extraordinários para suas empresas. Sua ocupação, portanto, não é com o social, mas com a parte do capital social das empresas que controla, e como a cota de cada capitalista a elas associados crescerá continuamente.

regular o metabolismo do capital por medidas de Estado, como tem sido historicamente a via principal de “esquerda” em todo o mundo. A fome do capital por acumulação e da aristocracia financeira pelo lucro extra são incontroláveis. O aparelho do Estado pode ser utilizado apenas em dois sentidos: para atender aos interesses por acumulação e proteger a aristocracia, mesmo que isso implique em fornecer assistência e serviços públicos para as massas, mantendo assim a humanidade sob o chicote irracional do capital, ou para proteger e fazer crescer os órgãos coletivos da produção, da circulação e da administração, dos próprios trabalhadores, para atender diretamente às necessidades humanas.

Reforçamos aqui que o controle coletivo da produção não está restrito à produção de mais e melhores “bens materiais” e em menos tempo. Essa é uma parte das consequências desse controle. Também está implicado o surgimento de relações sociais de novo tipo que irão requisitar a produção de conhecimentos científicos, de novos tipos de laços entre os indivíduos, novas instituições etc. No lugar da produção de riqueza material como meio para a geração de riqueza abstrata, a produção de riqueza material terá um fim útil, baseando-se completamente nos valores-de-uso necessários para a satisfação de anseios, desejos e vontades dos produtores associados (MARX, 2017, l. 721/828).

Claro que a maioria não conseguirá se tornar “produtiva” imediatamente – aqui o produtivo assume outra acepção, direta, em termos de produção de produtos necessários ao incremento de bem-estar. Para atingir esse fim, o modo de produção planejado pelo interesse dos produtores associados precisará desenvolver as forças produtivas muito além do que o capital desenvolveu até agora. Mesmo levando isso em conta, a imagem de uma sociedade regida pelo interesse dos produtores associados pode parecer excludente para alguns, mas apenas se analisada superficialmente.

Com os dados que já foram até aqui expostos, vivemos em uma sociedade regida pelo interesse da aristocracia financeira em conluio com o Estado. Ou seja, o sistema produtivo de valores-capital e o Estado representam os interesses de uma infinitésima parte da população, daquela que é proprietária, por direito, de uma maior quota do capital social total. Enquanto houver capital, a sociedade será regida por essa aristocracia. Ela pode até abrir mão, em períodos de agitação social, de parte do seu poder econômico e influência política para manter seu capital protegido de tentativas de controle coletivo: fez utilizando a social-democracia, fez igualmente com o fascismo, faz com os partidos reformistas existentes, e poderá fazer sob renovadas formas.

Os grupos em desvantagem hoje, sob o domínio do capital – esse capital como uma força da natureza (MARX, 2013, l. 626/1493) –, por não terem sua força de trabalho de acordo com as necessidades médias de valorização do capital (MARX, 2013, l. 857/1493) ou não serem possuidores de capital, estabelecem reivindicações urgentes, como aquelas ligadas à manutenção da própria vida. Estas necessidades já podem ser plenamente satisfeitas com as forças produtivas existentes.

Só podem haver “não compreendidos” e “não escutados” porque para compreender e escutar alguém ou algo é preciso de coisas muito mais básicas do que uma “situação estratégia complexa” (FOUCAULT, 1998, pp. 88, 89). Toda energia humana que é direcionada para caminhos práticos parte de laços sociais ligados a um modo de produção específico. A própria riqueza material da qual depende a existência do indivíduo que compreende e escuta outros, assim como a existência de instrumentos de propagação das ideias desenvolvidas nesse contato, dependem, intimamente, das relações sociais de produção dominantes. O desamparo daqueles indivíduos largados a própria sorte na nossa sociedade só será devidamente compreendido quando encontrada a conexão desse desamparo com o motivo do generoso “amparo” fornecido a diversos outros. Caso contrário, a análise será composta apenas de parte da problemática.

Se o racismo, o machismo, a homofobia, o cerebralismo, o capacitismo, deficientismo, etc., fazem parte de um complexo de relações que contribuem para a preservação da geração de riqueza abstrata, eles persistirão enquanto a geração dessa riqueza abstrata permanecer o fim primário das relações humanas no planeta.

As crianças costumam perguntar, repetidas vezes, qual o motivo da existência. Têm ânsia para compreenderem seu lugar no mundo. Com toda a sinceridade, agora conseguiremos alertá-las, desde cedo: há dois motivos para a existência, cada um de acordo com dois grandes grupos aos quais podemos pertencer na sociedade. Apesar de muitos buscarem um único motivo ou confortarem a si mesmos dizendo que somos iguais perante a lei ou perante Deus, estes dois motivos que irei lhe apresentar estão como que “desenhados nas estrelas” pelo modo de produção atual. Primeiro, você poderá ser proprietário de certa quantia de capital, e o motivo para sua existência será perseguir a reprodução e acumulação do mesmo das melhores maneiras que encontrar. Você também poderá ser vendedor de força de trabalho para o capital, fazendo da sua vida um acontecimento opaco, com pouca importância para si e para sociedade. Nesse caso, o motivo da sua existência será encontrar formas de sobreviver fora do processo de trabalho com a

quantidade de dinheiro que o capital considera ser o mínimo necessário para que continue trabalhando para ele. Em suma, seja como possuidor ou como despossuído de capital, você não será livre, pois os “motivos para existir” independem de sua vontade, são como uma força natural.

A emancipação humana só vira com a emancipação do trabalho, isto é, do fim da forma de produção capitalista como meio de produção de riqueza. Dessa emancipação dependem os deficientes, que no período presente, de crise aguda do capitalismo, ou apoiam e participam das lutas dos trabalhadores pelo controle coletivo da produção, ou só restará apostar nas promessas irrealizáveis de progresso da burguesia, que falam de um “capitalismo humano”, “verde”, “sustentável”. O proletariado – ou, como aqui chamamos como sinônimo, o despossuído – é o principal penalizado pelo progresso social. Ao se emancipar, ele emancipa junto consigo todas as esferas da sociedade, pois, contra ele, não é produzida uma injustiça particular, mas a “injustiça por excelência” (MARX, 2010, p. 156).

CONCLUSÕES

A “grande barreira” para que os deficientes integrem as forças produtivas é uma incapacidade presente, em maior ou menor grau, para que se adequem às necessidades da produção capitalista, para que se tornem algo próximo ao “trabalhador médio”. Esse trabalhador médio foi criado pelas “necessidades médias de valorização do capital” (MARX, 2013, l. 857/1493), isto é, é uma consequência do desenvolvimento da técnica e da expansão do capitalismo como modo de produção dominante. Sendo assim, a causa da existência do preconceito – que é uma forma de consciência –, da naturalização de certo tipo de corpo etc., deve ser procurada na realidade produtiva. Usar o preconceito, seja na mente dos gestores, dos grandes capitalistas ou na base social de despossuídos como uma explicação para as nefastas consequências do modo de produção é ver o mundo de cabeça para baixo. Afinal, o mundo não é uma criação da mente, tampouco dos discursos, como abordamos em nosso diálogo com as teorias pós-modernas.

Podemos ir mais longe: mesmo que os deficientes conquistassem uma força de trabalho com qualidade próxima à média por intervenção médica individual, inexistiria qualquer garantia de vida digna. Caso integrados, e depois de vencer concorrentes igualmente vendedores de força de trabalho, os despossuídos de capital e meios de produção – “ex-deficientes” – estariam, devido à rotina de crises e revoluções técnicas do capitalismo, sempre sob a ameaça do pauperismo.

Vimos, também, que a maioria dos direitos conquistados e retirados daqueles considerados “excluídos” – principalmente após o “bum” econômico do pós-segunda guerra ter seu fim –, foi resultado de uma imposição da luta organizada dos trabalhadores. Os períodos de maiores avanços para os diversos grupos oprimidos ocorreram quando a luta de classes tendeu para a vitória dos trabalhadores.

Se hoje a deficiência ocupa um lugar de peso na economia doméstica, independente dos laços afetivos no interior das famílias, ou de um estorvo no orçamento público para o Estado, é porque ela representa a parte da população despossuída mais diretamente afetada e que é incapaz de integrar o exército ativo de trabalhadores. A situação de desalento dos deficientes revela que o Estado é o representante institucional dos interesses da classe dominante acima de qualquer outra coisa, além do que, que a classe capitalista não tem nada a oferecer de concreto sobre o futuro.

Para os deficientes, ou sua grande parte incapaz de ganhar o “direito à subsistência” dado pelo capital através do salário, a esperança de uma vida digna está na identificação dos seus interesses com os da classe trabalhadora produtiva, capaz de se apropriar dos meios de produção hoje voltados à produção de riqueza abstrata, capital.

Apesar de ter conquistado uma subsistência extremamente volátil, nem mesmo os trabalhadores ativos ainda não conquistaram um verdadeiro “direito à existência”, ou seja, à gestão plena dos recursos produzidos pelo trabalho humano e à garantia de que não irão morrer de fome, de frio, de doenças curáveis, ou que serão assistidas em caso de necessidade. Apenas com a expropriação dos meios de produção e o fim da sua utilização para a produção massiva de riqueza abstrata será possível multiplicar a riqueza material rapidamente e entregá-la também para aqueles que não podem estar na “linha de frente” da sua produção. Falar em solidariedade social sem esse contexto é jogar palavras ao vento.

Na história do capitalismo, os inventos técnicos e o aumento da produtividade foram progressivos apenas do ponto de vista histórico, mas de maneira alguma do individual. As revoltas garantiram melhorias no modo de vida, mas assim que cessadas, progressivamente as melhorias são retiradas. É por reconhecerem isso, embora aderindo a um ponto de vista cético com relação ao capitalismo, que os adeptos às teorias pós-modernas criticam as conquistas da chamada “modernidade”.

Pensamos que essa “modernidade”, mesmo trazendo a diminuição do tempo de trabalho, a maior disponibilidade e novos produtos para a satisfação de necessidades etc., não forneceu qualquer emancipação direta nem ao trabalhador nem ao deficiente. Sim, direitos foram conquistados em muitos países e as barbaridades das casas de trabalho, manicômios e asilos foram em grande parte eliminadas. Mas o “progresso”, que, na verdade, significou o progresso da propriedade privada e da acumulação, amarrou os indivíduos a laços de dominação muito mais fortes do que antes do capitalismo. Os despossuídos lutam diariamente por uma sobrevivência (a sobrevivência) em torno da obtenção de salário ou do acesso a auxílios e serviços diversos do mesmo Estado que é interessado na sua submissão ao capital.

No entanto, essa forma de progresso também nos ofereceu possibilidades nunca antes disponíveis para a emancipação, coisa que a economia feudal-camponesa ou escravista era incapaz de fornecer. A humanidade dispõe agora de meios de produção avançados que, se administrados pela coletividade e para fins planejados, voltados ao bem-estar, serão capazes de

gerar uma era de abundância e frutificação técnico-científica nunca antes vista. Também dispõe de um grupo econômico (classe social) com uma coesão de interesses inédita, os assalariados despossuídos.

Nós aprendemos ao longo da pesquisa que o trabalho humano é a única fonte de geração de valor para o capital. Com a produção tendo atingido uma escala social através do mercado mundial, ter um humano sequer como supérfluo, excedente, peso, “excluído”, considerando os saltos já dados no desenvolvimento produtivo, é um contrassenso. Porém, o capital tornou estes saltos em progresso e retrocesso, simultaneamente. Por quê? Pois o desenvolvimento capitalista é irracional, baseia-se na anarquia da disputa por mercados, ele próprio já “loteado” no período imperialista por grandes monopólios de alguns poucos países. Estes monopólios chegaram a um nível de racionalidade técnica e controle da produção suficientes para retirar a humanidade da sua época de “sobrevida”, da humilhação diária para a maioria de seus membros.

Protegidos por segredos comerciais e em luta incessante para expulsar os trabalhadores do interior do processo produtivo, com ajuda do aparato Estatal, o capitalismo fez da sua elevada composição orgânica o seu maior entrave. Na impossibilidade de resolver esse impasse sem superar o próprio capitalismo, a classe dominante e seu Estado se protegem desse impasse. Essa forma de progresso, sim, está falida.

Se jogar alguém “para fora da sociedade” ou “eliminar” esse alguém implica desperdício de potencial produtivo – logo, limitação do potencial de atender as necessidades dos indivíduos –, no capitalismo, esse desperdício pode significar o contrário: aumento nos lucros pelo “melhor aproveitamento” da força de trabalho empregada para a geração de riqueza abstrata. A empresa que produz mais e com menos trabalhadores, que incorporou no seu interior os mais produtivos, “venceu”, aumentou sua taxa de lucro; o Estado que corta serviços públicos com a promessa de no futuro repartir o “bolo” aumentado pelo “crescimento econômico” – sempre em um futuro depois do horizonte – é o Estado bem quisto pelos “investidores” etc.

Nada disso seria sustentável se perceptível diretamente pela maioria, e aí entra o papel da ideologia. A ideologia é uma abstração racional (KONDER, 2009, p. 73), seja na forma de teoria, formulação, frase, programa, conceito etc., que nasce de e favorece certos tipos de relações sociais. Para o desenvolvimento do modo de produção capitalista foi necessário um afastamento progressivo do material pelas formas de consciência: tarefas mais complexas que as anteriores precisavam ser exercidas para que as forças produtivas fossem desenvolvidas. A necessidade de

especialização, refletida na divisão do trabalho, dentro de uma sociedade dividida hierarquicamente e onde o trabalho é uma mercadoria – o que só pode fazer dessa divisão uma divisão hierarquicamente imposta –, fragmentou a consciência.

Sob as instituições do modo de produção capitalista, que são também formas de consciência, as ideias parecem vir de fora da experiência real e serem independentes dos sujeitos que as produzem; a realidade é retratada de maneira fragmentada. A fragmentação, no entanto, reflete simplesmente o próprio modo de funcionamento fragmentado da economia, que se constitui de unidades produtivas individuais, as empresas, que se especializam, se associam e disputam o mercado de maneira anárquica – com apoio dos Estados nacionais. Nesse ambiente, as formas de consciência oriundas das abstrações racionais produzem ilusões, que mais escondem as reais forças motrizes da realidade do que as revelam.

Nesse ínterim, concluímos que a noção de “inclusão social” apresenta uma sociedade fragmentada, onde algumas das suas peças, os “indivíduos excluídos”, teriam se destacado como fruto da “injustiça social”, da “desigualdade”, da “miséria” etc. A inclusão social encaixaria novamente estas peças a um corpo social doente. Explicações diversas sobre as origens são gerados por diversos nomes: normatividade, poderes múltiplos, branquitude, capacitismo etc... Se a “cura” para questões tão graves não pode ser obtida por nenhum projeto universalista, ao menos a febre é reduzida por lutas localizadas até, em um futuro indefinível, vislumbrarmos algo diferente. Essa é a visão pessimista, pequeno-burguesa. A otimista, burguesa, aposta que o lucro pode andar lado a lado com a “justiça social”, e que ajustes são muito importantes para a sustentabilidade da vida humana na terra – ao menos no papel e na propaganda. Há ainda “muito o que fazer”, sempre. E com cada um fazendo sua parte, sabemos o resultado, tudo muda para permanecer igual.

A ideia de inclusão social é ideologia, portanto, uma falsa consciência ou representação invertida da realidade, completamente inábil para levar alguém a compreender as origens das opressões. Esta noção ainda mobiliza indivíduos bem-intencionados em alguma direção, mesmo que girem em círculos. Mas não mobilizará por muito tempo. A classe proprietária está em plena decadência intelectual. Como ela e seus defensores não dispõem de soluções práticas para as contradições que o sistema cria e expande, lançam mão de fórmulas ideológicas cada vez mais pobres, com poder decrescente de engajamento.

REFERÊNCIAS

ABBERLEY, P. Work, Disability, Disabled People and European Social Theory. Em: BARNES, C.; OLIVER, M.; BARTON, L. (Eds.). . **Disability studies today**. Cambridge, UK ; Malden, MA: Polity Press in association with Blackwell Publishers, 2002.

ALVES, D. F. DE A.; MENDES, Á. N.; CARNUT, L. Economia política da saúde no Brasil: quem são seus pesquisadores e o que pesquisam? **JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care | ISSN 2179-6750**, v. 11, n. Sup, 12 dez. 2019.

ARMIJO-CABRERA, M. Deconstructing the Notion of Inclusion: An Analysis of Studies, Policies and Practices in Education. **Revista Electrónica Educare**, v. 22, n. 3, 24 jul. 2018.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BEAUD, S. **Retorno à condição operária: investigação em fábricas da Peugeot na França**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. Place of publication not identified: CORTEZ EDITORA, 2017.

BELTRAME, M. M. Sobre o conceito de emancipação humana em Karl Marx. **Problemata**, v. 10, n. 1, p. 194–218, 2019.

BLYTH, M. **Austeridade: a História de uma Ideia Perigosa**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

BOARD OF GOVERNORS OF THE FEDERAL RESERVE SYSTEM (US). **“Industrial Production and Capacity Utilization.”** Statistical release G.17, 15 maio 2013.

BOSCHETTI, I. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BOSCHETTI, I. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. Em: BOSCHETTI, I. (Ed.). . **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL. **Decreto N° 6.949**, 25 ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 21 jul. 2021

BRASIL. Lei n° 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**, jul. 2015.

BUCKMASTER, L.; THOMAS, M. Social inclusion and social citizenship – towards a truly inclusive society. **Dept. of Parliamentary Services, Parliamentary Library**, v. 8, p. 41, 2009.

BUTLER, J. **Gender Trouble: feminism and the subversion of identity**. [s.l.] Routledge, 2006.

CARCANHOLO, R. A.; NAKATANI, P. Capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. **Ensaio FEE**, v. 20, n. 1, p. 284–304, 1999.

CASTEL, R. As transformações da questão social. Em: BÓGUS, L.; YAZBEK, M.; B-W, M. (Eds.). . **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000.

CHAGAS, E. F. O indivíduo na teoria de Marx. **Revista Dialectus**, n. 1, 24 jan. 2013.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Chamã, 1996.

CNI, I. Sondagem Industrial. maio 2019.

COGGIOLA, O. Novamente, a revolução francesa. **Projeto História**, n. 47, p. 281–322, 2013.

COHEN, B. M. Z. **Psychiatric Hegemony: a Marxist Theory of Mental Illness**. London: Palgrave Macmillan UK, 2016.

CORKER, M.; SHAKESPEARE, T. Mapping the Terrain. Em: CORKER, M.; SHAKESPEARE, T. (Eds.). . **Disability/postmodernity: embodying disability theory**. London ; New York: Continuum, 2002a.

CORKER, M.; SHAKESPEARE, T. Foreword. Em: CORKER, M.; SHAKESPEARE, T. (Eds.). . **Disability/postmodernity: embodying disability theory**. London ; New York: Continuum, 2002b.

CORKER, M.; THOMAS, C. A Journey around the Social Model. Em: CORKER, M.; SHAKESPEARE, T. (Eds.). . **Disability/postmodernity: embodying disability theory**. London ; New York: Continuum, 2002.

DAVIS, L. J. **Enforcing normalcy: disability, deafness, and the body**. London ; New York: Verso, 1995.

DAVIS, L. J. **Bending Over Backwards: Disability, Dismodernism and Other Difficult Positions**. New York: NYU Press, 2002.

DAVIS, L. J. **The disability studies reader**. 4th ed ed. New York, NY: Routledge, 2013.

DE MELLO, A. G. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. p. 12, 2016.

DE OLIVEIRA, M. DO C. L.; SILVEIRA, S. B. O(s) sentido(s) do trabalho na contemporaneidade. **Veredas On-line - Temática**, v. 16, n. 1, p. 149–165, 2012.

DEL CONT, V. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Scientie Studia**, v. 6, n. 2, p. 201–218, 2008.

DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DICIONÁRIOS EDITORA. **Dicionário de Latim-Português**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2001.

DINIZ, D. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. **Letras Livres**, p. 9, 2003.

DINIZ, D. **O que é eficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

DINIZ, D. Deficiência e Políticas Sociais – entrevista com Colin Barnes /Disabilities and Social Policy - Interview with Colin Barnes - Debora Diniz. **Revista SER Social**, v. 15, n. 32, p. 237–251, 2013.

DISABLED PEOPLE’S INTERNATIONAL. **Proceedings of the First World Congress**. Singapore: Disabled People’s International, 1982.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo: a nova arquitetura do poder, solo dominacao financeira, sequestro da democracia e destruicao do planeta**. [s.l.: s.n.].

EAGLETON, T. **As Ilusões do Pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. [s.l.] RocketEdition, 1999.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra segundo as observações do autor e fontes autênticas**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELS, F. **Anti-Düring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, F. **O papel da violência na história**. 1. ed. São Paulo: Edições Isrka, 2016.

ENGLUND, S. **Napoleão: uma biografia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FERREIRA, F. I. A questão social, o Estado e o mito redentor da acção local: lógicas e tensões presentes nas políticas e no trabalho social. **Sociedade e Estado**, v. 23, n. 3, p. 555–589, dez. 2008.

FIANANCIAL TIMES. **America’s Middle-class Meltdown: Core shrinks to half of US homes**, 2015. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/98ce14ee-99a6-11e5-95c7-d47aa298f769>>. Acesso em: 22 set. 2021

FINANCIAL TIMES. **Europe’s ‘zombie’ recovery will fall behind US, Deutsche Bank warns** **Financial Times**, 2020. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/e53f1037-f1f4-47b2-9f3c-7c31183b61ee>>. Acesso em: 13 abr. 2021

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 42. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

FRANÇA, T. H. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas Sociais**, v. 17, p. 15, 2013.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GREESPAN, A. Exposição de Alan Greenspan, presidente do Banco Central, perante a Comissão de Economia do Senado sobre Questões Bancárias, Habitacionais e Urbanas, 26 de fevereiro de 1997. Em: CHOMSKY, N. (Ed.). **Requiém para o sonho americano: os dez princípios de concentração de renda e poder**. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2017.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBESBAWN, E. A crise geral da economia europeia no século XVII. Em: SANTIAGO, T. (Ed.). **Do feudalismo ao capitalismo: Uma discussão histórica**. São Paulo: Editora Contexto, 1998. v. 2.

IBGE. **Censo Brasileiro de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

ILAESE. **ANUÁRIO Estatístico do ILAESE: trabalho & exploração**. 3. ed. São Paulo: ILAESE, 2021. v. 1

ILO. **World Employment and Social Outlook: Data Finder WESO Data Finder**, 2021. Disponível em: <<https://www.ilo.org/wesodata/>>. Acesso em: 3 jan. 2022

INSTITUTE FOR POLICY STUDIES. **Executive Excess 2021**. Disponível em: <<https://ips-dc.org/report-executive-excess-2021/>>. Acesso em: 19 out. 2021.

JAMESON, F. **Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism**. Durham, NC: Duke University Press, 1991.

KERSTENETZKY, C. L.; KERSTENETZKY, J. O Estado (de Bem-Estar Social) como Ator do Desenvolvimento: Uma História das Ideias. **Dados**, v. 58, n. 3, p. 581–615, set. 2015.

KONDER, L. **Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KPMG. Zombies in our Midst. **KPMG Economic Insights**, p. 5, 2019.

KUHN, T. **A função do dogma na investigação científica**. Curitiba: UFPR. SCHLA, 2012.

LEFEBVRE, G.; PROCACCI, G.; SOBOUL, A. Uma discussão histórica: do feudalismo ao capitalismo. Em: SANTIAGO, T. (Ed.). . **Do feudalismo ao capitalismo: Uma discussão histórica**. São Paulo: Editora Contexto, 1998. v. 2.

LENIN, V. I. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo** Navegando publicações, , 2020.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 541–553, 2001.

LUZ, M. T. Especificidade da contribuição dos saberes e práticas das Ciências Sociais e Humanas para a saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 22–31, mar. 2011.

LYOTARD, J.-F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MAIA, A. C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo Social**, v. 7, n. 1–2, p. 83–103, out. 1995.

MALAGODI, E. **O que é materialismo dialético**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MARIE, J. J. **Os quinze primeiros anos da quarta internacional**. São Paulo: Palavra Editora Ltda., 1981.

MARTINS PICCOLO, G.; GONÇALVES MENDES, E. Sobre formas e conteúdos: a deficiência como produção histórica. **Perspectiva**, v. 31, n. 1, p. 283–315, 30 abr. 2013.

MARX, K. **Das Kapital: Kritik der Politischen Ökonomie (MEGA II)**. Berlim: Dietz Verlag Berlin, 1987.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. Teorias da mais-valia. Em: ROMERO, D. (Ed.). . **Marx sobre as crises econômicas do capitalismo**. São Paulo: Editora Sundermann, 2009.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010c.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política. Livro II. O processo de circulação do capital.** São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política. Livro III. O processo global da produção capitalista.** São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MASCARO, A. L. **Estado e Forma Política.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MASON, P. **Pós-capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MCRUER, R. **Crip times: disability, globalization, and resistance.** New York: New York University Press, 2018.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia.** São Paulo: Ensaio, 1996.

MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, n. 21, p. 150–182, jun. 2009.

MORAN, E. F. **Adaptabilidade Humana: Uma Introdução à Antropologia Ecológica.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2010.

NEKATANI, P.; MARQUES, R. **Capitalismo em crise [livro eletrônico].** São Paulo: Expressão Popular, 2020.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez Editora e Livraria Ltda, 2017.

OIT. **El desafío de la informalidad: abordar la informalidad en los proyectos de desarrollo de sistemas de mercado,** 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/empent/Projects/the-lab/publications/WCMS_764124/lang-es/index.htm>. Acesso em: 3 jan. 2022

OLIVER, M. **The Politics of Disablement.** London: Macmillan, 1990.

OLIVER, M. **Understanding Disability.** London: Macmillan Education UK, 1996.

ONU. **Convenção sobre os direitos da pessoas com deficiência,** 2016.

ONU NEWS. **Recursos para educação dos ricos são 18 vezes maiores que dos pobres,** 2015. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2015/01/1499361-recursos-para-educacao-dos-ricos-sao-18-vezes-maiores-que-dos-pobres>>. Acesso em: 24 abr. 2020

OSORIO, J. **Crítica de la economía vulgar. Reproducción del capital y dependencia.** México: M. A. Porrúa-UAZ, 2004.

OSÓRIO, J. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PANISSON, G.; GESSER, M.; GOMES, M. D. A. Contributions of the Disability Studies for the Psychologist's performance in the Brazilian Social Assistance Policy. **Quaderns de Psicologia**, v. 20, n. 3, p. 221, 20 dez. 2018.

PARAIN, C. A evolução do sistema feudal europeu. Em: SANTIAGO, T. (Ed.). . **Do feudalismo ao capitalismo: Uma discussão histórica.** São Paulo: Editora Contexto, 1998. v. 2.

PEREIRA, J. M. M. O Banco Mundial e a construção política dos programas de ajustamento estrutural nos anos 1980. **Revista Brasileira de História**, v. 33, n. 65, p. 359–381, 2013.

PEREIRA, M. S. O sentido do conceito de ideologia em Marx e a questão da igualdade jurídica. p. 27, 2016.

PESSOA, T. C. E depois da “Lei Eusébio”? Reprodução da escravidão e seus limites em um complexo de fazendas do vale do café (Rio de Janeiro, c. 1864-1888). **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 18, n. 36, p. 465–489, dez. 2017.

PETITFILS, J. **Os socialismos utópicos.** São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

POLANYI, K. **A Grande Transformação.** 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

REUTERS. **Economia da China fica sob pressão com desaceleração de indústria e varejo em julho, 2021.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/08/16/economia-da-china-fica-sob-pressao-com-desaceleracao-de-industria-e-varejo-em-julho.ghtml>>. Acesso em: 16 ago. 2021

ROCHA, S. V. et al. Sobrepeso/obesidade em professores: prevalência e fatores associados. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, v. 17, n. 4, p. 450, 8 jul. 2015.

RODRIGUES, M. **Michel Foucault Sem Espelhos: um pensador proto pós-moderno.** Tese (Doutorado em Serviço Social)—Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 2006.

ROMERO, D. **Marx sobre as crises econômicas do capitalismo.** São Paulo: Editora Sundermann, 2009.

ROUANET, S. P. **As razões do Iluminismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SAWAIA, B. (ED.). **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SHAKESPEARE, T. **Disability rights and wrongs.** New York: Routledge, 2006.

SHAPIRO, J. **No Pity: People with Disabilities Forging a New Civil Rights Movement**. [s.l.] Three Rivers Pres, 1994.

SILVER, H. Social exclusion and social solidarity: three paradigms. **International Labour Review**, v. 133, p. 531–578, 1994.

SLORACH, R. Marxismo e deficiência. Em: FELIX, G.; LAGE, A. (Eds.). . **Capitalismo e surdez**. Bremen (GER): El Triple, 2021.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. [s.l.] Nova Cultural, 1988. v. 1

STATISTA. **Quarterly industrial capacity utilization rate in China from 1st quarter 2018 to 1st quarter 2021**, 2021a. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/1229726/china-quarterly-industrial-capacity-utilization-rate/>>. Acesso em: 16 ago. 2021

STATISTA. **Estimated employment-to-population ratio worldwide in 2021, by region** Statista, 2021b. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/1258882/global-employment-rate-by-region/>>. Acesso em: 3 out. 2022

TAUNAY, C. A. **Manual do agricultor brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

THE ECONOMIST. Will Japan see a new generation of zombie firms? **The Economist**, 24 set. 2020.

THE INTERCEPT. **Conheça Paulo Lima, o entregador de aplicativo antifascista que organiza a categoria**, 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/06/10/entregadores-antifascistas/>>. Acesso em: 31 mar. 2021

THOMAS, C. Disability Theory: Key Ideas, Issues and Thinkers. Em: BARNES, C.; OLIVER, M.; BARTON, L. (Eds.). . **Disability studies today**. Cambridge, UK ; Malden, MA: Polity Press in association with Blackwell Publishers, 2002.

TREMAIN, S. On the Subject of Impairment. Em: CORKER, M.; SHAKESPEARE, T. (Eds.). . **Disability/postmodernity: embodying disability theory**. London ; New York: Continuum, 2002.

TREVOR-ROPER, H. R. A crise geral do século XVII. Em: SANTIAGO, T. (Ed.). . **Do feudalismo ao capitalismo: Uma discussão histórica**. São Paulo: Editora Contexto, 1998. v. 2.

UPIAS. **Fundamental Principles of Disability (1976)**, 1997. Disponível em: <<http://disability-studies.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/40/library/UPIAS-fundamental-principles.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2021

VILAR, P. A transição do feudalismo ao capitalismo. Em: SANTIAGO, T. (Ed.). . **Do feudalismo ao capitalismo: Uma discussão histórica**. São Paulo: Editora Contexto, 1998. v. 2.

WAPSHOTT, N. **Keynes x Hayek: As origens - e a herança - do maior duelo econômico da história.** Rio de Janeiro: Record, 2016.

WELMOWICKI, J. **Cidadania ou classe? o movimento operário da década de 80.** São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004.

WOLBRING, G. The Politics of Ableism. **Development**, v. 51, n. 2, p. 252–258, jun. 2008.

WOOD, E. M. **A origem do capitalismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Inside Report: Engaging Citizens for Inclusive Futures Rebuilding Social Cohesion and Trust through Citizen Dialogues**, 2021. Disponível em:

<http://www3.weforum.org/docs/WEF_Citizen_Perspectives_on_a_Just_Great_Reset_2021.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021

WORLD HEALTH ORGANIZATION (ED.). **International classification of functioning, disability and health: ICF.** Geneva: World Health Organization, 2001.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO policy on disability.** Geneva: World Health Organization, 2021a.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Health Topics / DisabilityWorld Health Organization**, 2021b. Disponível em: <<https://www.who.int/health-topics/disability>>. Acesso em: 1 jul. 2021

ZIONI, F. Exclusão social: noção ou conceito? **Saúde e Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 15–29, dez. 2006.